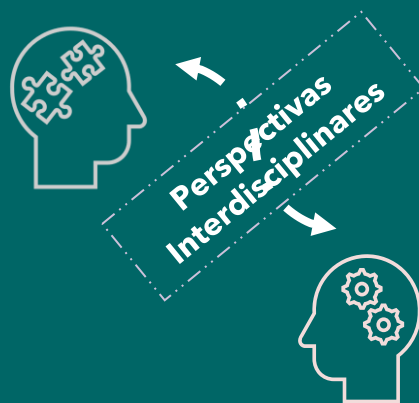




Entrelaçamentos das Ciências Sociais e da Economia em uma Ótica Transdisciplinar



ORGANIZADORES:
RITA DE CÁSSIA MARQUES LIMA DE CASTRO
MARIA CRISTINA CACCIAMALI
JÚLIO CÉSAR SUZUKI



PROLAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
INTEGRAÇÃO DE AMÉRICA LATINA



fflch

FACULDADE DE FILOSOFIA,
LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ISBN 978-85-7506-462-7

DOI: 10.11606/9788575064627

AUTORES:

AUGUSTO PETRY MARTINS PEREIRA
BEATRIZ DE OLIVEIRA CONTRERA
TORO
CAMILA MONTEIRO CORVISIER
ELISA BOSSO FERNANDES
EMILLY COSTA CORDEIRO
GABRIELA LAGE SILVÉRIO
GIULIA SIMONETTI RAGUSA
GUILHERME OLÍMPIO FAGUNDES
HANNAH LOURDES RAMOS
INGRID SILVA SJOBOM

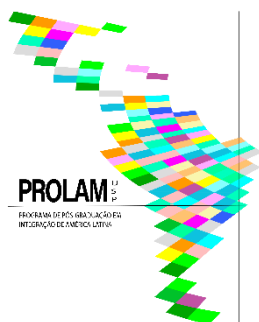
JOÃO PEDRO GOMES BALANCO
JOSÉ LUCAS MIRANDA D'ÁVILA E
COSTA
JULIANA DA SILVA FERREIRA
LUANA ORTIZ SILVA
MARIANA FIGUEIREDO SILVEIRA
SOPHIA NUNES
THAYNAN SANTOS SILVA
VENICE ROBERTO LEOPOLDO
VICTÓRIA VEDOVATO

ENTRELAÇAMENTOS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E DA ECONOMIA EM UMA ÓTICA TRANSDISCIPLINAR

Perspectivas Interdisciplinares

ORGANIZADORES:

RITA DE CÁSSIA MARQUES LIMA DE CASTRO
MARIA CRISTINA CACCIAMALI
JÚLIO CÉSAR SUZUKI



2023

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP

Reitor: Prof. Dr. Carlos Gilberto Carlotti Junior

Vice-reitora: Profa. Dra. Maria Arminda do Nascimento Arruda

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS - FFLCH

Diretor: Prof. Dr. Paulo Martins

Vice-diretora: Profa. Dra. Ana Paula Torres Megiani

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

Presidente da CPG: Profa. Dra. Marilene Proença Rebello de Souza

Vice-presidente da CPG: Prof. Dr. Júlio César Suzuki

COMITÊ EDITORIAL

Prof. Dr. Adebaro Alves dos Reis (IFPA)

Profa. Dra. Adriana Carvalho Silva (UFRRJ)

Prof. Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira (UFG)

Prof. Dr. Agnaldo de Sousa Barbosa (UNESP)

Prof. Dr. Alécio Rodrigues de Oliveira (IFSP)

Profa. Dra. Ana Regina M. Dantas Barboza da Rocha Serafim (UPE) Prof.

Dr. Cesar de David (UFSM)

Prof. Dr. José Elias Pinheiro Neto (UEG)

Profa. Dra. Maria Jaqueline Elicher (UNIRIO)

Prof. Dr. Ricardo Júnior de Assis Fernandes (UEG)

Prof. Dr. Roni Mayer Lomba (UNIFAP)

Profa. Dra. Telma Mara Bittencourt Bassetti (UNIRIO)

Profa. Dra. Valéria Cristina Pereira da Silva (UFG)

E61 Entrelaçamentos das Ciências Sociais e da Economia em uma ótica transdisciplinar [recurso eletrônico] / Organizadores: Rita de Cássia Marques Lima de Castro, Maria Cristina Cacciamali e Júlio César Suzuki. -- São Paulo: FFLCH/USP, PROLAM/USP, 2023. 2.100 Kb ; PDF. (Perspectivas Interdisciplinares).

Vários autores.

ISBN 978-85-7506-462-7

DOI: 10.11606/9788575064627

1. Economia (aspectos sociais). 2. Ciências Sociais (aspectos econômicos). 3. Interdisciplinaridade. 4. Transdisciplinaridade. I. Castro, Rita de Cássia Marques Lima de, *coord.* II. Cacciamali, Maria Cristina, *coord.* III. Suzuki, Júlio César, *coord.* IV. Série.

CDD 332.6

Elaborada por Elizabeth Barbosa dos Santos, CRB-8/6638

Capa e editoração: Rita Lima de Castro



Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e a autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada.

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores, os quais também se responsabilizam pelas imagens utilizadas.

SUMÁRIO

**A RIQUEZA DA COMPREENSÃO PLURIDISCIPLINAR DAS
CIÊNCIAS SOCIAIS - INDO ALÉM DOS LIMITES QUE DELIMITAM
CAMPOS DE CONHECIMENTO 8**

RITA DE CÁSSIA MARQUES LIMA DE CASTRO

MARIA CRISTINA CACCIAMALI

JÚLIO CÉSAR SUZUKI

CAPÍTULO 1

**CRÍTICA AOS PRINCÍPIOS ECONÔMICOS A PARTIR DAS
CIÊNCIAS SOCIAIS E JURÍDICAS 16**

AUGUSTO PETRY MARTINS PEREIRA

CAPÍTULO 2

**A VIDA LIMITA A ARTE: FINANCIAMENTO E OUTRAS
DIFICULDADES DE SER ARTISTA NO BRASIL 66**

BEATRIZ DE OLIVEIRA CONTRERA TORO

INGRID SILVA SJOBOM

CAPÍTULO 3

**ONDE ESTÁ A IMAGINAÇÃO SOCIOLOGICA PARA PENSAR A
DESINDUSTRIALIZAÇÃO?.....111**

CAMILA MONTEIRO CORVISIER

ELISA BOSSO FERNANDES

GUILHERME OLÍMPIO FAGUNDES

HANNAH LOURDES RAMOS

JOÃO PEDRO GOMES BALANCO

CAPÍTULO 4

**RAÇA, GÊNERO E PANDEMIA: COMO AS MULHERES NEGRAS
TRABALHADORAS DOMÉSTICAS FORAM AFETADAS
DURANTE O PERÍODO PANDÊMICO BRASILEIRO142**

GABRIELA LAGE SILVÉRIO

GIULIA SIMONETTI RAGUSA

LUANA ORTIZ SILVA

MARIANA FIGUEIREDO SILVEIRA

SOPHIA NUNES

VICTÓRIA VEDOVATO

CAPÍTULO 5

**EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO HUMANO:
UMA ANÁLISE DE CORRELAÇÃO171**

EMILLY COSTA CORDEIRO

CAPÍTULO 6

**LIBERTOS, MAS NÃO LIVRES. CAUSAS E IMPACTOS DOS
BAIXOS ÍNDICES SOCIAIS E ECONÔMICOS NA POPULAÇÃO
AFRO-BRASILEIRA193**

JOSÉ LUCAS MIRANDA D'AVILA E COSTA

CAPÍTULO 7

**AS IMPLICAÇÕES SOCIOECONÔMICAS DAS FAMÍLIAS
MONOPARENTAIS FEMININAS241**

JULIANA DA SILVA FERREIRA

CAPÍTULO 8

**OS IMPACTOS DA ECONOMIA MAINSTREAM NA
ELABORAÇÃO DOS CURRÍCULOS ESCOLARES.....260**

THAYNAN SANTOS SILVA

CAPÍTULO 9

**FEIRAS LIVRES: MERCADO COM EQUILÍBRIO, INTERAÇÃO E
INOVAÇÃO275**

VENICE ROBERTO LEOPOLDO

SOBRE OS ORGANIZADORES301

SOBRE OS AUTORES.....303

APÊNDICE - CLASSIFICAÇÃO JEL.....310

**A RIQUEZA DA COMPREENSÃO TRANSDISCIPLINAR DAS
CIÊNCIAS SOCIAIS - INDO ALÉM DOS LIMITES QUE
DELIMITAM CAMPOS DE CONHECIMENTO**

Entrelaçamentos entre ciências sociais e economia em uma ótica pluridisciplinar é um livro que resulta do trabalho de pessoas que se dedicaram à investigação científica e aceitaram o desafio de pensar a Economia em seu conceito de Ciência Social de uma forma a ultrapassar as fronteiras das disciplinas e expressar o resultado das pesquisas realizadas neste *e-book* que traz, em seu conjunto de textos, a realização de discussões interdisciplinares entre Economia e Ciências Sociais.

Cada texto foi desenvolvido com o intuito de ir mais além dos espaços universitários em que o conhecimento produzido é socializado; o objetivo maior é compartilhar com a sociedade o conhecimento desenvolvido no âmbito universitário, possibilitando a troca de ideias, o estímulo à reflexão, o incentivo à ação para, por meio da ciência, construir um entorno que seja mais humano, menos desigual, mais colaborativo.

No primeiro capítulo, intitulado *Crítica aos princípios econômicos a partir das ciências sociais e jurídicas*, de autoria de Augusto Petry Martins Pereira, o autor se propõe a estabelecer a correlação entre a microeconomia/agência (princípios 1 a 4) e a macroeconomia/estrutura (princípios 6 a 10), desenvolvendo um texto permeado de reflexões dialéticas sobre a dupla perspectiva econômica formada por esses dois eixos micro-macro; no capítulo, somos convidados a pensar sobre a função da Economia na legitimação das relações sociais capitalistas como naturais e legais, bem como acerca das contradições e desafios do capitalismo.

No segundo capítulo, denominado *A vida limita a arte: financiamento e outras dificuldades de ser artista no Brasil*, das autoras Beatriz de Oliveira Contrera Toro e Ingrid Silva Sjobom, temos uma oportuna discussão sobre os desafios de quem trabalha com arte no Brasil. São abordadas questões sobre o retorno financeiro da atividade profissional, sobre o valor monetário que é definido para a criação artística, visando identificar qual o quadro real desse segmento profissional, ilustrando o levantamento bibliográfico com entrevistas com artistas.

Como destacam as autoras, visa-se demonstrar as disputas entre criatividade e o sistema capitalista e as inúmeras repercussões positivas da arte, desenvolvendo-se uma defesa do financiamento público da arte pelo próprio fazer artístico, em vez de interesses do setor privado.

O terceiro capítulo recebe o título de *Onde está a imaginação sociológica para pensar a desindustrialização?* De autoria de Camila Monteiro Corvisier, Elisa Bosso Fernandes, Guilherme Olímpio Fagundes, Hannah Lourdes Ramos e João Pedro Gomes Balanco, o texto traz uma abordagem crítica e interdisciplinar sobre a desindustrialização, desafiando-nos a considerar a face não-econômica desse processo para que possamos compreendê-lo de forma mais ampla, considerando os efeitos da desindustrialização no conjunto de interações, representações e relações sociais, aspecto que, na compreensão dos autores, tem sido negligenciado nas produções acadêmicas que focam na literatura econômica de 2012 a 2021. A proposta é explorar o fenômeno por meio da articulação do método etnográfico com a pesquisa estatística, aplicando-se o exercício da imaginação sociológica elaborado por Wright Mills.

Raça, gênero e pandemia: como as mulheres negras trabalhadoras domésticas foram afetadas durante o período pandêmico brasileiro é o título do quarto capítulo, de autoria de Gabriela Lage Silvério, Giulia Simonetti Ragusa, Luana Ortiz Silva, Mariana Figueiredo Silveira, Sophia Nunes e Victória Vedovato. Em um texto permeado de reflexões, as autoras nos brindam com uma importante investigação sobre o trabalho doméstico durante o período da pandemia de Covid-19 no Brasil, com uma abordagem que envolve intersecções de raça e gênero, dimensões histórica e econômica e entrevistas pontuais com quatro mulheres negras trabalhadoras como diaristas no estado de São Paulo, visando apresentar a percepção dessas pessoas, o que é indispensável para a abordagem socioeconômica pretendida pelo trabalho.

Empreendedorismo e desenvolvimento humano: uma análise de correlação, de autoria de Emilly Costa Cordeiro, é o texto que compõe o quinto capítulo deste e-book. A autora recorda a abordagem schumpeteriana sobre empreendedorismo e desenvolvimento econômico em sua análise sobre o impacto do empreendedorismo no desenvolvimento humano dos países, mas a amplia

para observar o ponto de vista das ciências sociais, visando contribuir para a construção de uma interpretação multidimensional e interdisciplinar do empreendedorismo e de sua relação com o desenvolvimento socioeconômico das nações.

O sexto capítulo tem o título *Libertos, mas não livres. Causas e impactos dos baixos índices sociais e econômicos na população afro-brasileira*. De autoria de José Lucas Miranda D'Avila e Costa, o trabalho discute as desigualdades étnico-raciais no Brasil, abordando causas e consequências de índices sociais especialmente focalizados nas áreas da saúde, moradia, educação e acesso aos serviços de saneamento básico. O autor nos leva a discutir a conexão entre raça, classe e gênero e desvantagens sociais, a refletir sobre a relação entre racismo e economia e amplia a discussão abordando formas de combate ao racismo, propondo a ampliação de políticas públicas de combate às desigualdades.

No sétimo capítulo, *As implicações socioeconômicas das famílias monoparentais femininas*, de Juliana da Silva Ferreira, temos uma abordagem interdisciplinar sobre a situação da mulher no mercado de trabalho, trazendo à baila discussões oportunas sobre estrutura patriarcal,

sobrecarga do trabalho da mulher e desigualdade de gênero. Objetivando compreender as implicações socioeconômicas acerca das mulheres que chefiam famílias sem a ajuda de outra pessoa, a autora discute as formulações da divisão sexual do trabalho e a desvalorização do trabalho doméstico, direcionando a discussão teórica por mulheres feministas negras que desenvolvem seu trabalho de pesquisa considerando a condição das mulheres a partir da interseccionalidade entre gênero, raça e classe.

No oitavo capítulo, intitulado *Os Impactos da Economia Mainstream na Elaboração dos Currículos Escolares*, a autora Thaynan Santos Silva nos convida a refletir sobre essa temática que remete a várias questões, como: que competências desenvolver nos estudantes? Que consequências sociais temos na escolha por competências que foquem em produtividade? As orientações curriculares atendem a quais interesses de classe? Por meio da análise de um Projeto Político Pedagógico de escola municipal de São Paulo e no tópico 2 da BNCC princípios mainstream; a autora nos leva a um espaço reflexivo acerca das questões apresentadas.

O nono capítulo recebe o título de *Feiras livres: mercado com equilíbrio interação e inovação*. De autoria de Venice Roberto Leopoldo, o texto traz uma análise do mercado de economia perfeita utilizando o setor de feira livre, ampliando a discussão do que ficaria na esfera puramente econômica para o lado da feira como um local de interação humana que cria e estabelece relações de caráter social. A autora nos desafia a pensar nas feiras como lugares nos quais se afirma e se desenvolve a construção cultural e identitária no âmbito individual e grupal.

Ao final desta apresentação que gerou inúmeras reflexões de cada participante desta obra, autores e organizadores, queremos registrar nosso agradecimento aos pesquisadores que se empenharam para desenvolver seus textos e comunicá-los à comunidade, aos docentes que contribuíram para a formação dos pesquisadores uspianos, aos coordenadores dos cursos de Economia e Ciências Sociais que apoiaram essa iniciativa e ao corpo técnico-administrativo das unidades da FFLCH e da FEA que contribuíram para a produção deste *e-book*.

Boa leitura!

Rita de Cássia Marques Lima de Castro¹

Maria Cristina Cacciamali²

Júlio César Suzuki³

(organizadores)

¹ Graduada em Comunicação Social - Jornalismo (Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero) e em Administração e Ciências Contábeis (ambos os cursos pelo Centro Universitário SENAC SP), com especialização e mestrado em Administração (FGV-EAESP), doutorado em Ciências (PROLAM-USP), pós-doutorado (FEA-USP). Professora no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina - Prolam / USP. Foi professora na FEA-USP pelo Programa de Atração e Retenção de Talentos (PART) - vigência 2020-2021. Atua como pesquisadora no CORS e no NESPI, ambos lotados na FEA-USP; no Grupo de Pesquisa Psicologia, Sociedade e Educação na América Latina (Instituto de Psicologia-USP), no grupo de pesquisa CRIARCOM-C - Criatividade, Inovação, Comunicação e Marketing com ênfase nas Cidades (ECA-USP) e do Centro Latinoamericano de Estudios en Epistemología Pedagógica (CESPE), onde atua como Presidente adjunta para o Brasil e como Chefe de Relações Internacionais. E-mails: ritalimadecastro@usp.br; ritalimadecastro@gmail.com <https://orcid.org/0000-0002-0137-6005>

² Doutora em Economia pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da Universidade de São Paulo (USP), pós-graduada pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT / EUA), Universidade do Novo México (UNM / EUA), Universidade do Porto (UP / Portugal), Instituto Politécnico Nacional (IPN / México) e Instituto des Hautes Étude de l'Amérique Latine (IHEAL / França). Professora Titular da FEA/USP e orientadora permanente no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM/USP) e líder do Grupo de Estudos Internacionais e Políticas Comparadas (Nespi-USP / CNPq). Contato: cciamali@uol.com.br <https://orcid.org/0000-0002-9020-9961>

³ Graduado em Geografia (UFMT), em Letras (UFPR) e em Química (IFSP), com mestrado e doutorado em Geografia Humana (USP) e Livre-Docência em Fundamentos Econômicos, Sociais e Políticos da Geografia. Professor Doutor junto ao Departamento de Geografia da FFLCH/USP e ao Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Integração da América Latina (PROLAM) da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: jcsuzuki@usp.br. <https://orcid.org/0000-0001-7499-3242>

CAPÍTULO 1

CRÍTICA AOS PRINCÍPIOS ECONÔMICOS A PARTIR DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E JURÍDICAS

Augusto Petry Martins Pereira

INTRODUÇÃO

Em homenagem à crítica e seu método é fundamental que primeiro entendamos o assunto para só então ser feita qualquer consideração. Para tanto, devemos *a priori* entender o que seria o campo de conhecimento da Economia antes de qualquer consideração analítica (item 2 e 3). De forma, *a posteriori*, identificarmos os princípios econômicos dos quais extraímos as principais categorias conceituais (item 4 e seguintes). Esse percurso teórico preliminar objetiva: (I) edificar uma plataforma econômica comum; e (II) analisar os princípios econômicos propostos por *Gregory Mankiw* em função de uma combinação multifacetada a partir da Sociologia, Ciência Política e Direito. Sendo justamente esse o objeto desse trabalho. Ou seja, mediante uma perspectiva interdisciplinar entender a Economia como uma ciência social capaz de ser situada a partir da respectiva formação social capitalista que a conforma, de modo a assim revelar as relações sociais, políticas e jurídicas que dela derivam (item 5 e seguintes).

Por fim, é inescapável justificar a necessidade de feitura desse trabalho, em razão da compreensão interdisciplinar, dado que cuida o presente artigo de não só entender as categorias econômicas. Como também, após entendidas, formular sua crítica e apontar suas contradições inerentes com vistas à sua superação. Com efeito, uma vez que tenhamos exposto o percurso teórico, a ser realizado mediante técnica de pesquisa bibliográfica, podemos começar, vejamos.

2 ECONOMIA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

De modo geral, Economia e as Ciências Sociais possuem uma relação muitas vezes posta de lado por seus respectivos analistas, em razão da especificidade de seus objetos de pesquisa serem entendidos como parcialmente distintos. Ou, em razão da suposta diferença entre os métodos ou campos do conhecimento. De saída, essa compreensão se revela como equivocada, pois além de setorizar o saber, termina por romper com qualquer compreensão econômica entre os campos das Ciências Sociais e Jurídicas.

É fundamental, portanto, situar o campo político em que se encontra a Economia, a partir da lição, *Economia em 10 Lições*, de *Fernando Nogueira da Costa*, a qual se inicia com uma classificação genérica, porém reveladora, do que seriam as diferenças político econômicas entre esquerda: “são de esquerda as pessoas em defesa da eliminação das desigualdades sociais” (COSTA, 2020, p.33). Enquanto, por sua vez: “a direita insiste na convicção de as

desigualdades serem naturais e, enquanto tal, não elimináveis” (COSTA, 2020, p.33).

Essas coordenadas políticas, ainda que descoladas dos casos concretos, concluem o que para Costa seria a esquerda econômica, a qual “prioriza a proteção contra a competição social. Na escolha entre a competitividade e a solidariedade, prioriza esta última” (COSTA, 2020, p.35). Em outro espectro, para Costa a direita econômica “confia nas desigualdades econômicas poderem ser diminuídas se criar ambiente de competição entre todos; minimiza a proteção social e maximiza o esforço individual” (COSTA, 2020, p.35). Mais uma vez, destacamos serem essas premissas abstratas, o que por certo não retira sua legitimidade como forma de classificação de percepção política dos agentes econômicos oriundos da nossa realidade concreta. De tal sorte, a restar para o leitor realizar essa classificação, a qual contudo não pode ser tão simplificada em termos opostos. Nesse sentido, Costa demarca não ser possível reduzir a economia a interesses bipolares (COSTA, 2020). Assim sendo, ainda que de forma abstrata e precária, é necessário realizarmos a devida correlação entre a Economia e a Política em torno justamente do que viriam a ser as diferentes conceituações de Economia Política, consoante a lição de Costa em termos clássicos e neoclássicos, abaixo posta:

O que é Economia? Há duas definições básicas da Economia. A **abordagem clássica da Economia Política** dá ênfase às **relações sociais** estabelecidas entre os homens, em suas atividades econômicas. A **abordagem neoclássica da Economia Pura** enfatiza a **capacidade**

humana de fazer escolhas, em face de múltiplos fins e de diversos meios para alcançá-los. (COSTA, 2020, p.35) (destaques ausentes no original).

A definição acima de economia abarca assim dois eixos políticos em função de duas abordagens: (I) clássica da Economia Política e (II) neoclássica da Economia Pura. De modo a ser o primeiro eixo focado nas relações sociais e o segundo na tomada de decisão humana. Com base nessa premissa, temos duas categorias sociológicas centrais respectivamente correlacionadas entre a (I') abordagem clássica focada nas *relações sociais* e por logo posta pela *estrutura social* e (II') abordagem neoclássica focada na tomada de decisões e seus fins e, portanto, na *agência humana*. Em síntese, em uma primeira hipótese, temos a relação conceitual entre duas abordagens econômicas com duas categorias sociológicas. Ou, dito de outra forma: clássico/estrutura e neoclássico/agência.

Sem prejuízo da não especificação dos conceitos de estrutura e agência, o que será feito no (item 1.1), é possível percebermos serem ambas as abordagens econômicas (clássica e neoclássica) possuidoras e orientadas por um respectivo campo político e, portanto, orientadas a um dado fim. Em última análise, acaba por nos revelar a relação social do analista com a totalidade política, jurídica, econômica e cultural que o cerca. Ou, aquilo que Costa vem a definir como "*Sofisma da Composição*" (COSTA, 2020), segundo transcrevemos abaixo:

Este é o chamado Sofisma da Composição. Por exemplo, em Economia, o mecanismo de mercado pode ser visto como a consequência social não planejada das interações das decisões individuais, impulsionadas por motivos puramente egoístas em busca dos próprios interesses. Podem ser inconsistentes entre si e gerar problemas macroeconômicos. Essa postura não implica nos restringirmos ao estudo dos subprodutos das ações individuais. Devemos também focar as teorias proponentes das melhores tomadas particulares de decisão. Em termos de teoria econômica, não devemos nem excluir todas as *proposições macroeconômicas* não redutíveis aos seus *fundamentos microeconômicos*, nem eliminar a análise das regras, normas e instituições capazes de conformarem o *contexto macroeconômico*, dentro do qual se insere a *decisão microeconômica*. (COSTA, 2020, p.21)

Desse modo, nas Ciências Sociais como um todo, e em especial para a Economia, o "*Sofisma da Composição*" consiste na ideia de conjugação de duas formas de análises, as quais quando combinadas permitem a identificação micro e macro das "*repercussões sociais*" nas "*ações humanas intencionais*". Em uma segunda hipótese, identificamos outra possível correlação entre as categorias sociológicas de *agência/estrutura* com as respectivas categorias *micro/macroeconômicas*, todas em função da divisão em "*Economia Política*" e "*Economia Pura*" proposta por Costa. Como se observa, para dar conta de explicarmos as duas hipóteses acima, devemos - antes - dar cabo de compreender os elementos conceituais da primeira hipótese, vejamos no próximo tópico.

2.1 Estrutura e Agência - Macro e Microeconomia

Com base nas considerações anteriores, temos dois termos sociológicos, *estrutura* e *agência* os quais necessitam uma breve conceituação, conforme a lição, *Sociologia: conceitos chave*, de John Scott: “ação e agência são normalmente contrastadas com as **estruturas sociais**, que são as condições sociais restritivas e/ou permissoras em que ocorre a ação. Há muito debate sobre essa correlação” (SCOTT, 2010, p.13). Para além do debate, podemos entender a agência em uma perspectiva micro relativa à tomada de decisão individual tanto em caráter econômico como para todas as questões tangentes à ação humana. Nesse sentido, esclarece Scott: “no nível mais elementar, a ação refere-se simplesmente às práticas dos seres humanos” (SCOTT, 2010, p.13). Por sua vez, a estrutura social pode ser entendida em um caráter macro, pois abarca o conjunto de relações sociais determinadas por um padrão recorrente capaz de ser posto em um sistema relacional, conforme novamente explica Scott abaixo

Assim, a expressão ‘estrutura social’ tem sido vista normalmente como uma forma de descrever e explicar padrões recorrentes e duradouros encontrados no comportamento social e os vários elementos que constituem qualquer sistema social” (SCOTT, 2010, p.84).

Conforme vimos, existe uma relação entre a *agência/microeconomia* e *estrutura/macroeconomia*, o que por logo incrementa ainda mais a tese das múltiplas relações da

Economia com outros ramos das Ciências Sociais, agora com a Sociologia. Sendo assim, entendemos ser necessário que a Economia, em sua definição clássica ou neoclássica, trabalhe em uma dupla perspectiva disposta em um (I) eixo micro, exemplificado pela tomada de decisão dos agentes econômicos (agência) e (II) um eixo macro, ilustrado pelas regras e tendências as quais conformam o que poderíamos chamar de “estrutura econômica”.

Ao identificarmos a correlação entre os sistemas teóricos econômicos e sociológicos, todos contidos dentro das ciências sociais, destaca-se. Podemos então avançar com a compreensão das categorias econômicas. Ora bem, como mencionado na introdução, devemos primeiro nos apoiarmos em um conceito preliminar de Economia, para então, apontarmos a divisão dentro dos campos de estudo econômico, vejamos no próximo item.

3 CONCEITO DE ECONOMIA

O conceito de economia pode ser entendido a partir de diferentes prismas de análise, porém, em geral, os autores se concentram em função da administração dos recursos escassos, tal como veremos a seguir. *Gregory Mankiw* em sua obra, “*Introdução à Economia*”, apresenta a conceituação etimológica da Economia como derivada da palavra grega *oikonomos* entendida pela administração do lar (MANKIW, 2007, p.3). Até hoje essa compreensão encontra respaldo no conhecimento social e político

quando se defronta, de forma equívoca, a Economia doméstica com a Economia pública. Não sendo raros os exemplos políticos nesse sentido, conforme ilustra a notícia de João Sicsú, *“Porque é uma falácia comparar a economia doméstica com a do governo”*.

Entretanto, não iremos nos ocupar neste momento com a distinção feita entre Economia doméstica e pública, mas sim com os conceitos mais centrais, dado que para Mankiw **“Economia** é o estudo de como a sociedade administra seus recursos escassos” (MANKIWI, 2007, p.4). Em igual sentido, temos a lição de Carlos Gonçalves e Bernardo Guimarães *“economia é a ciência que estuda como os recursos escassos são alocados tendo por base as decisões individuais de consumidores, trabalhadores, firmas etc.”* (GUIMARÃES; GONÇALVES, 2010, p.1). Ambos os autores fazem assim menção ao termo comum - administração de recursos escassos - de modo a Mankiw o precisar: *“escassez significa que a sociedade tem recursos limitados e, portanto, não pode produzir todos os bens e serviços que as pessoas desejam ter”* (MANKIWI, 2007, p.4).

A escassez revela, portanto, uma dualidade entre a finitude dos recursos à disposição na natureza, e, a infinidade de desejos humanos. Logo, uma das questões centrais para a Economia é entender como administrar essa relação de oposição. Diante desse conflito, mais do que nunca, cabe aqui apontar que para que possamos nos desenvolver como sociedade a longo prazo é ineliminável o devido compasso com o desenvolvimento

sustentável e o meio ambiente. É assim inescapável a crítica a essa premissa fundante da economia, desse modo, questionamos: *o que é escasso para a economia capitalista?* Isso porque, também mais do que nunca, após a Revolução Industrial passamos a produzir mercadorias em um grau nunca visto. Contudo, em oposição a utilidade social das mercadorias, encontramos “zonas de destruição” de 124 mil itens não vendidos ou devolvidos por clientes, segundo notifica Emerson Alecrim na notícia, *“Amazon tem ‘zona de destruição para milhares de produtos não vendidos”*. Diante do narrado acima, se de fato as mercadorias são escassas em razão da finitude da natureza em prover recursos, então, como é possível que esses sejam destruídos?

Uma possível resposta, com fundamento no Marxismo, vem ao detectarmos como as mercadorias no capitalismo valem pelo seu valor de troca, como suporte do valor, pois a utilidade expressa pelo valor de uso, se não lucrativa for, é passível de descarte sumário. Em sentido oposto, quando de fato identificarmos o que seria a escassez, constatamos a contradição entre a abundância de comida, na cidade de Cuiabá (polo do agronegócio) e, pessoas esperando pela “fila do osso” conforme atesta Katia Krüger na notícia, *“Açougue tem fila para doação de ossos em Cuiabá para famílias carentes”*.

Importante mencionar que a identificação das contradições na administração dos recursos escassos no capitalismo busca, além de colocar em xeque a premissa central da Economia, demonstrar

como de fato é necessário ocorrer a administração dos recursos escassos, em função da finitude da natureza e das reais necessidades humanas, com o propósito de assim expor as contradições reais do capitalismo.

Feito o devido contraponto, entendemos a importância da referida premissa fundante da Economia, acrescida da visão crítica das ciências sociais, ao apresentarmos ser tão ou mais importante do que entender a escassez ponderar: *O quê e quanto produzir? Como produzir? E para quem produzir?* Segundo a própria definição da Faculdade de Economia e Administração da USP do que seria o objeto de estudo da Ciência Econômica, contida no seu site (2021, s/p).

Nesse sentido, a Ciência Econômica visa compreender como a Economia resolve os três problemas econômicos básicos: **1) O quê e quanto produzir? 2) Como produzir? e 3) Para quem produzir?** Ou seja, o estudo da eficiência e da equidade. Contudo, no mundo contemporâneo, a sustentabilidade da produção para as gerações futuras se impõem como um quarto problema econômico básico, exigindo que se repense o crescimento econômico e o próprio sentido coletivo do consumo em permanente expansão sem propiciar um verdadeiro bem-estar às sociedades humanas. (Destaques ausentes no original).

Da leitura, entendermos ser elementar pensar e entender a Ciência Econômica a partir dos quatro problemas econômicos demonstrados acima, dado que a administração da escassez por si só não dá conta da complexidade dos fenômenos sociais e suas contradições políticas, jurídicas e sociais. Dessa feita, uma vez que

já possuímos a devida conceituação do que viria a ser a Economia e a Ciência Econômica em torno de seu eixo político clássico e neoclássico, se faz que apontemos as divisões entre os setores macro e micro da economia a ser realizado no próximo tópico, vejamos.

3.1 Micro e Macroeconomia

A divisão entre micro e macroeconomia leva em consideração um recorte dentro do próprio campo econômico, nesse sentido, evidenciamos primeiro a microeconomia definida por Costa como o ramo o qual: “ocupa-se da forma pela qual as unidades individuais componentes da economia agem e reagem umas sobre as outras. Evidencia as decisões particulares *ex-ante*” (COSTA, 2020, p.20). Nesse mesmo sentido, a respeito das decisões individuais, trata Gonçalves e Guimarães de ilustrarem os desdobramentos da agência humana:

A análise microeconômica nos ensina como são determinados: os preços de tudo o que é transacionado na economia, os salários que são os preços dos serviços prestados por quem trabalha; os empregos e a alocação de recursos na economia; o quanto é produzido e o que é produzido. (GUIMARÃES; GONÇALVES, 2010, p.1).

A fundação da análise econômica é a microeconomia, demonstrável a partir das escolhas individuais feitas pelos agentes econômicos, acrescenta Gonçalves e Guimarães (2010). Ao reconhecermos a microeconomia como responsável pela análise

mais focada nos agentes econômicos, destacamos sua importância a partir das Teorias do Consumidor, Teoria da Produção, Teoria da Repartição e Teoria dos Preços, devidamente elencados por Costa (COSTA, 2020, p.21). Em resumo, concluímos ser a análise microeconômica pautada por questões relativas a agência do agente econômico, sendo de grande importância para que possamos entender como as decisões individuais repercutem na construção de planos econômicos ou de políticas públicas (GUIMARÃES; GONÇALVES, 2010).

Por sua vez, a Macroeconomia é demonstrada por Costa como o ramo da economia o qual “focaliza o comportamento do sistema econômico como um todo. Tem como objeto de estudo as relações entre os agregados estatísticos. Enfoca o resultado sistêmico *ex-post* da pluralidade de decisões particulares” (COSTA, 2020, p.20). Com efeito, a macroeconomia objeta os desdobramentos das decisões, de modo a ser esse campo de estudo devidamente ilustrado por Gonçalves e Guimarães nos seguintes termos postos abaixo:

O estudo da macroeconomia trata de assuntos como: crescimento econômico; moeda e inflação; investimento e consumo agregado; dívidas do governo; desemprego; a balança comercial e a taxa de câmbio (GUIMARÃES; GONÇALVES, 2010, p.1).

Em conclusão, a diferença entre os campos macro e micro orienta uma síntese metodológica capaz de estabelecer formas

diferentes de análise para um mesmo ramo da ciência econômica. Essa distinção tem relevância, pois apresenta diferentes enfoques mais ou menos críticos em torno de um mesmo fenômeno econômico político social. Desse modo, a partir do corte epistemológico feito acima, firmamos um primeiro solo para os conceitos decorrentes dos princípios a serem interpretados no próximo tópico, vejamos.

4. PRINCÍPIOS DA ECONOMIA

Em rigor, os princípios em uma dada disciplina auxiliam o analista a obter uma compreensão ampla, sendo a presente análise focada na obra, "*Introdução à Economia*", de Gregory Mankiw. O que de saída não exclui outras doutrinas a respeito dos princípios econômicos, porquanto a seleção desse autor servirá como fio condutor para que possamos agregar conceitos de outras fontes bibliográficas. E desse modo após a análise chegarmos à síntese a ser devidamente realizada por meio da crítica.

Com essa premissa em mente, podemos avançar com os 10 princípios econômicos divididos em três blocos, em função dos ensinamentos postos em sala de aula, examinemos: (I) **princípios 1 a 4**, concentrados na tomada de decisão econômica e por logo na agência do agente econômico; (II) **princípios 5 a 7**, delimitados por como os agentes econômicos interagem em uma dada estrutura econômica; e por fim (III) **princípios 8 a 10**, os quais demonstram como efetivamente os sujeitos econômicos são

determinados pela estrutura econômica a partir de seus principais conceitos (oferta, demanda, mercado, inflação, desemprego entre outros.).

Como se entende da divisão acima, iremos trabalhar os princípios em blocos, na medida em que por detrás das categorias econômicas, encontramos também, como já demonstrado acima, categorias sociológicas, políticas e jurídicas. As quais vão servir de apoio crítico para o que vamos desenvolver individualmente a respeito de cada princípio. Posta a ordem dos trabalhos, iniciemos pelo primeiro bloco abaixo.

4.1 Princípios 1 a 4 - como as pessoas tomam decisões

O primeiro princípio, "as pessoas enfrentam *tradeoffs*" (MANKIW, 2007, p.4), expressa como se dá a tomada de decisões econômicas em função de um objetivo x ou y, pois cada escolha implica uma renúncia. A respeito desse fato não temos muito o que comentar, dado que ao escolhermos renunciamos a outra possibilidade, isso é a vida, entre as múltiplas causalidades somente uma conduta pode ser executada pela ação humana.

O interessante mesmo é entender que dessa dualidade resulta-se em um *tradeoff* devidamente conceituado por como "um termo que define uma situação de escolha conflitante, isto é, quando uma ação econômica que visa à resolução de determinado problema acarreta, inevitavelmente, outros" (MANKIW, 2007, p.4). Com efeito, o conceito de *tradeoff* exposto por Mankiw pode ser

aplicado tanto para a tomada de decisão dos agentes de forma individual, quanto para a tomada de decisão da sociedade por empresas e o Estado. Como exemplo, cita Mankiw a metáfora das “armas e manteiga” em que um dado Estado deve escolher entre proteger suas fronteiras ou alimentar seu povo (MANKIW, 2007).

Para ilustrarmos como um exemplo atual, analisemos como a questão da volta às aulas durante a pandemia revela uma escolha conflitante, um *tradeoff*, a ser tomada pela Secretária da Educação: ora permitir que os alunos voltem para a escola e assim compensem a defasagem em um período tão sensível para educação e por logo assumir o risco de elevar a contaminação não só do aluno, como também da família. Ou, ora, manter o isolamento social de modo a conter o risco de surto, porém, sacrificando mais um ano letivo. Como se vê, a tomada de decisões políticas também envolve questões de natureza econômica, de tal sorte a não ser possível estancarmos um *tradeoff* em um campo econômico, mas não político ou jurídico, como bem revela a importância da Economia como Ciência Social. De todo modo, conclui Mankiw ser a compreensão do *tradeoff* importante na medida em que “pessoas somente podem tomar boas decisões se compreendem as opções que estão disponíveis a elas” (MANKIW, 2007, p.5).

Entretanto, devemos considerar um ponto deixado de lado por Mankiw, ao evidenciarmos não ser a tomada de decisão dos agentes livre, pois nossas escolhas são limitadas, consoante

fundamenta Gonçalves e Guimarães ao listarem alguns desses elementos “(i) as limitações de ordem financeira que todos enfrentamos; (ii) os impedimentos de natureza jurídico-legal que nos cercam; (iii) a nossa falta de informações sobre diversos temas; (iv) as normas morais que rege nosso padrão de comportamento social etc.” (GUIMARÃES; GONÇALVES, 2010, p.8). Com efeito, antes da tomada de decisão já enfrentamos uma decisão anterior, determinada pela estrutura social, em razão de nossa maior ou menor submissão aos critérios financeiros, legais e materiais postos acima. Sendo Gonçalves e Guimarães ainda mais críticos quando apontam situações em que certos indivíduos não têm de fato uma escolha, porquanto as restrições anteriores são tamanhas que não podemos falar em uma escolha por mais difícil e conflitante que ela seja.

O segundo princípio, “o custo de alguma coisa é aquilo de que você desiste para obtê-la” (MANKIWI, 2007, p.5), decorre da consequência lógica do *tradeoff* dado que “a tomada de decisões exige comparar os custos e benefícios de possibilidades alternativas de ação” (MANKIWI, 2007, p.5). A tomada de decisões faz com que o agente tenha que pensar sempre em um cálculo do quanto de margem de benefício será obtido em oposição ao total de prejuízo. De modo a Mankiw definir essa hipótese como custo de oportunidade, conceituado como “aquilo que devemos abrir mão para obter algum item” (MANKIWI, 2007, p.6). Em um exemplo atual, questionamos como o “custo de oportunidade” se aplica a

diferentes extratos das frações de classe, dado que é inegável não serem todos os sujeitos igualmente possuidores da mesma oportunidade, ainda mais quando observamos o aumento da desigualdade e de institutos como a herança. Com efeito, novamente, confronta-se a real capacidade de tomada de decisões em razão do que seria o custo de oportunidade, pois critérios como falta de informação e baixa renda são condições estruturantes, as quais não dependem do agente, ainda que em seu íntimo ele já tenha calculado e tomado a decisão.

O terceiro princípio, “as pessoas racionais pensam na margem” (MANKIW, 2007, p.6), parte da premissa de que as pessoas são racionais de modo a objetivar o que Mankiw define como mudança marginal, entendida como “um pequeno ajuste incremental em um plano de ação” (MANKIW, 2007, p.6).

O cálculo marginal leva em consideração os dois primeiros princípios, tendo em vista que os agentes econômicos, ao enfrentarem os *tradeoffs*, comparam ônus e bônus na tomada de suas decisões. Sendo assim, arremata Mankiw: “um tomador de decisões racional executa uma ação se, e somente se, o benefício exceder o custo marginal” (MANKIW, 2007, p.7). Como se extrai desse terceiro princípio, as pessoas são tratadas como sujeitos racionais prontos a sempre calcularem o total de seu benefício e prejuízo em função da margem. Esse tipo de ser humano é conhecido na economia como o *Homo Economicus*, ou, Homem Econômico, conceituado por Costa como “maximizador

individualista” (COSTA, 2020, p.23) porquanto baseia-se na racionalidade como forma de externalidade de sua individualidade em função do máximo de lucro com o mínimo esforço (COSTA, 2020).

Nesse sentido, não podemos deixar de confrontar a realidade de quem cria a ideia de Homem Econômico com as premissas do Liberalismo, na medida em que o cálculo marginal no capitalismo parte do pressuposto de que as escolhas humanas poderiam ser melhoradas se não tivéssemos intervenção de qualquer outro agente econômico externo. E, em última análise, obteríamos a máxima eficiência em função das forças de mercado, conforme explica Costa ao traçar o paralelo entre a racionalidade marginal e o individualismo, transcrito abaixo.

A análise microeconômica convencional busca demonstrar a viabilidade da organização econômica liberal. Defende: se as livres iniciativas pudessem operar sem qualquer tipo de intervenção governamental, a racionalidade do homem econômico (maximizador individualista) e do automatismo das forças de mercado conduziria o sistema econômico ao ponto de equilíbrio e ao ponto da máxima eficiência. Determinando as condições gerais de equilíbrio na economia a partir do comportamento dos agentes econômicos individuais, essa teoria microeconômica está ligada **à ideologia do individualismo e do liberalismo** (COSTA, 2020, p.23) (destaques ausentes no original).

Da leitura do enxerto acima, extraímos como a análise microeconômica liberal privilegia o individualismo, ao entendermos ser a “natureza” do ser humano voltada para a

maximização de suas ações “se e somente se” o cálculo do benefício exceder o custo. Dessa premissa, constatamos como os agentes econômicos novamente são compreendidos despidos das externalidades e determinações do mundo concreto, como se todos os seres humanos fossem totalmente racionais a todo momento, o que não é verdade. Porém, ainda que fossem, a imputação objetiva marginal de racionalidade tem como propósito final o de beneficiar abstratamente o Mercado, e não propriamente a sociedade ou uma dada coletividade.

Sendo assim necessário que identifiquemos o que viria a ser o Mercado, demarcado por Costa nos seguintes termos: “o Mercado’ (com artigo definido e maiúscula) é uma abstração, virtual, sem localização precisa. Refere-se à compra e à venda em geral. É um ente imaginário ditador de decisões”. (COSTA, 2020, p.23). Com efeito, observamos não ser ocasional a relação entre o Mercado e o cálculo marginal liberal individual, porque em uma sociedade a qual privilegia o acúmulo individual de riquezas, não é de se espantar que tenhamos a criação de uma abstração individualista em prol de trocas. As quais sabidamente não são benéficas para toda a sociedade, mas sim e tão somente para os detentores dos meios de produção, os quais concentram o valor em uma total abstração desconexa da realidade social, ainda que em tempos de crise, consoante corrobora a notícia de Ignácio Fariza, “Número de bilionários latino-americanos aumenta 40% durante a pandemia”.

O quarto princípio, “as pessoas reagem a incentivos” (MANKIW, 2007, p.7), atesta estarem os agentes econômicos sujeitos a incentivos, sumarizados por Mankiw como “algo que induz a pessoa a agir” (MANKIW, 2007, p.7). Como se nota, esse princípio reconhece em parte estar o agente econômico sujeito aos efeitos sociais que o cercam. Para ilustrar descreve Mankiw a hipótese de o imposto sobre combustível estimular as pessoas a andarem de transporte público, ou, o aumento do preço de uma dada mercadoria gerar uma maior produção por parte dos produtores e um menor consumo por parte dos consumidores (MANKIW, 2007). Em um exemplo atual, podemos apresentar a taxação de grandes fortunas como forma de auxiliar no combate ao Covid, segundo postula o projeto de lei 101/2021 divulgado pela agência Senado.

Ou seja, na tentativa de balancear as contas públicas, o agente econômico estatal promoveria a taxação daqueles que mais possuem, os quais reagem a essa externalidade de forma positiva, aderindo ao imposto, ou, negativa, fugindo com o capital, criando uma *off-shore* ou qualquer outra medida de planejamento tributário oriundo de uma “contabilidade criativa”. A reação dos agentes econômicos a um dado incentivo decorre por logo das ações e reações provenientes da tomada de decisões individuais, as quais não são puramente individuais, em oposição aos postulados liberais, na medida em que “cada pessoa é um

microcosmo dependente do macrocosmo econômico” (COSTA, 2020, p.27).

Em conclusão, neste tópico, verificamos como os princípios econômicos, relativos a demonstrar como as pessoas tomam decisões, encontram-se vinculados à individualidade decorrente do liberalismo econômico, o qual idealmente privilegia o acúmulo e mérito individual em função do cálculo econômico marginal voltado para a satisfação individual. Não por acaso, entendemos como a racionalidade do agente econômico é posta em função da abstração liberal de Mercado. E, por conseguinte, a serviço das classes dominantes do capitalismo, as quais por meio da difusão ideológica de suas práticas sociais procuram passar a ideia das trocas econômicas como naturais e equivalentes.

Na verdade, fica demonstrado ser fundamental para o capitalismo possuir um conjunto de ideias que o legitimem e o reproduza, de modo a pontuamos desde já a definição de liberalismo econômico, entendido como por Costa como “doutrina segundo a qual existe uma ordem natural e de equilíbrio para os fenômenos econômicos, sendo esta ordem alcançável pelo livre jogo da concorrência e através da não intervenção do Estado no mercado” (COSTA, 2020, p.24).

A sociedade capitalista deve visar, como fim único, ao bem particular dos indivíduos constituintes dela, e não da coletividade (COSTA, 2020). Por isso, entendemos ser a tomada de decisão, dentro da estrutura econômica capitalista, posta em função do

liberalismo econômico e do individualismo como forma de promover a circulação da mercadoria, justamente, no Mercado.

4.2 PRINCÍPIOS 5 A 7 - COMO AS PESSOAS INTERAGEM

Dando continuidade, após passarmos pela tomada de decisão individual, vamos agora verificar como as decisões decorrentes da agência individual dos agentes econômicos se relacionam entre si. Dessa forma, em termos sociológicos, nesse segundo momento identificamos a estrutura econômica a qual os sujeitos se relacionam entre si.

Nessa toada, o quinto princípio em questão é “o comércio pode ser bom para todos” (MANKIW, 2007, p.10). De saída, reconhece Mankiw que o comércio pode ser bom e não que ele é de fato bom para todos, pois é inegável que na sociedade capitalista liberal individualista não é possível que todos ganhem, dado que para alguém acumular milhões, ou bilhões, outros tantos sujeitos devem perder. Contudo, Mankiw não reconhece essa premissa ao comparar “o comércio entre os Estados Unidos e Japão não é como uma competição esportiva, em que um lado ganha e outro perde” (MANKIW, 2007, p.10). Esse pensamento se justificaria porque para Mankiw “o comércio permite que as pessoas se especializem na atividade que são melhores, agricultura, costura ou construção” (MANKIW, 2007, p.10).

Ao reconhecer o comércio como bom para todos em razão da especialidade individual de cada um, acaba Mankiw por ignorar

o caráter histórico, social e político da divisão social do trabalho, pois ao tratar a sociedade como harmoniosa onde “todos ganham” o autor nubla a luta de classes, e em especial, naturaliza a relação dos trabalhadores e dos produtores como um fato natural. Contudo, a história do capitalismo nos mostra não ser a divisão social do trabalho uma característica natural, mas sim fruto da expropriação originária e violenta por aqueles sujeitos, os quais por conta própria ou via Estado, se tornaram proprietários dos meios de produção (CASTRO, 2020).

Em prejuízo assim a todos os demais agentes econômicos possuidores tão somente da sua força de trabalho, como bem ilustra a origem do capitalismo com a política dos cercamentos. Nesse sentido, recuperamos a história em função da perspectiva de classe marxista, posta na obra “*A Ideologia alemã*” porquanto para Marx a forma com *que* e *como* os sujeitos produzem determina a sua própria existência, segundo se extrai do enxerto abaixo.

A maneira como os indivíduos manifestam sua vida reflete exatamente o que eles são. O que eles são coincide, pois, com sua produção, isto é, tanto com o *que* eles produzem quanto com a maneira *como* produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção. (MARX, 1998, p.11).

Como resultado dessa relação entre a forma de produção e a própria condição de existência do sujeito, Marx passa a considerar como o grau de desenvolvimento das forças produtivas, em uma dada nação, reflete na divisão social do trabalho, na medida em

que esse fator representa em paralelo diferentes formas de propriedade e por conseqüente diferentes relações sociais, ou nas palavras de Marx:

Os diversos estágios de desenvolvimento da divisão do trabalho representam outras tantas formas diferentes de propriedade; em outras palavras, cada novo estágio da divisão do trabalho determina, igualmente, as relações dos indivíduos entre no tocante à matéria, aos instrumentos e aos produtos do trabalho. (MARX, 1998, p.12).

A divisão social do trabalho em função da propriedade sintetiza assim uma importante relação para o pensamento Marxista, posto que ao desenvolver as diferentes formas de propriedade durante a história humana (a começar pela forma social tribal até a propriedade privada moderna). Como resultado, Marx termina por concluir que uma determinada forma de atividade produtiva produz como resultado uma determinada forma de relação social e política, segundo elucida o referido autor: "eis portanto os fatos: indivíduos determinados com a atividade produtiva segundo um modo determinado entram em relações sociais e políticas determinadas" (MARX, 1998, p.18).

Como se entende da leitura acima, para Marx a forma de produção impacta diretamente na forma social pela qual os sujeitos se relacionam economicamente e politicamente, sendo essa uma das premissas contidas no materialismo histórico. Em síntese, não podemos ignorar a relação da divisão social do trabalho com os

proprietários dos meios de produção, sendo necessário que recuperemos a história como forma de evidenciar não ser a especialidade de cada sujeito no capitalismo fruto do acaso ou de uma tomada de decisão individual, mas sim como decorrência da determinação histórica da forma social e política de produção. Logo, ainda que o sujeito se especialize na sua melhor função, a sua posição social e de classe não é livre ou decorrente da mão invisível do Mercado, mas sim determinada pela materialidade histórica da forma social de produção das mercadorias.

O sexto princípio, “os mercados são geralmente uma boa maneira de organizar a atividade econômica” (MANKIWI, 2007, p.10), consagra a economia de mercado, entendida como “uma economia que aloca recursos por meio de decisões descentralizadas de muitas empresas e famílias quando estas interagem nos mercados de bens e serviços” (MANKIWI, 2007, p.10).

De fato, Mankiw assinala ser o caráter da economia de mercado “enigmático” dado que reconhece o caráter individualista dos agentes econômicos ao afirmar que “em uma economia de mercado, ninguém cuida do bem-estar econômico da sociedade” (MANKIWI, 2007, p.11). Mesmo assim, o autor declara: “as economias de mercado têm se mostrado muito bem-sucedidas na organização da atividade econômica para promover o bem-estar econômico geral” (MANKIWI, 2007, p.11). Para justificar esse aparente contradição, Mankiw recupera a lição de Adam Smith

exposta em torno de como o equilíbrio entre a oferta e demanda gera a maximização do bem-estar da sociedade, conforme transcrevemos abaixo:

Ao estudar economia, você aprenderá que os preços são o instrumento com que a mão invisível conduz a atividade econômica. Em qualquer mercado, o comprador observa o preço ao determinar a demanda e o vendedor analisa o preço para decidir a oferta. Como resultado dessas decisões, os preços do mercado refletem não só o valor de um bem para sociedade, mas também o custo de uma manufatura. A visão de Adam Smith era de que os preços se ajustam para direcionar a oferta e a demanda, de modo a alcançar resultados que, em muitos casos, maximizam o bem-estar da sociedade como um todo (MANKIW, 2007, p.11)

A aparente contradição posta por Mankiw, ao afirmar ser possível por meio da individualidade se chegar a um bem-estar geral, é real e não pode ser ignorada não nos furtando de sua crítica. Todavia, antes, devemos realizar uma breve demarcação dos conceitos de preço, oferta e demanda, de modo a avançarmos com a crítica, sem antes deixarmos de entender como se enriquece: “há duas maneiras econômicas de enriquecer: ou cria-se um valor novo para vender, ou apropria-se um valor já existente” (COSTA, 2020, p.84). O conceito de valor é indispensável porque ele se encontra como núcleo de todas as relações de troca. A começar pelo preço definido justamente como “o valor monetário expresso numericamente associado a uma mercadoria, serviço ou

patrimônio”, consoante ensina a lição de Íris Vânia Santos Rosa, contida na Enciclopédia jurídica da PUC-SP.

Ao entendermos o preço podemos o desdobrar para entender a demanda, entendida como “a escolha do consumidor” (GUIMARÃES; GONÇALVES, 2010, p.15). De modo a ser possível entender ser “a relação entre as escolhas dos consumidores e o preço de um bem pode ser representada através de uma curva de demanda” (GUIMARÃES; GONÇALVES, 2010, p.15). Ato contínuo, a demanda materializa assim a tomada de decisão do consumidor em torno do que vem a ser a oferta, conceituada como “a escolha das empresas” (GUIMARÃES; GONÇALVES, 2010, p.31.).

Em suma, a combinação da oferta e da demanda é o que fundamenta a relação econômica capitalista entre produtores e consumidores. Uma vez que tenhamos entendido as noções de oferta e demanda, então, podemos observar em termos críticos tratar-se de uma relação social, política e jurídica entre produtores e consumidores. Ou, em termos marxistas, entre trabalhadores e capitalistas.

A relação entre a oferta e a demanda, assim como a relação entre capitalistas e proletários, é de interdependência, dado que ambos necessitam coexistir para que possam se manifestar. Contudo, para além dessa relação social, existe um caráter político, social e jurídico de dominância entre produtores e consumidores, dado que esses últimos, no capitalismo, não possuem qualquer gerência sobre o que e como se produz.

Com efeito, de um lado a demanda visa a satisfação pessoal e se encerra no consumo da mercadoria, de outro, a oferta, visa a maximização dos lucros, sendo virtualmente infinita essa busca. Como resultado, não podemos aceitar ser essa relação equilibrada, dado que o acúmulo individual via lucro é desmedido, enquanto o consumo é limitado pela escassez, em que pese ser estimulado, pois, em última análise, temos a relação social entre o capital e os agentes econômicos.

Logo, a postulação feita por Mankiw ao concluir pelo bem-estar da sociedade em decorrência do equilíbrio entre oferta e demanda, em verdade, é uma abstração de mercado fundamental para que o total de riquezas ilustradas no valor, seja constantemente transferido de uma classe a outra. Isso porque, dado o fetiche da mercadoria, não tomamos conhecimento da real fonte do valor decorrente da força de trabalho. Nesse sentido, é fundamental recuperarmos a lição de Marx, contida no Capital volume 1, ao demonstrar como o fetichismo se explica a partir da relação social posta à margem dos produtores. Ou seja, temos no capitalismo uma inversão, dado que o objeto do trabalho passa a ser sujeito a ponto de a troca ocorrer independente da vontade humana, como bem relata Marx ao evocar um trecho do Apocalipse e assim ilustrar a não compreensão social de como o valor se encontra:

Os homens não relacionam entre si seus produtos do trabalho como valores por considerarem essas coisas

meros invólucros materiais de trabalho humano de mesmo tipo. Ao contrário. Porque equiparam entre si seus diferentes tipos na troca, como valores, eles equiparam entre si diferentes trabalhos como trabalho humano. **Eles não sabem disso, mas o fazem. Pois na testa do valor não vai escrito o que ele é.** (MARX, 2017, p.147) (destaques ausentes no original)

Ao realizar a metáfora entre o texto bíblico “se alguém adorar a besta e sua imagem receberá a marca na testa ou na mão” (Apocalipse 14: 1-9) com o trecho “pois na testa do valor não vai escrito o que ele é”. Marx busca demonstrar como o caráter fetichista da mercadoria ocorre a margem dos sujeitos “eles não sabem disso, mas o fazem”, na medida em que o autor destaca não serem os sujeitos independentes de suas relações sociais com a forma de produção “A dependência pessoal caracteriza tanto as relações sociais de produção material quanto as esferas da vida erguidas sobre elas” (MARX, 2017, p.152). Como resultado, temos que a dependência entre os produtores e trabalhadores se dá tanto em função da relação de produção quanto da vida material.

Contudo, o sujeito no capitalismo não toma conhecimento dessa relação social, justamente em razão da condição suprassensível de mundo a qual revela tão somente o preço e não a demonstração de como o trabalho se apresenta no valor. Por consequente, o processo de produção domina o sujeito, consoante Marx elucida ao se questionar novamente a respeito da “testa do valor”, exposta na citação feita na próxima página:

É verdade que a economia política analisou, mesmo e incompletamente, o valor e a grandeza de valor e revelou **o conteúdo que se esconde nessas formas**. Mas ela jamais sequer colocou a seguinte questão: por que esse conteúdo assume aquela forma, e, portanto, por que o trabalho se representa no valor, e a medida do trabalho, por meio de sua duração temporal, na grandeza de valor do produto do trabalho? Tais formas, em **cuja testa está escrito que elas pertencem a uma formação social em que o processo de produção domina os homens, e não os homens o processo de produção**, são considerados por sua consciência burguesa como uma necessidade natural tão evidente quanto o próprio trabalho produtivo. (MARX, 2017, p.156). (Destaques ausentes no original)

A ideia central do fetichismo se encontra então em função da ideia *inversão*, dado que o processo de produção domina os homens, e não os homens o processo de produção. Dito de outro modo, *o objeto controla o sujeito, e não o sujeito que controla o objeto*. Em síntese, a sociedade capitalista inverte a relação sujeito/objeto, a qual mascara as relações sociais de produção se prestando a doutrina liberal a uma importante função ao legitimar essa relação social como justa e passível de consagração de um bem-estar geral. Quando na verdade, verificamos se encontrar a relação social capitalista de extração do mais valor.

O sétimo princípio, "às vezes os governos podem melhorar os resultados dos mercados" (MANKIWI, 2007, p.11), decorre logicamente das falhas de mercado, dado que reconhece Mankiw a necessidade de regulação via governo das relações de troca capitalistas. Em especial, reconhece o autor ser fundamental a defesa do direito de propriedade. Ou seja, o capitalismo necessita

do Estado para que as trocas sejam feitas mediante certas regras, e principalmente seja garantido o direito de propriedade entre os tantos direitos sociais e fundamentais que os sujeitos possuem, conforme a lição posta abaixo:

Um dos motivos por que precisamos do governo é que a mão invisível poderá fazer maravilhas apenas se o governo garantir o cumprimento das regras e manter as instituições principais da Economia. Mais importante, as economias de mercado precisam das instituições para garantir o **direito de propriedade** de modo que os indivíduos tenham condições de possuir e controlar os recursos escassos. (MANKIWI, 2007, p.11)

O grifo ao direito de propriedade feito por Mankiw evidencia de forma bastante clara, como para o pensamento econômico liberal o direito à propriedade domina todas as outras funções de Estado. Como por exemplo a busca dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, postos no artigo 3º da Constituição Federal Brasileira, ao postular pela construção de uma sociedade solidária, mais justa, igualitária, capaz de erradicar a pobreza ou promover o bem de todos. Esses objetivos fundamentais são todos dispensáveis para o liberalismo econômico, porquanto não tutelam o núcleo fundamental do capitalismo, posto na *liberdade, igualdade e propriedade*. Como resultado, uma das funções do Estado Capitalista está posta no *caput* do artigo 5º da Carta Magna, devidamente alinhado com o pensamento liberal individualista ao garantir que sejamos todos livres e iguais sujeitos de direito, detentores de propriedade, nos seguintes termos

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, **à liberdade, à igualdade**, à segurança e à **propriedade**, nos termos seguintes: (destaques ausentes no original)

A Constituição Federativa da República do Brasil de 1988 entre muitos direitos consagra como direitos fundamentais ao indivíduo a sua liberdade, igualdade e claro a propriedade, conforme Mankiw ensinou acima ser fundamental para que a “mão invisível possa fazer sua mágica”. De fato, é necessária uma mágica para que todos sujeitos no capitalismo se vejam como: (i) *iguais*, em uma das sociedades mais desiguais do mundo, “*Brasil é o nono país mais desigual do mundo, diz IBGE*”, segundo narra a notícia de Cássia Almeida em o Globo. (ii) *livres*, em um dos últimos países do mundo a abolir a escravidão, “*Por que o Brasil foi o último país da América Latina a abolir a escravidão*” conforma atesta Duílio Battistoni. E por fim (iii) que cada qual reconheça como legítima a sua propriedade privada e a dos demais que o cercam. O que de fato não ocorreu face a forma histórica pela qual a propriedade se estabeleceu no Brasil, bem como a maior parte dos crimes serem de caráter patrimonial.

O fato é que a “mágica” funciona dada a função estatal de garantir a transformação do indivíduo e sua classe em um sujeito de direito, livre e igual aos demais, não importando o tamanho das inversões e contradições oriundas da realidade ser legitimada pelo

liberalismo econômico e corroboradas legalmente pelo direito. O capitalismo demanda assim que o Estado regule as relações de troca, sendo ineliminável, portanto uma dupla função: a) defesa da propriedade privada e b) garantia que todos os sujeitos se identifiquem como livres e iguais detentores de propriedade. Esse cenário econômico é definido por Marx como o paraíso de *Bentham*, na medida em que a circulação de mercadorias flui de forma “mágica” quando reconhecemos os três pilares da *igualdade, liberdade e propriedade*, conforme elucidada Marx abaixo, valendo a pena sua leitura atenta.

A esfera de circulação ou da troca de mercadorias, em cujos limites se move a compra e venda da força de trabalho, é, de fato, um **verdadeiro Éden dos direitos inatos do homem**. Ela é o reino exclusivo da liberdade, da igualdade, da propriedade de Bentham. **Liberdade**, pois os compradores e vendedores de uma mercadoria, por exemplo, da força de trabalho são movidos apenas por seu livre-arbítrio. Eles contratam como pessoas livres, dotadas dos mesmos direitos. O contrato é o resultado, em que suas vontades recebem uma expressão legal comum a ambas as partes. **Igualdade**, pois eles se relacionam um com outro apenas como possuidores de mercadoria e trocam equivalente por equivalente. **Propriedade** pois cada um dispõe do que é seu. **Bentham, pois cada um olha somente para si mesmo**. A única força que os une e os põe em relação mútua é a de sua utilidade própria, de sua vantagem pessoal, de seus interesses privados. MARX, 2017, p.156). (Destaques ausentes no original).

O éden de *Bentham* se confunde assim com as relações sociais de trocas capitalistas, pautadas exclusivamente na

individualidade, e voltada para a satisfação de interesses privados. Para tanto, é indispensável que os sujeitos no capitalismo se identifiquem como iguais sujeitos de direito livres para a venda da força de trabalho, a ser consolidada da propriedade individual de cada um, e em especial a propriedade dos meios de produção. Como resultado, a defesa da propriedade privada é condição fundamental para que o capitalismo possa produzir e se reproduzir a si mesmo. Não sendo o grifo de Mankiw a respeito da necessidade de defesa do direito de propriedade, via Estado, uma mera indicação, mas sim um real postulado a ser seguido à risca, sob pena de se colocar em xeque não só a circulação das mercadorias, como também a propriedade privada dos meios de produção. E por logo, toda relação político social econômica a qual o capitalismo se estrutura.

Em remate, neste tópico (item 4.2) verificamos como os referidos princípios econômicos, responsáveis por explicarem como os sujeitos se relacionam no capitalismo, revelam como a divisão social do trabalho é construída em função da propriedade privada de uma classe dominante, historicamente formada pela expropriação originária violenta ou via Estado. Como resultado, a posição a qual os agentes econômicos ocupam no capitalismo não é livre, mas sim determinada pelas relações de produção (passadas e futuras), as quais consolidam todas as relações políticas e sociais.

Ao entendermos ser a relação social capitalista, por excelência histórica e pré-determinada, tratamos de criticar as

narrativas liberais, porquanto restou demonstrada a sua correlação com a individualidade focada na acumulação capitalista. Tendo em vista, ser a posição real que os *sujeitos* ocupam no capitalismo *invertida* pelo *objeto* do capital o qual, em última análise, transforma os sujeitos em objeto através do processo de fetichização.

Com efeito, possui especial relevância e função a Economia Política Liberal individualista como legitimadora das relações de troca. Em igual sentido, verificamos ser indispensável para que o capitalismo produza e se reproduza a sua relação com Estado, na medida em que a principal função legitimadora das relações de troca, depois da construção social artificial de Mercado, é a do Direito por meio da garantia dos contratos e das relações de trabalho. Instituição a qual possibilita que os agentes econômicos se reconheçam como iguais e livres detentores de propriedade, e assim ocorra a circulação da mercadoria com a valorização do valor, fundamental para o acúmulo individual de riquezas.

4.3 PRINCÍPIOS 8 A 10 - COMO A ECONOMIA FUNCIONA

O oitavo princípio, “o padrão de vida de um país depende de sua capacidade de produzir bens e serviços” (MANKIWI, 2007, p.13), busca demonstrar como a produtividade possibilita que a maioria das pessoas tenha um bem-estar generalizado, conforme explica Mankiw “em países onde os trabalhadores podem produzir uma grande quantidade de bens e serviços por unidade de tempo,

a maioria das pessoas desfruta de padrões de vida elevados” (MANKIW, 2007, p.13).

Com efeito, a premissa em questão parte do conceito de produtividade, entendida como “a quantidade de bens e serviços produzidos por unidade de insumo de mão de obra” (MANKIW, 2007, p.14). Assim, o aumento da produtividade é capaz de promover o bem-estar generalizado de todos os sujeitos em sociedade afirma o autor (MANKIW, 2007). Inclusive, Mankiw se presta a relacionar as políticas públicas como elemento chave para explicar o aumento do padrão de vida ilustrado pela capacitação da força de trabalho a qual terá acesso às melhores tecnologias (MANKIW, 2007).

Mankiw mais uma vez generaliza as relações de classe como inexistentes, porquanto postula ser possível que com o aumento da produtividade, toda a sociedade se beneficie. Contudo, ainda que essa premissa possa ser verdadeira em termos econômicos, não podemos a aplicar *a priori* para todas as sociedades, ainda mais quando certas contradições do capitalismo se encontram patentes. Ao observamos, por exemplo, ser os EUA possuidor de um dos piores índices de pobreza entre os países desenvolvidos, segundo demonstra Geraldo Lissardy na notícia “*Por que os EUA têm os piores índices de pobreza no mundo desenvolvido*”.

Logo, um país possuir uma grande produtividade não implica necessariamente o bem-estar geral de todos, pois uma maior quantidade de bens e serviços produzidos em um menor tempo,

conforme ensina Mankiw, não implica uma melhora para a classe que os produziu, ainda que com políticas públicas, mas sim para a classe detentora do fluxo final do valor, essa sim responsável pela concentração das riquezas e do bem-estar.

Assim produzir mais e melhor pode resultar em um aumento real do crescimento econômico, contudo, não consuma de pronto a redução das desigualdades, essa sim a grande chave para o bem comum em uma sociedade. Isso porque, em toda sociedade atravessada pelas classes em luta, é necessário para o capital aumentar a produtividade, pois assim se acelera o circuito de transferência do valor, o qual permaneça nas mãos dos detentores do capital e não nas mãos da classe trabalhadora. Essa questão se torna ainda mais patente em países de capitalismo atrasado, como ocorre no Brasil, na medida em que aumentar a produtividade e por logo o crescimento econômico não dissolve as desigualdades estruturais ou de classe, ainda que seja possível o aumento de acesso aos bens de consumo ou tecnológicos. Como forma tão somente de ilustrar as contradições a respeito do princípio em questão, e não de representar a totalidade, tomemos a questão de como a produtividade do agronegócio brasileiro em 2021 bate recordes de crescimento, conforme ilustra a notícia *"investimento no agronegócio se acelera e sustenta PIB no interior"*. Ao mesmo tempo, que em igual período do ano ocorreu o recorde da extrema pobreza brasileira em 14,5 milhões de famílias, segundo corrobora

a reportagem de Carlos Medeiros, "*País tem recorde de extrema pobreza com 14,5 milhões de famílias na miséria*".

O nono princípio, "os preços sobem quando o governo emite moeda demais" (MANKIWI, 2007, p.15), objetiva como o aumento dos preços tem como causa principal a inflação entendida por "um aumento do nível geral dos preços da economia" (MANKIWI, 2007, p.15). Para Mankiw a principal causa da inflação é o aumento da quantidade de moeda disponível no mercado, pois uma maior oferta de moeda acarreta na redução de sua escassez de modo a diminuir seu valor, conforme explica Mankiw "o que causa a inflação? Em quase todos os casos de inflação elevada ou persistente, o culpado é o aumento na quantidade de moeda. Quando um governo emite grandes quantidades de moeda, o valor desta cai" (MANKIWI, 2007, p.15). Com efeito, extraímos uma primeira relação entre a inflação e a moeda, mas qual é de fato a especificidade desses segundo conceito? A moeda é entendida por Gonçalves como 'um meio de troca fundamental' na medida em que resume serem três as funções da moeda. "1. Servir como meio de troca; 2. Servir como reserva de valor; 3. Servir como unidade de referência contábil" (GUIMARÃES; GONÇALVES, 2010, p.151). Uma vez que tenhamos entendido a moeda, como categoria econômica fundamental responsável não só pela troca entre os agentes econômicos como também pela expressão do fluxo de valores em uma dada economia, podemos avançar para

sua relação com a inflação, bem como seus efeitos negativos e positivos.

Nesse sentido, Guimarães e Gonçalves explicam ser comum atribuir a inflação o fato de que ela deixaria todos mais pobres, contudo, alertam os autores não ser essa afirmação correta pois “se sobe o preço de tudo na economia, o padeiro tem que pagar mais pelo seu aluguel, suas roupas, lazer, comida etc. Mas por outro lado, ele também recebe mais pelo seu pão” (GUIMARÃES; GONÇALVES, 2010, p.154). A situação acima revela assim não serem todos os sujeitos atingidos da mesma forma pela inflação, sendo assim necessário que identifiquemos os prejuízos causados. Para os referidos professores, o primeiro efeito negativo da inflação é nublar a opção dos consumidores, pois com o aumento generalizado dos preços, não se pode ter assim a real visão das necessidades decorrentes da demanda (GUIMARÃES; GONÇALVES, 2010). O segundo efeito negativo da inflação é ocasionar maiores gastos tanto para as empresas, as quais vão deixar de alocar os recursos necessários para a produção, quanto para os consumidores, os quais vão ter o seu poder de compra reduzido, dada a desvalorização do valor real da moeda: “portanto, as pessoas tenderão a carregar menos moeda quando a inflação é mais alta. Mas, com menos moeda, a dificuldade de efetuar trocas cresce, e o bem-estar econômico então cai” (GUIMARÃES; GONÇALVES, 2010, p.155). Ademais, ainda que a inflação não deixe todos mais pobres, ela é mais prejudicial para os pobres, pois

estes possuem mais dificuldade em proteger sua renda (GUIMARÃES; GONÇALVES, 2010, p.155). Sem embargo, a inflação pode acarretar efeitos “positivos” porquanto valores moderados de inflação 2 a 3% não são considerados valores ruins, dado que a inflação pode servir como forma de azeitar as relações econômicas (GUIMARÃES; GONÇALVES, 2010).

Ao extrairmos os efeitos da inflação, podemos avançar com suas outras causas, dado que existem dois tipos de inflação (de demanda e de custos) conforme explica o artigo *“Teoria sobre inflação: uma breve resenha descritiva e didática da literatura. Uma introdução ao tema”*. A primeira relativa à demanda tem como causa o aumento da procura para a oferta disponível, de modo aos autores citarem os seguintes fatores abaixo elencados (LANZANA, 2017 *apud* SANTOS, LAGES, GAYA, 2020, p.3), examinemos.

(i) aumento da renda disponível, que ocorre pelos aumentos reais dos salários, efeito riqueza ou uma redução da carga tributária, assim como, por meio de políticas de transferência de renda; (ii) expansão dos gastos públicos, os quais elevam o nível de demanda agregada; (iii) expansão do crédito e redução das taxas de juros, ambos os fatores influenciam na demanda de consumo e investimentos, e por fim a (iv) expectativa dos agentes econômicos, que possui a capacidade de interferir no nível de demanda da economia. E ainda a expectativa de escassez futura de um determinado produto agrícola que pode levar a um aumento da demanda presente, se esta demanda exceder a oferta, acabará pressionando uma elevação dos preços (LANZANA, 2017).

Como se observa, a inflação por demanda possui outras causas que vão desde uma maior disponibilidade de renda no mercado até a própria expectativa dos agentes econômicos a respeito da escassez de determinados produtos. Sem deixarmos de considerar o aumento dos gastos públicos, bem como redução das taxas de juros. Logo, o aumento da inflação por demanda demonstra existirem outras causas que não o maior aumento de moeda. Sendo ainda necessário acrescentar o segundo tipo de inflação decorrente dos custos, o qual decorre da transferência de custo pelos produtores em cenários econômicos de demanda estável, conforme a lição dos mesmos autores (LANZANA, 2017 *apud* SANTOS, LAGES, GAYA, 2020, p.3) sem deixarem de já demonstrarmos as devidas causas, nos seguintes termos.

Esse segundo tipo de inflação decorre de pressões geradas nos custos e conseqüentemente repassadas aos preços. Este tipo de inflação, também recebe a denominação de choque de oferta, que pode acontecer mesmo quando a demanda permanece estável, onde são alteradas somente as despesas por parte do produtor. Dentre os inúmeros fatores que podem levar a esse tipo de inflação, podem ser destacados quatro: (i) elevação da taxa de juros, que acaba por aumentar os custos da produção; (ii) uma desvalorização cambial, que acaba gerando uma inflação nos produtos que são importados, os preços externos aumentam relativamente, em especial commodities e insumos; (iii) o custo da mão de obra, onde a inflação pode vir atrelada ao aumento do salário nominal, e por fim o (iv) aumento de impostos, que pressiona a elevação dos serviços e produtos (LANZANA, 2017).

Da leitura, detectamos outros fatores que não o aumento de moeda, dentro os quais destacamos o aumento da taxa de juros, desvalorização cambial, aumento de impostos entre outras casualidades econômicas devidamente demonstradas acima. Em conclusão, verificamos ser a causalidade da inflação decorrente não só do aumento de moeda, como também em decorrência de fenômenos tangentes à demanda e dos custos por parte dos produtores.

O último princípio econômico, “a sociedade enfrenta um tradeoff de curto prazo entre a inflação e desemprego” (MANKIWI, 2007, p.15), postula ocorrer uma escolha conflitante decorrente da relação inversamente proporcional entre a inflação e o desemprego. Sendo essa questão econômica melhor entendida a partir da curva de *Phillips*, a qual em função de períodos de alta e baixa atividade econômica demonstra ocorrem respectivamente situações de baixa e alta inflação, sendo a melhor síntese a dos referidos autores (VITHICK, 1981, p.75 *apud* SANTOS, LAGES, GAYA, 2020, p.95) abaixo transcrita, leiamos:

No ano de 1926 o famoso economista Irwin Fischer demonstrou pela primeira vez uma relação estatística entre taxa de inflação e nível de desemprego. Em períodos de alta atividade econômica, prosperidade, onde ocorre uma despesa agregada elevada e um baixo nível de desemprego, os níveis de inflação tendem a ser mais elevados, em relação a um padrão normal. Por outro lado, em períodos de depressões e altos níveis de desemprego, ocorria fenômeno inverso as taxas de inflação tendem a ser mais baixas. Dessa forma, foi

percebida que a inflação e o desemprego estariam inversamente correlacionados (TREVITHICK, 1981, p. 75).

Após a leitura, detectamos não existir escapatória no capitalismo, dado que em momentos de crescimento, em razão do aumento de empregos e por logo de despesas, temos como resultado o aumento generalizado dos preços, na medida em que os produtores não vão deixar de buscar a maximização dos lucros. Ao passo que em momentos de crise, e por logo de maior desemprego, teremos a redução generalizada dos preços com conseqüente deflação dos preços. Em síntese, inflação e desemprego são categorias econômicas inversamente proporcionais e que assim denotam a eterna crise que o capitalismo se apoia para manter o fluxo de valores da classe trabalhadora para a classe capitalista, uma vez que em ambos os cenários o valor produzido pela força de trabalho vai ser mais ou menos requisitado, porém o processo de valorização do valor permanece sem alteração estrutural da luta de classes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude de todas as considerações feitas até o momento, iremos dividir nossas conclusões a respeito dos principais conceitos e críticas decorrentes dos princípios em questão. Para que assim possamos estabelecer a correlação entre a *microeconomia/agência* (princípios 1 a 4) e a *macroeconomia/estrutura* (princípios 6 a 10), após a breve

explicação e crítica de cada um dos princípios em blocos, vejamos cada qual.

O primeiro bloco entende como a ação humana se desenvolve em função do *tradeoff*, os quais se revelam pelo custo individual de oportunidade do agente econômico ao calcular racionalmente os custos e benefícios durante a tomada de decisão, demonstrável pela primazia do benefício alcançado ser maior que o custo marginal. Conforme já demonstrado, a individualização da ação econômica guarda profunda relação com a dupla abstração teórica do que vem a ser o Mercado e da “natureza humana” voltada para a máxima utilidade individual ilustrada pelo Homem Econômico. Em igual sentido, porém em termos estruturais, verificamos como, em última análise, o liberalismo econômico também guarda relação com o máximo de acúmulo individual livre e desimpedido por outras causalidades políticos sociais que não a própria ação humana utilitária. A combinação dialética de ambas as percepções acima permite que identifiquemos ser fundamental para a circulação de mercadoria e em especial para o acúmulo de valor desmedido, a correlação entre um agente econômico individual e o sistema político liberal individualista, dado que as ações humanas capitalistas devem encontrar respaldo na estrutura econômica que as alicerça. Como se observa, o primeiro bloco evidencia como a “Economia Pura” pode privilegiar uma análise microeconômica com o propósito de assim azeitar as relações sociais entre trabalhadores e produtores. Isso porque, somente se

torna possível compreender o fluxo de valor no capitalismo quando entendemos a relação estrutural entre os sujeitos, mercadorias e o capital, em razão da dialética entre a relação social entre sujeitos e objetos, devidamente demonstrada pela teoria fetichista marxista.

Por conseguinte, o segundo bloco, dividido em princípios 5/7 e 8/10, trata de entender justamente a relação dos agentes econômicos em conjunto. Com efeito, destacamos a crítica quanto ao bem-estar do mercado ser irreal, uma vez que a divisão do trabalho na sociedade capitalista decorre de um processo histórico de expropriação violenta baseado na propriedade privada dos meios de produção. Logo, a tomada de decisão dos agentes no capitalismo não é livre ou orientada pelo Mercado, mas sim pré-determinada pela forma social com que se produz as mercadorias em função de suas respectivas classes. Ao consolidarmos essa crítica, entendemos como em verdade os sujeitos no capitalismo são objetos da vontade do capital, o qual se personifica a ponto de se tornar sujeito e reificar tudo e todos em uma enorme coleção de mercadorias, a serem mais ou menos trocadas em função do valor, como explicou Marx. Nesse sentido, a crítica fetichista marxista traz à tona o real sentido da inversão constante a qual pautamos nossas vidas no capitalismo. Dado que detectamos ser uma das funções do Estado no capitalismo a de proteger a propriedade privada e dos meios de produção, assim como tutelar a força de trabalho via regulação do contrato de trabalho, via o direito e demais instituições capazes de trazerem a segurança jurídica em função da

tríade: liberdade, igualdade e propriedade. É indispensável assim relatar a função tanto da Economia em legitimar as relações sociais capitalistas como naturais e legais.

O último bloco nos revela como a economia capitalista, segundo os ditames da economia de mercado, guarda profundas contradições, porquanto ainda que a produtividade seja meta em qualquer país capitalista, em especial os periféricos. Não vislumbramos ser possível a ruptura da questão estrutural de classe responsável pelo fluxo de valor de uma classe para a outra. Nessa toada, com fundamento na curva de Phillips, verificamos o horizonte de crise no capitalismo ser ora pautado por um cenário de crescimento, porém, limitado pela inflação. Ou, ora de recessão, atingido pelo desemprego. Como se observa, em ambos os cenários a classe trabalhadora é prejudicada ao não conseguir acumular tal qual os donos do capital fazem, seja no momento de crise, seja no momento de crescimento.

Por fim, entendemos ser necessário que a Economia, em sua definição clássica ou neoclássica, trabalhe dialeticamente em uma dupla perspectiva disposta tanto pelo *eixo micro*, exemplificado pela tomada de decisão dos agentes econômicos (agência) quanto pelo *eixo macro*, ilustrado pelas regras e tendências as quais conformam o que poderíamos chamar de "estrutura econômica". Por logo, destacamos ser necessário que a Economia e as Ciências sociais e jurídicas possam ultrapassar a dicotomia entre a agência e estrutura, com vistas a assim entendermos não ser possível

nenhuma tomada de decisão econômica sem a devida adequação estrutural. Ao mesmo tempo, que a estrutura social econômica deva ser orientada não para o acúmulo individual utilitário, mas sim para o acúmulo coletivo em uma sociedade sem classes.

A necessidade de se trabalhar dialeticamente com ambos os eixos possibilita assim que a economia seja menos focada na tomada de decisão individual, e por logo, desconexa aos interesses de mercado e de circulação de mercadoria, em correlação com o sistema econômico capitalista. De tal sorte a possibilitar uma visão econômica crítica, de fato voltada para a administração dos recursos escassos em função de sua utilidade e das reais necessidades humanas. E não de interesses individuais abstratos de mercado, os quais, em última análise, consolidam o acúmulo individual e, portanto, perpetuam as desigualdades, dado que o circuito de transferência do valor entre as classes permanece igual.

REFERÊNCIAS

ALECRIM, Emerson. **Amazon tem “zona de destruição” para milhares de produtos não vendidos**. Publicada em 21/06/2021. Disponível em <https://tecnoblog.net/453564/amazon-descarte-zona-destruicao-produtos-nao-vendidos/>. Acesso em 21 de julho de 2021

BRASIL. Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Artigo 3º. Acesso em 25/07/2021. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Artigo 5º. Acesso em 25/07/2021. Disponível em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

CHIARA, de Márcia. **Investimento no agronegócio se acelera, sustenta PIB e espalha renda no interior.** Publicado em 5 de julho de 2021. Disponível em <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2021/06/05/investimento-no-agronegocio-se-acelera-sustenta-pib-e-espalha-renda-no-interior.htm>. Acesso em 25 de julho de 2021.

COSTA, Fernando Nogueira da. **Economia em 10 Lições.** Como interações de decisões microeconômicas resultam em problemas macroeconômicos. Campinas, São Paulo 2020.

DAMASCENO, Victoria. **A volta às aulas é fundamental e, se houver um surto, lidaremos com ele, diz epidemiologista.** Publicada em 21 de julho de 2021. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/07/a-volta-as-aulas-e-fundamental-e-se-houver-um-surto-lidaremos-com-ele-diz-epidemiologista.shtml>. Acesso em 21 de julho de 2021.

EDITORIAL. **Por que brasileiro prefere poupança? Baixa renda e preconceito pesam nisso.** Publicado em 21/07/2021. Disponível em <https://economia.uol.com.br/mais/ultimas-noticias/2021/07/21/cor-genero-e-renda-ainda-barram-acesso-a-investimento-dizem-especialistas.htm>. Acesso em 21 de julho de 2021.

FARIZA, Ignácio, **Número de bilionários latino-americanos aumenta 40% durante a pandemia de coronavírus.** Reportagem publicada em 28 de maio de 2021. Disponível em

FILHO, Duílio Battistoni. **Por que o Brasil foi o último país da América Latina a abolir a escravidão.** Publicado em 10 de maio de 2018. Disponível em <https://ihggcampinas.org/2018/05/10/por-que-o-brasil-foi-o-ultimo-pais-da-america-latina-a-abolir-a-escravidao>. Acesso em 25 de julho de 2021

GUIMARÃES, Bernardo; GONÇALVES, Carlos Eduardo. **Introdução à Economia**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

KRÜGER, Kátia. **Açougue tem fila para doação de ossos em Cuiabá para famílias carentes**. Disponível em <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2021/07/17/acougue-tem-fila-para-doacao-de-ossos-em-cuiaba-para-familias-carentes.ghtml>. Acesso em 21 de julho de 2021.

MADEIRO, Carlos. **País tem recorde de extrema pobreza com 14,5 milhões de famílias na miséria**. Publicado em 23 de maio de 2021. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/05/23/com-145-mi-de-familias-na-miseria-brasil-bate-recorde-de-extrema-pobreza.htm>. Acesso em 25 de julho de 2021.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à Economia**. Tradução Alan Vidigal Hastings. São Paulo: Thomson Learning, 2007

O que é economia. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Disponível em: <https://www.fea.usp.br/economia/graduacao/o-que-e-economia#:~:text=A%20Ci%C3%AAncia%20Econ%C3%B4mica%20%C3%A9%20uma,escassos%20entre%20in%C3%BAmeros%20fins%20alternativos.&text=Ou%20seja%2C%20o%20estudo%20da%20efici%C3%AAncia%20e%20da%20equidade>. Acesso em 22 de junho de 2021.

LANZANA, A. E. T. **Economia brasileira: fundamentos e atualidade**. 5a. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LISSARDY, Geraldo. **Por que os EUA tem os piores índices de pobreza do mundo desenvolvido**. Publicado em 2 de Agosto de 2020. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-53562958>. Acesso em 25 de julho de 2021.

MARX, Karl, **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998

MARX, Karl, **O capital (Livro I)**. São Paulo: Boitempo, 2017.

O GLOBO, Agência. **Brasil é o nono país mais desigual do mundo diz IBGE**. Publicado em 12/11/2020. Disponível em <https://exame.com/economia/brasil-e-nono-pais-mais-desigual-do-mundo-diz-ibge/>. Acesso em 25 de julho de 2021.

ROSA, Íris Vânia Santos. **Preço**. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). Tomo: Direito Tributário. Paulo de Barros Carvalho, Maria Leonor Leite Vieira, Robson Maia Lins (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/283/edicao-1/preco>

SANTOS, Jonathan; LAGES, André; GAYA, Pedro Lages. **Teoria sobre inflação: uma breve resenha descritiva e didática da literatura. Uma introdução ao tema**. Nexos Economicos - PPGE/UFBA, v.14, n.2, 2020.. Disponível em <https://periodicos.ufba.br/index.php/revnexeco/article/view/42023>. Acesso em 25 de julho de 2021.

SICSÚ, JOÃO, **Porque é uma falácia comparar a economia doméstica com a do governo**. Publicada em 1 de setembro de 2016. Disponível em

SENADO, Agência. **Projeto cria imposto sobre grandes fortunas para ajudar no combate à covid**. Reportagem publicada em 21 de junho de 2021. Disponível em <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/07/21/randolfe-pl-imposto-fortunas-covid.htm>. Acesso em 22 de junho de 2021.

TREVITHICK, J. A. **Como viver em inflação**. Lisboa: Dom Quixote, 1981.

CAPÍTULO 2

A VIDA LIMITA A ARTE: FINANCIAMENTO E OUTRAS DIFICULDADES DE SER ARTISTA NO BRASIL

Beatriz de Oliveira Contrera Toro

Ingrid Silva Sjobom

"As artes não são uma maneira de ganhar a vida. Elas são uma maneira muito humana de tornar a vida mais suportável. Praticar uma arte, não importa quão bem ou mal seja, é uma maneira de fazer sua alma crescer."

Kurt Vonnegut, Jr.

INTRODUÇÃO

A pergunta 'É possível viver de arte no Brasil?' pode possuir uma resposta um tanto simples: não, pois não há financiamento suficiente para artistas individuais e organizações culturais viverem disso como sua única fonte de renda. Entretanto, para alcançar uma resposta completa, é necessário fazer um levantamento sobre a condição do financiamento da arte tanto público quanto privado e das dificuldades que os artistas enfrentam. Feito isso, para compreender o porquê se deve financiar arte – pois, não sendo um

produto econômico cujo valor de uso é facilmente mensurável, parece não haver justificativa clara para tal investimento –, deve-se investigar a sua importância sociocultural. Com isso, espera-se concluir que, na realidade, é possível viver de arte no Brasil, mas apenas em certas condições: quando já se encontra em uma situação de privilégio financeiro e social e/ou quando se renuncia a certos valores artísticos em prol de valores mercadológicos para assegurar patrocínio. Espera-se estabelecer que, fora destas condições, é altamente improvável que o artista consiga obter seu sustento a partir unicamente de sua profissão artística, pois não há interesse dos patrocinadores em cultivar a arte que não se submeta à categoria de produto.

A busca investigativa de como se dá o investimento em arte ocorre pensando que tal investimento é, de fato, insuficiente para a subsistência de pequenos artistas, especialmente os das artes performativas (mas não estritamente). É realizada com o intuito de justificar o financiamento da arte levando em conta os possíveis benefícios que ela garante na sociedade, ressaltando a necessidade do financiamento público.

Juntando-se ao levantamento bibliográfico, são citadas entrevistas concedidas por oito pessoas conectadas ao mundo da arte, especialmente no estado e na cidade de São Paulo, o que providencia uma vista de primeira mão das condições históricas e atuais do financiamento de arte e cultura e, portanto, possibilita uma análise qualitativa mais aprofundada. São os entrevistados:

Cássia C. Bomfim (53 anos, flautista e professora universitária, com formação institucional internacional como flautista de orquestra e solista); **Eduardo C. Toro, Jr** (60 anos, diretor musical e intérprete em um projeto de incentivo à leitura, com formação tradicional popular como percussionista e multi-instrumentista); **Elaine C. G. de Oliveira** (47 anos, professora de música, com formação universitária em Piano); **Felix W. Toro** (32 anos, curador, produtor e administrador cultural, com formação universitária em História e mestrado internacional em Curadoria de Arte); **Fernanda Azevedo** (48 anos, atriz, professora e pesquisadora teatral do meio universitário); **José Tedesco** (28 anos, músico e compositor, com formação universitária em Engenharia Química); **Mítria da S. Pereira** (22 anos, poeta e em processo de formação universitária em Ciências Sociais); e **Pedro P. do P. Teixeira** (24 anos, pesquisador de games, design e inovação, com formação em Animação). Todos os trechos citados são resultado de transcrições simultâneas redigidas durante as entrevistas e foram submetidos a uma leve edição posterior às mesmas para melhor fluidez e compreensão; os entrevistados autorizaram o uso de suas falas para publicação.

É importante ressaltar que, com a pandemia da SARS-CoV-2, ou COVID-19, a situação do financiamento, do mercado artístico e do mercado de trabalho no geral, assim como o tom da arte produzida, mudou significativamente. Entretanto, só será possível tratar dessa questão de modo superficial devido ao fato de que a

vasta maioria da bibliografia mobilizada precede tais acontecimentos, e se reconhece que os obstáculos de antes persistiram, tendo sido agravados ou se juntado a outros como decorrência da pandemia.

2 O ESTADO DO FINANCIAMENTO DE ARTE NO BRASIL

Introduzindo os pontos inicialmente elaborados a partir da bibliografia central, investigando, especificamente, os relacionamentos entre arte e economia e cultura e economia, encontra-se, em um texto de Noëlle Carroll de 1987 *"Can Government Funding of the Arts Be Justified Theoretically?"* a seguinte distinção: financiamento de preservação e financiamento prospectivo. Ou seja, há o financiamento de museus, locais históricos e instituições, o qual tem a intenção de proteger o passado de uma cultura, e o financiamento que visa o futuro da arte, investindo em artistas que estão criando ou criarão obras de arte, qualquer que seja seu tipo (CARROLL, 1987). Aqui se lidará com o segundo modo de financiamento, que sustenta a produção de arte contemporânea, e se fará uma exploração do estado desse modo de financiamento no Brasil, tanto público quanto privado, observando suas vantagens e desvantagens de acordo com diferentes autores, entrevistados e comentários adicionais próprios.

Para entender melhor o contexto do financiamento de arte e cultura no Brasil, utiliza-se o texto de José Carlos Durand, *"Public*

and Private Art Funding in Brazil" (1999), onde o autor explica que, tanto ao nível nacional quanto nos estados e municípios mais importantes, o governo vinha desempenhando "um papel de liderança" ao criar instituições públicas e participar no financiamento de instituições privadas. No entanto, ressalta que "não há continuidade na presença do governo na área cultural", pois não assegura "administração continuamente boa e recursos estáveis e suficientes" para a cultura e as artes (DURAND, 1999, p. 10). Isso é verificado na fala da entrevistada Cássia, que conta que, na sua "experiência no ambiente sinfônico, (...) uns 95% das orquestras brasileiras são financiadas pelo Estado de maneira direta ou indireta", mas que esse financiamento não é gerenciado pelo governo: "faz uns 15 anos que o Estado elegeu um sistema de gestão híbrida; alguns órgãos são geridos por fundação, mas com grande parte da verba do Estado", enquanto outros "são gerenciados por empresas privadas", chamadas "Organizações Sociais, ou OSs" (BOMFIM, 2022).

Durand também nota que a relação entre o Estado e a classe empreendedora possui influência no desenvolvimento do financiamento artístico, pois o Estado se encontra numa posição de provedor mesmo quando o financiamento é privado: a classe empreendedora "construiu laços de dependência com o governo, induzindo uma postura passiva de se esperar que o Estado providencie toda iniciativa e financiamento de áreas 'sociais'" (DURAND, 1999, p. 11). Mesmo que, como explica Isaura Botelho

em seu texto “Dimensões da Cultura e Políticas Públicas” (2001), “quando se transferem responsabilidades para o setor privado, isso não exclui o papel regulador do Estado, uma vez que se está tratando de renúncia fiscal e, portanto, de recursos públicos” (BOTELHO, 2001, p. 19), não deveria ser possível alojar toda a responsabilidade e iniciativa na esfera pública se esta não será a que controlará o destino da verba, o que limita a liberdade criativa dos artistas contemplados.

Essa atitude passiva e o funcionamento do financiamento em si são mais bem descritos quando Durand fornece um panorama das leis de incentivos fiscais que fazem parte das políticas culturais já mencionadas. Tais leis de incentivo “exigem que empresas mobilizem pelo menos 20% do custo total de um projeto”, limitando “o incentivo fiscal a não mais de 80% dos projetos”, o que é justificado alegando que “o governo não pode transferir suas despesas atuais com salários, programas culturais ou com a manutenção de centros culturais para os incentivos” (DURAND, 1999, p. 16). A indisposição de investir o necessário na área artística não é algo novo no país; como explica a entrevistada Fernanda, “em um país democrático, pelo menos (...) 1% do orçamento total do governo deveria ir para arte e cultura, nem tocando em educação”, mas “isso nunca tivemos no Brasil; mesmo que alguns governos do PT tenham dito que chegaram a 1 ou até 1,4%, não é verdade, porque contam nisso emendas parlamentares. Só tiveram 0,4-0,6% verdadeiramente destinados à cultura”. Isso se deu tanto porque,

não apenas “grande parte do orçamento do Brasil, mais da metade, é para pagar a dívida pública” (AZEVEDO, 2022), como há uma desvalorização profunda da profissão artística no país, a qual será investigada em breve.

Durand nota que as regras de financiamento mencionadas, como o próprio limite do incentivo fiscal, foram discutidas em sindicatos de artistas, onde se propuseram certos meios de controle, como o tratamento da “agência municipal como uma fundação” para agilizar a administração da lei, “possibilitar recebimento de fundos de outras fontes”, entre outros. Desse modo, com a lei federal de incentivo cultural conhecida como Lei Rouanet, emendada em 1995, a empresa que recebe os fundos públicos para investir em projetos artísticos se torna um intermediário potencialmente desnecessário entre os artistas e seu financiamento, o que não quer dizer que não houve aumento de projetos patrocinados e “bens culturais” resultantes desde então. A questão é que, em maior parte, esses “incentivos atraem (...) empresas em negócios que trazem altos impostos sobre propriedade imobiliária urbana (como redes de estacionamentos, empresas de ônibus e concessionárias de carros)”, o que afeta diretamente o perfil de projetos que são aprovados e financiados (DURAND, 1999, p. 19). Isso é evidenciado pelo entrevistado Eduardo, que afirma que a Lei Rouanet pode ser problemática “porque amarra a criação artística ao departamento de marketing das empresas, que passam a decidir o que e como será feita a arte

pelos interesses da empresa, sendo que esse dinheiro teoricamente seria público” (TORO, 2022). Outro elemento desses incentivos é a diferença enorme entre as “quantias fornecidas por uma municipalidade e por outra”, ou seja, não há repasse completamente igualitário em um nível geográfico (DURAND, 1999, p. 19). Um dos problemas decorrentes é exemplificado na fala do entrevistado José, que afirma:

“se você fizer um concurso no Estado de São Paulo, é mais provável que os recursos vão pra capital, mas, se for pro interior, você vai ser assessorado por uma Secretaria [de Cultura] que vai conseguir te dar a verba, mas cujo canal de Youtube tem tipo 20 views (sic) no vídeo que te divulga. Conseguir uma oportunidade que não abre caminho para outras por falta de visibilidade pode ser prejudicial pro músico e desanima um pouco também, dependendo da sua situação” (TEDESCO, 2022).

Ainda assim, houve certas mudanças na situação descrita por Durand na época em que escreveu o texto. Depois, durante o governo Lula, introduziu-se “uma nova orientação política no governo federal, com o foco no cidadão e na redução das desigualdades regionais e sociais,” algo que causou mudanças na gestão cultural, tratando da cultura e da arte de modo mais amplo e como elementos importantes do processo de desenvolvimento.

Desse modo, houve certa “democratização do acesso aos recursos, bens, produtos e serviços culturais”, mas o mercado acabou por se acomodar ao modelo de incentivo fiscal, o que, juntamente à concentração “de poder nas mãos dos intermediários

culturais” já mencionada, causou uma manutenção desse sistema como único “mecanismo estratégico da gestão das políticas culturais” (OLIVEIRA; VIEIRA; DA SILVA, 2007, p. 134). Conseqüentemente, pode-se inferir que a precarização relatada por José seja recente, resultado dos governos Temer e Bolsonaro, e/ou ligada à pandemia, e/ou causada pela má administração da digitalização generalizada das atividades artísticas e governamentais, pois, se houvesse outras estratégias de publicização digital dos artistas contemplados por tais editais, é possível que esse aspecto do problema fosse inexistente. Todavia, se esse fosse o caso, infelizmente não garantiria a ausência de outros obstáculos devido à desigualdade geográfica do repasse da verba.

Voltando a Durand, o autor enumera os aspectos positivos e negativos do mecanismo de financiamento descrito previamente. Na lista dos aspectos positivos afirma que, primeiro, “a mera existência dos incentivos fiscais força os artistas ou produtores culturais a procurarem fundos das empresas, numa busca cansativa, o que aumenta pressões para financiamento direto do Estado no meio cultural.” Então, adiciona que “a experiência frustrante de bater à porta de empresas inutilmente exige a criação de fundos em paralelo ao patrocínio”, o que também é difícil de se obter, lançando dúvida sobre a caracterização desse ponto como positivo (DURAND, 1999, p. 26).

De fato, é difícil afirmar que é um aspecto completamente benéfico desse mecanismo, pois, como explicam vários entrevistados, “se você tem um trabalho ligado à indústria cultural, você tem que estar dentro do mercado; se não está, depende da verba pública” (AZEVEDO, 2022). “No Brasil, o suporte institucional, ou estatal, é muito voltado, no caso da música, para uma música conservadora, para algo como a Orquestra Sinfônica”, e mesmo para isso o artista deve ter “um grau de expertise, de excelência muito grande para poder alcançar” essa estabilidade, “com zilhões (sic) de anos de estudo, de especialização, e o que (...) recebe não é proporcional ao esforço, ao investimento que (...) fez em si mesmo.” (BOMFIM, 2022).

Quanto ao financiamento privado, é direcionado majoritariamente à música popular ‘mainstream’; a entrevistada Mídria coloca que “artistas e cantores grandes, como Ivete Sangalo, pessoas do sertanejo, que já têm nome consolidado no mainstream, conseguem tranquilamente viver de arte no Brasil”, sendo que, para artistas atuantes em nichos menores, provenientes de comunidades e identidades marginalizadas, como as ligadas “à cultura periférica e [outros] espaços que possuem pouca visibilidade, fica mais difícil” acessar o patrocínio privado (PEREIRA, 2022).

O segundo aspecto enumerado por Durand é o da “percepção, por políticos, do campo artístico como um importante mercado eleitoral”, ou seja, o momento em que a classe política

começa a prestar atenção e se preocupar em ouvir as vozes da classe artística (DURAND, 1999, p. 21). Isso, no entanto, também pode ter sua parcela de negatividade, pois parece ser um sentimento 'interesseiro', por assim dizer. Não denota uma preocupação genuína com a arte, com possibilitar que os artistas tenham estrutura para dar continuidade a seu trabalho, e sim em se certificar que votem na pessoa 'certa' para que tais políticos mantenham seu poder e status social e financeiro.

Pode ser, na realidade, uma das causas para a situação difícil do financiamento público, pois, como afirma o entrevistado Félix, "artistas dependem de editais, que são por natureza temporários, não geram vínculos empregatícios, e são sujeitos a atrasos, cancelamentos, etc.", o que não é suficiente para subsistência, já que fazem com que artistas acabem precisando de "outras formas de renda fixa" (TORO, 2022). Portanto, se esses editais forem as únicas estratégias que os políticos interessados no campo artístico como mercado eleitoral possuem para alcançar os trabalhadores desse campo, é possível que nem sejam efetivos para seus fins, por serem ineficazes em assegurar o sustento dos artistas.

Outra causa, talvez ainda mais relevante e que, se houvesse um número suficiente de políticos que fossem sinceramente interessados em aumentar a qualidade de vida dos artistas, provavelmente seria combatida por políticas públicas, é explicada pelo entrevistado Eduardo: "não há público". Isso inclui o teatro, a

música, qualquer arte performativa, e, se houver público, é elitizado.

Não apenas não há público, como ainda há desprezo (...). Não há políticas públicas para explicar a importância da arte, campanhas para disponibilizar a arte e cultura para o povo, nada para formar público. Por muitos anos, fazendo apresentações em periferias e escolas, vi muitas pessoas, até adultos e pessoas mais velhas, que nunca foram pro teatro na vida, cuja primeira peça que assistiram foi a nossa. No geral, se não há patrocínio, não há teatro, não há arte, e, se não há público, há pouco a nenhum patrocínio (TORO, 2022).

O terceiro aspecto na lista de Durand é que “empreendedores vivem em uma cultura na qual todas as ações devem ser pensadas para custo e benefício.” O fator “relacional do raciocínio empreendedor reforça a necessidade de quantificação”, além de causar a consciência da “necessidade de dados numéricos sobre mercados culturais” (DURAND, 1999, p. 21). Tampouco esse movimento pode ser considerado plenamente positivo, pois, como também é salientado pelo entrevistado Félix, “do ponto de vista capitalista, não é útil” e só é desejável financiar arte se a mesma “for passível de comercialização e/ou especulação”, ressaltando então a “tendência a se privilegiar formas de financiamento de arte que deem algum tipo de retorno”. Desse modo, os “editais privados, que oferecem um retorno triplo às empresas que os promovem”, estes sendo “publicidade, abatimento de impostos e poder de enquadramento de temas/discussões da esfera cultural”, são

priorizados no processo de direcionar verba a artistas grandes e pequenos (TORO, 2022). Isso contribui à maior frequência de financiamento de artistas já estabelecidos e à necessidade de adequação ideológica dos artistas menores à *brand* das empresas envolvidas.

Um quarto aspecto positivo, de acordo com Durand, é o fato de que esse “foco de mercado inerente ao patrocínio corporativo faz com que artistas e produtores culturais vejam a obra de arte como um ‘produto aumentado’.” Em outras palavras, presta-se muita atenção “a vários aspectos exógenos do valor efetivamente cultural oferecido, mas frequentemente crucial à decisão do público de desfrutar de algo ou não”.

Novamente, dificulta-se o acordo desse ponto como um positivo, visto que já foi estabelecido que o fato de os valores monetários e as diferentes formas de chegar ao valor cultural serem centrais no que diz respeito ao financiamento da arte é algo desfavorável aos artistas. Tais valores têm como exemplo o próprio público, no sentido em que este age tanto como espectadores dos projetos culturais quanto como compradores em potencial dos produtos das empresas que fornecem os fundos. Vê-se que o único modo de se disseminar a preocupação de agentes culturais com o volume do público é pela motivação financeira, não pelo amor à arte ou por quaisquer compromissos para com os artistas. A publicidade é o que rege cada passo do processo de financiamento privado da arte.

Por último, o quinto ponto positivo colocado por Durand é o que afirma que a “dificuldade de aprovar projetos com comissões e a busca subsequente por empresas para financiamento desenvolve uma competência mínima entre artistas na preparação de projetos e orçamentos” (DURAND, 1999, p. 21). Novamente, é possível encontrar falhas nesse aspecto: são coisas capazes de causar sofrimento aos artistas por atribuírem um valor tão mercantil a sua obra e por obrigá-los a seguir todos os trâmites extremamente não-artísticos ligados ao financiamento. O entrevistado Eduardo ressalta que, para viver de arte, deve-se ter “contatos vantajosos” e “se se moldar ao sistema (fazer MEI, projetos, burocracia, *networking*), transformando-se num escritorzinho”, e que, como resultado, o artista “acaba fazendo muito mais das coisas que não são arte do que sua arte, só pra poder ‘viver de arte.’” (TORO, 2022). Além do mais, de acordo com Félix, “para a maioria das/os artistas sem sindicatos, contratos de trabalho, ou qualquer forma de estabilidade, criticar a atual forma de financiamento da arte pode significar dar um tiro no próprio pé” e privá-los do “acesso à única forma de financiamento disponível” (TORO, 2022).

No que diz respeito aos aspectos negativos desse sistema, Durand explica que, primeiro, “a arrecadação de fundos impõe esforços exaustivos sobre os artistas e produtores,” sendo que, ao invés uma nobre busca para possibilitar a criação de arte, muitas vezes se deve fazer a cansativa procura de um sustento financeiro

mínimo (DURAND, 1999, p. 22). Essa busca constante por subsistência que se mostra marcada por instabilidades e escassez tem se agravado, como salienta Fernanda: “tanto nós quanto quem vivia desse financiamento privado estão passando por uma dificuldade; você pode ganhar uma grana legal num ano e nos próximos três anos não ganhar nada” (AZEVEDO, 2022).

Segundo Durand, esse elemento evidencia a tentativa de corporações de evitar pagarem sua parte, o que ocorre quando as empresas, percebendo “o esforço do aplicante para arrecadar fundos para algo que é vital para ele”, tentam “transferir todo o fardo econômico do projeto para o aplicante.” Isso pode acontecer na forma de uma sugestão de que o aplicante, a pessoa ou grupo em busca de financiamento, aumente o custo total do projeto em 20% e que devolva a quantia correspondente quando receber o pagamento. Desse modo, “a empresa se isenta de qualquer contribuição presente de sua tesouraria” (DURAND, 1999, p. 22). Isso remete à situação explicada pela entrevistada Cássia, em que OSs privadas gerenciam a verba estatal. De acordo com ela, isso é um “esquema normal, da empresa criar vínculo empregatício com os artistas, mas (...) abre margem para muitas irregularidades financeiras”, como mencionado pelo autor, mas também porque o dinheiro estatal acaba sendo setorizado “em pessoas que têm interesses em comum, que podem até ser culturais, mas que colocam tudo na mão de nichos muito específicos; ou seja, é pouco democrático” (BOMFIM, 2022).

Além do mais, retomando a argumentação de Durand, artistas e outros profissionais da área artística e cultural, ao perceberem que a única coisa que convencerá um empreendedor a decidir algo sobre o projeto é a habilidade de não gastar nada, começam a exigir que o governo financie o custo total do projeto, o que, previsivelmente, aumenta a taxaço sobre a população, causando descontentamento. Isso faz com que todo o sistema que deveria servir para dar apoio às artes se transforme em um “leilão de vantagens”, o qual também pode ser ilícito, pois “às vezes os projetos estipulam compensação excessiva para os intermediários” de modo a convencê-los a realizar o financiamento.

O terceiro aspecto negativo dita que os critérios de seleção criados e mantidos pelas corporações que escolhem financiar os projetos acabam transformando toda a iniciativa em nada mais que uma campanha publicitária, como já apontado. Por consequência, se dá prioridade a projetos altamente visíveis, que já possuem algum elemento famoso ou reconhecível (DURAND, 1999). Em outras palavras, “o financiamento público das artes beneficia primariamente os já privilegiados” (CARROLL, 1987, p. 21). Durand resume: “uma iniciativa que ‘produz mídia’ continuará sendo uma oportunidade atraente para patrocínio incentivado, mesmo que tenha perdido a função para qual foi criada” (DURAND, 1999, p. 24). Esse é um cenário sentido diretamente pelo entrevistado Pedro, que relata que, se um artista “não tiver indicação ou algo assim, (...)”

tem que ser meio mercenário, ou depender de financiamento coletivo, ou trabalhar ininterruptamente.”

Aqueles que tentam depender de concurso público se encontram em maus lençóis, pois os editais “dão preferência aos nomes já conhecidos; a pessoa precisa estar estabelecida mesmo antes de trabalhar, tem que ter equipamento, renome”. Conta que, mesmo tendo experiência, às vezes o artista “não consegue se não tiver alguém pra indicar”, provando o argumento dos autores. Por essa e outras razões, até agora ele próprio só compôs projetos privados, pois “era o que tinha”, relegando ao financiamento coletivo a única forma de “fazer algo totalmente original, seu, o único jeito de ter controle criativo sobre seu projeto” (TEIXEIRA, 2022). Assim, a liberdade artística, que seria um elemento essencial à criação, se mostra possível apenas em cenários muito específicos, uma exceção.

Além de todos esses elementos, o fato de os patrocínios culturais das empresas tenderem a acontecer em regiões onde operam ou onde está seu mercado médio apenas reforça as desigualdades geográficas no que diz respeito à cultura. Tais desigualdades foram mencionadas anteriormente tanto pelo autor como pelos entrevistados, como José, que conhece a situação do financiamento no interior por ter sido contemplado por editais enquanto vivia em Marília - SP, e também por Mídria, cuja atividade ocorre em São Paulo. Ainda assim, de acordo com ela, esse

financiamento tampouco supre todas as necessidades dos artistas urbanos:

“aqui em São Paulo temos um polo cultural bastante forte que costuma ter uma certa continuidade, editais que saem todos os anos, como o Vai, o Proac, o Culturas Negras, Mês do Hip Hop, Semana de 22. No ano passado tivemos várias ações fomentadas pela Lei Aldir Blanc, a qual, ainda assim, foi muito tardia, porque se as pessoas que precisavam dela tivessem esperado sem fazer mais nada, teriam passado fome por um ano. No geral, em SP há múltiplas possibilidades, mas acho que ainda faltam espaços abertos e realmente plurais para se inserir e expressar e valorizar sua arte individualmente, porque nesses editais você tem que se inscrever como um grupo. Então aqui tem muito mais perfil de produtores e agitadores culturais do que de artistas que conseguem focar na sua arte” (PEREIRA, 2022).

Outra crítica de Durand a esse mecanismo é o fato de que o governo não pede nenhuma garantia de que os locais e institutos culturais construídos por bancos – graças ao incentivo fiscal – serão utilizados para propósitos culturais e artísticos permanentemente. Desse modo, os pequenos artistas e outros aplicantes de projetos culturais podem se encontrar sem lugares onde realizar suas intervenções artísticas ou com cada vez menos empresas dispostas a financiá-los por desejarem repassar seus fundos ou prédios de institutos, antes culturais, para propósitos comerciais ou administrativos (DURAND, 1999). Outra questão ligada a institutos culturais, que Eduardo indica enquanto crítica, é que, quando são entidades privadas, mesmo as sem fins lucrativos, como o Serviço Social do Comércio (Sesc), “os artistas também tem que se render”

às suas “exigências, parâmetros, agenda e vontades (...); fazem espetáculos *para* serem aprovados pelo Sesc, sem nem questionar” (TORO, 2022). Como diz Mídria, mesmo que existam “os centros culturais, Sescs, casas de cultura, espaços que às vezes contratam artistas, (...) uma coisa é você prestar um serviço e outra coisa é você ter apoio para criar, e isso quase não temos” (PEREIRA, 2022).

Como afirma Durand, “criar um instrumento de financiamento não significa propor e implementar políticas públicas.” É necessário expandir e melhorar as políticas culturais de financiamento prospectivo das artes, já que, no momento, “o acordo tácito entre o Estado e a minúscula clientela produtora não pode mais ser a base exclusiva ou a única justificativa para ação governamental” (DURAND, 1999, p. 35), pois é o “papel do Estado laico possibilitar que a sociedade se [manifeste] culturalmente em todas as suas formas”(OLIVEIRA; VIEIRA; DA SILVA, 2007, p. 139).

Em um apanhado adicional das características negativas do financiamento como se dá hoje em dia, Botelho elabora:

Os problemas existentes hoje no Brasil, quanto à captação de recursos via leis de incentivo fiscal, relacionam-se ao fato de produtores culturais de grande e pequeno portes lutarem pelos mesmos recursos, num universo ao qual se somam as instituições públicas depauperadas, promovendo uma concorrência desequilibrada com os produtores independentes. Ao mesmo tempo, os profissionais da área artístico-cultural são obrigados a se improvisarem em especialistas em marketing, tendo de dominar uma lógica que pouco tem a ver com a da criação. Aqui, tem-se um aspecto mais grave e que incide sobre a qualidade do trabalho

artístico: projetos que são concebidos, desde seu início, de acordo com o que se crê que irá interessar a uma ou mais empresas, ou seja, o mérito de um determinado trabalho é medido pelo talento do produtor cultural em captar recursos - o que na maioria das vezes significa se adequar aos objetivos da empresa para levar a cabo o seu projeto - e não pelas qualidades intrínsecas de sua criação. 'Antes de qualquer coisa, identificar as necessidades das empresas' é a dica fundamental dada por um profissional do marketing aos produtores culturais, numa revista especializada (BOTELHO, 2001, p. 23).

Apesar de que a produção cultural brasileira atual deve sua atividade em grande parte às leis de incentivo fiscal federal, estaduais e municipais, viu-se que isso não é totalmente positivo. Além do fato de que "os recursos orçamentários dos órgãos públicos (...) são tão pouco significativos que suas próprias instituições concorrem com os produtores culturais por financiamento privado" - o que contrasta com os anos 70-80, quando a maior parte da responsabilidade pela produção cultural se encontrava no poder público através de políticas culturais mais efetivas - (BOTELHO, 2001, p. 18), as principais, senão únicas razões para o financiamento privado, são o incentivo fiscal em si e o fato de que "grandes negócios se atraem ao patrocínio das artes porque projetar o tipo de perfil de mobilidade social vantajosa que é associado ao interesse pelas artes atrai investidores com mobilidade social vantajosa" (CARROLL, 1987, p. 29).

Juntando-se a isso, a dificuldade de mensurar o valor e importância econômicos da arte - que já é tratada como produto,

queira a classe artística ou não – faz com que não seja vista como algo que vale a pena financiar, diminuindo a disponibilidade do investimento em si. Na verdade, há razões práticas para o financiamento das artes, como o fato de que elas “apoiam desenvolvimento econômico local indiretamente ao realçar interações entre comunidades” e estimular as vendas das empresas que, nessa conjuntura, as patrocinam, ambos exemplos sendo algo que “gera negócios, empregos e turismo” (GRODACH, 2011, p. 74). Além disso, considerando que artistas em si são, também, indivíduos sociais, cujo bem-estar social é responsabilidade do Estado, o fato de tantos deles serem acometidos pelo desemprego está, possivelmente, dentro do campo legítimo de atividade estatal, e pode constituir outra razão para o desenvolvimento de políticas públicas culturais adequadas.

3 ROMANTIZAÇÃO E EXPLORAÇÃO DO TRABALHO ARTÍSTICO

Estas são algumas das dificuldades enfrentadas por artistas no que diz respeito à busca de financiamento. Aqui se discutirão outras delas, considerando principalmente a dimensão social e cultural do artista, mas sem deixar de lado a econômica.

A imagem do artista não é vinculada, ao menos não a princípio, à de um trabalhador. Seu trabalho é visto como excepcional, provido de paixão, de inspiração e de genialidade; como empreendedor e empresário autossuficiente, não como

agente de uma atividade econômica legítima e necessitada de atenção e financiamento. Como a entrevistada Elaine afirma: “para pessoas normais, não os artistas que ganham muita grana, [a arte] não é uma área valorizada, não é vista como uma profissão, e sim um hobby supérfluo”, e mesmo quando veem que há algum tipo de trabalho, “acham que o artista faz o que ele quiser, que ele está só se divertindo, então não dá pra apoiar, porque não é isso que se faz.” A concepção da arte como ‘não-profissão’ se deve ao fato de que, quando um “trabalhador pode gostar do que faz ou talvez se divirta enquanto trabalha”, as pessoas se ressentem dele, ocorrendo então a desvalorização (OLIVEIRA, 2022). Esse ressentimento deriva de uma ideia de que o trabalho deve causar sofrimento, o que é, plausivelmente, em razão do sistema capitalista em si, no qual o bem-estar do trabalhador é ignorado em prol do lucro. Com isso, as pessoas pensam que “o artista, só pelo fato de fazer o que ele gosta, deve ser punido com o não recebimento de dinheiro” (OLIVEIRA, 2022).

Aprofundando a concepção extremamente romantizada do labor da categoria artística, que está muito distante da realidade marcada pelo desprestígio e condições precárias de trabalho, cita-se o entrevistado Félix: “estamos acostumados à ideia burguesa e romântica de que a produção de arte é um privilégio que cabe ou aos filhos de famílias abastadas”, as quais são financeiramente capazes de “sustentar um membro improdutivo” da sociedade – novamente, ‘improdutivo’ dentro dos parâmetros capitalistas

produtivistas –, ou do “artista romântico que se sacrifica pela sua obra e vive sob condições paupérrimas”. Com isso, “a morte sem reconhecimento e na miséria é quase a confirmação do ‘gênio’ e da ‘autenticidade’ do artista” (TORO, 2022). Elaine reforça, dizendo que talvez até os próprios artistas acreditem nisso: “pensamos que o artista que se vende muito bem não é artista de verdade; para sermos artistas bons, sérios, precisamos nos dedicar unicamente à arte, passar fome, dificuldade.” Ainda assim, essa visão não pode ser atribuída completamente a eles, as vítimas: “só estamos inseridos nessa sociedade que nos vê assim” (OLIVEIRA, 2022).

Dito isso, de onde vem, afinal, essa desvalorização unida à romantização? Por que o Brasil é um país em que, como diz José, “as pessoas acabam vendo a arte como algo sem valor, como se não fossem seres que se alimentam de símbolos, como se um ecossistema cultural não fosse essencial para a vida em sociedade”? (TEDESCO, 2022). De acordo com Mírdia Pereira, isso possui algumas raízes, especialmente no passado:

a própria história de fundação do nosso país já explica. Países europeus que espoliaram outros países têm recursos para criar bolsas de pesquisa e de arte para o mundo inteiro, ou seja, para investirem em si mesmos e, eventualmente, dar umas migalhas pros outros países. A gente não tem uma estrutura econômica plenamente desenvolvida, e, considerando que ainda temos questões a resolver na educação, saúde, moradia, saneamento básico etc., a arte será a última coisa a ser pensada; enquanto tivermos tantas outras prioridades, o financiamento de arte e cultura será ínfimo. O orçamento que a cidade e o estado de SP têm para isso é ridículo.

Temos uma estrutura de um país que foi construído com base na colonização. Socialmente, a questão da desigualdade, que também intersecciona com a economia, mostra que pessoas negras, indígenas, periféricas, mulheres, pessoas trans, pessoas com deficiência etc., ainda têm dificuldade de pleno acesso aos seus direitos, inclusive ao direito de produzir arte. Enquanto estiverem sendo privadas de outros direitos antes do direito à expressão artística, esse será minimizado. Além disso, há a ideia de que 'ah, isso não é um trabalho [de verdade]', essa desvalorização do esforço artístico, e, pra pessoas que são mais pobres, a urgência de 'se isso não tá botando comida no meu prato, não vale a pena' é inevitável e também bota a arte de lado" (PEREIRA, 2022 - entrevista às autoras.).

A realidade material de ser artista, para além do imaginário comum romantizado, é marcada por empregos temporários, poucos benefícios trabalhistas, horários voláteis, com salários e rendas ainda mais altamente variáveis. Eduardo explicita a sofrida dinâmica: ou o artista "se conforma a ter um segundo emprego, pegar vários bicos que não têm tanto a ver com sua arte, como dar aula, ou aceita que terá uma vida pobre fazendo apenas arte" (TORO, 2022). De acordo com Monique Nascimento e Eloise Dellagnelo em seu artigo "Entre a obrigação e o prazer de criar: uma análise psicodinâmica do prazer-sofrimento no trabalho artístico" (2018), a realização e paixão comumente atribuídas ao trabalho artístico acabam por vezes a sucumbir sob o adoecimento psíquico comum a esses trabalhadores. Em grande medida, esse adoecimento se relaciona diretamente com a absorção desse setor por parte do mercado e sua lógica de funcionamento, pois

desestabiliza a “condição única e insubstituível da arte, para considerá-la como mera produtora de um sistema incapacitante”. O trabalhador é negativamente estimulado pela concorrência, desigualdades, pela demanda alta de entrega junto a uma organização contratual do trabalho problemática, e pela limitação da liberdade artística pelo mercado (NASCIMENTO; DELLAGNELO, 2018, p. 140).

Em “Prática Artística: notas de dentro - Um Pra Um - Passeios Ruminantes de Vera Mantero & convidados” (2020), de Maíra Santos, a autora discorre sobre como essa lógica mercadológica que acaba por dominar o fazer artístico dita a sua própria temporalidade, a qual se pontua pela finalização de um produto e não pelo processo artístico contínuo e difuso que corresponderia à temporalidade artística. A finalização do produto, com objetivos bem delimitados já de início, é precedida pelo início de um próximo produto, no qual a ideia de um artista sempre inspirado e entregue passa a ser efetivamente imaginária, mas também acaba por se tornar a exigência do mercado. Essa lógica afeta não só a temporalidade e a produtividade, mas as próprias interações dos trabalhadores, sua forma de cooperação, produção, relação com o processo. Dessa forma, “o artista contemporâneo ocupa nesse contexto do neoliberalismo o lugar do freelancer criativo, flexível, que inova e sobretudo tem disponibilidade” (SANTOS, 2020, p. 20).

4 OS DILEMAS DA INDÚSTRIA CRIATIVA

Além do impasse enfrentado pelos artistas, têm-se as dificuldades de uma indústria criativa que não deixa de ser uma indústria e atuar segundo essa lógica, já tendo sido aqui criticada por essa razão. Nessa indústria, porém, quatro polaridades podem ser destacadas, o que foi feito por Joseph Lampel, Theresa Lant e Jamal Shamsie em seu texto “Equilíbrio em cena: o que aprender com as práticas organizacionais das indústrias culturais”, de 2009. Dessas polaridades, em primeiro lugar, há a oposição entre os valores artísticos – do artista e seu ramo – e a viabilidade econômica do entretenimento de massa – o retorno financeiro, sucesso, audiência (LAMPEL; LANT; SHAMSIE, 2009). Isso foi algo salientado por múltiplos dos entrevistados, mas pode ser resumido por uma das falas de Eduardo: os artistas que conseguem “patrocínio, seja da Lei Rouanet ou algo assim”, têm que encontrar um modo de viver desses projetos privados ou seja, “pensados não com o que eles querem fazer em mente, mas com o que a empresa financeira” (TORO, 2022).

A segunda polaridade listada por Lampel, Lant e Shamsie é o conflito na busca por inovação. Esse se encontra no fato que os artistas devem buscar se inovar constantemente para se manter em alta no mercado, sem, contudo, se distinguirem completamente do mercado, senão perdem o interesse deste; deve manter as convenções existentes. Esta, então, é justamente a chave do sucesso: a mistura perfeitamente equilibrada de inovação e

elementos familiares. É plenamente plausível que uma quebra de paradigma completa possa funcionar em alguns casos, revolucionando o mercado, mas “encontrar uma fórmula de sucesso com esses dois elementos opostos depende mais de arte do que de técnica, mais de percepção do que de discernimento profissional.” O objetivo é se localizar no ponto ideal entre esses dois pólos, sempre correndo o risco de o “inovador e famoso” tornar-se rapidamente no “familiar e antiquado” (LAMPEL; LANT; SHAMSIE, 2009, p. 21). A busca incessante por esse equilíbrio só é prejudicial por ser ditada pelo mercado, pois é verdade que, às vezes, uma sociedade não está completamente pronta para uma transformação drástica em sua expressão artística. Ainda assim, esta deve acontecer, e a proibição implícita de se desviar demais do que é tradicional, por razões puramente lucrativas, impede “toda uma mudança de orientação simbólica de um povo (...), sem a qual a sociedade não terá meios de se transformar emocionalmente, mentalmente, esteticamente” (TEDESCO, 2022).

Em terceiro lugar, equilibrar a demanda atual do mercado com uma expansão desse mesmo público. O problema desse ponto é que os padrões da demanda têm um caráter imprevisível, ou seja, a compreensão e identificação do público atual e do público almejado são bastante tortuosas quando se pensa em produtos artísticos. Isso remete tanto ao que Eduardo explicitou, sobre como, sem “políticas de formação de público (...) as pessoas não conseguem viver de sua arte” (TORO, 2022), quanto a falas de

José, que afirma que o mercado da arte é “de alto risco para quem tá nele. Aí, se você não tem algum apoio” – ele mesmo já tendo se valido do apoio da família, assim como outros entrevistados – “você não tem como continuar”. Considerando o mercado de arte no Brasil como “instável e imprevisível, então, para tornar possível [viver como artista], tem que atuar em várias áreas” (TEDESCO, 2022), como os ‘bicos’ e trabalhos secundários já citados, necessários para atingir um sustento mínimo.

Por fim, o quarto polo é sobre como estimular e manter a criatividade, aderir a um sistema criativo ou estimular indivíduos. Essa indústria verdadeiramente depende da criatividade, mas está se falando de uma qualidade que dificilmente terá uma fórmula pronta e infinita, sendo necessário constantes indagações e investimento sobre o assunto (LAMPEL; LANT; SHAMSIE, 2009). Esse polo de fato mostra uma das fontes de dificuldade, como pode-se ver na fala de Mídria: no campo artístico “ainda falta muito financiamento que pense em processos criativos, na continuidade da nossa produção”. Sem o apoio à criatividade real, ela pode se tornar atrofiada, superficial. No Brasil, não há “uma cultura de residência artística pública, programas de formação”, nenhuma “estrutura que [o artista] precisa para produzir seu trabalho” (PEREIRA, 2022). Isso se explicita ainda mais ao considerar que, mesmo quando há oportunidades de trabalho para artistas, a criatividade não é o que se estimula; se paga apenas para fazer uso

da habilidade técnica do artista, como mencionado anteriormente em outra fala de Mídria.

E afinal, como dizem alguns dos entrevistados, nesse caso Fernanda: “o que chamamos de arte?”; poderia se “considerar como um trabalho de pesquisa, que não abre mão de pensar criticamente a sociedade em que vivemos, que é o que fazemos na nossa companhia de teatro”? Porque, para ela, “é um trabalho artístico, mas que tem mais dificuldade ainda de se manter na estrutura capitalista. Na verdade, para essa estrutura, não existimos” (AZEVEDO, 2022). Vê-se que realizar atividades cujo caráter artístico é negado e ignorado pelo capitalismo tem o potencial de restringir a criatividade, ou ao menos de limitar o acesso à verba.

Apesar das polaridades existentes, a indústria tem se mantido lucrativa e, logo, conseguiu manter um equilíbrio entre produção artística e demanda do mercado, no geral privilegiando o segundo, mesmo em detrimento do primeiro. Isso também foi possível ao considerar arte puramente como entretenimento; no entanto, “a arte é indispensável, não apenas como entretenimento, mas acaba sendo ou colocada na mesma categoria ou desvalorizada por não poder ser tratada como isso” (BOMFIM, 2022).

A visão utilitária e economicista de fato adentrou o cerne do porquê fazer arte, algo observado por alguns dos entrevistados, como Elaine, ao colocar que “as empresas têm os interesses delas, não vão financiar algo que acreditam que vai contra elas próprias”, mesmo que, “a partir do momento em que se atrela aos interesses

privados, algo se perde” na arte (OLIVEIRA, 2022). Nesse contexto, as produções que não cumprem algum objetivo social ou não rendem ganhos econômicos não conseguem obter condições materiais para a sua produção.

A partir do texto “Texturas, ou sobre os efeitos sociais das artes” (2015), de Sara Melo, se torna bastante evidente, a partir do século XXI, que a arte não deveria apenas cumprir funções estéticas e econômicas – esperava-se, por parte especialmente do poder público, que ela cumprisse funções para além dessas (MELO, 2015). Sendo essa a realidade material que permeia esse universo de relações, se faz necessário pontuar quais seriam esses outros benefícios propiciados pelas artes, pensando principalmente em uma justificativa para o investimento em arte e cultura em si.

5 AS FACETAS DA RELEVÂNCIA DA ARTE

Primeiramente, pensando além das razões utilitárias e do pensamento racional, há, ao que parece, uma necessidade de se fazer arte devido a algum instinto humano, pois, ao realizar uma análise cronológica e histórica, vê-se que todas as sociedades produziram alguma forma de arte (CARROLL, 1987). Fernanda aponta para o início desse processo, no qual o Homem deixou sua vida nômade para se estabelecer e, ao passo em que criou a cultura no sentido agrícola, deu raiz à cultura em todas as suas formas, inclusive a arte; a criação se mostrou inerente à existência humana

(AZEVEDO, 2022). Mesmo antes de se estabelecerem comunidades agrícolas, quando a humanidade era composta por caçadores-coletores, havia pinturas em suas cavernas, sinais de que a atividade artística unia as pessoas. A questão é que quando, diante da realidade, formam-se questões difíceis de responder, o ser humano constrói símbolos, significados e sentidos, estabelecendo “a arte, o pensamento, a imaginação, a capacidade de se colocar para além da sua própria realidade” como “uma função essencial para existirmos enquanto espécie” (AZEVEDO, 2022). No entanto, defender o investimento em arte pautando-se em uma necessidade instintiva do ser humano de produzi-la dificilmente persuade aqueles que possuem as condições monetárias para financiar a arte, pois esses, em sua maioria, partem de uma lógica capitalista que pensa em termos de lucro e finalidade.

Então, para se pensar sobre quais seriam os alcances possíveis e, no geral, almejados da arte, se deve refletir sobre o que se entende por ela. Utiliza-se o texto “*The Cultural Importance of the Arts*” (1966), de Susanne K. Langer, para explicitar que se entende por arte “a prática de criar formas expressivas perceptíveis de sentimento humano”. A noção de sentimento humano toma aqui a dimensão de “tudo que pode ser sentido” e compartilhado amplamente, afetando a vários indivíduos (LANGER, 1966, p. 6). Também se faz referência ao “A potência de imaginar: arte, cultura

e trabalho na economia dos bens abundantes” (2017), de Sharine Machado Cabral Melo, onde afirma que:

(...) o pensamento, a imaginação e a capacidade de criar, em sua multiplicidade, são fontes praticamente inesgotáveis de riquezas. Tudo isso engendra uma economia de bens abundantes, aqueles que não se esgotam ao serem consumidos: uma peça de teatro é apresentada a diversos espectadores, um quadro é visto por todos os visitantes de um museu e uma música pode ser executada por vários intérpretes, gravada em discos ou disponibilizada na internet, entre outros exemplos (MELO, 2017, p. 127-128).

Assim, mesmo que, como se tem defendido, não seja de todo positivo tratar a arte como algo ‘digno’ de financiamento pelo seu caráter de movimentador de mercado e seu potencial publicitário, seria de fato uma das razões superficiais para ser apoiada financeiramente, por existir e necessitar se manter dentro do sistema capitalista. De qualquer modo, ainda há desacordo sobre esta ser uma razão válida no âmbito social, antropológico e psicológico. Deve-se considerar que uma arte que “não meramente reflete a sociedade, mas interage com esta” (PINCHERA, 2006, p. 243), que interage com a subjetividade daquele que a produz e daqueles que a consomem e “obtem seu valor por meio das experiências subjetivas geradas” (LAMPEL; LANT; SHAMSIE, 2009, p. 20) é absolutamente intrínseca à vida em civilização. Como sustenta Flávio Desgranges em “O que eu significo diante disso:

ação artística com espectadores teatrais” (2020), a forma e conteúdo artísticos são um conjunto de muitos fatores. Dentre eles há os sujeitos envolvidos, as condições socioculturais, os valores e objetivos artísticos e mercadológicos, o entorno e as associações da mente feitas a partir da experiência artística (DESGRANGES, 2020), e, portanto, seus resultados são necessários, infinitos e variados.

Suzana Schmidt Viganó, em “A Ação Cultural e a Defesa da Vida Pública” (2020), aponta: “discute-se que o valor primeiro da arte reside na contribuição única que traz para a experiência dos sujeitos e para a compreensão da vida e da interferência humana no mundo” (VIGANÓ, 2020, p. 13). A teoria e a empiria não deixam dúvidas sobre a potência da arte no desenvolvimento da subjetividade, a qual, por sua vez, leva a um enriquecimento da relação com a realidade que nos cerca (DESGRANGES, 2020). Igualmente, poderia ser pensada como, de acordo com Eduardo, uma forma de “desenvolver as potencialidades, a sensibilidade e a visão de mundo do ser humano” (TORO, 2022), algo que propicia “outras formas de ver o mundo, a inquietude, a imaginação, a potência da criação”. A partir do momento em que um “artista se disponibiliza para traduzir o sensível de tudo que está no mundo, apresentar isso pros outros e fazer com que eles mesmos acessem o sensível deles”, deve ser capaz de se sustentar e dar continuidade à sua produção, sem ser forçado a abandonar ou transformar a qualidade de sua busca artística. “Um povo deve acessar seu senso

crítico e suas emoções”, pois “sem arte não temos espírito, estamos fadados a continuar na roda da vida em um fluxo injusto” (PEREIRA, 2022).

Não apenas a produção de arte enriquece o sujeito e sua visão de mundo como também faz com que, através de sua preservação, a humanidade se mantenha “cientes de quem já fomos, cujo conhecimento é relevante para nós em nossas decisões práticas sobre quem nos tornaremos”. Permite, então, que o ser humano se repense, crie algo novo e mais afinado ou ainda promova uma “destruição criativa” (CARROLL, 1987, p. 22), que o possibilita abandonar os valores e ideias que não lhe servem mais. Essa destruição corresponderia à criação de novas imagens, ao chacoalhar e repensar de estruturas que oprimem e prejudicam parcelas da sociedade, como salientado por Mídria. Ela prossegue, defendendo que, com o devido investimento, essas novas imagens poderiam ser produzidas pelos próprios grupos marginalizados cuja existência é ameaçada e maltratada pelas estruturas vigentes. Acrescenta que uma outra potência desse movimento é permitir que corpos marginalizados desocupem o espaço da servidão e subjugação e ocupem a cadeira do pensamento e o espaço de reflexão e da criação (PEREIRA, 2022).

Esse aspecto anti-opressivo, ou ao menos propício para variação das fontes da expressão, é reforçado pela noção de que o enriquecimento da subjetividade do sujeito permite “poetizar a existência”, abrindo “a possibilidade de se desviar do traçado da

pobreza e da despossessão para apoderar-se de sua riqueza sensível” ao mesmo tempo em que pode “ênfatizar a diversidade das manifestações culturais, fortalecer o exercício da empatia, o diálogo e a própria ampliação do sentido da existência” (VIGANÓ, 2020, p. 13).

Dando continuidade às qualidades da arte sob um escopo humanista, se afirma que ela causa a humanização do outro e de si, permitindo a ambos “a oportunidade de serem quem realmente são, com toda a sua individualidade e peculiaridades” (SOARES, 2007). Dessa forma, possibilita “ver o mundo a partir de outros pontos de vista” o que fortalece nos seres humanos a empatia, a solidariedade e a tolerância para com o outro. Devido a isso, considerando que “um jeito de evitar dano é evitar que pessoas danifiquem umas às outras”, e impedir que o coletivo de pessoas prejudique umas às outras é fortalecer a moral, “a arte pode funcionar como um meio de melhorar a moralidade” (CARROLL, 1987, p. 31). Essa é, possivelmente, uma das funções mencionadas na referência a Sara Melo anteriormente, no que diz respeito ao poder público esperar que a arte cumpra outras funções além da estética e econômica, sendo uma destas, portanto, a função moralizante. Pode-se afirmar com segurança que a arte é “um eixo estrutural da política e da sociabilidade, da formação social” (AZEVEDO, 2022).

Além do fortalecimento moral, a arte também permite um desenvolvimento de certos valores, vários dos quais são estéticos e

se solidificam também enquanto valores pessoais mais abrangentes. As diferentes manifestações artísticas permitem elaborar uma moldura estrutural mais complexa, rica e multifacetada, inovadora (CARROLL, 1987), ou seja, não só individualmente e a nível subjetivo, mas a nível coletivo e econômico. Vê-se que a arte tem a capacidade de potencializar sua

utilidade económico-social no que se refere à coesão, à inclusão e ao emprego, mas também no que se refere ao desenvolvimento pessoal, ao 'empowerment' da comunidade, à promoção de uma nova identidade pessoal e territorial e, ainda, no que se refere ao incremento do estado de saúde de quem nelas se envolve ativamente (MELO, 2015, p. 17).

Afinal, "a arte é, de fato, a ponta de lança do desenvolvimento humano, social e individual"; seu desenvolvimento caminha junto do desenrolar de uma "uma mente jovem e vigorosa", seja essa coletiva ou singular (LANGER, 1966, p. 1). Antes de todos os seus possíveis desdobramentos, sua função primária é objetificar o sentimento para que nós possamos contemplá-lo e compreendê-lo, sendo a base da formulação da chamada experiência de dentro, a "vida interior". Estes sentimentos que não são passíveis de serem traduzidos no nível da linguagem, pois transbordam essa esfera do entendimento, mas, felizmente, existe a arte para que eles possam ser expressos, (LANGER, 1966, p. 9), algo sustentado por José de modo quase idêntico a Langer ao afirmar que "a arte é o que pega

as sensações e coloca em evidência o que ninguém conseguiu manifestar em palavras” (TEDESCO, 2022).

Apesar de que, atualmente, se pensa na cultura frequentemente em termos de “crescimento econômico, organização social, (...) ascendência gradual do pensamento racional e do controle científico da natureza sobre imaginação supersticiosa e práticas mágicas”, sendo que “educação artística é a educação do sentimento”, ignorar seu aspecto artístico é pôr a sociedade em perigo. Tal risco reside no fato que, ao prender-se ao clássico erro de pensar o ser humano como o máximo representante da racionalidade e capaz de separar o “mundo interior” da ‘mente’, tolhe-se suas emoções ao máximo, prejudicando o todo. É, no fim, cair no irracionalismo. (LANGER, 1966, p. 10).

Por fim, coloca-se a arte não apenas como algo fundamental para a emoção por tocar o íntimo do ser humano, mas para a continuação de sua existência no capitalismo por fornecer um alívio temporário do sofrimento que tal forma econômica causa. Vivendo em uma sociedade capitalista, “se extrair dessa estrutura opressiva é vital para nossa sobrevivência”, uma vez que “o que nos caracteriza como humanos está intrinsecamente ligado à arte” (AZEVEDO, 2022). Esse aspecto pode até ser desconexo das formulações anteriores, capaz de ser vista por muitos como ‘romântica’. Como afirma Félix, mesmo que o consenso predominante dentre aqueles ligados ao mundo da arte sobre sua

importância seja a “resposta Iluminista de que a Arte é necessária ao espírito do indivíduo, e que uma sociedade sem Arte é uma sociedade pobre”, é possível que essa noção de arte seja a que, “por extensão, estabelece hierarquias de culturas e que legitima certas expressões e deslegitima outras, é a noção que valoriza a arte na sua função civilizatória”, fazendo que, compreensivelmente, a resposta Iluminista seja falha (TORO, 2022). A mentalidade colonialista, sem dúvida, afetou profundamente o que se considera arte ao longo dos séculos, algo também visto na fala de Cássia ao contar que a vida de artista no Brasil, sem ser um dos grandes nomes da música popular, só é possível “contanto que faça essa arte aceita, eurocentrista, específica que o Estado vai querer financiar” (BOMFIM, 2022).

Voltando à fala de Félix, ele propõe outra resposta possível para a questão do valor da arte e do financiamento de seus trabalhadores, que é a de que se deve financiar artistas pela mesma se financiam “diversas pesquisas acadêmicas sem propósito utilitário claramente definido: porque o capitalismo tende a estabelecer parâmetros muito estreitos do que é desejável”. Novamente, essa desejabilidade se baseia unicamente em algo ser passível de gerar lucro, “o que fica muito aquém da totalidade da experiência humana”. A necessidade de financiar artistas, portanto, existe porque “é uma maneira de apoiar a exploração de outros campos da experiência humana. Dito de outra maneira, devemos

financiar artistas porque há vida além do capitalismo” (TORO, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, a situação do financiamento prospectivo da arte no Brasil é precária, não apenas pelo fato da verba ser pouca como por ser mal administrada ao ser colocada nas mãos de empresas e entidades privadas. Isso faz com que a resposta para a pergunta ‘*É possível viver de arte no Brasil?*’ – considerando ‘viver’ mais do que apenas comer e ter um teto – seja, realmente: sim, mas apenas em condições de privilégio, e, mesmo quando há oportunidades, frequentemente se deve comprometer artisticamente para acessá-las, o que caracteriza uma desvantagem tanto para o indivíduo artista quanto para a sociedade. Se a situação do artista não cumprir os critérios necessários para o sucesso, tem que desistir parcial ou completamente de sua busca criativa, atrelando-se a outros empregos e carreiras. Se escolher continuar, viverá de um trabalho ingrato, mal pago, que só recompensa quando o artista consegue fazer o que sua necessidade artística exige, apesar da instabilidade financeira que isso traz.

Uma vez que as responsabilidades do financiamento público para a classe artísticas são habitualmente repassadas ao setor privado, o fato de que esse apenas possui interesse em projetos culturais e artísticos com teores ideológicos e estéticos bastante específicos – devido ao seu principal objetivo ser o lucro – faz com

que muitas coisas sejam limitadas no processo de criação da arte. Limita-se o próprio acesso ao financiamento, pois a frequência de financiamento de artistas já estabelecidos é maior que a dos artistas pequenos, pobres e/ou de grupos marginalizados; limita-se a variedade do conteúdo, pois, com a apropriação da cultura pela indústria, os artistas se veem forçados a abrir mão de seu teor artístico para encontrar patrocínio; restringe-se a criatividade e a estabilidade empregatícia, o que pode causar sofrimento psíquico a indivíduos da classe artística; limita-se o sustento de artistas não contemplados por editais públicos ou privados, pois não há espaço para aplicação de políticas de formação de público, de aprendizado e incentivo à criação e apreciação da arte. Visto que o mecanismo do incentivo fiscal é insuficiente para atingir todos os artistas necessitados de fundos por permitir que empresas priorizem projetos de grupos já privilegiados, os artistas sofrem de condições trabalhistas precárias, desemprego, desvalorização da profissão e produção, e se veem obrigados a se equilibrar entre inovação e familiaridade para não serem abandonados.

Essa desvalorização, por sua vez, que certamente tem seu lugar nas razões para a escassez do financiamento, é decorrente de elementos históricos e emocionais. Considerando a formação e trajetória do país, as prioridades da população estão alojadas na sobrevivência, no combate à fome, à desigualdade, e não na expressão externa do sensível do ser humano. Por conta desse cenário e do consenso implícito resultante do sistema capitalista

que o trabalho é causa de sofrimento e motivado apenas pela sobrevivência, surge o ressentimento em relação àqueles cujo trabalho parece ser fonte de alegria e inspiração, o que frequentemente impede melhorias na vida dessas pessoas; na realidade, impede melhorias na vida de todos.

A imprescindibilidade da arte, no final das contas, reside em alguns fatos, não apenas no de que a arte é, historicamente, um instinto inerente e fundamental do ser humano. A arte é necessária para a construção da sociabilidade, da subjetividade, da empatia; ela incentiva e é produto da imaginação; enriquece o sujeito, sua visão de mundo, sua habilidade de expressão, sua moral; serve como um espelho que reflete tanto a humanidade como ela é hoje quanto seus sonhos para o futuro e sua dimensão histórica. Capta a experiência humana, as possibilidades de se estar no mundo, abre novos caminhos e possíveis diálogos. Ela movimenta a economia, dá voz a grupos marginalizados e oprimidos, possibilita que a vida interior seja manifestada de um modo que palavras não alcançam, entre inúmeras outras maneiras de fortalecimento do simbólico e do emocional de uma sociedade. Por fim, a arte possibilita um alívio psíquico e emocional do sofrimento causado pelas dinâmicas opressivas do sistema capitalista, mesmo que este tire proveito dela, se apropriando de suas técnicas e de suas qualidades evocativas para limitar o que artistas podem fazer. Ainda assim, continua-se fazendo arte; apesar das condições desvantajosas, sejam estas decorrentes da pandemia, do governo,

do setor privado, da sociedade etc., os artistas persistem, pois não há como impedir a Arte. O que se deve fazer é possibilitá-la de modo mais abrangente possível: financiá-la através do setor público, propiciando liberdade e criatividade.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Financeira Inês Dias. Investimento em Arte: uma análise. 2018. 64 f. **Tese (Mestre em Mercado da Arte)** - Departamento de Sociologia e Políticas Públicas, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2018.

AZEVEDO, Fernanda. **Entrevista IV**. [jan. 2022]. Entrevistadora: B. Toro. São Paulo: 2022. 1 arquivo escrito como transcrição instantânea e posteriormente submetido a leve edição.

BOMFIM, Cássia Carrascoza. **Entrevista V**. [jan. 2022]. Entrevistadora: B. Toro. São Paulo: 2022. 1 arquivo escrito como transcrição instantânea e posteriormente submetido a leve edição.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da Cultura e Políticas Públicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n.2, p. 73-83, 2001.

BUENO, Maria Lucia. O mercado de galerias e o comércio de arte moderna: São Paulo e Rio de Janeiro anos 1950-1960. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 20, n. 2, p. 377-402, 2005.

CARROLL, Noël. Can Government Funding of the Arts Be Justified Theoretically?. **The Journal of Aesthetic Education**, Illinois, v. 21, n. 1, p. 21-35, 1987. Tradução livre.

DESGRANGES, Flávio. O que eu significo diante disso: ação artística com espectadores teatrais. **Revista Brasileira de Estudos da Presença**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, e94955, 2020.

DURAND, José Carlos. Public and Private Art Funding in Brazil. 1 ed. Nova York: EAESP/FGV/NPP - **Núcleo de Pesquisas e Publicações**, 1999. Tradução livre.

FONSECA, Rui Pedro. Carreira, arte feminista e mecenato: uma abordagem à

dimensão económica do circuito artístico principal sob uma perspectiva de género. **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. 26, s/n, pág. 113-137, 2013.

GRODACH, Carl. Art Spaces in Community and Economic Development: Connections to Neighborhoods, Artists, and Cultural Economy. **Journal of Planning Education and Research**, Dallas, v. 31, n.1, p. 74-84, [2010] 2011.

LAMPEL, Joseph; LANT, Theresa; SHAMSIE, Jamal. Equilíbrio em cena: o que aprender com as práticas organizacionais das indústrias culturais. **RAE**, São Paulo, v. 49, n. 1, p. 19-26, 2009.

LANGER, Susanne K. The Cultural Importance of the Arts. **The Journal of Aesthetic Education**, Illinois, v. 1, n. 1, p. 5-12, 1966. Tradução livre.

MARTINS, Moisés de Lemos; PINTO, Sílvia. Lógica de Vinculação da Arte. **Comunicação e Sociedade**, São Paulo, v. 31, p. 253 - 269, 2017.

MAXWELL, Richard. Culture Works: **The Political Economy of Culture**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2001.

MELO, Sara. Texturas, ou sobre os efeitos sociais das artes. **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Porto, v. 30, p. 11 - 33, 2015.

MELO, Sharine Machado Cabral. A potência de imaginar: arte, cultura e trabalho na economia dos bens abundantes. **Galaxia**, São Paulo, n. 34, p. 125-136, 2017.

MURRAY, Dale Francis. Liberalism, Art & Funding. **The Journal of Aesthetic Education**, Illinois, v. 38, n. 3, p. 116-122, 2004.

NASCIMENTO, Monique; DELLAGNELO, Eloise Helena Livramento. Entre a obrigação e o prazer de criar: uma análise psicodinâmica do prazer-sofrimento no trabalho artístico. **REAd**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 135-166, 2018.

OLIVEIRA, Elaine Cristina Giacomelli de. **Entrevista VII**. [jan. 2022]. Entrevistadora: B. Toro. São Paulo: 2022. 1 arquivo escrito como transcrição instantânea e posteriormente submetido a leve edição.

OLIVEIRA, Rafael Pereira; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; DA SILVA, Rosemeri Carvalho. O sentido da arte: o caso do Centro Cultural Banco do Brasil – RJ. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 43, p. 130-140, 2007.

PEREIRA, Mírdia da Silva. **Entrevista III**. [jan. 2022]. Entrevistadora: B. Toro. São Paulo: 2022. 1 arquivo escrito como transcrição instantânea e posteriormente submetido a leve edição.

PINCHERA, Valeria. Arte ed economia: Una lettura interdisciplinare. **Rivista Di Storia Economica**, Pisa, a. 22, n. 2, p. 241-266, 2006.

SANTOS, Maíra. Prática Artística: notas de dentro – Um Pra Um – Passeios Ruminantes de Vera Mantero & convidados. **Revista Brasileira de Estudos da Presença**, Porto Alegre, v. 10, n. 4, e100066, 2020.

SOARES, Rosa A. A importância da arte para a socialização. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 42, n. 2, p. 1-3, 7 mar. 2007.

TEDESCO, José. **Entrevista II**. [jan. 2022]. Entrevistadora: B. Toro. São Paulo: 2022. 1 arquivo escrito como transcrição instantânea e posteriormente submetido a leve edição.

TEIXEIRA, Pedro Pinho do Prado. **Entrevista VI**. [jan. 2022]. Entrevistadora: B. Toro. São Paulo: 2022. 1 arquivo escrito como transcrição instantânea e posteriormente submetido a leve edição.

TORO, Jr, Eduardo Contrera. **Entrevista I.** [jan. 2022]. Entrevistadora: B. Toro. São Paulo: 2022. 1 arquivo escrito como transcrição instantânea e posteriormente submetido a leve edição.

TORO, Félix White. **Entrevista VIII.** [jan. 2022]. Entrevistadora: B. Toro. São Paulo: 2022. 1 arquivo escrito como transcrição instantânea e posteriormente submetido a leve edição.

VIGANÓ, Suzana Schmidt. A Ação Cultural e a Defesa da Vida Pública. **Revista Brasileira de Estudos da Presença**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, 2, e95496, 2020.

CAPÍTULO 3

ONDE ESTÁ A IMAGINAÇÃO SOCIOLÓGICA PARA PENSAR A DESINDUSTRIALIZAÇÃO?

Camila Monteiro Corvisier

Elisa Bosso Fernandes

Guilherme Olímpio Fagundes

Hannah Lourdes Ramos

João Pedro Gomes Balanco

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o Brasil vive uma diminuição do seu setor de indústrias. Segundo o sociólogo brasileiro Glauco Arbix (MENDONÇA, 2021), o país passa por um processo mais acelerado do que aqueles que vivem ou viveram um movimento semelhante. Diagnóstico parecido foi feito pelo economista institucional sul-coreano Ha-Joon Chang (OLIVEIRA, 2018): “O Brasil está experimentando uma das maiores desindustrializações da história, em um período muito curto”. O fechamento da Ford em janeiro de 2021 foi um caso emblemático que impactou cinco mil empregos e toda uma cadeia produtiva (FECHAMENTO, 2021). O fenômeno mencionado por Chang e Arbix é amplamente discutido na literatura especializada, objeto deste artigo para o empreendimento da investigação.

Partindo da constatação de Beaud e Pialoux (2009, p. 30) de que não podemos reduzir o processo de desindustrialização à “questão única da organização técnica do trabalho” mas que envolve também a construção de certos tipos de relações sociais ao longo do tempo - caracterizadas por um emaranhado de representações, significados e trajetórias compartilhadas -, deseja-se averiguar que, longe de constituir um problema meramente econômico, trata-se de um fenômeno cuja ordem simbólica é ignorada por essa mesma literatura.

O objetivo consiste em demonstrar o interesse (ou o desinteresse) dado pela literatura econômica aos fenômenos que constituem o quadro referencial teórico do sociólogo, ou seja, a captura das propriedades das relações, interdependências e interações sociais que colaboram para a manutenção da vida, isto é, as propriedades, os padrões e regularidades dessa rede de interações, representações e relações sociais (FERNANDES, 1970). Considerando a economia uma ciência social, ela não deve ignorar esses indicadores sociais em suas análises, o que permitiria ampliar o conceito e entendimento sobre certo fenômeno (GREMAUD *et al.*, 2017). Para atingir o objetivo, é preciso levantar a literatura econômica sobre a desindustrialização dos últimos dez anos (2012 a 2021) - especificamente na forma artigo (*paper*); em seguida, analisar as expressões, termos e conceitos frequentemente mencionados em seus resumos (*abstracts*); por fim, cabe relacionar as palavras identificadas para afirmar se há alguma (e se há, como

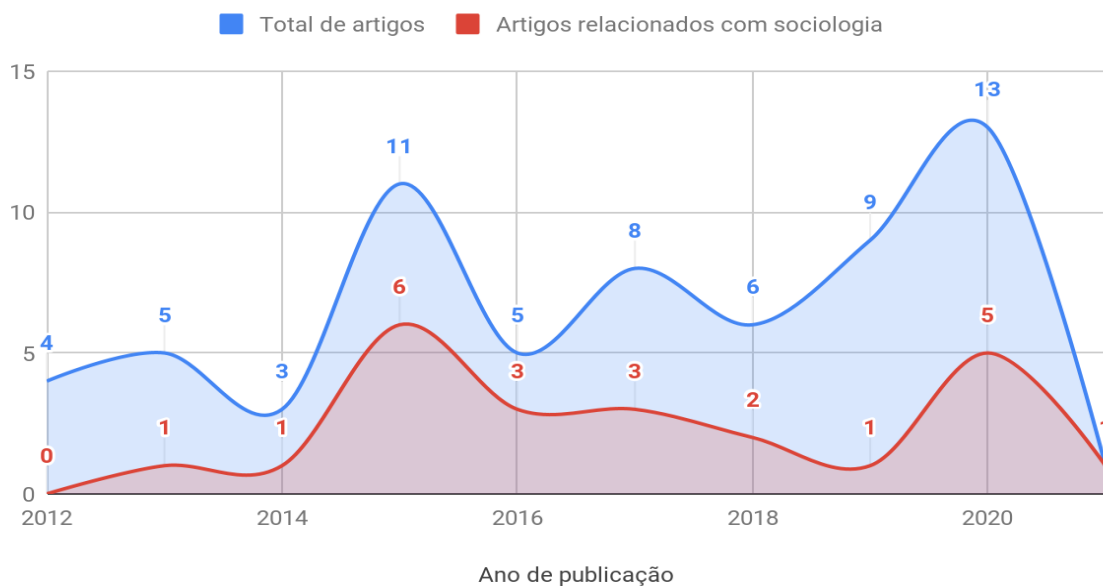
se dá a) apropriação da sociologia e demais ciências sociais pelos economistas para discutir a desindustrialização. O resultado obtido permite desenhar, em futuras pesquisas, um estudo de caso que demonstre as relações entre a desindustrialização e os efeitos nos trabalhadores do setor, proposta que se fundamenta na ferramenta analítica da imaginação sociológica de Charles Wright Mills (1982).

2 DESENHANDO O MÉTODO

A fim de averiguar a hipótese, realizou-se uma pesquisa de natureza básica e de abordagem qualitativa, de caráter exploratório - pelo tratamento sistemático de artigos da literatura econômica sobre o fenômeno de interesse - e descritivo - para descrever as características do fenômeno da desindustrialização (GIL, 2012). Portanto, foram selecionados artigos de periódicos científicos de economia e áreas correlatas dos últimos dez anos, ou seja, entre julho de 2012 e julho de 2021, disponíveis na plataforma de acesso aberto a periódicos científicos SciELO. A busca pelas palavras-chave "desindustrialização" (ou) "doença holandesa" (ou) "sobrevalorização cambial" - retiradas de uma primeira codificação da literatura - permitiu que fossem filtradas 77 publicações. Outra coleta pela busca a partir de "Desindustrialização (e) emprego (e) Brasil" resultou em apenas dois, enquanto "Desindustrialização (e) emprego (ou) Brasil" levou a 54 resultados. Depois de organizadas em um mesmo banco de dados, tomamos como unidade de análise o conteúdo de seus "resumos" (ou *abstracts*) para encontrar

referências aos diversos momentos que envolvem o quadro referencial teórico do sociólogo - como já mencionado, a rede de interações, representações e relações sociais, especificamente daqueles que estão envolvidos no setor das indústrias. Abaixo, a frequência de artigos publicados no decorrer dos anos:

Gráfico 1 - Distribuição por ano dos artigos selecionados para o estudo, entre 2012 e 2021



FONTE: Elaboração própria a partir de banco de dados produzido

Essa variação da frequência nas distribuições anuais que foi observada no banco de dados é importante para a análise que será feita a seguir. Os filtros aplicados para cortar ambiguidades, artigos repetidos, eventuais temas sem interesse resultaram em um *corpus* documental de 62 artigos. De agora em diante, é preciso sistematizar o que esses economistas conceituam como

desindustrialização a partir da revisão do conteúdo de seus artigos e, em seguida, produzir um balanço crítico de seus resultados.

3 A DESINDUSTRIALIZAÇÃO SEGUNDO OS ECONOMISTAS

Em 2005, o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) afirmou que era preciso evitar o mau uso do conceito de desindustrialização, sobretudo de sua conotação negativa, que seria sinônimo de destruição da indústria ou de setores essenciais. E sustentou que não era um conceito ideal para discutir o que ocorria no Brasil. No entanto, o relatório foi publicado em um momento específico da realidade socioeconômica brasileira no qual o país estava no auge do Valor Adicionado (VA) da indústria no seu Produto Interno Bruto (PIB) - 13,6% em 2004 -, de acordo com as Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dez anos depois, o mesmo levantamento apontou que em 2014 o VA foi de 10,8%, indicador que permanece diminuindo (IBGE, 2021).

De acordo com Bento Antunes Maia (2020), há diferentes maneiras de definir o que é desindustrialização, ou seja, não apenas dizer do que se trata, mas quais os indicadores para mensurá-la e quais são as suas causas que precisam ser consideradas para diagnosticar se há ou não um processo desse tipo. Ele define, em linhas gerais, a desindustrialização como a perda relativa do setor industrial em relação aos três macrossetores (agricultura, indústria e serviços).

A abordagem mais clássica da literatura econômica consiste naquela desenvolvida por Rowthorn e Wells (1987 apud MAIA, 2020), que separa o fenômeno em um tipo positivo e outro negativo. O primeiro é aquele em que o crescimento da ocupação de mão de obra no setor das indústrias atinge um limite intransponível, o que leva ao seu próprio declínio devido aos avanços na produtividade decorrente das inovações tecnológicas. Neste sentido, o setor de serviços passa a demandar mais trabalhadores, dada sua elasticidade em absorvê-los. O tipo negativo ocorre quando “um desequilíbrio estrutural da economia... evita uma nação de alcançar o seu PIB potencial e que se manifesta no declínio da produção industrial e na sua produtividade” (ALDERSON, 1999 apud MAIA, 2020). Soma-se a esses dois o tipo prematuro - próximo do negativo, mas não equivalente. Nesse caso, o tecido industrial não se desenvolveu, mas já se observa a sua retração (RODRIG, 2016).

Neste sentido, dois indicadores consideráveis para entender esse fenômeno seriam: (a) a participação do valor adicionado na manufatura no Produto Interno Bruto (PIB) e (b) a participação do emprego do setor da indústria sobre o total de empregos (TORRES; CAVALIERI, 2015).

Mas essa definição clássica apresenta algumas insuficiências que modelos alternativos buscaram corrigir ou apontar. A *visão de Cambridge* sustenta que o principal indicador para diagnosticar a desindustrialização seria o saldo comercial da indústria, especificamente a modalidade de transformação - aquela que

transforma uma matéria-prima em um bem, diferenciando-se da indústria extrativa de vegetal ou mineral (MAIA, 2020). Esse indicador está de acordo com o entendimento do fenômeno da desindustrialização como consequência de um setor manufatureiro deficitário que não consegue pagar as importações necessárias para seu funcionamento. O ganho dessa perspectiva é entender o processo não como natural, mas resultante de interações em níveis macroeconômicos que são ao mesmo tempo integrantes e provenientes da globalização.

Outro modelo alternativo é a *mudança estrutural com especialização regressiva (falling behind)*. Esse modelo é diferente dos anteriores na medida em que a desindustrialização se transforma em um processo cujas causas estão em sua dinâmica interna. A análise intersetorial deixa de ser exclusiva por causa da heterogeneidade do próprio setor das indústrias, pois é preciso identificar também quais as áreas atingidas pelo processo. O que acontece é uma transferência sistemática de investimentos dentro das principais áreas da indústria para outros mais especializados e menos sofisticados, cujo valor agregado é menor (URRACA-RUIZ; BRITTO; DE SOUZA, 2013).

Esses modelos que buscam definir as causas e a natureza da desindustrialização discutem também seus indicadores. Para além (a) da relação inversa entre emprego e produtividade, (b) da alteração de preços entre indústrias e serviços decorrentes da diminuição da participação do valor adicionado pela manufatura ao

PIB e (c) da globalização, somam-se outros indicadores como (d) a ilusão estatística, (e) doença holandesa e, por fim, a (f) sobrevalorização cambial.

A ilusão estatística ocorre quando parte das atividades no setor da indústria é terceirizada, ou seja, passa a ser encarada como participação no setor de serviços. Isso incide sobre os dois principais indicadores que a definição clássica de desindustrialização leva em consideração. No entanto, mesmo que seja um elemento que deva ser considerado na análise, na sistematização e na interpretação do fenômeno, ela não pareceu impactar o caso brasileiro até meados da década de 2010 (MARTINS; LIMA, 2015).

Segundo Torres e Cavalieri (2015), a doença holandesa contém uma definição restrita e outra ampliada. A primeira definição entende a desindustrialização como resultado da “situação em que a disponibilidade abundante de recursos naturais de um país proporciona vantagens comparativas, de tal forma que a sua extração e exportação leva a superávits comerciais crescentes, tendo como consequência a apreciação cambial” (TORRES; CAVALIERI, p. 862). O nome desse indicador é resultado do cenário vivido pelos Países Baixos na década de 1960. Em suma, pelo fato de os bens industriais importados serem mais baratos do que se fossem comprados no mercado nacional, isso prejudica o desempenho das indústrias de transformação nacionais. De acordo com Bresser-Pereira (2008 apud TORRES; CAVALIERI, 2015), a definição pode ser ampliada aos países que ao invés de recursos naturais abundantes,

contém mão de obra barata em demasia. Outros economistas, mencionados por Maia (2020), afirmam que o deslocamento da economia para outras atividades também pode se encaixar como ‘doença holandesa’, a exemplo de Hong Kong e Grécia, como no setor financeiro e turismo, respectivamente.

A doença holandesa, portanto, está intimamente relacionada a outro indicador, a sobrevalorização cambial. Ela consiste justamente no encarecimento dos bens de mercado interno em comparação aos mesmos bens, internacionais. A permanência por um longo prazo da sobreapreciação da moeda traz prejuízo às indústrias de transformação domésticas (MAIA, 2020; TORRES; CAVALIERI, 2015).

Quadro 1 - Síntese dos modelos de desindustrialização e seus principais indicadores e causas pela economia

	Definições de desindustrialização	Relação inversa entre emprego e a produtividade de	Alteração de preços relativos entre indústria e serviços	Globalização	Ilusão Estatística	Doença holandesa	Sobrevalorização cambial
Clássica	Negativa		X	X	X	X	X
	Positiva	X	X		X		
Alternativas	Prematura		X	X	X	X	X
	Visão de Cambridge			X		X	X
	Mudança estrutural com especialização regressiva			X	X	X	X

Fonte: Reprodução de MAIA (2020, p. 559)

O quadro apresentado, reproduzido a partir de Maia (2020) sintetiza a discussão feita anteriormente sobre as múltiplas causas, naturezas e indicadores da desindustrialização.

No caso brasileiro, a desindustrialização foi precoce e patológica, diferente de outros países que eram mais industrializados e possuíam uma maior renda *per capita*, segundo José Alderir da Silva e André Luís de Lourenço (2014). Sendo assim, não foi um processo “natural” como nesses países e, de acordo com Torres e Cavalieri (2015), isso ocasiona um obstáculo para o desenvolvimento econômico do país.

Algumas causas da desindustrialização precoce no Brasil foram expostas por Wilson Cano (2012). Cinco razões foram apresentadas, são elas: (i) a política cambial prevalecente do Plano Real; (ii) a abertura comercial, “com a queda das tarifas e demais mecanismos protecionistas da indústria nacional completou o nocivo efeito do câmbio valorizado” (CANO, 2012, p. 834); (iii) alta taxa de juros, quando comparada a taxa de lucro, fazendo com que o investimento não seja favorável; (iv) “o investimento direto estrangeiro” (CANO; 2012, p. 835); por fim, (v) o desaceleramento da economia mundial. Quando os modelos sistematizados por Maia (2020) são aplicados à realidade brasileira, aqueles que são alternativos ao modelo clássico de Rowthorn e Wells levam a concluir que o fenômeno da desindustrialização é mais intenso e evidente, sobretudo pela especialização regressiva e os constantes *déficits* comerciais.

4 EXPOSIÇÃO DO CORPUS DOCUMENTAL

A seguir, é apresentado a sistematização do *corpus* documental construído a partir da busca no repositório SciELO. A exposição tem como objetivo encontrar recorrências nas pesquisas desenvolvidas no tema, para que seja possível sugerir possibilidades de pesquisa a partir de lacunas identificadas. Pretende-se observar as técnicas de pesquisa utilizadas, as recorrências temáticas e a articulação entre área da sociologia e economia, argumentando que essa articulação de métodos mistos de pesquisa e o uso da imaginação sociológica, como ferramenta metodológica formulada por Charles Wright Mills (1982), permite ampliar o entendimento do fenômeno da desindustrialização.

Nos anos de 2012 e 2013, apenas um único trabalho, o da economista Leda Paulani (2013), se preocupou em associar uma análise dos processos macroeconômicos e institucionais com as relações sociais construídas pela interação entre os agentes sociais. Os demais artigos publicados neste período não fazem qualquer menção aos trabalhadores, às políticas trabalhistas, aos efeitos produzidos pela desindustrialização na sociedade brasileira; restringindo-se a trabalhar apenas com indicadores macroeconômicos.

No ano de 2014, chamou a atenção o artigo dos historiadores sociais Stefan Berger e Christian Wicke, *Um imaginário pós-industrial? A popularização do patrimônio industrial no Ruhr e a representação de sua identidade regional*. Essa abordagem,

frequente também nas ciências sociais – como a sociologia – tem por objetivo associar a construção e manutenção de uma identidade de classe ou grupo humano concentrado em certo espaço. A atividade industrial, para os moradores da região industrial de Ruhr, foi e é fundamental para a representação de sua identidade. Apesar de não ser um trabalho produzido por brasileiros sobre as relações sociais no Brasil, a correlação entre a desindustrialização e a transformação da identidade dos habitantes da zona industrial ou dos próprios trabalhadores inseridos nela é tema de diversos trabalhos nas ciências sociais (BERGER; WICKE, 2014; ZANETTI; PAPALI; DA COSTA, 2017).

Em 2015, temos um número expressivo de artigos sobre o tema da industrialização: são onze no total. Destes, seis abordam aspectos sociais além do escopo econômico; os outros cinco não se preocupam com o social como parte da atividade econômica. Ainda assim, os seis artigos destacados ainda são muito circunscritos à teoria econômica: por exemplo, no artigo de Flávio Feijó e Camila Steffens (2015), a questão de bem-estar social aparece como mera consequência de fatores econômicos, aparentemente desconectada dos fenômenos sociais. O artigo que parece mais se aproximar de uma interdisciplinaridade entre a economia e a sociologia é o de Alan Herscovici (2015), que reconhece a insuficiência de teorias econômicas e da análise de mecanismos micro e macroeconômicos, propondo um paradigma mais sociológico a estes fatores, associando a teoria do valor ao

modelo teórico do sociólogo Pierre Bourdieu. Outros que seguem em um caminho semelhante são os de Hipólita Siqueira (2015) – que tenta compreender a relação entre políticas e eventos econômicos com a sociedade e o trabalho – e de Mylène Gaulard (2015), que estuda a economia brasileira a partir de conceitos elaborados por Karl Marx. Essa crítica à economia partindo de conceitos sociológicos parece ser mais recorrente, dado que aparece em outro artigo do referido período, de Matías Vernengo (2015). Com exceção a isso, o hibridismo entre Economia e Ciências Sociais – e em especial com a Sociologia – é tímido, e o máximo que ocorre é um diálogo com a Ciência Política institucionalista: a análise econômica é realizada e sua conclusão sugere políticas institucionais como maneira de “corrigir” algum problema.

Nos artigos citados como puramente econômicos, toda a análise é feita dentro de teorias e modelos macro e microeconômicos, levando em consideração apenas seus índices e conceitos, como, por exemplo, os artigos de Michele Veríssimo e Vanessa Araújo (2015), Luiza Nassif, Lucas Teixeira e Frederico Rocha (2015) e de Ricardo Torres e Henrique Cavalieri (2015). Nestes e em outros que não foram citados, toda a análise parece ser realizada de maneira puramente econômica e imanente, tendo ao máximo leves menções à política pública.

A situação parece mudar em 2016. O número de artigos sobre a desindustrialização diminuiu para apenas cinco. Desses,

três conjugam Economia e Sociologia. Um em particular, de Mike Savage (2016), não aborda especificamente a economia, mas as causas e consequências da desindustrialização britânica para o ressurgimento de uma sociologia voltada para a análise de classes, apontando para uma forte correlação e interdependência entre essas duas áreas – a saber, a Economia e a Sociologia. O artigo de Savage parece ser importante para a problematização que se propõe aqui, pois, pelo que foi analisado até então, os estudos econômicos sobre industrialização não apresentam um reconhecimento da importância de conhecimentos sociológicos para uma análise completa de eventos tanto econômicos quanto sociais. Os outros dois artigos de relevância parecem analisar a (des)industrialização a partir não só de fatores econômicos, mas também sociais: no trabalho de Carlos Medeiros (2016), a relação entre essas áreas do conhecimento parece ser mais tímida ao estudar o desenvolvimento econômico e produtivo de países como a China, incorporando aspectos sociais na análise econômica tais como o salário e a distribuição de renda e sua relação com as estruturas produtivas, e, na abordagem histórica de Thales Pereira (2016), o estudo realizado para descobrir as causas do declínio da indústria da carne seca no Brasil parece levantar como hipótese as consequências sociais do uso da escravidão como forma de trabalho.

Os outros dois artigos, de Flávio Vieira e Aderbal Damasceno (2016) e de Lauro Mattei e Thaís Scaramuzzi (2016), parecem estar

muito circunscritos à teoria econômica de estudo da industrialização e suas consequências e do crescimento econômico por meio das movimentações cambiais, sem referência a conceitos e teorias caras à Sociologia.

Dentre catorze artigos do período de 2017 a 2018 - com o destaque quantitativo para o ano de 2017 - é possível constatar que todos se inscrevem, de alguma forma, no problema da desindustrialização, mesmo que não a abordem diretamente.

Neste trecho do *corpus* de artigos, oito podem ser considerados como exclusivamente econômicos, isto é, ao discorrerem a desindustrialização ou outros problemas tangentes à ela, fazem sob um viés que considera sobretudo índices como critério de análise, principalmente o PIB e as taxas de câmbio. Sob uma perspectiva macroeconômica, estes artigos fazem apontamentos que, no geral, destacam o desenvolvimentismo e a instabilidade econômica de diversos países por essas incertezas e mudanças no setor secundário. Embora a incerteza seja uma questão muito importante para a economia, ela também o é para as ciências sociais, mostrando que é possível - e desejável - que as análises levem em consideração os aspectos sociais e econômicos em conjunto. Dessa forma, os artigos que têm uma abordagem exclusivamente econômica, ao tratarem a questão apenas a partir de índices, acabam por não captar questões sociológicas que os índices escondem. É evidente que, se buscam fazer uma macroanálise, não necessariamente é preciso entrar em pormenores, mas

ao menos a menção traria uma outra dimensão para esses artigos, complementando-os.

Por outro lado, dentre esses catorze artigos, cinco pareceram encarar a desindustrialização sem desvinculá-la de um lastro social. Dentre eles, apenas um tem um panorama mais geral, que não deixa de abordar o Brasil, mas os outros centram-se exclusivamente na economia e sociedade brasileira. Passando de um artigo mais geral para os específicos, o de Evelyne Huber e Sara Niedzwiecki (2018), discute o problema da proteção social e compara as diferenças entre países europeus, que contam com o seu sistema de Europa Social promovido pela União Europeia em relação a países latino-americanos, como o Brasil, Chile e Argentina que nos últimos anos tem enfrentado governos neoliberais cujos pressupostos econômicos apresentam-se mais como entrave do que solução.

Já no ano de 2017 apresentam-se três artigos. Dois deles questionam o desenvolvimento industrial no Brasil e as políticas adotadas pelos últimos governos (ainda que não sejam nomeados diretamente), com ênfase na venda de *commodities* e como as políticas adotadas pelos governos do país o colocaram em relação à concorrência global do mercado. Embora também trate de questões políticas, o último artigo adiciona uma dimensão histórica ao problema do desenvolvimentismo das indústrias no Brasil, percorrendo desde o último quarto do século XIX, até momentos

mais atuais, sem deixar de passar pelo fenômeno da substituição de importações.

No entanto, ainda que adicionem uma dimensão política e, em menor proporção, histórica à questão da industrialização, estes artigos também parecem promover uma causalidade entre política e economia, no sentido de que a economia precisa de novos caminhos porque a política institucional mostrou-se insuficiente ou conduziu a instabilidades aparentemente irreversíveis. Por isso, também podemos pensar que ainda é possível ir além e conjugar economia e sociologia ao mesmo tempo na análise – não apenas como causa, mas como *apoio* para as observações. O artigo *Housing in 'intramural favelas': Considerations on new forms of urban expansion in contemporary times* (2018), de Cláudia Seldin e Juliana Canedo, estabelece conexões entre a economia e sociologia, ao explorar as formas híbridas residenciais em área marginalizadas, bem como destaca a “importância subjetiva da habitação e seu significado para além da ideia de abrigo” (SELDIN; CADENO, 2018).

Deve-se destacar, por fim, que três artigos, tanto exclusivamente econômicos quanto aqueles que aproximam a economia à política e à história, conferem importância ao papel da China. No geral, o problema está na relação da venda de *commodities* para a China tal como realizada pelo Brasil, mas também por outros países como os da África do Sul. Pelo seu destaque crescente no mercado internacional nos últimos anos, a

tendência é que a China passe cada vez mais a ser objeto de discussão econômica e social quando se trata de parceiros comerciais e concorrência global de um país, no caso, o Brasil. Nesses artigos, o foco é apontar o efeito que a China tem sobre países como o Brasil, principalmente pela relação comercial estabelecida entre eles e os resultados na exportação de mercadorias e a contribuição para a desindustrialização.

Em 2019, a perspectiva se altera. De nove artigos encontrados, apenas um deles se diferencia interligando-se com uma perspectiva sociológica: é o artigo de Gustavo Zullo (2019), que articula história econômica e análise estatística de censos demográficos.

O primeiro ponto a se destacar é a unanimidade quanto a aplicação de técnicas de pesquisa: todos instrumentalizam a análise estatística para alcançar os objetivos. São analisados indicadores econômicos para medir o processo de desindustrialização. Desse aspecto comum, pode-se questionar a validade da aplicação de outras técnicas de pesquisa para ter uma apreensão mais específica do objeto em estudo.

A variável que ganha destaque na maioria dos artigos é o PIB e a sua variação no decorrer do tempo. Em contraponto, o artigo *Deindustrialization and innovation under globalization: An analysis of India's catch up in manufacturing* (2020), de J. Joseph, Kiran Kakarlapudi e Akhil Joseph, discorre que para realizar uma análise realista do processo de desindustrialização é necessário considerar

junto com o PIB a qualidade do emprego, a participação e a taxa dos salários, a parcela do emprego, entre outros.

Outra característica dos artigos desse período é a desconcentração regional como fator de análise. Quatro artigos regionalizam e estudam o caso específico por meio dos indicadores, colocando-o em comparação com a situação nacional. Em contraponto, dois artigos tratam do fenômeno em uma perspectiva nacional em linha temporal. Observa-se também a abordagem comparativa com outros países, no caso China e Índia.

Do total de artigos, quatorze são de 2020 e 2021. Dentre esses, três foram descartados pois não abordavam diretamente a desindustrialização. Somente um é de 2021, *Mudança estrutural e serviços intermediários: algumas evidências para o limiar do século XXI* (2021), de Adilson Giovanini. Neste, o autor utiliza a abordagem de subsistema para realizar uma análise em 43 países de 2000 a 2014. Em contrapartida, dez são de 2020, e destes, cinco apresentam uma abordagem sociológica junto com a econômica, mesmo que minimamente. Um deles é o artigo de Pedro Fonseca, Marcelo Arend e Glaison Guerreiro (2020). Os autores partem da perspectiva da Economia Política para analisar a política macroeconômica e os condicionantes políticos, econômicos e sociais nos governos de Lula e Dilma Rousseff. A maioria dos artigos que possuem aspectos sociológicos está mais inclinada a políticas públicas e institucionais. Dentre os analisados, nenhum

aborda o trabalhador; os efeitos da desindustrialização na classe operária.

Os outros cinco artigos de 2020 possuem uma abordagem propriamente econômica, e, em sua maioria, abordam a taxa de câmbio e o índice de PIB, como, por exemplo, o artigo de Thomas Goda e Jan Priewe (2020). Os autores realizam um estudo da desindustrialização analisando estatisticamente os efeitos da taxa de câmbio e dos ciclos de expansão e contração dos commodities nas economias de mercados emergentes.

5 PERSPECTIVAS DE PESQUISA

Do *corpus* documental construído, 52 artigos do total de 62 aplicam a análise estatística de indicadores econômicos para tratar do fenômeno da desindustrialização. Contudo, apenas essa técnica pode ser insuficiente para tratar de um problema com tamanha complexidade e diversidade.

Essa homogeneidade na aplicação do raciocínio estatístico permite refletir sobre algumas questões. Howard S. Becker (1993) discute o processo de “industrialização da sociologia” (BECKER, 1993, p. 11) e a tendência dos metodólogos surgida nos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial, que passou a inserir modelos matemáticos para processar e analisar dados nas Ciências Sociais. Em decorrência, a pesquisa passou a ser reduzida a esses modelos estatísticos.

Pode-se discernir facilmente um padrão comum: uma preocupação com métodos quantitativos, com a concepção *a priori* da pesquisa, com técnicas que minimizem a chance de obter conclusões não confiáveis devido à variabilidade incontrolada de nossos procedimentos. (BECKER, 1993, p. 19, grifos do autor)

Howard S. Becker (1993) assume tom crítico a essas formulações metodológicas, por terem uma postura de camisa-de-força de ideias previamente desenvolvidas. O autor defende a pesquisa feita de modo artesanal, ou seja, a aplicação de uma metodologia específica construída pelo pesquisador dadas as condições do objeto de pesquisa, diferenciando-se de modelos “mecânicos” nos quais os objetos são adequados.

Em consonância com Becker, Charles Wright Mills (1982) realiza uma crítica das tendências principais das Ciências Sociais, apresentando como alternativa a imaginação sociológica. Para Wright Mills, a imaginação sociológica é uma razão que permite captar as relações entre a história e a biografia, pois parte da premissa de que o indivíduo - produto e integrante da sociedade - sempre interfere na formação da sociedade, por menor que seja sua ação. Não é possível entender o fenômeno da desindustrialização de maneira holística se as relações entre o íntimo (privado) e o impessoal (público) não forem construídas, elaborando constantes e variáveis nas classes sociais, nas instituições políticas e econômicas e nas demais partes da estrutura social.

Como apontam Stéphane Beaud e Florence Weber (2007, p. 14, grifos dos autores) a pesquisa quantitativa pautada apenas em categorias estatísticas não tem “como objeto as condições de produção de seus dados (são puros *data*)”. Desse modo, uma parte fundamental do processo de desindustrialização pode ser negligenciado se não for tomado como objeto de um estudo sociológico, permitindo aplicar técnicas de pesquisa qualitativas como a observação participante que pode oferecer um útil caminho de enriquecimento dos dados estatísticos, ampliando o escopo e demonstrando questões obscurecidas pelos dados quantitativos. O trabalho de campo etnográfico pode constantemente submeter os dados estatísticos apresentados à prova da experiência de campo.

Segundo Beaud e Weber (2007), a função do etnógrafo é justamente ir além das categorias de descrição do mundo já existentes, das visões panorâmicas oferecidas pelos dados. Contudo, isso não significa um abandono da estatística e da pesquisa quantitativa para o uso exclusivo da pesquisa qualitativa, mas como evidenciado na seguinte passagem:

A pesquisa etnográfica e a pesquisa estatística não se opõem mas se complementam. A melhor etnografia deveria municiar a pesquisa estatística, oferecendo-lhe meios para afinar seu questionário e para melhor levar em conta as diversidades sociais e a boa pesquisa estatística permite “enquadrar” com fineza a pesquisa de campo e sugerir-lhe questões. (BEAUD; WEBER, 2007, pp. 14-15)

Os dados estatísticos para o etnógrafo podem oferecer “dados de contextualização” (BEAUD; WEBER, 2007, p. 61) permitindo uma prévia das características e dimensões em níveis nacionais e locais que podem ser comparadas em campo, ambas as técnicas se complementam. Essa articulação, possível pela interdisciplinaridade entre as ciências econômicas e as demais ciências sociais e enriquecida pela imaginação sociológica, amplia o debate sobre o fenômeno da desindustrialização.

Para exemplificar, pode-se citar a pesquisa monográfica intergeracional realizada por Stéphane Beaud e Michel Pialoux que “oferece uma espécie de lente de aumento das evoluções que as estatísticas nacionais ou regionais não dão a perceber tão claramente” (2009, p. 302). Os autores se distanciaram de esquemas de explicação e se aprofundaram no estudo de caso através da observação participante e a entrevista etnográfica, o que possibilitou captar as relações sociais dentro das fábricas da Peugeot na região de Sochaux-Montbéliard na França, durante o processo de reestruturação produtiva e, conseqüentemente, o enfraquecimento operário. Outro exemplo é o relato presente no capítulo *Deindustrializing Chicago: A Daughter's Story* (2009), da cientista social Christine J. Walley, em que relata os efeitos da desindustrialização em Chicago, nos Estados Unidos, especificamente na trajetória de sua família, articulando a todo instante a imaginação sociológica - o que há de biográfico com o

que há de histórico e as constantes relações entre as interações e as estruturas sociais.

Deste modo, a articulação entre técnicas de pesquisa quantitativas e qualitativas é expressa por Ignacio Cano (2012). Ele afirma que a pesquisa quantitativa tem a função de padronizar frequência dos fenômenos, enquanto a pesquisa qualitativa permite a imersão aprofundada do contexto e atores em questão. A escolha da técnica depende do objeto de pesquisa e das condições de investigação: um objeto que trate a dimensão sociológica do processo de desindustrialização pode possibilitar a complementaridade das duas abordagens. Explorando possibilidades, a área da sociologia do trabalho oferece artifícios para pensar a desindustrialização brasileira e as relações de classe que se interligam com o objeto. A observação participante de longa duração em fábricas, conjuntamente à realização de pesquisas por questionários e à análise dos indicadores nacionais de desindustrialização, pode auxiliar tanto um estudo de caso específico e monográfico quanto um respaldo comparativo a nível nacional. Ao mesmo tempo, em um maior período de realização de pesquisa, a longa duração do estudo seria um recurso de pesquisa que permitiria explorar o desenvolvimento do processo de desindustrialização. Em outras palavras, a conjunção de métodos quantitativos e qualitativos, de curto a longo prazo dependendo do objeto de estudo, possibilita um entendimento muito mais completo tanto de fatores econômicos e sociais simultâneos e

correlacionados (em pesquisas transversais) quanto de eventos complexos e duradouros como a industrialização (em pesquisas longitudinais).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no que foi apresentado anteriormente, a análise de resumos de artigos científicos sobre ciências econômicas em torno do fenômeno da desindustrialização dos últimos dez anos permite interpretar que não há interesse por parte desses estudos de buscar relacionar seus resultados aos fenômenos de outras ordens (simbólicas, às vezes políticas, culturais e outras). O uso de indicadores econômicos é privilegiado, mas os próprios artigos demonstram como o processo de desindustrialização brasileiro está relacionado, em alguma medida, com os planos político-econômicos do fim do século XX, como o Plano Real (CANO, W. 2012). Sem a articulação da esfera privada, biográfica, íntima com a esfera pública, estrutural, histórica e impessoal, dificilmente é possível avançar no entendimento holístico do fenômeno da desindustrialização, cujos efeitos aparecem na realidade dos trabalhadores, nas instituições políticas e sociais. Ao inferir que a literatura econômica não se comunica suficientemente com outros saberes, dificultando a interdisciplinaridade, argumentou-se que a imaginação sociológica pode ser frutífera para ampliar o conceito de desindustrialização, assim como a articulação de métodos

etnográficos com a pesquisa estatística pode trazer benefícios para as ciências econômicas e sociais.

REFERÊNCIAS

BEAUD, Stéphane; PIALOUX, Michel. **Retorno à condição operária**: Investigação em fábricas da Peugeot na França. São Paulo: Boitempo, 2009.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo**: produzir e analisar dados etnográficos. Petrópolis: Vozes, 2007.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.

BERGER, Stefan; WICKE, Christian. Um imaginário pós-industrial? A popularização do patrimônio industrial no Ruhr e a representação de sua identidade regional. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 54, pp. 231-254, 2014.

CANO, Ignacio. Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 14, n. 31, pp. 94-119, 2012.

CANO, Wilson. A desindustrialização no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. spe, pp. 831-851, 2012.

FECHAMENTO da Ford no Brasil impacta, além de cerca de 5.000 empregos, cadeia produtiva do setor. **El País**, São Paulo, 11 jan. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-12/fechamento-da-ford-no-brasil-impacta-alem-de-cerca-de-5000-empregos-cadeia-produtiva-do-setor.html>. Acesso em 11 jul. 2021.

FEIJÓ, Flávio Tosi; STEFFENS, Camila. Comércio internacional, alocação do trabalho e a questão da desindustrialização no Brasil: uma abordagem utilizando equilíbrio geral computável. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 19, n. 1, 2015, pp. 135-161.

FERNANDES, Florestan. **Elementos de Sociologia Teórica**. São Paulo/Rio de Janeiro: EDUSP/Companhia Editora Nacional, 1970.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; AREND, Marcelo; GUERRERO, Glaison. Política econômica, instituições e classes sociais: os governos do Partido dos Trabalhadores no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 3, 2020, pp. 779-809.

GAULARD, Mylène. The Brazilian deindustrialization: financialization is not guilty. **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 2, 2015, pp. 227-246.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6^o ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GIOVANINI, Adilson. Mudança estrutural e serviços intermediários: algumas evidências para o limiar do século XXI. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 1, 2021, pp. 63-90.

GODA, Thomas; PRIEWE, Jan. Determinants of real exchange rate movements in 15 emerging market economies. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 40, n. 2, 2020, pp. 214-237.

GREMAUD, Amaury Patrick **et al.** **Manual de Economia**: equipe de professores da FEA-USP. **In:** PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio; TONETO Jr., Rudinei (org.). 7^o ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

HERSCOVICI, Alan. O 'capitalismo imaterial': elementos para uma análise (socio)econômica. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 102, 2015, pp. 129-147.

HUBER, Evelyne; NIEDZWIECKI, Sara. Changing systems of social protection in the context of the changing political economies since the 80s. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 7, 2018, pp. 2085-2094.

IBGE. **Contas Nacionais**. Disponível em: <https://ibge.gov.br>. Acesso em 12 jul. 2021.

IEDI. **Ocorreu uma desindustrialização no Brasil?**. São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201108311527130.IEDI1.pdf>. Acesso em 11 jul. 2021.

JOSEPH, K.J; KAKARLAPUDI, Kiran Kumar; JOSEPH, Akhil. Deindustrialization and innovation under globalization: an analysis of India's catch up in manufacturing. **Nova Economia**, v. 30, n.esp., 2020, pp. 1199-1224.

MAIA, Bento Antunes. Há desindustrialização no Brasil? Um estudo da abordagem clássica e de análise alternativas entre 1998 e 2014. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 2, pp. 549-579, 2020.

MARTINS, Guilherme Nunes; LIMA, João Policarpo Rodrigues. Evidências da precoce desindustrialização no Brasil. **Nexus Econômicos**, Salvador, v. 9, n. 1, 2015.

MATTEI, Lauro; SCARAMUZZI, Thaís. A taxa de câmbio como instrumento do desenvolvimento econômico. **Revista de Economia Política**, v. 36, n. 4, 2016, pp. 725-747.

MEDEIROS, Carlos Aguiar. Estrutura produtiva e crescimento econômico em economias em desenvolvimento. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 3, 2016, pp. 569-598.

MENDONÇA, Heloísa. Glauco Arbix: 'Declínio da indústria brasileira é profundo e acelerado'. **El País**, São Paulo, 28 mar. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-03-28/glauco-arbix-declinio-da-industria-brasileira-e-profundo-e-acelerado.html>. Acesso em 11 jul. 2021.

NASSIF, Luiza; TEIXEIRA, Lucas; ROCHA, Frederico. Houve redução do impacto da indústria na economia brasileira no período 1996-2009? Uma análise das matrizes insumo-produto. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 2, 2015, pp. 355-378.

OLIVEIRA, Regiane. Ha-Joon Chang: 'O Brasil está experimentando uma das maiores desindustrializações da história da economia'. **El**

País, São Paulo, 15 jan. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/05/economia/1515177346_780498.html?rel=mas. Acesso em 11 jul. 2021.

OLIVEIRA, Regiane. Ha-Joon Chang: 'O Brasil está experimentando uma das maiores desindustrializações da história da economia'. **El País**, São Paulo, 15 jan. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/05/economia/1515177346_780498.html?rel=mas. Acesso em 11 jul. 2021.

PAULANI, Leda. Acumulação sistêmica, poupança externa e rentismo: Observações sobre o caso brasileiro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 27, n. 77, 2013, pp. 237-264.

PEREIRA, Thales. Was it Uruguay or coffee? The causes of the beef jerky industry's decline in southern Brazil (1850-1889). *Nova Economia*, v. 26, n. 1, 2016, pp. 7-42.

RODRIG, Dani. Premature deindustrialization. **Journal of Economic Growth**, v. 21, n. 1, pp. 1-33, 2016.

SAVAGE, Mike. The fall and rise of class analysis in British sociology, 1950-2016. **Tempo Social**, São Paulo, v. 28, n. 2, 2016, pp. 57-72.

SELDIN, Claudia; CANEDO, Juliana. Housing in "Intramural Favelas": Considerations on New Forms of Urban Expansion in Contemporary Times. **Cidades, Comunidades e Territórios**, v. 1, n. 37, 2018.

SILVA, José Alderir; LOURENÇO, André Luís Cabral. Revisitando o conceito de desindustrialização. **Revista OIKOS**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, pp. 57-73, 2014.

SIQUEIRA, Hipólita. Novo desenvolvimentismo e dinâmica urbano-regional no Brasil (2004-2012). *EURE*, Santiago, v. 41, n. 122, 2015, pp. 261-277.

TORRES, Ricardo Lobato; CAVALIERI, Henrique. Uma crítica aos indicadores usuais de desindustrialização no Brasil. *Revista de Economia Política*, v. 35, n. 4, 2015, pp. 859-877.

TORRES, Ricardo Lobato; CAVALIERI, Henrique. Uma crítica aos indicadores usuais de desindustrialização no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 4, pp. 859-877, 2015.

URRACA-RUIZ, Ana; BRITTO, Jorge Nogueira de Paiva; SOUZA, Karla Sarmento Gonçalves de. Qualificando o caráter 'regressivo' da especialização industrial do Brasil. **In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL LALICS, 2013, Anais [...]**, Rio de Janeiro, 2013.

VERÍSSIMO, Michele Polline; ARAÚJO, Vanessa Marzano. Desempenho da indústria automobilística brasileira no período 2000-2012: uma análise sobre a hipótese de desindustrialização setorial. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 1, 2015, pp. 151-176.

VERNENGO, Matías. From restrained golden age to creeping platinum age: A periodization of Latin American development in the Robinsonian tradition. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 35, n. 4, 2015, pp. 683-707.

VIEIRA, Flávio Vilela; DAMASCENO, Aderbal Oliveira. Desalinhamento cambial, volatilidade cambial e crescimento econômico: uma análise para a economia brasileira (1995-2011). **Revista de Economia Política**, v. 36, n. 4, 2016, pp. 704-725.

WALLEY, Christine J. Deindustrializing Chicago: A Daughter's Story. *In: GUSTERSON, Hugh; BESTEMAN, Catherine (org.). **The Insecure American: How We Got Here and What We Should Do about It.*** Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, pp. 113-139, 2009.

WRIGHT MILLS, Charles. **A imaginação sociológica.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.

ZANETTI, Valéria; PAPALI, Maria; COSTA, Sandra. Uma análise geo-histórica da construção de um mito em São José dos Campos (SP) entre 1930 e 1964. **Urbe, Revista Brasileira de Gestão Urbana**, São Paulo, v. 9, n. 2, pp. 244-261, 2017.

ZULLO, Gustavo. O subemprego em perspectiva histórica e a estrutura de ocupações no Brasil entre 1980 e 2010. **América Latina en la historia económica**, v. 26, n. 3, 2019, pp. 1-28.

CAPÍTULO 4

RAÇA, GÊNERO E PANDEMIA:

COMO AS MULHERES NEGRAS TRABALHADORAS

DOMÉSTICAS FORAM AFETADAS DURANTE O PERÍODO

PANDÊMICO BRASILEIRO

Gabriela Lage Silvério

Giulia Simonetti Ragusa

Luana Ortiz Silva

Mariana Figueiredo Silveira

Sophia Nunes

Victória Vedovato

INTRODUÇÃO

Mediante a compreensão da importância que o trabalho doméstico exerce sobre a economia, este artigo pretende analisar a razão pela qual o crescimento econômico desse setor e o rendimento salarial das mulheres negras, que o compõem majoritariamente, foram inversamente proporcionais durante a pandemia. A hipótese que sustenta os objetivos do presente trabalho é que essas mulheres negras estão submetidas desde o período colonial a uma posição de subordinação que lhes foi imposta e, durante o período pandêmico, sofrem com o aumento

de sua carga de trabalho e com a redução salarial, apesar do crescimento econômico que esse campo de atuação apresentou. Por isso, a investigação questiona como essas mulheres foram e ainda são afetadas durante o período pandêmico.

A relevância do tema encontra-se na discrepância entre a grande importância do serviço prestado e o baixo reconhecimento financeiro e social oferecido à ele, assunto este abordado pela autora Tamis Nogueira em seu artigo *Mucama permitida: a identidade negra do trabalho doméstico no Brasil* (2017). Tendo como base o artigo *Divisões e tensões em torno do tempo do trabalho doméstico no cotidiano* (2010), de Maria Betânia Ávila, Tamis Nogueira afirma:

O trabalho reprodutivo, que é o trabalho emocional, manual, rotineiro de cuidar daqueles que não podem se auto cuidar, limpar e arrumar, cozinhar e alimentar não é valorizado socialmente e nem reconhecido na organização social do trabalho, pois não constitui uma atividade de produção e não produz mais-valia, portanto, não produz lucro. O que em uma sociedade capitalista não constitui tempo válido. O trabalho reprodutivo remunerado é marcadamente feminino, porém, ainda há um recorte racial na categoria: 61,6% do total de trabalhadoras domésticas no Brasil são negras. O fardo da escravidão é muito mais pesado para essa grande parcela das domésticas que o carrega há muito mais tempo. (NOGUEIRA, 2017, p. 49).

Diante disso, o presente trabalho pretende oferecer material que chame atenção para essa causa, a fim de que haja reconhecimento das injustiças prestadas a essas trabalhadoras, em

sua maioria, mulheres pretas. Para alcançar esse propósito, o artigo tem como objetivos específicos avaliar comparativamente a renda e a carga de trabalho dessas mulheres negras e analisar suas condições de trabalho, antes e durante a pandemia, para assim verificar se foram mais expostas aos riscos pandêmicos do que o restante da população.

Ademais, o projeto de pesquisa que subjaz este artigo é de natureza básica, ou seja, pretende responder aos questionamentos propostos de modo a ampliar o conhecimento existente acerca desse fenômeno. Ainda, é descritiva e exploratória, já que pretende descrever e explicar o impacto da pandemia de Covid-19 na vida das mulheres negras que trabalham no setor de cuidados da economia. A abordagem será mista, uma vez que serão utilizados tantos dados qualitativos quanto quantitativos. As técnicas de pesquisa empregadas serão a revisão bibliográfica, a consulta em bases de dados e a realização de entrevistas, feitas entre os meses de junho e julho de 2021, com quatro diaristas negras do Estado de São Paulo, que chamaremos de entrevistada 1 (E1), entrevistada 2 (E2), entrevistada 3 (E3) e entrevistada 4 (E4), para fins de anonimato.

2 DIMENSÃO HISTÓRICA DO TRABALHO DOMÉSTICO

Ao abordar a questão do trabalho doméstico no Brasil, torna-se necessário realizar uma análise histórica de sua origem, a qual é temporalmente localizada no período escravocrata. Diante disso, é

oportuno evidenciar que a exploração da mão de obra africana foi um fator fundamental para a formação da economia brasileira durante o Brasil Colônia, pois foram principalmente os povos africanos escravizados os responsáveis por realizar o árduo trabalho extrativo nos grandes ciclos econômicos do período, isto é, o ciclo da cana de açúcar, o ciclo do ouro, o ciclo do café e outros mais secundários, como o ciclo do algodão e o ciclo do fumo. Assim sendo, compreende-se que a viabilidade da empresa agrícola no Brasil só foi possível graças à mão de obra africana.

Nesse cenário, é importante destacar que as mulheres negras desempenhavam um papel ativo, trabalhando tanto quanto os homens negros nas lavouras e, além disso, realizavam os afazeres domésticos da Casa-grande. Essas mulheres foram intituladas de mucamas, cuja definição é “escrava ou criada negra que, normalmente jovem, habitava os arredores da casa dos senhores, sendo responsável pelos serviços caseiros e pelos passeios com sua senhora” (MUCAMA, 2021). A obra *A Mulher no Brasil* (1978), da autora June E. Hahner, analisada por Lélia Gonzalez (1984), evidencia as funções exercidas pelas mulheres negras na Casa-grande durante o período escravocrata:

(...) A escrava de cor criou para a mulher branca das casas grandes e das menores, condições de vida amena, fácil e da maior parte das vezes ociosa. Cozinhas, lavava, passava a ferro, esfregava de joelhos o chão das salas e dos quartos, cuidava dos filhos da senhora e satisfazia as exigências do senhor. (HAHNER, 1978 apud GONZALEZ, 1984, p. 229).

Diante disso, fica evidente que a função econômica das mulheres negras escravizadas na sociedade escravocrata estava baseada na prestação de bens e serviços. Segundo Beatriz Nascimento (2019) a estrutura da sociedade brasileira colonial se estabeleceu de forma extremamente hierarquizada, mantendo em polos distintos o senhor de terras - detentor do poder econômico e político - e os escravos - a força de trabalho efetiva da sociedade. Nesse cenário, o caráter patriarcal e paternalista da estrutura socioeconômica brasileira atribuiu às mulheres brancas o papel de mãe e esposa, assinalado pelo ócio, e às mulheres negras, o papel de trabalhadoras tanto nos afazeres da Casa-grande quanto nas atividades subsidiárias do corte e do engenho.

Todavia, apesar da mão de obra escrava ter representado um dos principais alicerces para a consolidação da economia brasileira, e das mulheres negras terem exercido uma jornada dupla trabalhando nas lavouras e no âmbito doméstico, após a abolição da escravidão, que ocorreu graças às lutas abolicionistas e à pressão da Inglaterra - que via na abolição da escravatura uma oportunidade para aumentar a demanda de seus produtos manufaturados cuja oferta havia crescido significativamente com a Revolução Industrial -, a população negra foi deixada à sua própria sorte.

Como ressalta Florestan Fernandes em sua obra *A integração do negro na sociedade de classes* (1978) não houve a elaboração de projetos que visassem indenizar os ex-escravizados ou propiciar

sua integração na sociedade de classes, logo restou-lhes apenas exercer os trabalhos braçais mal remunerados. Assim, muitos dos ex-escravos continuaram trabalhando para seus antigos senhores, inclusive as mulheres negras que trabalhavam na Casa-grande. É nesse contexto que surge o trabalho doméstico, como ressalta Angela Davis:

Durante o período pós-escravidão, a maioria das mulheres negras trabalhadoras que não enfrentavam a dureza dos campos era obrigada a executar serviços domésticos. Sua situação, assim como a de suas irmãs que eram meeiras ou a das operárias encarceradas, trazia o familiar selo da escravidão. Aliás, a própria escravidão havia sido chamada, com eufemismo, de “instituição doméstica”, e as escravas eram designadas pelo inócuo termo “serviçais domésticas”. Aos olhos dos ex-proprietários de escravos, “serviço doméstico” devia ser uma expressão polida para uma ocupação vil que não estava nem a meio passo de distância da escravidão. (DAVIS, 2016, p. 98).

Apesar da obra de Davis (2016) tratar da escravidão estadunidense, é possível identificar pontos em comum com a escravidão brasileira que também foi marcada pela forte presença das mulheres negras assumindo o papel de “serviçais domésticas” no pós-abolição. “Numa sociedade como a brasileira, em que a dinâmica do sistema econômico estabelece espaços na hierarquia de classes, existem alguns mecanismos para selecionar as pessoas que irão preenchê-los” (NASCIMENTO, 2019, p. 285). O critério racial é um deles, sendo o responsável por relegar as pessoas negras aos lugares mais baixos desta hierarquia.

Por isso, “a mulher negra, elemento que expressa mais radicalmente a cristalização dessa estrutura de dominação, vem ocupando os mesmos espaços e papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão.”(NASCIMENTO, 2019, p. 286) . Ou seja, a estrutura racista e colonialista brasileira fez com que o trabalho doméstico fosse atribuído, principalmente, às mulheres negras, fixando o imaginário de que “negros são serviçais, serviçais são negros” e atribuindo ao serviço doméstico uma desvalorização socioeconômica como ressalta Davis (2016). Consonantemente, segundo Nascimento:

A “herança escravocrata” sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, grosso modo, não mudou muito. As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos nas áreas urbanas, em menor grau na indústria de transformação, e que permaneça como trabalhadora nos espaços rurais (...) Se a mulher negra hoje permanece ocupando empregos similares aos que ocupava na sociedade colonial, é tanto devido ao fato de ser uma mulher de raça negra como por seus antepassados terem sido escravos. (NASCIMENTO, 2019, p. 286).

Diante disso, de acordo com González (2018), as mulheres negras que trabalham como empregadas domésticas têm sofrido com a internalização da inferioridade e subordinação à que lhe são impostas. Todavia, foram essas mulheres que possibilitaram e ainda possibilitam a emancipação econômica e cultural de suas patroas, uma vez que são responsáveis pelos cuidados de suas

casas. Na visão da autora, a empregada doméstica de hoje não é muito diferente da mucama de ontem. O que se observa, no Brasil, é um racismo estrutural “que leva, tanto algozes como vítimas, a considerarem natural o fato de a mulher em geral e a negra em particular desempenharem papéis sociais desvalorizados em termos de população economicamente ativa.” (GONZÁLEZ, 2018, p. 35) Dessa forma, o perfil das trabalhadoras domésticas no Brasil permanece sendo o mesmo, desde o período pós-colonial.

3 DIMENSÃO PRÉ-PANDÊMICA

Cristina Pereira Vieceli, economista pela UFRGS, oferece um excelente panorama sobre o perfil das trabalhadoras domésticas do Brasil na atualidade pré-pandêmica em seu estudo. Tal delimitação é essencial para o seguimento da análise pretendida pelas autoras deste trabalho em desenvolvimento, uma vez que seu intuito é demonstrar a herança e até a continuidade revisitada de um sistema que escravizou e reduziu as mulheres negras dentro da nossa sociedade, já que “em 2011, cerca de cerca de 70% do total de mulheres empregadas como domésticas eram negras” (VIECELLI, 2015, p. 80).

Analisando as razões que mantêm as mulheres negras nessa posição, a autora conclui que, para a determinação do emprego como uma funcionária doméstica, parece ser mais decisivo o grau de escolaridade das mulheres do que exatamente uma questão racial. No entanto, ela aponta que essas duas últimas questões não

estão totalmente dissociadas, já que as mulheres negras, de acordo com o que pode verificar em sua pesquisa, teriam menos oportunidades de permanência na educação formal. Analisando dados, Vieceli notou que, entre 1999 e 2009, duplicou a diferença entre o percentual do número de mulheres brancas e mulheres negras no ensino superior:

Segundo dados da PNAD levantados pela autora, em 1999, as mulheres brancas possuíam uma taxa líquida de escolarização no ensino superior de 9,2%, enquanto que, para as mulheres negras, a taxa era de 2,4%, ou seja, uma diferença de 6,8 p.p. Em 2009, este indicador para as mulheres brancas passou a 23,8% e para as negras 9,9%, ou seja, a diferença entre os dois grupos saltou para 13,9 % (VIECELI, 2015, p. 93).

Nas primeiras décadas do século XXI, através da política, é possível evidenciar alguns avanços no quesito justiça social no Brasil, como, por exemplo, em relação ao acesso ao ensino superior e às leis - como a Lei Complementar 150/2015 - que buscam garantir o direito das trabalhadoras domésticas, através de uma regulamentação mais rígida e comprometida com as trabalhadoras. Porém, é válido ressaltar que são necessárias não apenas leis, mas mudanças culturais e estruturais para que as condições de vida dos grupos denominados minoritários - neste caso, mulheres negras - se tornem menos desiguais. Afinal, mesmo com tentativas visíveis de nivelar o acesso à educação e aos direitos trabalhistas, as desigualdades persistem.

Mesmo dentro das margens da lei, as domésticas são trabalhadoras que convivem com diferentes tipos de abusos. Por exemplo, Guedes e Monçores (2019, p. 14) apresentam que, em 2015, menos da metade das trabalhadoras domésticas contribuíam para a Previdência Social (42,1%), logo não poderão se aposentar. Isso nos permite atestar o desprovento de direitos ao qual essas mulheres estão submetidas. Além disso, Vieceli (2015, p. 100) demonstra que essas mulheres possuem uma média semanal de 51 horas trabalhadas, sete horas acima do máximo estipulado legalmente. Mesmo que possivelmente tais horas sejam remuneradas, isso não torna menos vampiresca a sede dos contratantes, que desconsideram indiscriminadamente a carga horária definida e regulamentada pela legislação.

Em mais de uma das entrevistas realizadas pelas pesquisadoras, responsáveis pelo trabalho aqui desenvolvido, foi documentada a satisfação da entrevistada com sua remuneração. Entretanto, isso não demonstra imprecisão na análise em desenvolvimento, pois as entrevistadas atuam como diaristas. Isto é, no geral, as empregadas mensalistas são as que recebem um valor menos justo por seu trabalho, como Vieceli (2015, p. 104) observa analisando dados de 2013: a média da remuneração de uma empregada mensalista na Região Metropolitana de São Paulo era de R\$ 4,54 contra R\$ 7,12, referente a hora de uma diarista. Ao analisarmos as entrevistas realizadas, percebemos uma conformidade com a pesquisa de Vieceli, já que duas (E2 e E4) das

quatro entrevistadas consideram justos seus salários de diaristas. Não significa, entretanto, que essa quantia seja o suficiente para o sustento de suas famílias: somente E4 consegue se sustentar com o que ganha, pois mora sozinha, enquanto as outras três trabalhadoras necessitam da contribuição da renda individual dos membros do domicílio para compor a renda total familiar.

Ainda que o valor da hora trabalhada não seja alto, todas as quatro diaristas consideram que seu trabalho possui reconhecimento. No entanto, é possível evidenciar, através das respostas coletadas, que a compreensão do reconhecimento profissional por parte das entrevistadas advém de uma noção prática, logo, implica boas condições no serviço, respeito na relação 'patrão' e 'empregada' e apreço individual dos empregadores pela atividade prestada, e não da noção de reconhecimento social da profissão, assim como ilustram E1 e E4, respectivamente: "O pessoal valoriza meu trabalho, gosta, então eu tenho um reconhecimento, na parte do meu esforço, do reconhecimento do meu trabalho." e "Eu sempre me relacionei bem com as pessoas com as quais eu trabalhava, nunca passei por situações de maus tratos.". Ao analisarmos mais a fundo, por meio de pesquisas e dados, evidenciamos, no entanto, que esta profissão é pouco reconhecida e valorizada socialmente, seja financeiramente ou na garantia de direitos dessas trabalhadoras, conforme mostra Acciari; Araújo; Morticelli (2021, p. 112) , "a luta por tal reconhecimento não diz respeito somente à conquista de

uma base de direitos trabalhistas, mas sobretudo da consolidação e valorização profissional (...)" (2021, p. 152). Além disso, vê-se também um retrocesso na política praticada atualmente no Brasil:

No início de 2020, foi retirada a possibilidade de os empregadores descontarem do imposto de renda a contribuição ao INSS da trabalhadora doméstica. Essa medida tinha sido introduzida em 2006, durante o governo Lula, com o objetivo de incentivar a formalização das trabalhadoras domésticas. (ACCIARI; ARAÚJO; MORTICELLI, 2021, p. 153).

Trata-se de um panorama em que os direitos das trabalhadoras domésticas ainda estão longe de serem alcançados na prática. Sobre o perfil da profissão, é certo: mulheres adultas negras, em sua maioria num cenário de informalidade e desproteção trabalhista, que carregam uma jornada dupla de serviços domésticos, sendo a média semanal de horas trabalhadas das mensalistas dentro desse cotidiano de 56,3 horas (FONTOURA et al., 2019, p. 33).

4 DIMENSÃO PANDÊMICA

A pandemia da COVID-19 causou uma profunda crise sanitária, econômica, social, política e cultural mundo afora. As medidas de distanciamento social impostas na tentativa de conter a doença fizeram surgir o dilema entre crescimento econômico e manutenção da vida. Assim, a pandemia evidenciou as contradições do capitalismo, no sentido em que é "uma tecnologia

da morte ou um modo de controle sobre a vida, os corpos e as populações” (VOMMARO, 2021, p. 1099).

Uma das soluções apresentadas para a saída desse dilema é o teletrabalho que, por um lado, garante certa produtividade para as empresas e, por outro, garante que as atividades sejam realizadas mantendo-se o isolamento social. No entanto, é evidente que nem todos os trabalhadores podem trabalhar remotamente, de forma que o teletrabalho aparece como elemento capaz de aprofundar ainda mais a precarização e as desigualdades trabalhistas, sociais e econômicas. Assim, a saúde desses trabalhadores que precisam realizar suas atividades presencialmente mostra-se apenas como uma mercadoria para o capital. E, seguindo essa lógica, diversos empregadores lançaram mão do bem comum em busca da maximização do lucro.

Segundo David Harvey (AMADEO, 2020), as respostas políticas e econômicas à pandemia são guiadas pela lógica de cada governo e, mais do que isso, evidenciam sua impotência, incapacidade e limitação. No caso brasileiro, as medidas tomadas pelo governo federal foram praticamente inexistentes, orientadas pelo negacionismo científico e pela negação da gravidade da doença. O que isso representou para 81% da força de trabalho - 75,5 milhões de pessoas - foi algum tipo de vulnerabilidade decorrente dos efeitos da pandemia (REDE, 2020). Dentre esses, 6.248.517 são trabalhadores no setor de serviços domésticos. Segundo a Rede de Pesquisa Solidária (REDE, 2020), esses

trabalhadores estão no grupo mais vulnerável no setor não essencial e são a categoria mais numerosa do grupo. Entre eles, 95% são mulheres e 63,3% negras (CAMPANHA, 2020). Na cidade de São Paulo, por exemplo, 2,4% das vítimas da Covid-19 são empregados e empregadas domésticas, na sua maioria mulheres (90,8%) e negras (53,6%) (FREITAS, 2021). Essa porcentagem corresponde a pouco menos da metade das mortes registradas nos trabalhadores do comércio. No entanto, “o contingente de trabalhadoras domésticas é estimado em cerca de 230 mil, enquanto o de trabalhadores do comércio, em mais de 1 milhão” (FREITAS, 2021).

A pandemia evidenciou as relações de desigualdade de gênero e raça a que estão submetidas as trabalhadoras do serviço doméstico, que nesse setor aparecem de forma acentuada. O serviço doméstico é o ofício de 18,6% das mulheres negras no Brasil, tornando essas vulnerabilidades mais onerosas a esse grupo (IPEA, ONU Mulheres, 2020). Além disso, cerca de 70% dessa categoria trabalha na informalidade, sem nenhuma garantia de direitos trabalhistas, como o 13º salário, seguro-desemprego, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e, ainda, a benefícios previdenciários (BOND, 2020).

O Ministério Público do Trabalho (MPT), em sua Nota Técnica Conjunta nº 4/2020 (MPT, 2020) recomenda “quarentena remunerada” quando possível e o uso de EPIs e álcool em gel, fornecidos pelos empregadores, e ainda garante:

i) dispensa remunerada das trabalhadoras pelo período de isolamento dos empregadores, no caso em que estes tenham sido diagnosticados ou estejam com suspeita de contaminação por Covid-19; ii) flexibilidade na jornada de trabalho; e iii) a garantia do deslocamento das trabalhadoras em horários alternativos, para que fujam dos períodos de pico nos transportes públicos. (IPEA, ONU Mulheres, 2020).

No entanto, essas medidas não podem ser efetivadas para a grande maioria dessas trabalhadoras que estão na informalidade, de modo que essa Nota Técnica Conjunta se torna apenas letra morta, a exemplo das quatro diaristas entrevistadas, que entram e saem de seu trabalho eventual dentro do horário de pico no transporte, ou seja, dentro do período das 6h às 9h e das 16h às 19h.

Na contramão ao MPT, alguns governos e prefeituras declararam o trabalho doméstico como serviço essencial, aumentando ainda mais a vulnerabilidade dessa classe. É o que aconteceu na prática, ainda que não institucionalmente no Estado de São Paulo, na percepção de E1, ao relatar se houve alteração na atividade que exercia entre período pré e durante o surto de Covid-19:

No comecinho da pandemia, minha jornada de trabalho reduziu, mas agora já voltei ao meu ritmo normal. No início da pandemia tive a defasagem de umas três casas, mas depois foram voltando a me chamar. (...) Com a pandemia, mudou bastante, as pessoas começaram a valorizar mais, começaram a pensar 'poxa, eu preciso do serviço dela, ela faz falta, a casa fica desorganizada'.

Então começaram a me valorizar mais com a pandemia. (Entrevistada 1, 2021, s/p.).

Esse aparente reconhecimento do trabalho doméstico compreende uma percepção desse serviço como algo indispensável para as mulheres brancas com melhores recursos poderem se emancipar enquanto permanecem protegidas do vírus pelo teletrabalho. Segundo Luiza Batista, presidenta da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD), as trabalhadoras domésticas deveriam ter o direito à quarentena resguardado, e a classificação de todo e qualquer trabalho doméstico como essencial é uma expressão do racismo na sociedade brasileira:

Sempre lutamos por valorização e a sociedade nunca quis reconhecer a importância do serviço doméstico. Aí neste momento de pandemia, a casa grande que está em quarentena, não quer se dar ao trabalho de fazer as próprias tarefas domésticas. Colocar o serviço doméstico como essencial de forma generalizada é uma crueldade. As trabalhadoras domésticas também têm famílias. (CAMPANHA, 2020).

Dessa forma, grande parte das trabalhadoras domésticas precisaram continuar a exercer suas atividades normalmente, se expondo ao risco de contaminação, enquanto muitas outras foram dispensadas sem nenhuma garantia. Dessas trabalhadoras dispensadas, grande parte atua como diarista, tendo um grande impacto em sua renda, e muitas vezes também não estão cobertas pelo sistema de seguridade social. Das quatro

entrevistadas, todas consideram que não se expõem mais ao vírus enquanto trabalhadoras do setor de cuidados. Os relatos apresentam uma ideia de que os empregadores não constituem um risco como forma de transmissão, já que ou trabalham remotamente ou não estão presentes na casa durante o serviço prestado, mesmo que ainda, por vezes, as diaristas precisem utilizar do transporte público. Dados do Instituto Pólis analisados pela reportagem de junho de 2021 do jornal Folha de São Paulo contestam, entretanto, essa ideia, uma vez que as trabalhadoras domésticas, em conjunto com pedreiros e motoristas de táxi e aplicativos, compõem a atividade ocupacional com o maior número de mortes na cidade de São Paulo (FREITAS, 2021). Ao relacionar a escolaridade com o padrão de renda das pessoas, observa-se que, dentre as 30 mil mortes registradas, a maior taxa (76,7%) concentra-se nos que não completaram o ensino básico. Assim, esse contexto evidenciou a vulnerabilidade a que estão submetidas as trabalhadoras do serviço doméstico, conferindo “visibilidade a desproteções e desigualdades que sempre marcaram o mercado de trabalho e a sociedade brasileira, aprofundando-as em um contexto muito particular” (IPEA, ONU Mulheres, 2020).

5 ECONOMIA E O TRABALHO DOMÉSTICO NA PANDEMIA

5.1 Princípios de economia

Definindo a economia como “a ciência que analisa as escolhas individuais e suas interações” (GUIMARÃES; GONÇALVES, 2017, p. 2), é necessário compreender as motivações que precedem as decisões. Em seu livro *Introdução à economia*, o professor Gregory Mankiw (2007) apresenta princípios econômicos que explicam essas decisões, como o enfrentamento de *tradeoffs*, o custo de oportunidade e o fato de que “pessoas racionais pensam na margem” (MANKIW, 2007, p. 6). Veremos a seguir como esses princípios refletem na realidade de trabalhadoras domésticas e diaristas durante a pandemia.

Sendo o primeiro princípio o ato de “escolher um objeto em detrimento do outro” (MANKIW, 2007, p. 4), ele está intrinsecamente relacionado com a contraposição entre permanecer em casa, seguindo as medidas de segurança propostas pelo Ministério da Saúde, e ir trabalhar nas casas dos empregadores. Considerando que o período enfrentado resultou no crescimento do índice de desemprego - sendo que “o número desempregadas no Brasil subiu 3,4% no trimestre encerrado em abril deste ano, elevando a taxa de desocupação para 14,7%” (NITAHARA, 2021) -, com 1,4 milhão de vagas perdidas no trabalho doméstico (SALES, 2021), e no aumento do custo de vida para os brasileiros (GARRETT, 2020), a escolha mais racional foi, então, continuar a trabalhar, já que enfrentar o período sem renda não

poderia se tornar uma realidade e, apesar do governo oferecer o auxílio emergencial, nem todas que solicitaram conseguiram de fato obtê-lo. Em entrevista para o jornal *Correio 24 Horas*, a diarista Elineide Constantino, que aceita diárias por R\$75, conta: “Fiz porque precisava pagar as contas. É humilhante, eles sabem que a gente precisa”.

Ao escolher trabalhar, as empregadas domésticas lidam com o segundo princípio, o custo de oportunidade. Segundo Gregory Mankiw, “o custo de oportunidade de um item é aquilo de que você abre mão para obtê-lo” (MANKIW, 2007, p. 6). Dessa forma, devido à situação já mencionada da necessidade sair de casa a fim de obter alguma renda, essas trabalhadoras acabam se expondo mais ao vírus, pois enfrentam transportes lotados e com grande rotatividade de passageiros, além de uma possível contaminação resultante do contato com seus empregadores.

O alto grau de subordinação com que esse trabalho é desenvolvido contribui para que as trabalhadoras não tenham qualquer poder de influência ou mesmo informações sobre por onde os corpos de que cuidam circulam, aumentando a insegurança a que ficam expostas em seu ambiente de trabalho. Trata-se, portanto, de um trabalho exposto a diversos riscos de contaminação. (IPEA, ONU Mulheres, 2020, p. 10).

Entretanto, é importante enfatizar que precisar lidar com essa situação - de se expor ao vírus durante uma pandemia que já matou cerca de 549 mil brasileiros (BRASIL, 2021), devido à falta de renda estável, é o reflexo da desigualdade existente no país, uma vez que,

segundo Mankiw (2007, p. 7), “um tomador de decisões racional executa uma ação se, e somente se, o benefício marginal exceder o custo marginal”.

5.2 Desigualdade

Por desigualdade, neste tópico, entende-se: “O resultado da divisão da sociedade em classes, sendo estas definidas, predominantemente, pelo tipo de relação de seus integrantes com os meios de produção.” (SILVA; BARROS, 2002, p. 376).

Na série de histórias em quadrinhos *Confinada*, elaborada inicialmente em 2020, o ilustrador e roteirista Leandro Assis e a roteirista Triscila Oliveira abordam como a pandemia causada pelo coronavírus expandiu as desigualdades entre as classes sociais. Nela, a trabalhadora doméstica Ju, para não sofrer redução de salário ou perder o emprego, permanece de quarentena na casa de sua própria empregadora, a *influencer* Fran, lidando de forma ainda mais direta com o distanciamento socioeconômico entre elas.

Figura 1 - "O apartamento da madame"



Fonte: Perfil do Leandro Assis no *instagram*.⁴

A tirinha acima reflete a realidade de muitas mulheres negras que vivem no Brasil durante o período pandêmico, já que diversos empregadores optaram por não respeitar os direitos das trabalhadoras domésticas, conforme relata uma diarista em matéria publicada pela revista Marie Claire (VIOLA; 2020): "Ao tentar negociar um afastamento remunerado com sua empregadora, recebeu um ultimato: ou mora no emprego até o fim do período

⁴Disponível em:

<https://www.instagram.com/p/CG8DCz9pNCM/?utm_medium=share_sheet>. Acesso em: 25 jul. 2021.

de quarentena, ou perde o trabalho”. Para aquelas que tiveram perda parcial ou total do salário, o Auxílio Emergencial - mesmo com problemáticas que o cercam, como a dificuldade de resgatá-lo (FELICIO; VELOSO, 2021) - oferecido pelo governo brasileiro, foi benéfico para a construção de renda, segundo pesquisa realizada pelo Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária (FARES; OLIVEIRA; CARDOSO; NASSIF-PIRES, 2021).

Ao observar os resultados da PNAD Contínua Trimestral, publicada em maio de 2021 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é possível notar que a desigualdade causada pela pandemia está intrinsecamente interligada com as relações raciais, uma vez que o percentual da população preta e parda desocupada era de 35,5%, enquanto o da população branca alcançou 11,9%. Há uma diferença significativa também no percentual por sexo, sendo 17,9% para as mulheres e 12,2% para os homens. Embora tenha sido escancarada pelo período, essas desigualdades estão presentes na sociedade brasileira desde seu início, conforme pontua a historiadora Beatriz Nascimento:

Se a mulher negra hoje permanece ocupando empregos similares aos que ocupava na sociedade colonial é tanto devido ao fato de ser uma mulher de raça negra como por seus antepassados terem sido escravos (NASCIMENTO, 2019, p. 230).

Por fim, é importante ressaltar que, devido aos níveis de desigualdade existem no país que assolam a vida de muitas trabalhadoras, um dos primeiros óbitos causados pelo coronavírus no Rio de Janeiro, em 17 de março de 2020 (MELO, 2020) foi de uma trabalhadora doméstica, que contraiu o vírus através do contato com sua empregadora, após esta retornar de viagem da Itália.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que subjaz o desenvolvimento deste artigo esclarece questões acerca do trabalho doméstico, que conta, em sua maioria, com mulheres negras. Para tal, foram exploradas as dimensões históricas, atuais - pré e durante a pandemia, além de sua relação com os princípios econômicos fundamentais.

A partir da análise histórica, é possível remontar as origens da posição de subordinação imposta às trabalhadoras domésticas no Brasil, cujo perfil segue estruturalmente idêntico desde o período pós-colonial - é um campo composto majoritariamente por mulheres negras. A dimensão atual, analisada no artigo desenvolvido, comprova tal afirmação e, além disso, evidencia as condições de trabalho dessas mulheres. Na atualidade pré-pandêmica, o cenário desse campo de atuação pode ser caracterizado pela informalidade e a desproteção trabalhista dessas mulheres, implicando em uma jornada dupla de serviço

doméstico e, possivelmente, em um desrespeito ao horário de trabalho regulamentado por lei, o que é uma prática muito comum.

Durante a pandemia, esse cenário não apresenta melhorias, pois há uma continuidade na negação dos direitos dessas trabalhadoras, uma vez que elas precisam continuar exercendo seus trabalhos normalmente, ou são simplesmente demitidas sem nenhuma garantia. Ademais, através de dados e das entrevistas, é possível afirmar que, apesar da percepção das diferentes entrevistadas caminhar em outra direção, o serviço doméstico está entre os mais vulneráveis, pois compõe a atividade ocupacional com o maior número de mortes na cidade de São Paulo.

Dessa forma, é possível concluir que o trabalho doméstico, composto por mulheres negras em sua maioria, é compreendido como indispensável mesmo durante o período pandêmico, pois possibilita a emancipação de seus empregadores. Por isso, as trabalhadoras em situação de extrema vulnerabilidade, desassistidas e desprotegidas quanto aos seus direitos e em situação de desigualdade alarmante, se veem diante de escolhas em grande parte radicais, como os *trade offs*, por exemplo, nos quais devem dificilmente optar - considerando que isso possa ser pesado - por arriscar sua vida ou perder seu emprego.

REFERÊNCIAS

ACCIARI, L.; ARAUJO, A. B.; MONTICELLI, T. A. Trabalho doméstico e de cuidado: Um campo de debate. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 145-167, 28 abr. 2021. DOI <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2021.169501>. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/169501>>. Acesso em: 24 jul. 2021.

AMADEO, P. (org.). **Sopa de Wuhan: Pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemias**. 1. ed. Buenos Aires: ASPO, 2020. p. 188.

BOND, L. Vulnerabilidade de trabalhadoras domésticas aumenta na pandemia. **Agência Brasil**, São Paulo, 12 jun. 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-06/vulnerabilidade-de-trabalhadoras-domesticas-aumentam-na-pandemia#>>. Acesso em: 22 jul. 2021.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Painel Coronavírus**. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em: 26 jul. 2021

BRASIL. Ministério da Saúde. **Como se proteger**. Publicado em 08 abr. 21. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/como-se-proteger>>. Acesso em 29 jul. 2021.

CAMPANHA nacional quer barrar inclusão de serviços domésticos de atividades essenciais nos estados. **Fenatrad**, Brasília, 15 mai. 2020. Disponível em: <<https://fenatrad.org.br/2020/05/15/campanha-nacional-quer-barrar-inclusao-de-servicos-domesticos-de-atividades-essenciais-nos-estados/>>. Acesso em: 22 jul. 2021.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. Tradução: Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FARES, L, S.; OLIVEIRA, A, L, M.; CARDOSO, L.; NASSIF-PIRES, L. **As políticas econômicas implementadas no Brasil durante a**

pandemia sob a perspectiva de gênero (Nota de Política Econômica nº 006). MADE/USP. São Paulo, 2021.

FELICIO, A.B; VELOSO, L.. Sem acesso à internet, famílias não conseguem usar auxílio emergencial, **Folha de S. Paulo**, São Paulo, Abril/2021. Mercado. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/04/sem-acesso-a-internet-familias-nao-conseguem-usar-auxilio-emergencial.shtml>> Acesso em: 25 jul. 2021.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978

FONTOURA, N.; LIRA, F.; PINHEIRO, L.; REZENDE, M. **Os Desafios do Passado no Trabalho Doméstico do Século XXI**: Reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD contínua. Textos para Discussão, Brasília, n. 2528, Novembro 2019. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9538/1/td_2528.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2021.

FREITAS, C. Motoristas, domésticas e pedreiros estão entre os que mais morrem de Covid-19 em SP. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1 jun. 2021. Disponível em: <<https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2021/06/motoristas-domesticas-e-pedreiros-estao-entre-os-que-mais-morrem-de-covid-19-em-sp.shtml?fbclid=IwAR043qxNFYfmjn8x7HsFCIvDWnnAPOexa3T1psNbm8Rv4UozZf0dLeoSodg>>. Acesso em: 22 jul. 2021.

GARRET, G, jr. EXAME/IDEIA: para 59%, custo de vida aumentou durante a pandemia. **Exame**, nov./2020. Economia. Disponível em: <<https://exame.com/economia/exame-ideia-para-59-custo-de-vida-aumentou-durante-a-pandemia/>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

GONZALEZ, L. Cultura, etnicidade e trabalho: Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In: _____ **Primavera para rosas negras**. 1. ed. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. cap 3. p. 54-75.

GONZALEZ, L.. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA,

L. A. et al. **Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos**. Ciências Sociais Hoje, Brasília, ANPOCS n. 2, 1984, p. 223-244.

GUEDES, G. P.; MONÇORES, E. Empregadas domésticas e cuidadoras profissionais: compartilhando as fronteiras da precariedade. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [S.l.], v. 36, p. 1-24, 4 jun. 2019. DOI <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0083>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbepop/a/G5k8BVPNwVdzhvbn4LrH5mw/?lang=pt>>. Acesso em: 24 jul. 2021.

GUIMARÃES, B.; GONÇALVES, C. E. **Introdução à Economia**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

IPEA, ONU Mulheres. Nota Técnica nº75 de junho de 2020. **Vulnerabilidades das trabalhadoras domésticas no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200609_nt_disoc_n_75.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2021.

MANKIW, N. G. **Introdução à Economia**. Tradução Allan Vidigal Hastings. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

MELO, M. L. Primeira vítima do RJ era doméstica e pegou coronavírus da patroa no Leblon. **UOL**, Rio de Janeiro, mar./ 2020. Saúde. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/19/primeira-vitima-do-rj-era-domestica-e-pegou-coronavirus-da-patroa.htm>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

MPT. **Nota Técnica Conjunta nº4 de 2020**. Nota técnica para a atuação do Ministério Público do Trabalho em face das medidas governamentais e contenção da pandemia da doença infecciosa (COVID 19) para trabalhadoras e trabalhadores domésticos, cuidadores ou vinculados a empresas ou plataformas digitais de serviços de limpeza ou de cuidado. Disponível em: <<https://mpt.mp.br/pgt/noticias/nota-tecnica-4-coronavirus-vale-essa.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2022.

MUCAMA. In: DICIO, **Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2021. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/mucamba/>>. Acesso em: 24 jul. 2021.

NASCIMENTO, B. A mulher negra no mercado de trabalho. In: HOLLANDA, H.B. (org.). **Pensamento feminista brasileiro**. Formação e contexto. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. capítulo 12, p. 259-268.

NITAHARA, A. Desemprego mantém recorde de 14,7%, diz IBGE. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, jun. 2021. Disponível em: <[NOGUEIRA, T. P.C.C.R. Mucama Permitida: a identidade negra do trabalho doméstico no Brasil. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 03, 2017, p. 49.](https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-06/desemprego-mantem-recorde-de-147-diz-ibge#:~:text=Publicado%20em%2030%2F06%2F2021,desocupa%C3%A7%C3%A3o%20para%2014%2C7%25.&text=A%20alta%20ante%20o%20mesmo,de%202%2C1%20pontos%20percentuais.>>. Acesso em: 11 fev. 2022.</p></div><div data-bbox=)

PNAD Contínua Trimestral: desocupação cresce em oito das 27 UFs no 1º trimestre de 2021. **Agência IBGE notícias**, 27 maio de 2021. Estatísticas Sociais. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30784-pnad-continua-trimestral-desocupacao-cresce-em-oito-das-27-ufs-no-1-trimestre-de-2021>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

REDE de Pesquisa Solidária. Nota Técnica nº2 de 17 de abril de 2020. **Covid-19**: Políticas Públicas e as Respostas da Sociedade. Disponível em: <<https://redepesquisasolidaria.org/wp-content/uploads/2020/05/boletim2.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2021.

SALES, A. Pandemia já fechou 1,4 milhão de vagas de trabalho doméstico. **R7**, abril/2021. Economia. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/economia/pandemia-ja-fechou-14->

milhao-de-vagas-de-trabalho-domestico-01042021>. Acesso em: 25 jul. 2021.

SILVA, J, B.; BARROS, M, B, A. Epidemiologia e desigualdade: notas sobre a teoria e a história. **Revista Panamericana de Salud Pública/ Pan American Journal of public health**, Washington, D.C., v. 12, n. 6., 2002, p. 376.

VIECELI, C. P. **Economia e Relações de Gênero e Raça**: Uma abordagem sobre o emprego doméstico no Brasil. 2015. Dissertação (Mestrado em Economia) - Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, [S. l.], 2015. DOI <http://hdl.handle.net/10183/147458>. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/147458>>. Acesso em: 24 jul. 2021.

VIOLA, K. Domésticas não são liberadas e filhas se revoltam: “A relação escravagista permanece”. **Revista Marie Claire**, São Paulo, Mar./2020. Disponível em: <<https://revistamarieclaire.globo.com/Noticias/noticia/2020/03/domesticas-nao-sao-liberadas-e-filhas-se-revoltam-relacao-escravagista-permanece.html>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

VOMMARO, P. O mundo em tempos de pandemia: certezas, dilemas e perspectivas. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, Vol. 12, n. 2, mar. 2021, p. 1095-1115.

CAPÍTULO 5

**EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO HUMANO:
UMA ANÁLISE DE CORRELAÇÃO**

Emilly Costa Cordeiro

INTRODUÇÃO

Historicamente, os estudos sobre empreendedorismo concentraram-se no potencial de impacto dessa atividade sobre o crescimento econômico. Mais recentemente, porém, e tendo em vista as transformações pelas quais o mundo vem passando nas últimas décadas, o empreendedorismo vem sendo analisado do ponto de vista de seu impacto no desenvolvimento humano e na qualidade de vida das populações (BALLESTA; ROSALES; TORRES, 2020).

A ascendência da ideologia neoliberal de redução do Estado, a flexibilização das boas condições de trabalho e o declínio da geração de emprego são fenômenos que colaboraram para que o empreendedorismo fosse notado pelo seu potencial enquanto forma alternativa de inclusão social e de combate ao desemprego e à pobreza (ALBAGLI; MACIEL, 2002). No Brasil, por exemplo, a recessão econômica dos anos 1980 e o aumento do desemprego que atingiu marcadamente o setor industrial, fizeram com que o país assistisse, nos anos seguintes, a uma explosão do número de

trabalhadores autônomos, de modo que o trabalho por conta própria passou a ser um dos principais geradores de renda (HAMMES, 2020?).

Nesse contexto, a motivação que leva as pessoas a empreender surge em centralidade na produção acadêmica no campo do empreendedorismo: o escopo dos estudos do empreendedorismo é ampliado para pensar os negócios que são iniciados por *necessidade* (ROCHA, 2014), em contraste com aqueles negócios que surgem do reconhecimento de uma *oportunidade* de inovar o mercado. Assim, desde 1999 o *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM), um dos maiores estudos da atividade empreendedora no mundo, trabalha com a distinção entre empreendedorismo por oportunidade e empreendedorismo por necessidade.

Como os estudiosos do empreendedorismo, os autores que se dedicaram a estudos no campo do *desenvolvimento*, por sua vez, também tinham a perspectiva econômica como foco de sua atenção. Atualmente, porém, este vem sendo trabalhado de forma ampliada, incluindo aspectos do desenvolvimento social e da qualidade de vida da população em suas variáveis de interesse (ROCHA, 2014). Desde 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) passou a trabalhar com o paradigma do desenvolvimento humano como indicador, buscando abranger não apenas o viés econômico como sinal de desenvolvimento, mas

também a longevidade e o acesso da população à educação e cultura.

Os conceitos de empreendedorismo e de desenvolvimento, desde os trabalhos de Joseph Schumpeter, sempre estiveram entrelaçados; mas, com os estudos mais recentes, a atividade do empreendedor ganha relevância também do ponto de vista de sua participação no desenvolvimento humano e na melhoria da qualidade de vida da população. Assim, apesar de ainda serem poucos os trabalhos que relacionam o empreendedorismo ao desenvolvimento humano (BALLESTA; ROSALES; TORRES, 2020), os estudos que vêm surgindo na área mostram que a relação entre os dois conceitos é não apenas factível, mas pode variar positiva ou negativamente de acordo com a motivação que leva à atividade empreendedora - se oportunidade ou se necessidade.

O presente artigo tem por objetivo, portanto, investigar o impacto do empreendedorismo no desenvolvimento humano por meio da análise de resultados obtidos em trabalhos que já vêm investigando a correlação entre essas duas variáveis. Como método de pesquisa, realizou-se revisão bibliográfica de textos que abordam o empreendedorismo do ponto de vista de sua relação com o desenvolvimento humano e que obtiveram resultados quanto à correlação dos dois conceitos por meio do cruzamento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) desenvolvido pelo PNUD e da Taxa de Atividade Empreendedora Total (TEA) desenvolvida pelo GEM.

2. EMPREENDEDORISMO

O empreendedorismo é um campo de estudos já bem consolidado nas ciências sociais - sobretudo na economia - podendo-se arriscar a dizer que surge em paralelo com o desenvolvimento dos ideais iluministas na Europa. O tema começou a ser introduzido ainda no século XVIII, com economistas clássicos como Richard Cantillón e Jean-Baptiste Say, fortemente influenciados pelo Iluminismo francês e seus ideais de liberalismo, racionalismo e individualismo (BITTAR; BASTOS; MOREIRA, 2014). Com Cantillón, a ideia do empreendedor ganhou sua primeira conceituação no âmbito econômico, definindo-o como sendo aquele que age racionalmente nos negócios a fim de melhor obter, processar e revender sua matéria-prima. Já em Say as funções do empreendedor são definidas, atribuindo-lhe a função de “coordenador” da produção e distribuição econômica no âmbito do empreendimento.

Indo ao encontro do proposto por Cantillón, Max Weber, clássico das ciências sociais, também já visualizava, no final do século XIX, que a figura do empreendedor só poderia ter surgido como a conhecemos hoje num contexto de extrema racionalização - contexto esse que não poderia ter encontrado melhor cenário para se desenvolver que os anos que marcaram o surgimento da sociedade capitalista dita moderna, no auge do Iluminismo. Para Weber, o conflito entre, de um lado, inovação, e de outro, tradição - inevitável à sociedade que assiste a uma revolução como a

capitalista do século XVIII - foi o pré-requisito para o nascimento do empreendedorismo inovador (MARTES, 2010). Foi, porém, o economista Joseph Schumpeter quem, na primeira metade do século XX e em concordância com o proposto por Weber, melhor desenvolveria esse pensamento no âmbito da economia e daria as bases para a produção acadêmica sobre o empreendedorismo que é ainda hoje atual.

Em suas análises, Joseph Schumpeter se debruçou por temáticas da vida econômica, como o desenvolvimento, a inovação, as mudanças que surgem nesse sistema e o empreendedorismo. Para o autor, sem haver inovação o mercado não consegue atender às novas tendências que vão surgindo na sociedade, já que é por meio dela que o mercado se adapta às mudanças e às novas demandas. O desenvolvimento, por sua vez, é o produto dessas mudanças, de modo que se pode notar que, para Schumpeter, a vida econômica e social está sempre em constante mudança (SCHUMPETER, 1997).

As mudanças pelas quais a vida econômica passa podem ser de dois tipos: ora estáticas, ora revolucionárias. As mudanças estáticas acontecem progressivamente, em ritmo desacelerado, obedecendo a uma certa continuidade. A esse respeito, um exemplo que Schumpeter usa para as mudanças que ocorrem no âmbito da análise estática é a pequena firma varejista, que pode eventualmente ser transformada por mudanças contínuas, mediante adaptações que acontecem de pouco em pouco, sem

transformações bruscas (SCHUMPETER, 1997). Já as mudanças revolucionárias, por outro lado, são disruptivas, sem precedentes, não obedecem a nenhuma continuidade e, portanto, de fato rompem com a tradição. A inovação está no âmbito da análise revolucionária; ela surge, como concordariam Weber e Cantillón, justamente da ruptura com o tradicional e da exploração do novo.

Assim, pode-se dizer que as mudanças geram oportunidade para a inovação. Nesse sentido, Schumpeter define a atividade empreendedora inovadora como uma busca constante pela ruptura com o usual em prol de novas oportunidades, em um processo de destruição criativa. Reconhecer as oportunidades que surgem das rupturas e das novas demandas que aparecem a partir delas é, por sua vez, a essência do empreendedor, é o que o caracteriza enquanto tal.

Desse ponto de vista, em que a capacidade de inovar e de criar oportunidades de exploração do mercado é apontada como essência da atividade empreendedora, o empreendedor se torna o principal ator social propulsor do desenvolvimento (SOUZA; LOPEZ JÚNIOR, 2011). A associação entre empreendedorismo e desenvolvimento, portanto, não é recente, mas encontra precedentes ainda nos trabalhos de Schumpeter.

* * *

Assim, o foco dos autores que trabalharam o empreendedorismo ao longo do século passado esteve na busca de oportunidades como principal atribuição do empreendedor

(ALBAGLI; MACIEL, 2002). Em parte devido a esse contexto, os estudos do empreendedorismo acabaram sendo fortemente guiados por uma perspectiva individualista, em que o sucesso da atividade empreendedora é atribuído a características individuais do empreendedor - como baixa aversão ao risco e ambição. Desse modo, o sucesso do empreendimento foi, por muito tempo, visto como dependente da capacidade empreendedora do indivíduo (ALBAGLI; MACIEL, 2002).

Ao analisar o empreendedorismo desse ponto de vista, porém, aspectos de grande importância, como as motivações que levam os empreendedores a abrirem um negócio e a estrutura social local em que se pretende empreender, são desconsiderados. Além disso - e frente ao declínio do estado de bem-estar social -, a associação da inovação com a oportunidade nem sempre é a premissa que leva as pessoas a empreender. Sobretudo em momentos de queda da atividade econômica e aumento do desemprego, muitas pessoas optam por começar um empreendimento motivadas pela necessidade de gerar renda e garantir sua subsistência. A avaliação dos tipos de motivação que levam ao início de uma atividade empreendedora, portanto, tem sido objeto de estudo de vários autores. (ROCHA, 2014).

Assim, a atividade empreendedora é comumente classificada em dois tipos, de acordo com a motivação que leva as pessoas a empreender: empreendedorismo por oportunidade, voltado à inovação, e empreendedorismo por necessidade, que visa a

subsistência. Na definição do *Global Entrepreneurship Monitor*, o empreendedorismo por oportunidade pressupõe a percepção de uma oportunidade de negócio, isto é, de um nicho de mercado em potencial. O empreendedorismo por necessidade, por sua vez, pressupõe que os envolvidos no empreendimento o tenham iniciado por não terem outra oportunidade de trabalho (GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR, 2021).

Diante disso - e embora a abertura de novas empresas seja caracterizada como empreendedorismo (EMPREENDEDEDORISMO..., 2010) -, há trabalhos que questionam se, quando motivada pela necessidade, a atividade se enquadra como empreendedora (MARTES, 2010). Isso porque, quando a falta de oportunidade de trabalho impõe a necessidade da abertura de um negócio, a própria essência do empreendedorismo enquanto identificador de oportunidades por meio da transformação do mercado, como propunha Schumpeter, é desconsiderada (ROCHA, 2014; SCHUMPETER, 1997).

Destarte, o empreendedor por oportunidade tem em geral todos os recursos econômicos, as habilidades e a liberdade necessárias para investir em seu empreendimento; o empreendedor por necessidade, por outro lado, tem sua agência limitada, uma vez que o empreendimento surge como uma alternativa para sua subsistência e que os meios necessários para se dedicar ao crescimento do negócio não estão plenamente ao seu dispor (BALLESTA; ROSALES; TORRES, 2020). Quando os dois

tipos de empreendedorismo - por oportunidade e por necessidade - convivem, a mortalidade dos empreendimentos voltados à subsistência tende a ser elevada, frente à competição com empreendimentos mais bem planejados e com maior acesso à tecnologia, ao crédito e à qualificação profissional (SACHS, 2003).

Diante disso, a pesquisa GEM define empreendedorismo como sendo qualquer tentativa de criação de um novo negócio ou novo empreendimento, uma atividade autônoma, uma nova empresa ou a expansão de um empreendimento existente (EMPREENDEADORISMO..., 2010). O índice de empreendedorismo do GEM trabalha com a Taxa de Atividade Empreendedora Total (TEA), que se refere à proporção de pessoas na faixa etária entre 18 e 64 anos envolvidas em atividades empreendedoras (GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR, 2021).

Além disso, a pesquisa GEM trabalha (a) com a Taxa de Inovação, que se refere à proporção de pessoas na TEA que relatam que seu produto ou serviço é novidade para pelo menos alguns de seus clientes e que poucas ou nenhuma empresa oferece o mesmo produto; e (b) com a Taxa de Necessidade, que, por sua vez, refere-se à proporção de pessoas na TEA que relatam realizar a atividade por necessidade devido a não haver nenhuma outra opção de trabalho (GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR, 2021).

3. DESENVOLVIMENTO HUMANO

Até recentemente, os estudos que se dedicaram às teorias do desenvolvimento focaram na dimensão do desenvolvimento econômico. Essas teorias sustentam que é por meio do crescimento da economia que o desenvolvimento social e o bem-estar da sociedade podem ser impulsionados: uma vez ampliada a riqueza dos países, são também ampliados os recursos que se destinarão ao desenvolvimento do bem-estar social, de modo que este se beneficia do crescimento daquele (BALLESTA; ROSALES; TORRES, 2020).

Essa linha de pensamento se baseia em uma visão ortodoxa da economia, para a qual, dado que os recursos necessários à sobrevivência são escassos, a racionalidade dos indivíduos visa maximizar os recursos em prol de seu benefício pessoal. Desse ponto de vista, o bem-estar da sociedade acaba sendo alcançado por tabela quando se ampliam os recursos econômicos disponíveis. Nesse sentido, o Produto Interno Bruto (PIB), que mede todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região num determinado período, é um dos indicadores do desenvolvimento econômico.

O que essa abordagem costuma ignorar, porém, é o fato de que a distribuição de renda é tão importante quanto o crescimento econômico em si: não basta que a riqueza e os recursos de um país sejam multiplicados, é preciso também que haja sua distribuição de forma igualitária ao longo da população - e essas nuances o PIB

não é um indicador eficaz em medir. Países menos desenvolvidos, com alta concentração de renda, como o Brasil, chamam a atenção para essa questão, de modo que as teorizações mais recentes do desenvolvimento têm buscado alternativas àquelas que sustentam o crescimento econômico como único ou principal impulsionador do bem-estar da sociedade (BALLESTA; ROSALES; TORRES, 2020). Foi, então, para pensar o bem-estar das sociedade para além da perspectiva do crescimento econômico que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) adotou o paradigma do desenvolvimento humano.

O paradigma do desenvolvimento humano leva em conta a ampliação das escolhas das pessoas, e ganham centralidade as capacidades e as oportunidades que as pessoas têm para serem aquilo que desejam por meio do incentivo da criatividade e produtividade. Segundo o Programa, o que o paradigma pretende em relação ao modo como o desenvolvimento era entendido

É uma mudança de perspectiva: com o desenvolvimento humano, o foco é transferido do crescimento econômico, ou da renda, para o ser humano. O conceito de Desenvolvimento Humano também parte do pressuposto de que para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana (PROGRAMA..., 2021, s/p.).

Desse modo, a definição do PNUD propõe medir o desenvolvimento para além da dimensão econômica, mas no nível

da qualidade de vida. Não se trata, portanto, da contribuição que o empreendedorismo tem no PIB, mas da contribuição que tem no desenvolvimento humano da sociedade e na qualidade de vida da população.

Nos estudos que relacionam o empreendedorismo ao desenvolvimento, o empreendedorismo por necessidade é encontrado com mais frequência em países menos desenvolvidos em comparação com os países mais desenvolvidos (ROCHA, 2014). A pesquisa GEM tem destacado que os contextos nacionais desempenham papel fundamental no estímulo ou não da atividade empreendedora, à medida em que criam um ambiente favorável ou desfavorável ao seu desenvolvimento (EMPREENDEDORISMO..., 2005, p. 5). Historicamente, são os países menos desenvolvidos os que mais sofrem com o desemprego e com o retrocesso das políticas de proteção social. Sendo o empreendedorismo por necessidade, como vimos, um instrumento ao qual as pessoas recorrem quando não têm alternativas para garantir sua subsistência, é compreensível que as taxas desse tipo de empreendedorismo sejam maiores nos países de menor desenvolvimento.

Desse modo, o impacto do empreendedorismo no desenvolvimento da sociedade tem relação não apenas com a motivação que leva as pessoas a empreenderem, mas também com as condições locais dos países e das regiões onde se desenvolvem os empreendimentos (ALBAGLI; MACIEL, 2002).

Assim, na bibliografia mais recente, a percepção de que “os atores econômicos não são átomos isolados, mas estão embutidos, enraizados, imersos, imbricados nas relações, redes e estruturas sociais” (ALBAGLI; MACIEL, 2002, p. 03) ganha centralidade.

Desse modo, como forma de ampliar a medição do desenvolvimento para além do âmbito econômico, o PNUD adotou como indicador o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), representando um contraponto ao PIB (PROGRAMA..., 2021). O IDH é constituído por três pilares: saúde, educação e renda, respectivamente mensurados pela longevidade da população (medida pela expectativa de vida), acesso à educação (medida pela média de anos frequentando a escola) e padrão de vida (medido pela Renda Nacional Bruta per capita expressa em poder de paridade de compra) (PROGRAMA..., 2021).

4. IMPACTO DO EMPREENDEDORISMO NO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Os relatórios publicados pela pesquisa GEM apontam para uma constatação controversa. As Taxas de Atividade Empreendedora Total (TEA) são mais altas nos países menos desenvolvidos e mais baixas nos países de maior desenvolvimento, de modo que aqueles aparecem como mais empreendedores do que estes. Alguns estudos que buscam investigar a relação entre empreendedorismo e desenvolvimento humano têm o feito por meio do cruzamento das taxas TEA dos países com seus

respectivos IDHs, de modo a identificar os padrões que se constroem. Uma vez que os países de menor desenvolvimento figuram como os mais empreendedores, alguns estudos buscam aprofundar a análise desse fenômeno investigando a motivação que leva a população inclusa no TEA a empreender, isto é, se por oportunidade ou se por necessidade.

Em análise de correlação entre as variáveis, Souza & Lopez Júnior (2011) encontraram uma relação inversa entre IDH e as taxas de empreendedorismo, indicando que quanto maior é um dos índices, menor é o outro. Segundo a análise dos dados, os países considerados na pesquisa GEM como mais empreendedores são também os que têm o IDH mais baixo. Isso coloca luz sobre a complexidade que envolve o fenômeno do empreendedorismo, o qual não pode ser bem compreendido se analisado de modo simplista, fazendo-se necessária uma abordagem multidimensional e interdisciplinar. Para os autores, “tentar compreender o desenvolvimento a partir de um número reduzido de variáveis pode ser por demais restrito” (SOUZA; LOPEZ JÚNIOR, 2011, p. 135).

Desse modo, Souza & Lopez Júnior (2011) argumentam que é na coerência entre a definição de empreendedorismo adotada pelo GEM e a premissa shumpeteriana da relação entre empreendedorismo e desenvolvimento que reside o quê da questão. Enquanto para a pesquisa GEM empreendedorismo se define como sendo qualquer tentativa de criação de um novo

negócio ou novo empreendimento, como, por exemplo, uma atividade autônoma, uma nova empresa ou a expansão de um empreendimento existente, para Schumpeter o empreendedorismo é o principal propulsor do desenvolvimento à medida em que gera inovação por meio da oportunidade. A análise realizada pelos autores levanta, portanto, a questão do tipo de empreendedorismo necessário para estimular o desenvolvimento (SOUZA; LOPEZ JÚNIOR, 2011), questão esta que é aprofundada por Rocha (2014).

Em análise de correlação entre as taxas de empreendedorismo e de desenvolvimento humano, Rocha (2014) trabalhou o impacto da razão entre empreendedorismo por oportunidade e empreendedorismo por necessidade sobre o IDH, investigando a relação abordada por Souza & Lopez Júnior quanto ao impacto do tipo de empreendedorismo no desenvolvimento humano. Com o estudo, o autor encontrou taxas maiores de empreendedorismo por necessidade em países menos desenvolvidos, enquanto as taxas de empreendedorismo por oportunidade são mais elevadas nos países mais desenvolvidos. Assim, a razão entre a taxa de empreendedorismo por oportunidade e a taxa de empreendedorismo por necessidade (isto é, taxa de empreendedorismo por oportunidade ÷ taxa de empreendedorismo por necessidade) é mais elevada em países com maior IDH. Os dados levantados pelo autor, portanto, permitem afirmar que o IDH dos países aumenta à medida que a

razão entre os dois tipos de empreendedorismo cresce. Em outras palavras, a relação entre empreendedorismo e desenvolvimento humano é positiva quando a taxa de empreendedorismo que predomina no país é por oportunidade, demonstrando o papel positivo que esse tipo de empreendedorismo tem para promover o desenvolvimento, o que vai ao encontro da preposição de Schumpeter.

Rocha argumenta que a relação positiva entre empreendedorismo por oportunidade e desenvolvimento medido pelo IDH pode ser explicada tendo em vista a criatividade e a inovação que estão implicadas nesse tipo de empreendedorismo. Por outro lado, os resultados encontrados pelo autor também assinalam que as taxas de empreendedorismo por necessidade têm relação inversa com o desenvolvimento, já que, à medida que cresce o empreendedorismo por necessidade, a razão entre empreendedorismo por oportunidade e por necessidade diminui, e, por consequência, diminui também o impacto positivo do empreendedorismo sobre o IDH. Para o autor, isso pode ser explicado devido à migração de desempregados para uma condição de trabalhador autônomo, com rendimento inferior ao antigo emprego (ROCHA, 2014). Como Souza & Lopez Júnior, Rocha também chama a atenção para a leitura do empreendedorismo como um fenômeno multifacetado, o que torna a análise de outros fatores importante para uma melhor

avaliação do empreendedorismo no desenvolvimento econômico (SOUZA; LOPEZ JÚNIOR, 2011; ROCHA, 2014).

Indo ao encontro dos resultados obtidos por Rocha e previstos por Souza & Lopez Júnior, em análise sobre o impacto do empreendedorismo no IDHM, Ballesta, Rosales & Torres (2020) também encontraram correlação positiva entre o desenvolvimento humano e o empreendedorismo por oportunidade e negativa entre aquele e o empreendedorismo por necessidade. A variável adotada pelos autores para medir o desenvolvimento humano, IDHM, refere-se às dimensões medidas pelo IDH com exceção da dimensão renda, indicada pelo PIB. O IDHM inclui as dimensões de longevidade e de acesso à educação, de modo que essas dimensões possuem peso igual (BALLESTA; ROSALES; TORRES, 2020).

Para os autores, o empreendedorismo por necessidade não tem efeito positivo na melhoria do nível de escolaridade ou no aumento da expectativa de vida nos países porque esse tipo de empreendedorismo, na maioria dos casos, é realizado por pessoas que têm por objetivo apenas garantir sua subsistência, de modo que suas atividades não são suficientes para gerar um efeito positivo no desenvolvimento humano. Essa conclusão vai ao encontro do apontado por Rocha (2014) quando o autor argumenta que o empreendimento por necessidade pode inclusive gerar rendimentos inferiores ao que o empreendedor estava habituado a receber quando trabalhando empregado, o

que mostra um declínio na qualidade de vida do trabalhador e eventualmente de seus dependentes.

Além disso, por não ser escolhido voluntariamente pelas pessoas que o exercem, esse tipo de empreendedorismo pode causar insatisfação naqueles que o realizam e impacto negativo em sua felicidade, o que também diminui sua qualidade de vida (BALLESTA; ROSALES; TORRES, 2020). Para os autores, então, o empreendedorismo por necessidade é um mecanismo de autoemprego, cujo impacto “não pode ir além da possibilidade de o empreendedor obter uma renda que o permita satisfazer suas necessidades básicas (e certamente as de seu núcleo familiar)” (BALLESTA; ROSALES; TORRES, 2020, p. 789).

Não é o caso dizer que o empreendedorismo por necessidade não cumpre nenhum impacto positivo na sociedade, pelo contrário! Apesar dos estudos não apontarem para uma relação positiva entre o desenvolvimento humano e o empreendedorismo por necessidade, este não deixa de ser importante enquanto fonte geradora de trabalho e renda (ROCHA, 2014). Eventualmente, o empreendedorismo por necessidade pode vir a se tornar um negócio inovador aos moldes schumpeterianos. O que os autores encontraram em suas análises é que esse tipo de empreendedorismo é mais sintoma dos problemas sociais dos países - como o desemprego e a baixa renda - do que propulsor de desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela natureza exploratória dos trabalhos aqui abordados, os resultados discutidos não levam a uma conclusão definitiva. Assim como o presente artigo, aqueles tiveram por objetivo contribuir para com uma melhor compreensão das nuances que envolvem o empreendedorismo, apontando para sua natureza multifacetada e para seu potencial interdisciplinar. Aliás, cabe ressaltar que estudos sobre atividades empreendedoras em determinados grupos sociais são pouco aplicáveis a outros (SOUZA; LOPEZ JÚNIOR, 2011), o que torna interessante uma abordagem do empreendedorismo do ponto de vista antropológico.

Em suma, no presente artigo, identificou-se que o estudo do empreendedorismo tem redirecionado sua abordagem, diminuindo o foco sobre seu impacto no crescimento econômico dos países e concentrando-se em sua importância para o desenvolvimento humano. Acontecimentos socioeconômicos, que podem influenciar o surgimento de novos empreendimentos, colaboraram para colocar luz sobre um tipo de atividade empreendedora diferente daquela que se baseia no modelo schumpeteriano da oportunidade, mas que é motivada, por outro lado, pela necessidade.

Além disso, vimos que a relação entre empreendedorismo e desenvolvimento é factível, mas apenas o empreendedorismo por oportunidade tem efetivamente impacto positivo no Índice de Desenvolvimento Humano, o que vai ao encontro do proposto por

Joseph Schumpeter. Por outro lado, o empreendedorismo por necessidade tem impacto negativo no desenvolvimento humano dos países, uma vez que é, em geral, resultado do aumento das taxas de desemprego e redução da renda, além de ter maior taxa de mortalidade de empresas, o que dificulta que seu impacto seja positivo e longo na sociedade. Todavia, a importância da atividade empreendedora por necessidade não deve ser ignorada, uma vez que esta cumpre papel fundamental na geração de renda e na garantia da subsistência.

Assim, apesar dos países com menores taxas de desenvolvimento figurarem na pesquisa GEM como os mais empreendedores, um dos principais fatores responsáveis por elevar as taxas de empreendedorismo nesses países é o desemprego e o retrocesso das políticas de proteção social, o que traz para os estudos do empreendedorismo a importância de se considerar o contexto social local.

Desse modo, tem relevância para um possível desdobramento da presente pesquisa a análise do empreendedorismo de uma perspectiva antropológica, em que as relações locais em que os empreendedores estão inseridos ganham centralidade. Além disso, nesta pesquisa investigou-se o impacto do empreendedorismo sobre o desenvolvimento humano dos países; porém, essa discussão pode ser enriquecida se analisada a percepção que os próprios empreendedores têm do impacto do empreendimento sobre a melhoria de sua qualidade

de vida. Assim, poderiam ser investigadas as diferenças entre os tipos de empreendedorismo - por oportunidade e por necessidade - não em números, mas no cotidiano daqueles que o praticam e o vivenciam na pele.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria L. Capital social e empreendedorismo local. **Universidade Federal do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 2002.

BALLESTA, José Antonio Camacho; ROSALES, Bladimir José de la Hoz; TORRES, Ignacio Tamayo. Empreendedorismo e desenvolvimento humano: uma análise internacional. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, São Paulo, v. 22, n. 04, pp. 781-798, 2020.

BITTAR, Fernando Shigueo Omoto; BASTOS, Livia Tiemi; MOREIRA, Vivian Lemes. Reflexões sobre o empreendedorismo: uma análise crítica na perspectiva da economia das organizações. **Revista de Administração da UFSM**, Santa Maria, v. 7, n. 1, p. 65-80, 2014.

EMPREENDEDORISMO no Brasil: 2004. **Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade**, Curitiba, 2005.

EMPREENDEDORISMO no Brasil: 2009. **Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade**, Curitiba, 2010.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR, 2021. **Definitions**. Disponível em: <<https://www.gemconsortium.org/wiki/1154>>. Acesso em: 29 jul.2021.

HAMMES, Elia Denise. A política pública do microempreendedor individual e a importância do espaço local na sua implementação. **XI Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**, 2020(?).

MARTES, Ana Cristina Braga. Weber e Schumpeter: a ação econômica do empreendedor. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 2, p. 254-270, 2010.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD), 2021. **Índice de Desenvolvimento Humano**. Disponível em:

<<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idh.html>>. Acesso em: 28 jul.2021.

ROCHA, Estevão Lima de Carvalho. Oportunidade ou necessidade? Um estudo do impacto do empreendedorismo no desenvolvimento econômico. **Revista de Gestão e Análises**, Fortaleza, v. 3, n. 1/2, p. 31-46, 2014.

SACHS, Ignacy. Inclusão social pelo trabalho: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte. **Editora Garamond**, Rio de Janeiro, 2003.

SCHUMPETER, Joseph Alois. Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. **Editora Nova Cultural Ltda**, São Paulo, 1997.

SOUZA, Eda Castro Lucas; LOPEZ Júnior., Gumersindo Sueiro. Empreendedorismo e desenvolvimento: uma relação em aberto. **Revista de Administração e Inovação**, São Paulo, v. 8, n. 3, p.120-140, 2011.

CAPÍTULO 6

LIBERTOS, MAS NÃO LIVRES

**CAUSAS E IMPACTOS DOS BAIXOS ÍNDICES SOCIAIS E
ECONÔMICOS NA POPULAÇÃO AFRO-BRASILEIRA**

José Lucas Miranda D'Avila e Costa

*As senzalas são as ante salas das delegacias
Corredores lotados por seus filhos e filhas...
Hum! Verdadeiras ilhas, grandes naufrágios
A falsa abolição fez vários estragos.
(GOG, Carta à mãe África, 2006, s/p.)*

*A princesa que não beneficiou o alforriado
Carrega a honraria de redentora dos escravos
Natural, onde Ângela Davis num palanque
Seria atingida por munição perforante.
(Eduardo, Democracia Racial de Sangue, 2020, s/p.)*

Os dois trechos citados acima são assaz elucidativos ao que se refere às desigualdades étnico-raciais no Brasil, visto que este problema ainda persiste no país. Este artigo pretende abordar as causas e consequências destes lamentáveis índices sociais especialmente focalizados nas áreas da saúde, moradia, educação e acesso aos serviços de saneamento básico. Temos como ponto de partida uma breve recapitulação histórica da formação do mercado de trabalho no país, após a “abolição” da escravatura assinada em 13

de maio de 1888. Nosso objetivo geral é conectar dados históricos com os baixos índices sociais que atingem a população afro-brasileira. Realizamos a leitura de uma compilação de notícias e artigos organizados pelo IPEA que discute todas as causas e consequências das desvantagens que atingem este grupo populacional e com base nelas. Também iremos elucidar como a ideia de que o Brasil se trata de uma “*democracia racial*” ausente de desigualdades e conflitos raciais é infundada. Em relação aos nossos objetivos específicos, pretendemos discutir como raça, classe e gênero se conectam para explicarmos estas desvantagens sociais, pretendemos também levantar reflexões a respeito da relação entre racismo e economia. Por fim comentaremos as formas de combate ao racismo empreendidas por membros do MNU (Movimento Negro Unificado) e de outros coletivos dedicados à luta antirracista, formulando e propondo a ampliação de políticas públicas de combate às desigualdades raciais ou mais ainda, uma transformação radical no modelo socioeconômico atual.

Desta feita, a nossa pergunta é:

Quais as causas históricas, políticas econômicas e sociais, que poderiam explicar as desigualdades que atingem a população negra e como se consolidaram as medidas e ações políticas utilizadas no seu sucessivo combate?

Portanto, nossa hipótese é:

As causas principais que justificam as desvantagens socioeconômicas que atingem a população negra brasileira, estão

ligados ao passado escravista brasileiro e as faltas de oportunidades de melhorias sociais dirigidas à esta população após a abolição do regime em questão, devido à ausência de um projeto político de integração da população negra na sociedade brasileira, e as principais ações políticas de seu enfrentamento se efetivaram graças às atuações dos movimentos negros e outros movimentos sociais frente ao racismo.

Além disso, utilizamos cinco princípios econômicos, que servem como uma “bússola” para o nosso trabalho: 1. As pessoas enfrentam trade-offs; 2. O Custo de Algo é o que você desiste para obtê-lo; 3. Pessoas racionais pensam na margem; 4. Pessoas reagem a incentivos; 5. O governo pode melhorar os resultados dos mercados (MANKIW, 2007).

Para realizar este trabalho, que tem natureza básica, finalidade exploratória e descritiva e com abordagem qualitativa, foram adotadas como técnicas: pesquisa bibliográfica e envio de questionários, com apresentação de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Trechos das respostas estão apresentados ao longo do trabalho.

2 O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO BRASIL E A EXCLUSÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO NEGRA

Desde os anos iniciais de seu período colonial até o final do séc. XIX, o Brasil se desenvolveu econômica e socialmente com base na mão-de-obra escravizada, seja nos afazeres domésticos, seja nas mais

variadas ocupações no plantio de cana de açúcar, cacau e café, na construção civil, na mineração e demais atividades. Todavia, com o fim do tráfico de escravizados. (Ressaltemos que nosso trabalho optará por utilizar o termo “escravizado” ao invés de “escravo” devido à reivindicações legítimas de intelectuais e de membros do movimento negro, contra a redução da população afrodescendente à condição de “escravo” a fim de evitar a sua desumanização).

Em 1850, após pressão e conflito internacional com a coroa britânica, houve uma queda na importação de cativos para o Brasil, obrigando o império a incentivar o tráfico interprovincial de cativos, que conseqüentemente engatilhou crises econômicas a nível local. Desta forma, o governo imperial brasileiro incentiva a imigração estrangeira proveniente principalmente de Itália e Alemanha que posteriormente seria utilizada para excluir e minar a integração da população negra na sociedade capitalista pós-colonial, já que a assinatura da Lei Áurea no dia 13 de maio de 1888 não garantiu uma participação da população negra ao mercado de trabalho livre que estava em germinação . O sociólogo brasileiro Florestan Fernandes, reflete:

A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou no Brasil sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos sem que o Estado, a Igreja ou outra qualquer instituição assumisse encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. O liberto se viu convertido, sumária e

abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva. (FERNANDES, 2008, .p. 28)

Este trecho é de vital importância para o desenvolvimento desta, pois evidencia que a exclusão social da população negra no regime de trabalho *agroindustrial* pós escravagista foi e ainda é um projeto político-econômico pensado pela burguesia brasileira, principalmente na emergência de uma sociedade capitalista e racista, nos próximos tópicos observamos as consequências socioeconômicas e políticas desta abolição capenga e tardia.

3 DOS DISPOSITIVOS DE EXCLUSÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NA SOCIEDADE BRASILEIRA, A DECADÊNCIA E A REABILITAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

Neste tópico, pretendemos investigar as principais empreitadas políticas e sociais do estado e das elites econômicas brasileiras que visavam excluir ou inviabilizar a população negra escravizada ou ex-escravizada de se integrar ao mercado de trabalho no país. Além disso iremos debater como elas se relacionam com as desvantagens sociais que ainda atingem essa parcela da população. Desta feita podemos elencar as seguintes leis:

3.1 A Lei de Terras

Em 1850, mesmo ano em que foi promulgada a lei Eusébio de Queiroz, proibindo o tráfico de escravizados vindos de fontes internacionais no Brasil, foi determinada a Lei nº 601 denominada *Lei de Terras*, regulando sistema fundiário no Brasil sem alterar os privilégios da burguesia agrária brasileira, justamente para minar a participação da população negra no trabalho livre. Theodoro (2008) explica:

Ao definir a compra como única forma de aquisição, a Lei de Terras pôs fim ao reconhecimento de posse, que havia sido realizado em 1822, pela resolução de 17 de julho. Como destaca Delgado (apud. 2005), o regime de posse teve vigência breve e transitória, com a instituição da Lei de Terras significando a recomposição do setor de subsistência sob a égide da grande propriedade. A nova legislação reconheceu as posses estabelecidas após 1822 somente se tivessem registros em cartórios ou paróquias dos municípios. A partir daí, ficou proibido o regime das ocupações, substituído pelos mecanismos de herança ou compra e venda, únicos instrumentos admitidos como legítimos no acesso à terra, inclusive no caso das terras devolutas. Além de alterar e regular a forma de aceder à propriedade da terra (inclusive das terras públicas) instituída nas duas décadas anteriores, a Lei de Terras procurou ainda definir os meios para operar a colonização principalmente por incentivos à imigração de trabalhadores europeus pobres para trabalhar nas lavouras brasileiras (SILVA, 2006, apud THEODORO, 2008, p.34).

É verossímil que esta lei foi planejada especialmente para desfavorecer a aquisição de terras por negros libertos ou trabalhadores pobres, favorecendo a manutenção da propriedade de elites agrárias predominantemente brancas, já que esta lei

manteve uma dependência destes trabalhadores aos ofícios empregados nas antigas fazendas, como sua única via para seu sustento.

3.2 O escravismo tardio

Para discutir esta temática, faz-se necessário ressaltar a discussão anterior a respeito da suposta postura radical da coroa Britânica contra o tráfico de escravizados da África para a América que desencadearia na “eliminação” desta modalidade de comércio, verifica-se no trabalho *‘Capitalismo e escravidão’* de Eric Williams (2012, p. 237):

(...) Esse mercado sul-americano em especial o Brasil, era fundado no trabalho escravo e exigia o fim do tráfico de escravos. Assim os capitalistas britânicos iniciaram uma campanha vigorosa contra a política do governo inglês de eliminar o tráfico negreiro à força, com a presença de navios de guerra estacionados na costa africana. Era uma política cara, que ultrapassava o valor de comércio anual com a África. As exportações africanas em 1824 somaram 154 mil libras; as importações, por sua vez, foram de 118 mil libras com produtos britânicos e de 119 mil libras em produtos estrangeiros. Tal era a grandiosa extensão do comércio, disse Hume, pelo qual o país iria fazer um enorme sacrifício de vidas humanas na implacável costa africana. O humanitarismo pelos marinheiros ingleses exigia que se abandonasse o comércio. Se alguns abolicionistas estavam sofrendo de ilusões humanitárias, por quê permitir que eles iludissem o Parlamento inglês?

O historiador brasileiro Jacob Gorender (2016) traz uma interpretação semelhante à de Williams (2012) em relação aos lucros ingleses com o tráfico negreiro, no século 19, nela notamos que:

[...] O poderio do escravismo brasileiro se evidenciou pela prática ilegal do tráfico africano durante vinte anos, anulando os esforços em sentido contrário da Inglaterra, maior potência mundial da época. O fato de interesses estrangeiros, inclusive de setores do capital inglês terem apoiado o tráfico ilegal não retira dos escravocratas brasileiros a responsabilidade principal pela importação de cerca de seiscentos mil africanos, em oposição a um tratado internacional e à própria lei nacional [...](GORENDER, 2016, p 159)

Portanto, mesmo após o fim do tráfico negreiro de 1807, os empresários ingleses não deixariam de lucrar com a venda de escravizados trazidos da África, via comércio ilegal, e mais do que isso, verifica-se uma condescendência, uma omissão da coroa britânica perante à circulação ilícita de navios negreiros que transportavam milhares de seres humanos em condições insalubres, para as Américas. Desta feita, verifica-se o quanto estas omissões tiveram um impacto na economia escravista brasileira que lucrou exponencialmente com o tráfico ilegal de cativos, desobedecendo não apenas as leis internacionais, mas as próprias leis internas que proibiam esta mobilidade “comercial” desmitificando os ditos ideais “abolicionistas” e “humanitários” dos britânicos diante o tráfico negreiro.

4 TARIFA ALVES BRANCO

De acordo com o sociólogo e militante negro Clóvis Moura, a Tarifa Alves Branco, decretada em 1844, foi utilizada como estratégia de “racionalização” do trabalho escravizado no Brasil, garantido uma política de protecionismo da indústrias brasileiras frente a

competição industrial inglesa, modificando as tarifas alfandegárias no país transformando radicalmente o mercado de trabalho pois o incentivo à industrialização naturalmente aumenta a demanda por trabalho livre assalariado proletariado, contudo como apontado por Moura, não era desejo da coroa brasileira integrar a população negra nestes setores temendo acelerar o processo de eliminação da escravaria desta feita um novo projeto será criado após esta lei, que abaixo será desenvolvida (MOURA,1994).

5 IMIGRAÇÃO E BRANQUEAMENTO NO BRASIL

Política incentivada, como consequência da lei de terras e da Tarifa Alves Branco, pelo governo brasileiro e apoiada pela burguesia, as políticas de imigração estrangeira da segunda metade do séc. XIX serviram como dispositivo de exclusão social e apagamento física e biológica da população negra, cresceu exponencialmente após a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889 (Apoiada principalmente pela mesma burguesia agrícola brasileira em protesto a Lei Áurea de 13 de maio de 1888, que **legalmente** aboliu a escravidão no Brasil. (PRADO JUNIOR, 1956).

Esta empreitada foi legitimada e sustentada pelas teorias eugenistas de Darwinismo Social do século XIX, que defendiam a mestiçagem como aparelho de “melhoramento da raça” alegando que a mistura das raças seria essencial para apagar as raças “impuras” ou seja, a negra e indígena, projetando no futuro uma sociedade

100% branca. A eugenia social brasileira se “distinguiu” sutilmente do racismo científico europeu e estadunidense que rejeitava qualquer forma de mestiçagem.(MUNANGA,2019)..

O antropólogo congolês-brasileiro Kabengele Munanga nos mostra que:

A pluralidade racial nascida do processo colonial representava, na cabeça dessa elite, uma ameaça e um grande obstáculo no caminho da construção de uma nação que se pensava branca; daí por que a raça se tornou o eixo do grande debate nacional que se travava a partir do fim do século 19 e que repercutiu até meados do século 20. Elaboraões especulativas e ideológicas vestidas de cientificismo dos intelectuais e pensadores dessa época ajudariam hoje, se bem reinterpretadas, a compreender as dificuldades que os negros e seus descendentes mestiços encontram para construir uma identidade coletiva, politicamente mobilizadora (MUNANGA, 2008, p. 48).

Verifica-se que o incentivo da imigração europeia possuía um viés racista comum da burguesia histórica e contemporânea da sociedade capitalista. O incentivo, abria espaço para a formação do mercado de trabalho assalariado visando o “progresso nacional” através das construções das estradas de ferro, como as Estradas de Ferro Mauá e a São Paulo *Railway* (posteriormente Estrada de Ferro Santos-Jundiaí), ambas construídas com capital britânico e mão de obra principalmente irlandesa, que visavam principalmente acelerar o escoamento do café ao porto de Santos para importação internacional e outros estados brasileiros.

Tal qual as outras políticas industrializantes empreitadas pelo poder régio e posteriormente republicano do Brasil, excluíram cada

vez mais a população afro-brasileira dos postos de trabalho que surgiam no país. (LAMOUNIER,2016).

A maioria dos trabalhadores negros deveriam optar entre continuar os trabalhos nas fazendas e lavouras ou pelo trabalho informal, optando principalmente pelo último em decorrência de uma latente exclusão da mão de obra negra para o mercado informal durante o advento da revolução burguesa, ocupando cargos como engraxates, serventes ou alfaiates. (FERNANDES, 2008, p. 196-197)

Além disso, em uma perspectiva econômica, estes processos podem se relacionar com os seguintes princípios: 1. As pessoas enfrentam *tradeoffs*; 2. O custo de algo é aquilo que você desiste para obtê-lo (MANKIW, 2007); 3. As pessoas reagem a incentivos, já que a abertura de mercados brasileiros para trabalhadores estrangeiros incentivou a sua imigração.

Assim sendo, a Lei Áurea de 13 de maio 1888, assinada após a pressões do movimento abolicionistas, da coroa Britânica e principalmente à resistência realizada por negros e negras escravizados, não trouxe de fato a inserção da população negra nas atividades econômicas brasileiras⁵, que se viu totalmente descartada do processo de “modernização” do país já que, como já citamos anteriormente, a maioria das atividades industriais foram ocupadas majoritariamente por imigrantes europeus que recebiam salários (MOURA, 1994).

5

Florestan Fernandes (2008) nos mostra que, após a dita abolição, foi construída uma série de estereótipos racistas associaram a população negra a *vadiagem*, *libertinagem* e a *gatunagem* perseguindo e reprimindo toda e qualquer forma de manifestação cultural destes indivíduos como o samba, o candomblé e a capoeira.

Podemos concluir, com base nestas discussões, que tais políticas de incentivos a imigração estrangeira e outros dispositivos legais foram determinantes para a exclusão da população negra do desenvolvimento socioeconômico do país, deixando as estruturas fundiárias intactas, são um dos principais elementos que nos ajudam a compreender como ainda hoje, a população negra e a indígena (apesar de tal grupo não ser o foco deste trabalho) são as mais atingidas pela desigualdade sócio-racial no Brasil. Nos próximos tópicos analisaremos a maioria destes índices, comentando também as principais políticas de combate ao racismo e reparação histórica.

6 REFLEXÕES SOBRE AS CORRELAÇÕES ENTRE RACISMO E ECONOMIA

Nesta passagem podemos inserir duas interpretações que podem nos ajudar a compreendermos como o racismo pode ser usado como uma agenda econômica "racional" para conservar as estruturas do sistema capitalista em vigência, o filósofo e advogado Sílvio Almeida e Militante do Movimento Negro nos mostra que:

- 1- A existência do racismo e a superexploração nos países desenvolvidos ou centrais que se dirige tanto aos nacionais como a imigrantes;

2- O racismo se manifesta fora das relações de produção, como na violência policial contra as minorias;
3- O fato de que uma mesma formação social possa abrigar os mais diversos modos e níveis de exploração, podendo um trabalhador assalariado e com direitos sociais conviver com um trabalhador que produza em condições análogas à escravidão, inclusive na mesma cadeia produtiva. (ALMEIDA, 2018, p. 135-136)

De maneira semelhante, o filósofo camaronês Achille Mbembe explana que: “Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do estado”. (MBEMBE, 2018, p.18)

Ambas as reflexões convergem no que diz respeito à lógica econômica do racismo: a manutenção de um determinado grupo racial no poder, exclusão social, política e econômica de grupos considerados minoritários como negros, indígenas e romani.

Outrossim, refutam a tese rasa de que o racismo se limita a ser um mero comportamento individual e interpessoal, em outros termos uma conduta meramente desviante de determinadas pessoas “ignorantes” ou “antiquadas” socialmente ao contrário, pois, conforme as alterações de Frantz Fanon vemos que:

O capitalismo dá-se conta então de que sua estratégia militar tem tudo a perder no desenvolvimento das guerras nacionais. Por isso, no âmbito da coexistência pacífica, todas as colônias terão de desaparecer e, em última análise, o neutralismo terá de ser respeitado pelo capitalismo. O que é necessário evitar, antes de mais, é a insegurança estratégica, a abertura das massas, a uma doutrina inimiga, o ódio radical de dezenas de milhões de homens. Os povos colonizados estão perfeitamente conscientes dos imperativos que dominam a vida política internacional (FANON, 2015, p.83) -

Se Fanon (2015) debate a lógica Militar do racismo, inter cruzado ao sistema capitalista responsabilizando-o pela aniquilação física, simbólica e cultural das populações originárias do continente africano, Clóvis Moura (2019) complementa as intervenções do psicanalista martinicano, destacando o já debatido mecanismo religioso do racismo.

Ressalta-se que durante o processo colonial de América Latina e África, diversos intelectuais e juristas como Juan de Matienzo (1567 - publicação original); ed. 1967) e José de Acosta (1596) justificaram a escravidão e extermínio das populações indígenas e africanas na América recorrendo a supostos princípios jurídicos e filosóficos que determinavam estes povos eram ausentes de racionalidade e que suas religiões eram demoníacas e deveriam ser duramente reprimidas pelas autoridades e pelos clérigos instalados na região. Porém, um dado importante a ser destacado no trabalho de Clóvis Moura (2019) se refere a caracterização do candomblé como instrumento de resistência e liberdade afro-brasileira, principalmente na figura de Exu, o Orixá mensageiro e vigilante, e, além disso, se constata a relação entre o candomblé e a liberdade corporal muito marcante nas tradições afro, subvertendo concepções racistas e eurocêntricas em relação estas manifestações.

Este discurso, portanto, foi se resignificando ao longo do processo histórico do País (embora no que diz respeito ao racismo religioso, sempre tenha existido), não nos custa lembrar que, de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FÓRUM, 2020)

e o Núcleo de Estudos da Violência da USP, no ano de 2020: 79,1% das pessoas assassinadas pela polícia eram negras, evidentemente devido à um discurso estruturado no escravismo e patrocinado pelo Estado, a burguesia e meios de comunicação brasileiros nos dias atuais, sustentados pela falsa associação da população negra e periférica à *periculosidade* legitimando ações extremamente violentas empregadas por policiais brasileiros dentro ou fora de seu expediente, de modo a manter um *status-quo* de dominação destas elites, bem como os crescentes casos de intolerância religiosa no país, principalmente contra o candomblé. (LACERDA, 2022).

7 DA RELAÇÃO DE RAÇA, GÊNERO E CLASSE NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO COM OS PRINCÍPIOS DA ECONOMIA

Neste tópico, dedicaremos nossa atenção ao trabalho das mulheres negras no Brasil, sobretudo em serviços braçais menos valorizados socialmente como o serviço doméstico.

Segundo pesquisa levantada pelo DIEESE em 2020, três milhões das ocupantes de algum trabalho doméstico no Brasil eram negras, números que aumentaram com o crescimento do desemprego nos anos recentes. É sabido que indivíduos reagem a incentivos, observa-se a comprovação deste fato na existência deste tipo de trabalho que corresponde a desigualdade social e precarização das relações laborais, responsáveis pela manutenção das estruturas do capitalismo, forçando estas trabalhadoras a

prestarem serviços extenuantes e abusivos a passarem por situações humilhantes (MARX, 2006).

Mesmo com a aprovação da Lei Complementar nº 150/2015⁶ (BRASIL, 2015), conhecida como *PEC das domésticas*, que regulou o tempo de trabalho como de no máximo 44 horas semanais, não foram abolidas por completo as relações de desigualdade que são intrinsecamente parte deste regime de trabalho.

De acordo com o artigo *Percepções de trabalhadoras domésticas sobre direitos laborais e impactos nas condições de trabalho e saúde*, infelizmente muitas dessas trabalhadoras ainda não tiveram os direitos estabelecidos pela emenda garantidos. Vale ressaltar que muitas dessas trabalhadoras são obrigadas a trabalhar nas casas de seus patrões mesmo quando acometidas por doenças como febre ou cólicas, em decorrência de um medo compreensível de perder o seu único meio de sustento para seus familiares. Felizmente, as que conhecem os direitos pela PEC garantidos se tornam cada vez mais resistentes e exigentes, reivindicando seus direitos (FERREIRA *et al.*, 2018).

Em face a esta problemática, podemos associar estas questões com o princípio de que pessoas racionais pensam na margem, já que como vimos, muitas das empregadas optam por exercer um trabalho intenso para garantir o suprimento de suas necessidades e de seus

6

familiares, em decorrência do baixo salário que suas patroas oferecem.

A antropóloga feminista e militante do movimento negro, Lélia González em seu artigo *E a trabalhadora negra cumé que fica?* (sic.) explica que tais relações de trabalho são oriundas da escravidão no Brasil, vide:

Nossa situação atual não é muito diferente daquela vivida por nossas antepassadas: afinal, a trabalhadora rural de hoje não difere tanto da “escrava do eito” de outrem; o mesmo se poderia dizer da vendedora ambulante da “joaninha”, da servente ou da trocadora de ônibus ou de hoje e da escrava de ganho hoje. (GONZÁLEZ, 2020, p. 217-219.)

Podemos articular esta abordagem com um ponto destacado no artigo *Empregadas domésticas máquinas e moral nos lares brasileiros*, observa-se:

Vieira (1987) enfatiza o progresso mais fácil das mulheres brancas à custa das empregadas negras. Vieira também observa como a área onde as empregadas residem nas casas modernas assemelha-se à estrutura da arquitetura colonial que separam as casas grandes das senzalas.” (SILVA, 2010, p. 12)

Mais do que isso, em relação à distinção do trabalho exercido entre empregadas domésticas e mensalistas, principalmente no tocante às “normas de convivência” do trabalho doméstico verificamos no artigo *Trabalho Doméstico: questões, leituras e políticas*:

Há um debate sobre em que termos a atividade de diaristas apresenta vantagens em relação ao trabalho doméstico das mensalistas. Harris (2007), ao estabelecer um olhar comparativo entre trabalhadoras nos Estados Unidos e no Brasil, observa que o contrato de diarista apresenta uma relação mais “moderna”, “racional” e “capitalista”, na medida em que as trabalhadoras obtêm maiores rendimentos, têm mais chances de autonomia em relação aos vínculos afetivos com os patrões e melhores condições de monitorar as horas trabalhadas (BRITES, 2013, p. 430).

Podemos constatar que todos os trechos são complementares, pois explicam a ligação direta do trabalho doméstico exercido pelas mulheres negras com o período escravocrata brasileiro, seja na existências de *quartinhos*, similares aos depósitos de escravizados nos séculos passados, seja nas relações empregatícias e pseudo-afetivas da empregada com a família de seus patrões, principalmente no que diz respeito ao discurso das patroas que consideram suas funcionárias como *quase da família*, evidenciando um resquício de relações paternalistas que traçam suas origens nas casas-grandes além da já discutida exigência excessiva dos patrões para que suas empregadas cumpram integralmente todos os afazeres domésticos. Todavia esta forma de trabalho das diaristas reproduz a lógica racional que sustenta o sistema capitalista, de distinção entre empregado-patrão.

8 DOS ÍNDICES SOCIAIS QUE AFETAM A POPULAÇÃO NEGRA

Neste tópico, pretendemos discutir e analisar uma série de índices sociais e econômicos que podem nos ajudar na compreensão das razões das desvantagens que atingem a população afro-brasileira com dados coletados pelo IPEA (SOUZA, 2021) e pelo IBGE (IBGE, 2019), um primeiro índice que podemos observar é o aumento da disparidade de renda entre negros e brancos, durante os anos 2014-2020 e na pandemia de covid-19: durante o agravamento da crise econômica brasileira eclodida em 2014, efeito da Grande Depressão de 2008, a renda da população afro-brasileira sofreu uma queda de 7,0% e a da população branca sofreu uma queda de 7,2%. Porém, para não induzirmos a equívocos de interpretação, ou seja afirmar precipitadamente que a população branca tenha sido mais atingida pela crise, é importante destacar que as apresentações gráficas das pesquisas citadas mostram que durante o agravamento da pandemia de COVID-19, a taxa salarial da população negra despencou 23% contra 19% da população branca. (IBGE, 2019; SOUZA, 2021).

Allegri (2019, s/p.), ao destacar o informativo denominado *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil*, publicado em 2019 pelo IBGE, destaca que “há o triplo de negros entre os 10% com menores rendimentos per capita no Brasil do que entre o seletor grupo dos 10% com maiores rendas.”. No mesmo informativo, Allegri (2019, s/p.) ainda ressalta que as pessoas pretas e pardas “trabalham, estudam e recebem menos que os brancos no país”.

Devemos ressaltar a disparidade entre taxas de analfabetismo entre negros e brancos, o gráfico do PNAD de 2019, veiculado no site Uol educação em 2020, nos revela que a taxa de analfabetismo entre pessoas negras com 15 anos ou mais, é 5,3% maior que a população branca com 15 anos ou mais (8,9% contra 3,6% de analfabetos). (BERMÚDEZ, 2020).

Além das evidentes desvantagens históricas que atingem população negra no Brasil, outro fator que nos ajuda a explicar estes índices sociais se refere às consequências da dificuldade no cumprimento da Lei nº 10639/2003 - atualmente lei nº 11.645/2008 - vide referência de BRASIL (2008), que estipula a obrigatoriedade do ensino da história da África e Ameríndia no Brasil, conservando um método ensino evidentemente eurocêntrico nas escolas brasileiras, desencadeando em estereótipos construídos contra a população negra, por considerar o continente africano um local sem história até o início do tráfico de escravizados, *fetichizando* a importância de acontecimentos históricos europeus como o Renascimento ou a Revolução Francesa e desprezando os processos históricos políticos e sociais no continente africano, bem como a tradição oral de várias sociedades destas regiões em detrimento da tradição escrita, implicando uma participação meramente passiva da população negra no processo de formação histórica do Brasil (BASILIO, 2018).

Além disso, incluímos uma persistente recusa de inserir e empregar pessoas negras em cargos de "confiança" como diretores de escola, gerentes de banco e até goleiros da seleção nacional, a

exemplo do ocorrido na final da copa de 50, que estigmatizou o goleiro negro Barbosa como o principal culpado pela derrota da seleção brasileira frente a seleção Uruguiaia, como aponta Mario Filho (2010).

Por fim, outro índice que encontramos se refere à saúde da população afro-brasileira, de acordo com o periódico do ministério da saúde *Política nacional de saúde integral da população negra*, de 2017, no tocante ao acesso aos serviços de saúde: 74,8% da população branca teve pelo menos uma consulta médica, contra, 69,5% de pessoas pretas e 67,5% de pessoas pardas, abaixo da média nacional de 71,8%. Cabe lembrarmos que em virtude das desigualdades sociais que atingem a população negra, altamente concentrada em favelas e bairros periféricos, as condições precárias de falta de saneamento básico, ocupação involuntária de lotes mal estruturados e irregulares, são fundamentais para a disseminação de doenças como Hepatite tipo A, que como o periódico mostra, 86% de suas vítimas pertencem a população negra (BRASIL, 2017).

Para articularmos estes índices, verificamos que em relação ao acesso à serviços de saneamento básico, o artigo *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil* nos mostra que 12,5% dos negros não possuíam coleta de lixo em suas residências, contra 6,0% da população branca, em relação ao abastecimento de água 17,9% da população negra não possuía abastecimento de água contra 11,5 % da população branca, já no que diz respeito a ausência de uma rede de tratamento adequado de esgoto, 42,5% da população negra

abarcando estes índices contra apenas 26,5% da população branca. Em relação às taxas de pobreza, podemos observar que de acordo com o Ministério da Saúde 72% das crianças moradoras de rua eram negras além disso, em pesquisa realizada em 2008 pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 67% dos moradores de rua eram negros (IBGE, 2019). Concluimos assim, que a precariedade no acesso ao saneamento básico e coleta de lixo é um dos principais fatores que vulnerabilizam a população negra a contrair comorbidades, em grande parte, por conta do descaso do Estado Brasileiro.

Com base nesses índices, observamos que a população afro-brasileira ainda é uma das mais atingidas pelas desigualdades sociais no país, uma das mais excluídas do acesso à saúde, educação e moradia, compondo sucessiva e majoritariamente os extratos mais pobres, do Brasil, evidenciando a faceta racista e elitista que caracteriza o País.

No próximo tópico pretendemos analisar como a população negra se organizou e vem se organizando para as reivindicações de políticas públicas que visam promover a igualdade racial, a fim de saldar uma dívida histórica que ainda persiste no território nacional.

9 RAÍZES DO PROTESTO NEGRO BRASILEIRO⁷: (MOURA, 1985)

Antes de discutir o desenvolvimento e atuação do Movimento Negro Unificado, faz-se necessário um breve panorama histórico dos processos de resistência negra durante o escravismo no país, que lamentavelmente foram e ainda são ignorados por economistas brasileiros. Os economistas não deixaram ou deixam de reproduzir uma série de concepções estereotipadas e racistas que classificaram 'a participação de negros e negras escravizados na historiografia brasileira como "passiva', ou reduziram equivocadamente os elementos de resistência e organização social desta população como "toscos" "arcaicos" ou "irrelevantes" para o que se diz respeito a discussão da formação econômica e social do Brasil, ainda que críticos ao período escravocrata brasileiro e ao pensamento freyriano de minimização da brutalidade do escravismo, não deixam de reproduzir este pensamento já ultrapassado e historicamente inconsistente.

Curiosamente porém, a economia não deixou de discutir as greves operárias do século 20, que também foram e são assaz importantes para a análise da formação do Brasil contemporâneo (CARVALHO, 2002) que desencadeariam a formulação de leis trabalhistas como as CLT's, mas no que diz respeito às rebeliões escravizadas, não é destacada a sua devida importância histórica, social e política e relação com as causas abolicionistas do século 19 e

7

as transformações econômicas e sociais brasileiras. Salienta-se que este tópico será distinto dos demais presentes neste artigo, pois não se limitará a análises simplesmente economicistas relacionadas à temática racial brasileira.

Destaca-se que a opção de não seguir uma linearidade histórica e inserir este tópico após a discussão da “abolição” da escravatura foi proposital, justamente para relacionar a história do movimento negro, com os levantes de escravizados no Brasil colonial.

Desta feita, serão destacados os seguintes mecanismos e eventos históricos que apresentam as mais distintas formas de resistência da população africana durante este período:

9.1 Aquilombamentos:

Com base nos comentários da historiadora Beatriz Nascimento, a origem do termo “Quilombo” se remete ao quimbundo, que em português, significa união. Já para as autoridades portuguesas se referiam a “toda habitação de negros fugidos que passam de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados, e nem se achem pilões neles” (Conselho Ultramarino, 2 de Dezembro de 1740. apud NASCIMENTO, 2021, p.123). É evidente que o significado deste termo, possui um caráter ideológico, mas que a definição de Beatriz nascimento esteja correta, em oposição ao discurso racista das elites portuguesas.

Dentre os quilombos que existiram no território nacional, é possível dar destaque ao mais famoso e longevo do Brasil colonial

(1630-1695): o Quilombo dos Palmares. Conforme descreveu Clóvis Moura (1985), Palmares se localizava numa superfície de 60 léguas, no qual se espalharam suas cidades ou mocambos: Zumbi, Arotirene, Tabocas, Dambraganga, subupira, macaco, capital da República, com 1.500 casas, a 5 léguas da capital, se localizava o quilombo de Osenga, a 9 léguas de Serinhaém a cerca de Amaro, e finalmente a 25 léguas de Alagoas para o Nordeste, Andalaquituche, além de ordenações menores.

O sociólogo destaca que ao se estabelecer nas terras mais férteis das capitanias, Palmares crescia cada vez mais, desenvolvendo as suas roças que se tornavam mais abundantes, possibilitando o cultivo de milho, banana, mandioca, coco, batata-doce, feijão, além da criação de animais domésticos e aves. Como os quilombolas necessitavam de mantimentos, armas e mulheres, os ataques a lavradores e senhores de escravizados se tornaram cada vez mais constantes. Assim sendo, durante o crescimento do Quilombo, surgiu o primeiro rompimento da organização, já que após inúmeros ataques portugueses contra o quilombo, em 1678, o líder quilombola Ganga Zumba propôs um tratado de paz com a coroa, tratado este no entanto, não fora bem recebido nem pelo conselho ultramarino, e principalmente pelos quilombolas de Palmares, que assassinaram Ganga Zumba e se tornariam leais a Zumbi, sobrinho do finado líder palmarino (MOURA, 1985, 1988).

Moura (1988) destaca que Zumbi também era contrário ao tratado de paz com a coroa e decidira retomar o enfrentamento aos

portugueses por meio de guerrilhas e ocupações de fazendas. Após as seguidas vitórias dos quilombolas contra as invasões portuguesas, Moura deslinda que, no dia 7 de novembro de 1685, João da Cunha Souto Maior em carta ao Conselho Ultramarino, a existência de Domingos Jorge Velho e sua disposição para destruir Palmares. Após dizimar indígenas da etnia Jacobins, da capitania do Rio Grande do Norte, alcançaria a região Palmarina em dezembro de 1692.

Durante a expedição dos bandeirantes, Zumbi e seus companheiros aproveitaram o descanso dos sertanistas para se estabelecerem na serra da barriga, dentro das cercas. O sociólogo complementa que perante esta fortificação, se encontrava a segunda empreitada de Jorge Velho, que não arriscou ordenar o ataque, pedindo reforços ao governo, que posteriormente enviaria 108 soldados de infantaria e outros homens do local, contra o quilombo.

Em relação às expedições contra Palmares, Moura comenta:

O certo é que afrouxaram os ataques aos quilombolas, fato que serviu para que os palmarinos se sentissem fortes e reiniciassem ataques contra propriedades dos senhores de escravos. Isso traria, como consequência, um acordo entre as vilas de Porto Calvo e Alagoas (1668) para que pudessem exterminar Palmares, concorrendo ambas com as despesas da campanha. Apesar disso, as expedições enviadas contra os escravos fugidos nada de definitivo conseguiram. Assim foram as de António Jácome (1672) e Cristóvão Lins (1673), apesar de haver o primeiro conseguido aprisionar 80 negros, número que devemos avaliar, tomando em consideração o fato de existirem 20.000 escravos aquilombados, para vermos que não foi tão brilhante o feito. Apenas repetiu o que já havia sido realizado pela expedição de Blaer; aumentou o resultado

na proporção do crescimento do número de escravos fugidos' (MOURA, 1988, p.212).

Após uma sucessão de conflitos, mortes e capturas de vários de seus companheiros (200 mortos e 500 presos), Zumbi ordena seu grupo a fugir. Finalmente o sociólogo conclui que, durante a captura de um dos quilombolas, os bandeirantes lhe prometeram liberdade, com a condição de que o cativo revelasse a localização de Zumbi, que segundo o refém, encontrava-se em um sumidouro fabricado artificialmente com 20 aliados do líder quilombola. Moura finaliza que neste local, o líder quilombola seria assassinado e posteriormente teria a sua cabeça exposta na praça do Carmo na capital do Pernambuco no dia 20 de novembro de 1695, (atual dia da Consciência Negra) no entanto, Palmares não se renderia, mantendo-se na serra da Barriga até 1704 (MOURA, 1988).

9.2 Revolta dos Malês (1835)

Dentre as diversas insurreições de escravizados na Bahia ocorridas no período regencial brasileiro, a que se tornou mais conhecida seria a Revolta dos Malês, liderada por negros islamizados escravizados, iniciada na madrugada de 24 para 25 de janeiro de 1835, com o objetivo a libertação de homens e mulheres de origem africana e introduzir o islamismo como religião oficial da Bahia, via formação de um califado na capital do Estado. Tal revolta era liderada principalmente por africanos da nação Nagô mas também contava com a participação de outras etnias como Haussás, Jejes, Minas,

Jabus, Mondubins, Bornos, Benins, Tapas, Cabindas, Congueses, Camaroneses, Barbas, Minas e Calabares. A escolha da data no dia da celebração de Nossa Senhora da Guia não foi por acaso, já que toda a maioria da população se dirigia à região do Bonfim, conforme as palavras do padre Inace:

Instruídos os soldados e adquiridas as armas, nada mais restava que combinar um plano e executá-lo. Foi escolhida para o levantamento a noite de 24 para 25 de janeiro, em que a população baiana acorria, como ainda hoje, ao legendário templo do Bonfim, para a popular festa de Nossa Senhora da Guia. Desertos estavam os lares, e nas ruas era enorme a concorrência dos romeiros. A quase totalidade da população se achava no Bonfim, situado num arrabalde da cidade: tudo favorecia à premeditada carnificina. Ocorre, ainda, que os caixeiros, em razão da romaria, deixavam na porta a chave das casas, de modo que os escravos podiam sair e reunir-se, sem despertar suspeitas. Dividiram a cidade em cinco partes, de maneira que, à noite, deviam se dividir em cinco grupos diferentes. (IGNACE, 1907, *apud* SANTOS, 2020, p.330)

O artigo prossegue afirmando que, o planejamento da revolta fora viabilizado devido a estrutura servil da cidade de Salvador, já que nesta região:

(...) O senhor podia controlar o resultado do trabalho do escravo, mas este decidia onde, como e com quem trabalhar. Ao lado dos libertos, os escravos africanos organizavam autonomamente sua inserção no mercado de trabalho . Pois, esse possuía uma 'autonomia' de locomoção, já que muitos eram escravos de ganho. (...) (IGNACE, 1907, *apud* SANTOS, 2020, p.335)

No entanto, apesar desta oportunidade para a mobilização de escravizados, o levante não obteve o resultado esperado, pois

conforme o artigo elucida, a mobilização foi descoberta no dia anterior, da revolta, destacando a seguinte denúncia:

(...)Pela tarde do dia 24, já começara a espalhar-se um vago rumor de que os escravos pretendiam revoltar-se. Cerca das 10 horas da noite, o Presidente da Província, Francisco de Souza Martins, recebeu uma denúncia grave. Imediatamente enviou um ofício ao Chefe de Polícia, Francisco Gonçalves Martins, ordenando-lhe que fizesse guardar todos os distritos por patrulhas dobradas, e detivesse todas as pessoas suspeitas ou que trouxessem armas. Às 11 horas e um quarto, o Presidente dirigiu um outro ofício, sobre igual assunto, aos juizes de paz dos vários distritos da cidade. O juiz de paz da Conceição da Praia, Inocência José Cardoso de Matos, apenas recebeu, tomou as medidas necessárias. O Prefeito de Polícia, por sua vez, depois de dadas algumas instruções, dirigiu-se à Ladeira da Praça, onde encontrou os dois juizes de paz dos distritos da Sé que, seguidos de soldados e paisanos armados até os dentes, andavam na pista de 60 africanos reunidos em uma casa daquela rua, junto ao Guadalupe(IGNACE,1907,p. 126, *apud* SANTOS, 2020, p.337).

Nota-se uma proximidade desta tragédia com a destruição de Palmares, 140 anos antes, no que diz respeito a traição e denúncia de escravizados, que temendo pela sua vida, decidiam entregar seus companheiros às autoridades portuguesas. Assim sendo, após a transmissão do relato para o presidente da província baiana, Francisco de Souza Martins, iniciou-se um contra-ataque fortemente armado por volta das 10 horas da noite de sábado. Este contra-ataque resultaria, consoante o artigo na punição dos insurgentes à pena de morte, no dia seguinte ao levante, e conseqüentemente na formulação de leis repressivas como a lei número 09, promulgada em

13 de maio de 1835 (ironicamente mesma data da futura assinatura da lei áurea) contra novas insurgências na Bahia.

No entanto, apesar de suas derrocadas e morte da maioria de seus membros, tanto Palmares, quanto o levante dos Malês na Bahia, e muitos outros levantes ocorridos no país durante o escravismo, não devem ter seu significado e referência para a formação e atuação dos Movimentos Negros contemporâneos ignorados, já quem, apesar de se situarem em diferentes momentos históricos, todas estes levantes e organizações possuem um objetivo comum: a emancipação do povo negro brasileiro. E será exatamente para este movimento social, que os próximos parágrafos irão dedicar o seu foco de discussão.

9.3 “ Se Palmares não existe mais, faremos Palmares de novo” : O protesto Negro na contemporaneidade

No dia 18 de junho de 1978 em São Paulo, após o assassinato do feirante Robson Silveira da Luz, acusado de supostamente roubar frutas em seu trabalho e do operário Nilton Lourenço, morto pela polícia no Bairro da Lapa e de quatro garotos jogadores de vôlei terem sido barrados pelo Clube Regatas do Tietê, milhares de jovens negros começaram a articular a formação deste movimento social, por meio de debates e manifestações, principalmente a famosa manifestação do dia 7 de julho deste mesmo ano, que reuniu milhares de pessoas nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo: Foi criado o Movimento Negro Unificado (MNU), que dentre as suas principais reivindicações estava o fim da violência policial e

do racismo, desde o racismo no mercado de trabalho, aos meios de comunicação (CAETANO, 2019).

Como enunciado no introito de nosso artigo, pretendemos debater a importância deste movimento social para a formulação de políticas públicas efetivas de enfrentamento das desigualdades raciais e sociais no Brasil, a socióloga Márcia Lima em seu trabalho *Desigualdades Raciais e Políticas públicas: as ações afirmativas no governo Lula* explana que:

A Marcha de Zumbi foi, em primeiro lugar, uma estratégia do movimento negro para deslocar o foco das atenções da data da abolição da escravatura, 13 de maio, para o dia 20 de novembro em razão do Dia Nacional da Consciência Negra. Em segundo, esse evento contou com uma forte mobilização popular, sendo estimada a participação de 30 mil pessoas na marcha, que propiciou um destaque incomum na temática racial no cenário público brasileiro. Por fim, este evento teve a formalização de uma proposta com a entrega do Programa de superação do racismo e da desigualdade racial ao então presidente Fernando Henrique Cardoso. O documento apresentava um diagnóstico da Desigualdade Racial e da prática do racismo com ênfase nos temas de educação e do trabalho. (LIMA, 2010, p.79).

Inúmeras ações políticas começaram a surgir após a fundação do movimento. Após o GTI (Grupo de Trabalho interministerial para a valorização da população negra) de 1995, que visava ampliar a participação de pessoas da sociedade civil associadas ao movimento negro, justamente para a formulação de uma série de políticas públicas, que podemos elencar por tópicos, separando respectivamente por gestão governamental (para aprofundamentos

nos temas, ver: Santos (2005), Jaccoud (2008), Geledés (2013), Plano (2014), Reis (2020), leituras utilizadas para esta compilação:

1. Criação da Fundação Cultural PALMARES vinculada ao Ministério da Cultura, com o objetivo de promoção e valorização da cultura Afro-Brasileira no Governo Collor.
2. Lei nº 7.716/1989 conhecida como Lei Caó, que tipifica o racismo como crime inafiançável e imprescritível, Governo Collor.
3. Participação do Brasil na Conferência de Durban (Conferência Mundial Contra o Racismo) de 2001, que simbolizou um avançamento de implementação de políticas públicas direcionadas à educação e ao mercado de trabalho no Brasil, Governo FHC.
4. PNDH, programa que visava criar estratégias de enfrentamento das desigualdades raciais, elaborando grupos de trabalho e criação de conselhos, formulando políticas específicas de combate ao racismo no Brasil.
5. Criação do PNDH II com as seguintes metas:
 - 5.1 Promulgar o reconhecimento do Estado brasileiro pela sua responsabilidade pelas desigualdades raciais que atingem a população afro-brasileira
 - 5.2 Promoção de políticas públicas de reparação histórica para a população afro-brasileira.
 - 5.3 Criação do programa Nacional de Políticas Públicas de ações afirmativas, Programa diversidade na Universidade e o Programa Brasil Gênero e Raça do Ministério do Trabalho.

10 POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS

Uma das políticas mais conhecidas e importantes que impactam na transformação e superação das desigualdades raciais no Brasil são as políticas de ações afirmativas, também conhecidas como políticas de cotas raciais que equalizassem o acesso ao ensino superior público ou privado, entre alunos brancos de classes mais altas (ou baixas) oriundos de escolas particulares e alunos afrodescendentes provenientes de classes sociais mais desfavorecidas e de escolas públicas. Verificamos no já mencionado periódico das desigualdades raciais do Brasil que:

O debate sobre a implementação de políticas de ações afirmativas no âmbito educacional superior não é recente no Brasil. Desde os anos 1930, o Movimento Negro apontava para a necessidade de se garantir o direito da população negra à educação. No campo da Educação Superior, uma experiência inovadora passou a ser desenvolvida a partir do final dos anos 1990, com a criação de cursinhos universitários pré-vestibulares voltados a estudantes negros. Tendo em sua origem grupos ligados à Igreja Católica e a setores da sociedade civil, e apresentando, em alguns casos, resultados bastante expressivos, esses cursinhos passaram a contar com apoio do governo federal após 2002. Mas foi a partir de 2001 que universidades públicas começam a adotar sistemas de ações afirmativas, por meio da implementação de sistemas de cotas ou bonificações visando promover o ingresso de estudantes negros em seus cursos (JACCOUD, 2008, p.145-146)

No entanto, o artigo salienta que tais proposições feitas pela gestão FHC, não foram suficientes para superar as desigualdades sociais entre negros e brancos muito menos o racismo estrutural vigente.

Como podemos constatar, a discussão de políticas de ações afirmativas é muito mais antiga do que se apresenta. Mas se tornou pauta de discussão das instituições políticas mais tardiamente, principalmente na já citada conferência Mundial de Durban em 2001, e implantada no governo Luiz Inácio Lula da Silva, como veremos a seguir.

10.1 As políticas reparatórias formuladas pelo governo Lula

Após discorrermos e analisarmos como as gestões Collor e FHC trataram da questão do enfrentamento ao racismo no Brasil, podemos analisar pontualmente as principais ações empregadas pelo governo Lula que visavam melhorar as condições sociais da população afro-brasileira, conforme o artigo já citado da socióloga Márcia Lima verificamos que:

O início do governo de Luis Inácio Lula da Silva, em 2003, marca uma mudança profunda não só na condução das políticas com perspectiva racial, reflexo das ondas de Durban, mas também na relação do Movimento Negro com o Estado. Até então, essa relação era de exterioridade, com os atores na condição de demandantes e com pouca inserção no aparato governamental. No novo governo, essa relação se transforma, e o movimento negro passa a ser um ator envolvido na formulação de políticas, ocupando cargos e como representante da sociedade civil nos espaços de controle social instituídos pelo governo Lula. Como lembra Guimarães, embora a questão racial nunca tenha tido uma forte adesão por parte do Partido dos Trabalhadores, o governo Lula representa o cume dessa mudança ao incorporar em seus quadros representantes dos movimentos negros, dando maior visibilidade às suas reivindicações, que são fortemente atreladas às ideologias negras de circulação internacional panafricanismo, a

negritude e o afro centrismo, somadas aos elementos tradicionais da identidade afro-brasileira (LIMA, 2010, p. 82)

Desta maneira, verificamos que uma série de políticas públicas começaram a ser elaboradas pelo governo, visando combater o racismo estrutural e institucional no Brasil, neste tópico podemos destacar as principais e mais conhecidas:

- Criação da SEPIR (Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial) no dia 21 de março de 2003, Dia Internacional pela Eliminação da Desigualdade Racial, esta secretaria tinha como objetivo principal elaborar e articular políticas públicas direcionadas à superação da desigualdade racial no Brasil, além de estabelecer parcerias entre os diversos ministérios existentes, como o da Saúde, o da Educação e o da Cultura, suas respectivas secretarias, e órgãos de poder executivo, além da elaboração de parcerias com os governos estaduais para a aplicação destas políticas em todas as regiões da federação.

- Criação do Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI): Os principais motes deste programa eram definir o racismo institucional como falha das instituições e organizações para a criação de um serviço profissional adequado às pessoas em virtude da sua cor, cultura, origem étnica e social. Estimulando o setor público (podemos especificar os serviços de saúde) a criar programas inovadores de combate ao racismo e a discriminação racial.

- Promulgação da Lei nº 10.639/2003 (BRASIL, 2003): alterou a LDB (Lei de Diretrizes de Bases da educação) de 1996, incluindo a

obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira; nos currículos dos ensinos fundamental, médio e superior, atualmente Lei nº11.645/2008 (BRASIL, 2008), que inclui o ensino a história e cultura ameríndia. A falta de aplicação e efetivação desta lei já foi problematizada neste artigo.

- Ampliação da política de cotas Étnico-Raciais e Sociais no Ensino Superior (ver, por exemplo: Relatório Anual das desigualdades raciais no Brasil; 2007-2008 (PAIXÃO; CARVANO, 2008), instituições públicas de Ensino Superior adotaram alguma forma de ação afirmativa para a inserção de estudantes afrodescendentes nos vestibulares. Segundo pesquisa do IBGE de 2018, divulgada no portal G1, 18,3% dos jovens no ensino superior eram negros (MORENO, 2019). Esses dados demonstram que há impacto positivo dessas ações afirmativas também no aumento da escolaridade da população afro-brasileira, e contribuindo para que mais intelectuais negros participassem na construção de um pensamento acadêmico mais amplo e mais abrangente que aprofunda temas relacionados à questão de raça, gênero e classe.

- Criação do programa *Minha Casa Minha vida*: Embora não seja um programa exclusivamente direcionado a combater o racismo no país, este programa foi fundamental para garantir que uma parte razoável da população afro-brasileira tivesse acesso a moradia. Criado em 2009, pelo então governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, visando sanar o problema de déficit habitacional no Brasil, construindo moradias populares com subsídios de até R\$ 47,5 mil,

em 10 anos este programa entregou casas para 10 milhões de pessoas no Brasil (ANTUNES, 2019).

Para finalizar, ressaltamos que o fato de estarmos apresentando que o governo Lula tenha se dedicado a elaborar mais políticas de combate ao racismo do que os governos anteriores não significa que não sejamos críticos a sua política ostensiva de guerra às drogas, equívocos nas implementações da UPPS nas favelas cariocas vítimas de um sucateamento e insuficiências na efetivação do fim do extermínio da população negra e periférica no Brasil.

10.2 As políticas de enfrentamento ao racismo e os princípios econômicos:

Os princípios econômicos que podemos utilizar para interpretarmos estas políticas públicas de enfrentamento ao racismo no Brasil são os já anteriormente mencionados princípios 3 e 4, já que tais políticas visam equalizar as oportunidades de acesso aos diversos serviços sociais e públicos entre pessoas negras e brancas, (ações racionais que visam superar o racismo no Brasil, e incentivos para que a população negra usufrua destes serviços.) como o PNDH, que visava elaborar políticas de igualdade racial, a lei de cotas étnico-raciais que propõe equalizar e democratizar o acesso às instituições de ensino superior entre negros e brancos e a Lei nº11.645, de 2008 (BRASIL, 2008), que instituiu a obrigatoriedade do ensino de história africana e ameríndia nas instituições públicas e privadas de ensino básico e superior. Outro exemplo é a criação do programa *Minha*

casa, Minha vida que possibilitou que milhões de brasileiras e brasileiros realizassem o sonho da casa própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS - POR UMA ECONOMIA ALIADA ÀS PAUTAS ANTIRRACISTAS

Embasado nas análises do nosso artigo concluímos que o ideário de “Democracia Racial” não passa de uma ferramenta legitimadora e banalizadora da existência do racismo no Brasil, um dos principais responsáveis pela existência e persistência das desigualdades sociais no país. Também desmitificam, interpretações reducionistas e racistas sobre as pautas dos membros dos movimentos negros brasileiros, nossos ancestrais de luta e griots contemporâneos, classificando-as como mera reivindicações “identitárias” e “pós-modernas” Tais concepções estão completamente alheias à realidade social do país . Faz-se urgente também uma metodologia de análise que discuta e relacione os movimentos e levantes de escravizados afro-brasileiros às transformações socioeconômicas e políticas do Brasil, da mesma maneira feitas nas análises dos movimentos trabalhistas do país no século XX e que seja capaz de desenvolver e propor um projeto radical de enfrentamento ao racismo e às demais formas de opressão como o machismo e a LGBTQIAfobia, articulado principalmente por setores do movimento negro, feminista, indígena, LGBTQIA+ e demais indivíduos antirracista . Como já ressaltado por inúmeros militantes e intelectuais do movimento negro, não é possível discutir

luta de classes sem abordar o racismo de forma aprofundada da mesma maneira que não se é possível discutir o racismo sem abordar a luta de classes.

Reitera-se a urgência de ampliação de políticas públicas de enfrentamento ao racismo no Brasil, que não se limitem apenas nas estruturas de uma democracia burguesa capitalista ou ações vazias de inclusão realizadas por empresas, embora certas ações políticas devem ser defendidas como estratégias políticas capazes de resolverem demandas urgentes enquanto não se efetivar por completo, a transição do capitalismo rumo ao socialismo, como inserção de negros e indígenas no ambiente acadêmico por meio das cotas étnico- raciais aliado a criação de mais campus e faculdades, criação de mais bolsas de pesquisa e ampliação ao incentivo de pesquisa, melhorias nas moradias estudantis, oferecendo um serviço adequado de limpeza e manutenção, acesso à água potável, luz e gás, além da instalação de detectores de fumaça e extintores de incêndio; e a ampliação da Lei nº 11.645, de 2008 (BRASIL, 2008), promovendo mais atividades de formação e especializações de professores da rede escolar nesta temática para o cumprimento efetivo desta lei, ressalta-se que tal lei também deve ser defendida no ambiente acadêmico, colaborando com a pluralidade de conhecimento e interpretações de mundo neste espaço estudantil . Inclui-se nestas pautas, a defesa da retomada e aperfeiçoamento de políticas efetivas de moradia popular, como o extinto *Minha Casa, Minha Vida*, construindo lares maiores, com mais áreas verdes e

espaços de convivência adequados, saneamento básico de qualidade. Ressalta-se a melhoria nos serviços de coleta de lixo, e dos serviços de saúde como o SUS, contratando mais médicos e desenvolvendo um atendimento mais humanizado. Criação de programas de geração de empregos qualificação, com condições dignas para o desenvolvimento emocional e financeiro dos cidadãos que trabalham em atividades Industriais e no terceiro setor.

Eliminação de qualquer forma de trabalho doméstico, aprimorando o investimento na educação, não apenas nos moldes da educação bancária, desenvolvendo e construindo áreas de lazer e pesquisa como parques, bibliotecas e salas de informática. Uma educação mais humanizada e voltada para as necessidades de todos os membros da comunidade escolar, além de aumento de salários, redução de jornada, redução do número de alunos em salas de aula. Além Propomos também o fim do policiamento racista que culmina no assassinato de jovens negros e periféricos, promovendo políticas de vigilância comunitária e de acolhimento e reabilitação de usuários de drogas e outros dependentes químicos aditivos, além da legalização de elementos químicos hoje criminalizados como o Tetra-hidrocanabinol, descriminalizando o usuário de dependentes químicos, em sua maioria integrados no grupo PPI, e em contra partida aumentando o combate ao tráfico de drogas que responsabilize traficantes internacionais, impedindo a entrada de entorpecentes como o crack e a cocaína.

Ampliação de programas culturais de valorização da cultura afro-brasileira, como o plano setorial para a cultura brasileira que dentre outros objetivos, busca desenvolver mais políticas de conservação e propagação das manifestações culturais Afro-brasileiras e viabilizá-las como estratégia de combate ao racismo no país.

Nosso trabalho não se reduziu apenas a análises economicistas do racismo brasileiro, o que não significa que elas não tenham sido necessárias para o desenvolvimento da pesquisa, mas, além disso, analisar as entranhas e impactações que o racismo traz para a sociedade; e de quais maneiras os governos federais, municipais e estaduais, movimentos sociais, coletivos culturais como os saraus da periferia e grupos de teatro como o coletivo negro que trazem contribuições imprescindíveis para a discussão e enfrentamento ao racismo no Brasil e mais do que isso, propõe à economia brasileira, uma revisão de concepções equivocadas em relação à participação da população afro-brasileiras na formação social e econômica do país, que de forma alguma, fora passiva ou secundária a estes processos, não é possível discutir a temática da “abolição” da escravatura mesmo que do ponto de vista econômico, sem levantar a temática das insurgências negras do Brasil anteriores ao 13 de maio de 1888, portanto, conforme vários exemplos citados no artigo, a análise do escravismo brasileiro é fundamental para a compreensão da formação e consolidação do capitalismo no país entre o final do século XIX e início do século XX.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, José de. **Societatis Iesu, de Natura Novi Oris Libri Duo**: Et Promulgatione Evangelii apud Barbaros, Sive, de Producenda Indorum, Salute. Madri: 1596.

ALLEGRI, Carlo . Negros são 75% entre os mais pobres; brancos, 70% entre os mais ricos. Reportagem publicada em 13 nov.2019 no **site de notícias UOL**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/11/13/percentual-de-negros-entre-10-mais-pobre-e-triplo-do-que-entre-mais-ricos.htm>>. Acesso em 10 mai.2021.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ANTUNES, Leda. Minha Casa perto do fim? Programa habitacional popular faz 10 anos com menos dinheiro e sob pressão para mudar nome e regras. Reportagem especial publicada em 24 nov.2019 no **Portal de Notícias UOL**. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/reportagens-especiais/minha-casa-minha-vida-dez-anos>>. Acesso em 10 mai.2021

BASILIO, Ana Luiza. Quinze anos depois, Lei 10.639 ainda esbarra em desconhecimento e resistência. Casos de professores perseguidos ao trabalhar a história e cultura afro-brasileira revelam a fragilidade das redes em sistematizar as práticas. Reportagem publicada em 12 jul.2018 na **Revista Carta Capital**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/educacao/quinze-anos-depois-lei-10-639-ainda-esbarra-em-desconhecimento-e-resistencia/>>. Acesso em 10 mai.2021.

BERMÚDEZ, Ana Clara. Analfabetismo entre negros é quase o triplo do que entre brancos. Reportagem publicada em 15 jul.2020 no **Portal de Notícias UOL**. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2020/07/15/analfabetismo-entre-negros-e-quase-tres-vezes-maior-do-que-entre-brancos.htm>>. Acesso em 10 mai.2021.

BRASIL. **Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015**. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga o inciso I do art. 3º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, o art. 36 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, e o inciso VII do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro 1995; e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/2015/leicomplementar-150-1-junho-2015-780907-publicacaooriginal-147120-pl.html>>. Acesso em 10 mai.2021.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em 10 mai.2021.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>. Acesso em 10 mai.2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS**. 3. ed. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf>. Acesso em 10 mai.2021.

BRITES, Jurema Gorski. Trabalho Doméstico: questões, leituras e políticas. **Cadernos de Pesquisa**. v.43, n.149, p.422-451 maio/ago. 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/PFk9XcQfLkjks9TKBny8sb/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 10 mai.2021.

CAETANO, Bruna. Uma história oral do Movimento Negro Unificado por três de seus militantes. Regina Santos, José Adão e Milton Barbosa são colocados em diálogo para contar trajetória do MNU. Reportagem publicada em 05 abr.2019 no site **Brasil de Fato**. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/04/05/uma-historia-oral-do-movimento-negro-unificado-por-tres-de-seus-fundadores>>.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

FANON, Frantz: **Os condenados da terra**. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2015.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**, vol, 1: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: ed. Globo, 2008.

FERREIRA, Carolina Nardi Lopes *et al.* Perceptions of domestic workers on labor rights and impacts on their working and health conditions. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 29, p. e20180375, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tce/a/NHLfc6NhhSJgBG4DtVdYYtL/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em 10 mai.2021.

FILHO, Mário. **O Negro no Futebol Brasileiro**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. 5ª edição, 2010.

FÓRUM Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020**. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/02/anuario-2020-final-100221.pdf>>. Acesso em 10 mai.2021.

GELEDÉS - Instituto da Mulher Negra. **Guia de enfrentamento do racismo institucional.** 2013. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Guia-de-enfrentamento-ao-racismo-institucional.pdf>>. Acesso em 10 mai.2021.

GONZÁLEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro Latino americano:** Ensaios, Intervenções e Diálogos. Org. RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GORENDER, Jacob: **A escravidão reabilitada.** Org. Fundação Perseu Abramo, 2016.

IBGE. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. Estudos e Pesquisas • **Informação Demográfica e Socioeconômica**, n. 41, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf>. Acesso em 10 mai.2021.

JACCOUD, Luciana. O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. *In*: THEODORO, Mário (org.); JACCOUD, Luciana; OSÓRIO, Rafael; SOARES, Sergei **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição.** Brasília: Ipea, 2008. Cap. 6, p. 131-166.

LACERDA, Nara. Intolerância religiosa: "Brasil vive negação de direitos", afirma especialista. Violência aumentou nos últimos anos e políticas de combate foram enfraquecidas. Artigo publicado em 21 jan.2022 no site **Brasil de Fato - São Paulo.** Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/01/21/intolerancia-religiosa-brasil-vive-negacao-de-direitos-afirma-especialista>>. Acesso em 10 mai.2021.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. **Ferrovias, agricultura e mão-de-obra no Brasil (1850-1890).** Disponível em: <https://www.abphe.org.br/arquivos/maria-lucia-lamounier_1.pdf>. Acesso em 14 jul.2021.

LIMA, Márcia Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula. **Novos estudos CEBRAP** [online], n. 87, pp. 77-95, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-33002010000200005>>. Acesso em 14 jul.2021.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à Economia**. Tradução Alan Vidigal Hastings. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos de 1843, tomo 3: A Alienação do Trabalho**. Trad. Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MATIENZO, Juan de. **Gobierno del Perú (1567)**. Publicado por Institut français d'études andines, 1967

MBEMBE, Achiles. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MORENO, Ana Carolina. Taxa de jovens negros no ensino superior avança, mas ainda é metade da taxa dos brancos. Dados da Síntese de Indicadores Sociais 2019 do IBGE divulgados nesta quarta mostram que a Lei Federal de Cotas acabou contemplando mais brancos de baixa renda e escola pública do que os negros, diz especialista da Educafro. Reportagem publicada em 06 nov.2019 no **G1 Globo**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/11/06/taxa-de-jovens-negros-no-ensino-superior-avanca-mas-ainda-e-metade-da-taxa-dos-brancos.ghtml>>. Acesso em 10 mai.2021.

MOURA, Clóvis. Brasil: **Raízes do protesto negro**. Coleção Passado e presente. Global editora, 1985.

MOURA, Clóvis. O racismo como arma ideológica de dominação. **Revista Princípios**, 1994.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala: Quilombos, insurreições e guerrilhas**, Série Novas perspectivas, 1988.

MOURA, Clóvis: **Sociologia do Negro Brasileiro**, 2ª Edição São Paulo: Editora Perspectiva 2019.

MUNANGA, Kebengele. **Discutindo a mestiçagem no Brasil:** identidade nacional versus identidade negra. 5ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica; 2019.

MUNANGA, Kebengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil:** identidade nacional versus identidade negra. 3. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2008.

NASCIMENTO, Beatriz: Quilombos: Mudança social ou conservantismo. In: Ratts, Alex (org.). **Uma história feita por mãos negras**, Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2021.

PAIXÃO, Marcelo; CARVANO, Luiz M. (orgs.). **Relatório Anual das desigualdades raciais no Brasil;** 2007-2008. Rio de Janeiro: Garamond; Laeser; Instituto de Economia UFRJ, 2008. Disponível em: <https://sites.utexas.edu/marcelo-paixao/files/2019/02/RADR_2007-2008.pdf>. Acesso em 10 mai.2021.

PLANO Setorial para as culturas afro-brasileiras. Colegiado setorial de culturas afro-brasileiras CNPC/Minc; Fundação Cultural Palmares/Minc 2014. Disponível em: <<https://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/Plano-Setorial-para-Cultura-Afro-Brasilira-para-PUBLICA%C3%87%C3%83O-EM-MAR%C3%87O-2017.pdf>>. Acesso em 10 mai.2021.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil.** Brasília. Ed: Brasiliense, 1956.

REIS, Vivian. Após 17 anos da lei federal, ensino afro alcança todas as escolas municipais de SP; prática na rede ainda é irregular. Prefeitura de São Paulo lançou novo 'Currículo da Cidade' em 2018 e, por isso, garante que lei federal é aplicada em todas as unidades. Professoras e a própria gestão, contudo, reconhecem que EMEI Nelson Mandela, caso de sucesso na rede, não representa o panorama em toda a capital. Reportagem publicada em 20 nov.2020 no jornal **G1 Globo**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/11/20/apos-17-anos-da-lei-federal-ensino-afro->

alcanca-todas-as-escolas-municipais-de-sp-pratica-na-rede-ainda-e-irregular.ghtml>. Acesso em 10 mai.2021.

SANTOS, André Luis Rodrigues: Revolta dos Malês (1835): Apontamentos sobre o levante dos nagôs islamizados. **Revista Eletrônica Discente História.com**, Cachoeira, v. 7, n. 14, p. 327-339. 2020. Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Disponível em:<<https://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/historiacom/article/view/2574/1462>>. Acesso em 10 mai.2021.

SANTOS, Sales Augusto dos (org.). **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2005. Disponível em:<https://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/acoes_afirm_combate_racismo_americas.pdf>. Acesso em 10 mai.2021.

SILVA, Elizabeth Bortolaia. Empregadas Domésticas, Máquinas e Moral nos Lares Brasileiros. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 6, n. 10, enero-junio, 2010. Disponível em:<<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=496650331004>>. Acesso em 20 ago 2021.

SOUZA, Pedro Ferreira de. A Pandemia de Covid-19 e a Desigualdade Racial de Renda. In: LIMA JUNIOR, Antonio Teixeira; ABREU, Angelica Kely de; DIAS, Tatiana (edt.). **26º Boletim de Análise Político-Institucional (Bapi)**, mar. 2021. Cap. 21. Disponível em:<https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10505/1/BAPI_26_2021.pdf>. Acesso em 10 mai.2021.

THEODORO, Mário. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil In: THEODORO, Mário (org.); JACCOUD, Luciana; OSÓRIO, Rafael; SOARES, Sergei **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008. Cap. 1, p. 15-43.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. Trad. Denise Bottmann; prefácio Rafael de Bivar Marquese. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CAPÍTULO 7

AS IMPLICAÇÕES SOCIOECONÔMICAS DAS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS FEMININAS

Juliana da Silva Ferreira

INTRODUÇÃO

A família monoparental é um tipo de configuração familiar que teve seu reconhecimento legal na sociedade brasileira em 1988⁸, devido as alterações das dinâmicas sociais ocorridas, principalmente, com a legalização do divórcio, sendo um fenômeno mais recorrente para as mulheres. No entanto, a estrutura patriarcal na qual a sociedade moderna foi moldada ainda conserva valores que impactam a vida das mulheres em diferentes níveis - a depender de fatores como raça, classe e regionalidade, por exemplo.

A idealização da mulher como mãe e esposa concebida com a instituição da família nuclear e a conseqüente dominação masculina gerada pela domesticação da mulher e desvalorização do seu trabalho, influencia a situação da mulher moderna não apenas quando ela busca no trabalho produtivo a sua libertação

⁸ Artigo 226 da Constituição de 1988 - **§ 4º** Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

econômica, mas principalmente com a sobrecarga por lidar também com as tarefas domésticas. No quadro geral, as mulheres ocuparam a esfera do trabalho produtivo, mas os homens não ocuparam a esfera das tarefas vinculadas ao trabalho reprodutivo na mesma proporção. No caso das famílias monoparentais chefiadas por mulheres, a sobrecarga é potencializada quando consideramos que elas não recebem auxílio financeiro do marido na mesma proporção que as mulheres casadas.

O propósito deste artigo é compreender as implicações socioeconômicas acerca das mulheres que chefiam famílias sem a ajuda de outrem, visto que elas rompem com o modelo nuclear da família moderna e precisam se manter num mercado de trabalho que é dominado por homens e reverbera desigualdades, além de serem responsáveis pelas tarefas domésticas e educação dos filhos. Para isto, este artigo discutirá as formulações da divisão sexual do trabalho e a desvalorização do trabalho doméstico, para depois situar as mulheres que chefiam famílias dentro dos contextos apresentados. A discussão teórica será direcionada também por feministas negras que pensam a condição das mulheres a partir da interseccionalidade entre gênero, raça e classe, principalmente porque a questão do trabalho não tem o mesmo significado quando sob perspectiva das mulheres negras.

2 A FAMÍLIA PATRIARCAL

A capacidade de reprodução definiu o papel social da mulher e legitimou a construção do gênero feminino a partir de características supostamente vinculadas à maternidade e ao âmbito doméstico, configurando uma divisão sexual do trabalho na qual as mulheres são responsáveis pelo trabalho reprodutivo e os homens pelo trabalho produtivo. Conforme aponta o artigo *Novas configurações da divisão sexual do trabalho* de Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007, p. 599),

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.).

O processo de apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado teve início na transição do feudalismo para o capitalismo, em que as mulheres perderam espaço em todos os âmbitos da vida social: com a privatização das terras, tornou-se conveniente aos homens manter uma mulher responsável pelas tarefas domésticas, por isso elas foram gradualmente expulsas dos trabalhos que costumavam exercer. As atividades realizadas em casa passaram a ser consideradas como

um recurso natural (FEDERICI, 2019), tendo como consequência a desvalorização do trabalho doméstico e a dependência das mulheres em relação aos homens. Essa é a origem da família nuclear enquanto instituição - separada da esfera pública, se torna o principal centro para a reprodução da força de trabalho. Segundo Silvia Federici (2019, p. 193):

Complemento de mercado, instrumento para a privatização das relações sociais e da dominação patriarcal, a família surgiu no período de acumulação primitiva⁹ também como a instituição mais importante para a apropriação e para o ocultamento do trabalho das mulheres.

Assim, as atividades exercidas por mulheres ficaram de fora da esfera das relações de trabalho e as mulheres se tornaram bens comuns e seu trabalho considerado como um recurso natural passível de ser apropriado pelos homens. As mulheres de famílias burguesas ficaram limitadas aos cuidados domésticos, e as mulheres da classe trabalhadora, além de cuidar da casa, também auxiliavam na produção dos seus maridos, mas sem receber salário. “Tal política, que impossibilitava que as mulheres tivessem seu próprio dinheiro, criou as condições materiais para a sujeição aos

⁹ “Acumulação primitiva é o termo usado por Marx no tomo I de *O Capital* com a finalidade de caracterizar o processo político no qual se sustenta o desenvolvimento das relações capitalistas” (Federici, 2021, p. 25). A autora referenciada se propõe a examinar a acumulação primitiva “do ponto de vista das mudanças que introduziu na posição social das mulheres e na produção da força de trabalho” (Federici, 2021, p. 26)

homens e para a apropriação de seu trabalho por parte dos trabalhadores homens” (Federici, 2019, p. 195). Posteriormente, no século XIX, as lutas contra o trabalho industrial culminaram na aprovação de leis que limitavam o emprego das mulheres nas fábricas, e então “a “família moderna”, centrada no trabalho reprodutivo, em tempo integral e não remunerado da dona de casa, se generalizou entre a classe trabalhadora.” (Federici, 2019, p. 195). Esse modelo de família de ordem patriarcal favoreceu a expansão do capitalismo, a partir da desvalorização do trabalho doméstico e da domesticação das mulheres, de forma a “ampliar imensamente “a parte não remunerada do dia de trabalho” e usar o salário (masculino) para acumular trabalho feminino” (Federici, 2019, p. 232).

Não apenas no processo de acumulação primitiva, mas em todas as fases do desenvolvimento capitalista, a dominação masculina foi justificada pela ideologia naturalista que atribuía funções de gênero de acordo com o sexo biológico, concomitantemente ao controle do Estado sobre a regulação da procriação - legitimados pelo aparato legislativo e religioso.

Não seria possível obrigar uma mulher a parir: tudo o que se pode fazer é encerrá-la dentro de situações em que a maternidade é a única saída; a lei ou os costumes impõem-lhe o casamento, proíbem as medidas anticoncepcionais, o aborto, e o divórcio. (Beauvoir, 2016, p.89)

Confinadas ao trabalho reprodutivo, as mulheres passaram a ser moldadas de acordo com a idealização dos homens: uma boa esposa e uma boa mãe é a mulher que utiliza seu tempo e seu trabalho para se dedicar às necessidades do marido e ao cuidado do lar. A vida da mulher sob essas circunstâncias ficou minada de possibilidades, em que a única opção de sobrevivência e ascensão social seria a partir do casamento. Foi assim que se difundiu a imagem da mulher ideal e seu papel social, estruturando a base da sociedade moderna na qual um dos fundamentos é a dominação masculina.

3 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

O trabalho doméstico é historicamente relacionado à força de trabalho feminina. A filósofa Angela Davis, em seu livro *Mulheres, raça e classe*¹⁰, relata que nas sociedades pré-capitalistas a divisão sexual do trabalho era complementar, e não hierárquica, e que “os dois sexos tinham incumbências econômicas igualmente essenciais à sobrevivência de sua comunidade” (DAVIS, 2016, p. 227). A desvalorização do trabalho doméstico foi tão importante para o desenvolvimento e ascensão do capitalismo quanto a domesticação das mulheres - são dois lados de uma mesma moeda, as mulheres foram domesticadas para exercerem as tarefas

¹⁰ A publicação original ocorreu em 1944.

domésticas sem receber um salário por isso, como consequência do advento da propriedade privada.

A necessidade de repensar a configuração do trabalho doméstico surgiu no início dos anos 70, segundo Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007, p. 597):

Foi com a tomada de consciência de uma “opressão” específica que teve início o movimento das mulheres: torna-se então coletivamente “evidente” que uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno.

Nesse mesmo movimento, as mulheres começaram a se articular para ocupar a esfera do trabalho produtivo, no entanto “A ideologia do século XIX estabeleceu a dona de casa e a mãe como modelos universais de feminilidade” (DAVIS, 2016, p. 231). Angela Davis, argumenta que as mulheres que se propunham a trabalhar em troca de salário, eram “vistas fora de sua esfera “natural”, e não seriam tratadas como trabalhadoras assalariadas completas” (DAVIS, 2016, p. 231). Ao adentrarem “o mundo masculino da economia pública”, estavam suscetíveis à exploração e dominação masculina tanto quanto no ambiente doméstico. Essa dominação possui reflexos na divisão sexual do trabalho atual.

Helena Hirata, em seu artigo *Gênero, patriarcado, trabalho e classe*, articula as consequências que as mulheres enfrentam quando inseridas em um mercado de trabalho que reverbera a desigualdade entre gêneros. A autora demonstra que existem dois

princípios que corroboram para a distinção de papéis: o de separação, em que os trabalhos são categorizados como trabalho de homem e trabalho de mulher; e o hierárquico, em que o trabalho “de homem” vale mais que o “de mulher”. Portanto, as mulheres inseridas no mercado de trabalho não têm acesso às mesmas profissões que os homens e possuem poucas perspectivas de promoção, o que gera como consequência salários inferiores para as mulheres e maior ocupação destas em trabalhos precários - no emprego doméstico, as mulheres representam 95% das pessoas que exercem essa função. Além disso, é importante ressaltar que, no Brasil, a maior parcela dessas trabalhadoras domésticas são mulheres negras, como consequência da herança do período colonial em que as pessoas brancas se apropriaram de pessoas negras escravizadas. Isso demonstra que a emancipação da mulher não pode ocorrer por meio do trabalho, como aponta Simone de Beauvoir (2016, p.)

A mulher que se liberta economicamente do homem nem por isso alcança uma situação moral, social e psicológica idêntica a dele. A maneira porque se empenha sua profissão e a ela se dedica depende do contexto econômico pela forma global de sua vida.

A autora bell hooks, em seu livro *“Teoria feminista - Da margem ao centro”*, discorre sobre o movimento feminista sob perspectiva das mulheres negras. Para ela, “em muitos escritos feministas, a atitude em relação ao trabalho reflete o viés burguês” (hooks, 2019, p. 147). As mulheres que viam o trabalho como forma

de libertação, para deixar de ser apenas “dona de casa”, não considerava a realidade das mulheres negras (e até mesmo as mulheres brancas de classes sociais baixas), que há muito tempo já trabalhavam.

O trabalho, diziam elas, permitiria que as mulheres quebrassem as cadeias da dependência econômica dos homens, defendendo-as, com isso, da dominação sexista. Quando essas mulheres falavam de trabalho, elas estavam se referindo a carreiras bem-remuneradas, não aos empregos de baixa remuneração. (HOOKS, 2019, p. 147)

As mulheres negras já trabalhavam fora de casa, e os seus empregos “não só não as libertavam da dependência econômica dos homens, como não lhes garantiam a autossuficiência econômica” (HOOKS, 2019). Isso evidencia que a relação que as mulheres negras tinham com o trabalho era muito diferente do que se idealizava no movimento feminista que pregava o trabalho como forma de emancipação das mulheres. A autora ainda diz que, naquele contexto, mulheres e homens negros temiam perder seus empregos para as mulheres brancas.

A desvalorização do trabalho feminino ocorre tanto no ambiente doméstico quanto na esfera produtiva, onde as mulheres conseguiram se inserir, mas os homens além de não cederem espaço para promoção de igualdade, também não adentraram a esfera do trabalho reprodutivo para compartilhar as responsabilidades sobre a criação das crianças e sobre as tarefas

domésticas. Colocando sob uma perspectiva racial, as mulheres negras são potencialmente mais oprimidas quando no contexto do trabalho, visto que as suas experiências englobam também a opressão de raça que as colocam numa posição inferior quando o debate é feito apenas através do recorte de gênero.

4 A família monoparental feminina

Segundo os dados do Censo Demográfico realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 16,2% das famílias brasileiras são representadas por mulheres sem cônjuge com filhos, enquanto 2,4% das famílias são representadas por homens sem cônjuge com filhos, demonstrando que é um fenômeno que acomete majoritariamente mulheres. Dentro deste percentual, 52,67% são representados por mulheres negras - ainda que não seja um valor muito significativo em comparação com as famílias chefiadas por mulheres brancas, as mulheres negras possuem uma experiência histórica em relação ao trabalho diferente das mulheres brancas, portanto é essencial refletir sobre a questão da maternidade solo de uma forma plural. Quando a família monoparental foi reconhecida legalmente, o divórcio havia sido legalizado há pouco mais de uma década. Observando a discrepância dos dados das famílias monoparentais femininas em relação às masculinas, e ao considerarmos a histórica dominação masculina a que as mulheres estão sujeitas, é possível identificar muitos fatores que podem colaborar para a maternidade solo além

de uma opção das mulheres, como o abandono paterno¹¹, e a violência doméstica.

Para analisar a situação das mulheres que chefiam suas famílias sem a ajuda de outrem, é necessário situá-las diante do quadro apresentado anteriormente: a função reprodutora da mulher é fundamental para o funcionamento da economia social - por isso o interesse do Estado em controlar a procriação - no entanto, o que se considera como maternidade ideal é a que corresponde à mulher no contexto do casamento. Atualmente, muitas mulheres que são mães têm optado pelo termo mãe solo - em substituição do termo mãe solteira - com a finalidade de desvincular a condição de maternidade com estado civil. As mães solas são então responsáveis pelas funções relativas ao trabalho doméstico, incluindo a educação das crianças, e ao trabalho produtivo para o gerenciamento econômico do lar.

Bell hooks (2019) argumenta que é fundamental para a nossa sociedade que os homens compreendam a paternidade como tão importante quanto a maternidade na criação e educação das crianças, e, portanto, devem ser educados para assumir a parentalidade de maneira equitativa, visando uma parentalidade sem sexismo.

¹¹ De acordo com a Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen-Brasil) dentre 16.275.595 nascimentos registrados em todo território brasileiro no ano 2021, 892.331 foram realizados sem o nome do pai.

A experiência biológica da gravidez e do parto, dolorosa ou prazerosa, não deveria ser usada para corroborar a ideia de que a parentalidade feminina é necessariamente superior à dos homens. (HOOKS, 2019, p. 200)

Quando um homem se ocupa da parentalidade na mesma proporção que uma mulher, ele tende a ser percebido como um caso especial, porque o exercício do cuidado é considerado algo inerente à personalidade feminina. É como se ele estivesse adotando hábitos femininos, e por isso é difícil que os homens se identifiquem com a parentalidade: a paternidade tem um significado distinto, quando homens exercem o cuidado é como se estivessem fazendo uma tarefa de mãe. Não apenas quando se trata da educação dos filhos, mas o trabalho do cuidado geralmente recai sobre as mulheres, como dos idosos e das pessoas doentes. Inclusive em profissões relacionadas ao cuidado - conforme aponta Hirata e Kergoat (2007), as mulheres tendem a ocupar os cargos que envolvem cuidado em proporção mais do que os homens. O que bell hooks (2019) propõe é uma parentalidade revolucionária, desenvolvida a partir de uma educação sem sexismo - idealmente desde a infância, não reforçando estereótipos de gênero no comportamento das crianças. Isso proporcionaria uma maior adesão e interesse dos homens em se envolver em questões colocadas como exclusivamente femininas, que geram uma sobrecarga nas mulheres quando elas precisam dar conta sozinhas. Uma vez que os homens apreendessem a partilha do cuidado na família, refletiria

na partilha do cuidado da sociedade como um todo, até mesmo fora do âmbito do parentesco.

O cuidado infantil é uma responsabilidade que pode ser partilhada com outros cuidadores, com pessoas que não vivem com crianças. Esse tipo de parentalidade é revolucionário nessa sociedade porque ocorre em oposição à ideia de que os agentes parentais, especialmente as mães, deveriam ser os únicos cuidadores. (HOOKS, 2019, p. 209)

Esse tipo de relação envolve confiança e isto deve ser considerado, por isso a autora sugere que ocorram em “pequenas comunidades em que as pessoas se conhecem e confiam umas nas outras” (hooks, 2019, p. 210). Também caberia ao Estado proporcionar condições para que as crianças pudessem estar enquanto a mãe se ocupa de outra coisa – as creches comunitárias, por exemplo. “Por um lado, isso cria uma situação em que as crianças precisam respeitar vários cuidadores, por outro, cria recursos extras para os quais elas podem se voltar quando suas necessidades emocionais, intelectuais e materiais não são atendidas pelos pais” (HOOKS, 2019, p. 210). Para as mães solo, essa reconfiguração social seria benéfica na medida que, além de não serem as únicas responsáveis pela criação dos filhos, também colaboraria para desestigmatizar a maternidade solo tal como é compreendida pelo senso comum, e refletiria em outras esferas da vida social, como a carreira profissional.

Se o mercado de trabalho é hostil com as mulheres, o quadro se agrava quando se trata de mulheres que são mães: segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada em 2015, as mulheres que possuem filhos recebem salário até 40% menor que as mulheres que não possuem. Muitas mulheres têm optado por se estabelecerem em suas carreiras profissionais antes de aderir à maternidade, e, como reflexo dessa decisão, ao priorizar tornarem-se bem-sucedidas profissionalmente acabam terceirizando o trabalho doméstico, majoritariamente ocupados por mulheres negras em situação de vulnerabilidade social (Hirata e Kergoat, 2007). Quando consideramos que o trabalho doméstico profissional tende a ser precarizado, a busca pela equidade de gênero no mercado de trabalho se constrói através de outras desigualdades. É importante que sejam pensadas ações governamentais que tenham o propósito de proporcionar à população negra uma qualificação profissional que garanta uma inserção no mercado de trabalho para disputar cargos bem remunerados, assim como a Lei de Cotas estabelecida em 2012, que determina que todas as universidades públicas devem reservar 50% de suas vagas para as populações negras, indígenas e portadoras de deficiência física.

A divisão das tarefas domésticas é urgente como medida imediata, mas não contemplaria as mulheres que são mães solo e não alteraria o caráter opressor do trabalho em si. Para Angela Davis (2019, p. 226), o trabalho doméstico é realizado de forma

primitiva, e nem mulheres e nem homens “deveriam perder horas preciosas de vida em um trabalho que não é nem estimulante, nem criativo, nem produtivo”. É claro que num contexto em que as mulheres são responsabilizadas por esse serviço, os homens também deveriam ser, mas a filósofa defende a redefinição radical do trabalho doméstico a partir da industrialização e socialização do trabalho doméstico.

Equipes treinadas e bem pagas de trabalhadoras e trabalhadores, indo de casa em casa, operando máquinas de limpeza de alta tecnologia, poderiam ocupar de forma rápida e eficiente o que a dona de casa atual faz de modo tão árduo e primitivo. (DAVIS, 2019, p. 226)

No entanto, assim como a domesticação das mulheres foi importante para o estabelecimento da economia capitalista, a privatização das tarefas domésticas também o é: “A socialização das tarefas domésticas implica amplos subsídios governamentais, a fim de garantir que se torne acessível às famílias de classe trabalhadora” (DAVIS, 2019, p.226), sendo, portanto, uma iniciativa que não geraria lucro. Entendida como necessidade social, colaboraria para que as mães solo pudessem se aliviar de uma das responsabilidades que a sobrecarregam.

Tanto bell hooks quanto Angela Davis refletem sobre as questões ligadas à mulher e que são de extrema importância para a dinâmica das mães solo sob uma perspectiva de cooperação coletiva, com envolvimento de homens e mulheres e que envolve

um trabalho a longo prazo, construído para uma transformação social futura, mas pede urgência para que comece a se estruturar.

A formação de uma visão de mundo alternativa é fundamental para a luta feminista. Isso significa que o mundo que conhecemos de forma mais íntima, o mundo no qual nos sentimos “seguros” (ainda que esse sentimento esteja baseado numa grande ilusão), precisa ser radicalmente transformado.”

O papel do governo também é fundamental: visto que, conforme aponta Hirata (2018), um dos pilares que sustenta a divisão sexual do trabalho de forma desfavorável às mulheres é a falta de representação política, a inversão desse quadro possibilitaria a inclusão de políticas públicas que abrangessem a realidade das mulheres enquanto cidadãs e todas as questões relativas à pluralidade de vivências femininas, e a abrangência das novas configurações de família - como a família monoparental feminina - possibilitando uma sociedade mais igualitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se fala sobre a opressão das mulheres e retomamos o contexto em que isso se iniciou, é importante que seja mencionado que não foi uma condição que as mulheres submeteram facilmente: demoraram mais de dois séculos para que as mulheres estivessem subordinadas à dominação masculina. É o que demonstra Silvia Federici ao relatar o massacre da Idade Média conhecido como Caça as bruxas, onde as mulheres foram

perseguidas e julgadas principalmente pelo domínio que exerciam sobre sua função reprodutiva. Esse foi um dos processos que culminou na soberania dos homens e que criou valores que foram apreendidos de forma a estruturar a sociedade tal qual a conhecemos hoje.

O sociólogo Pierre Bourdieu explica a dominação masculina como uma conseqüente violência simbólica gerada em relação às mulheres: a superioridade dos homens segue a lógica de funcionamento do habitus - uma condição construída socialmente, mas internalizada e justificada como algo natural. A justificativa de que as mulheres são biologicamente mais fracas é utilizada para fomentar a divisão sexual do trabalho, por exemplo, e o papel que a mulher deve desenvolver perante a sociedade. O comportamento estabelecido para as mulheres através do habitus impõe que elas se mantenham sempre numa posição de submissão aos homens por serem consideradas naturalmente inferiores, e os homens precisam ter a sua afetividade rigidamente controlada por serem ensinados que a sensibilidade não é uma característica do gênero masculino. A violência simbólica opera de uma maneira que faz com que as mulheres se entendam dentro do que foi socialmente estabelecido e sofra conseqüências em diferentes âmbitos da vida social ao lidar com atores do gênero masculino em que essa dominação já está estabelecida.

As mulheres têm se articulado arduamente para sobreviver numa dinâmica social que privilegia apenas os homens. Novas

configurações familiares foram estabelecidas, mas são constantemente conflitadas com a lógica da família patriarcal, porque é a lógica que faz a sociedade operar e que é internalizada como natural. A monoparentalidade feminina precisa ser compreendida como um tipo de família e ser legitimada além da lei que legalizou a família monoparental, a partir de uma estrutura social que possibilite outras formas de existência.

Quando a bell hooks fala sobre uma transformação radical, ela inclui os homens no processo, porque também é necessário repensar a masculinidade para que os homens deixem de entender a sua condição de soberania como algo natural.

Talvez seja a percepção de que todos precisam mudar, não apenas aqueles que rotulamos de inimigos e opressores, que até agora têm servido para avaliar a autenticidade de nosso impulso revolucionário. Para que o movimento feminista contra a opressão existente possa progredir, para que possamos transformar nossa realidade atual, esses impulsos revolucionários precisam moldar de forma espontânea e livre nossa teoria e nossa prática. (HOOKS, 2019, p.237).

REFERÊNCIAS

ARPEN-Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais. **Pais ausentes**. Central de informações do registro civil, 2021. Disponível em: <https://transparencia.registrocivil.org.br/painel-registral/pais-ausentes>. Acesso em: 15 fev.2022.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Volume 2. 3ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: Fatos e mitos**. Volume 1. 3ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa - Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

HIRATA, Helena. Gênero, patriarcado, trabalho e classe. **Revista Trabalho Necessário**, v. 16, n. 29, p. 14-27, 13 jun. 2018.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez.2007.

HOOKS, bell. **Teoria feminista - da margem ao centro**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de gênero**. Censo demográfico, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0> . Acesso em: 15 fev. 2022.

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. **Pnad Contínua**. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2015.

CAPÍTULO 8

OS IMPACTOS DA ECONOMIA MAINSTREAM NA ELABORAÇÃO DOS CURRÍCULOS ESCOLARES

Thaynan Santos Silva

INTRODUÇÃO

A questão voltada à elaboração dos currículos escolares ganhou espaço na discussão deste artigo, primeiramente, por toda a bagagem empírica daquela que ontem fora estudante da rede pública municipal; hoje, professora da rede pública municipal. De modo que estas experiências se tornaram inquietações ao longo do processo acadêmico, seja por encontrar aparatos bibliográficos empíricos que levassem a essa práxis, seja por evidenciar quão lacunar é processo de ensino básico. Ao se observar as diretrizes que orientam como os currículos escolares devem ser elaborados, existem questões que acabam deixando a prática insidiosa e carente de perspectivas que vislumbrem, efetivamente, os reais interesses das classes minoritárias, observando os critérios de raça, cor, gênero e produtividade.

Assim, reconhecer e valorizar a cultura escolar deve ser um processo de prática coletiva e democrática que permite reconhecer as especificidades da comunidade que compõe a

escola, construindo de forma coletiva uma educação que atenda aos interesses e necessidades daqueles que veem nas unidades um ambiente para construção de relações sociais. Desse modo, tais inquietações motivam a iniciação deste projeto, tomando como referência o Projeto Político Pedagógico de uma escola municipal de São Paulo e a Estrutura da BNCC, que corresponde ao tópico 2 do documento.

Reconhecer e valorizar a cultura escolar deve ser um processo de prática coletiva e democrática que permite reconhecer as especificidades da comunidade que compõe a escola, construindo de forma coletiva uma educação que atenda aos interesses e necessidades daqueles que veem nas unidades um ambiente para construção de relações sociais. Como os princípios da economia *mainstream* têm sistematizado um currículo escolar que não atinge aos interesses das classes minoritárias, seja por uma questão de raça, classe social ou gênero; tal economia, tradicional e institucionalizada, tem evidenciado um tipo de cultura que, vislumbrada dentro do currículo escolar, demonstra lacunas no que tange os reais interesses sociais minoritários.

Desse modo, objetiva-se: a) identificar no PPP e no tópico 2 da BNCC princípios *mainstream*; b) elencar situações sociais e relacionais que evidenciem os princípios heterodoxos; c) refutar a eficácia da economia *mainstream* nos documentos analisados por meio dos princípios econômicos: 1 - As pessoas enfrentam *tradeoffs*; 2 - O custo de alguma coisa é o que você desiste para obtê-la; 4 -

Pessoas respondem a incentivos. Optou-se pela análise bibliográfica. O artigo é de natureza básica, objetivando fomentar a reflexão, já que os temas aqui abordados poderão contribuir no debate sobre o assunto tanto na academia quanto fora dela. Adotar-se-à abordagem qualitativa, em uma pesquisa descritiva e exploratória.

1 1 O problema de pesquisa

O problema da presente pesquisa se traduz na seguinte pergunta: *Qual o impacto da economia mainstream no currículo escolar dos discentes*. Nos tópicos a seguir, serão expostas de maneira detalhada as concepções dos termos da pergunta de pesquisa adotadas para este estudo.

1 2 Metodologia de pesquisa

Natureza básica que tem por objetivo fomentar a reflexão. Como principal técnica de investigação do problema de pesquisa, optou-se pela análise bibliográfica. O artigo é de natureza básica, já que os temas aqui abordados podem vir a contribuir no debate sobre assunto tanto na academia quanto fora dela. Adota-se abordagem qualitativa, e quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva e exploratória.

2 DA ELABORAÇÃO DO CURRÍCULO ESCOLAR ÀS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Num aprofundamento a respeito do caráter funcional da escola, tratando-se de perspectivas sociológicas, em tese, estaria a escola como elemento fundamental da construção social do indivíduo, sendo ela um dos principais ambientes para a troca de diversas culturas e fomento ao caráter científico. De modo que, todas essas ramificações devem caminhar pelos currículos ocultos de todos os envolvidos: escola e comunidade.

Tomando como pressuposto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que passou a discutir, de forma mais acalorada, quais deveriam ser as premissas básicas de ensino que, conforme consta na lei, propunham atender a “características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.” (BRASIL, 1996, p.2)

Em 14 de dezembro de 2018, deu-se a última reformulação da Base Nacional Comum Curricular, documento que contou, de forma expoente, com a colaboração de muitos educadores, familiares que compunham as esferas escolares e órgãos governamentais. A incorporação dessas orientações deve fazer parte da elaboração do Projeto Político Pedagógico das unidades públicas de ensino, bem como, servir como elemento norteador para as práticas pedagógicas.

Como o próprio nome do Projeto declara: Político, por suas raízes legais e institucionais; Pedagógico, por seu caráter social e científico, é possível perceber as complexidades de sua elaboração, logo que, além dos interesses humanos, imbricados em seu resultado, há também toda a influência econômica, característica do país em que se aplica, determinando quais serão as competências e habilidades a serem desenvolvidas. Dessa forma, todo o tramitar revela-se racional e predizível, tanto na escolha daquilo que deve ser ensinado, bem como nos possíveis resultados (ou perdas) que tal decisão acarretará.

A elaboração do Projeto Político Pedagógico é de cunho legal e obrigatório, no que tange o ensino público; nele, diversas ações que caracterizam as práticas escolares são apresentadas. Do mesmo modo como a sociedade passa por processos constantes de transformações - seja por questões geracionais ou pela forma como as políticas públicas se apresentam - a sociedade também se manifesta deveras volúvel e, trabalhar com hipóteses de ensino estanques é fadar-se ao fracasso.

Levando-se em consideração a forte influência econômica no currículo escolar, partindo do pressuposto de que aquilo que se ensina objetiva transformar os estudantes em pessoas eficazes e produtivas, estaria este mesmo currículo imputando a estes estudantes ditames tão racionais a ponto de desconsiderar todo o caráter subjetivo do processo social de aprendizagem?

Partindo desse questionamento, analisar-se-á o Projeto Político Pedagógico de uma escola pública do município de São Paulo a fim de identificar princípios da cultura *mainstream* em sua composição. Devido à situação limite promovida pela pandemia de COVID-19, o mais recente projeto da escola, que ainda se encontra em processo de elaboração, não será o referencial empírico analisado. O PPP que será analisado teve sua construção entre os anos de 2018 e 2019.

Para a legitimidade das práticas cotidianas no âmbito escolar, a construção do Projeto Político Pedagógico deve ser alimentada em prol de objetivos em comum, numa perspectiva coletiva e democrática que envolva todos os agentes educacionais da escola em discussões coletivas, tendo em vista as mudanças e desafios relacionados à organização curricular.

A palavra expectativa, que consta tanto nos estudos sobre economia, bem como na introdução do PPP analisado, têm grande relevância para ambas as situações: econômicas e escolares. Tanto em um quanto em outro cenário, as mudanças de expectativa afetam a curva de demanda, essa, que está intrinsecamente ligada ao que se consome, seja educação, seja um sorvete. No caso do sorvete, tantos outros elementos como: o preço, a renda e, até mesmo, a preferência dos consumidores são acrescidos ao fator demanda; mas, o que economicamente faz com que a demanda por educação aconteça? Quais são os fatores que influenciam na

preferência dos consumidores? Suas preferências e necessidades têm sido de fato levadas em consideração?

A existência da representatividade é fundamental nas discussões econômicas e educacionais, elaborar o PPP é levar em consideração que antes mesmo de determinar o que se espera de seus envolvidos, sejam pautadas todas as experiências sociais que estes mesmos indivíduos trazem consigo. Deste modo, o que se espera em sua elaboração, bem como se percebe nas teorias econômicas, é o papel das hipóteses.

No material empírico oferecido pela escola, é possível encontrar uma diversidade de ações que visam determinados objetivos, pensados de acordo com determinadas hipóteses. Três tópicos podem ilustrar tal afirmação: *Análise da comunidade escolar; Análise dos bairros de origem dos nossos estudantes; A perspectiva dos estudantes da escola*. Segundo Mankiw, “os economistas adotam hipóteses pelo mesmo motivo: elas podem simplificar o mundo complexo em que vivemos e torná-lo mais fácil de se entender” (p. 23). Se levarmos em consideração a miríade de elementos os quais o pressuposto social a que a escola se propõe deve observar, não seria possível atingir a nenhum objetivo. Quando a escola adota uma hipótese de análise observando, neste caso, três fatores sociais, a possibilidade de ser mais produtiva mediante aquela questão se maximiza.

A discussão aqui proposta, abre um ponto importante para a análise, é factível que aquilo que se propõe no PPP tem como

objetivo orientar as práticas pedagógicas a fim de fomentar estudantes produtivos para a sociedade, viu-se que escolher quais questões serão o foco da discussão, ao invés da busca em resolver todos os problemas, faz parte de uma tomada de decisão racional, o que indica um *tradeoff*, dentro dos princípios econômicos. No entanto, estar amarrado a um currículo escolar que determina o que deve ser estudado, desconsidera e engessa o trabalho plural que um Projeto Político Pedagógico deve exercer.

Segundo Soares, há um grande hiato entre o que as propostas curriculares imputam, em detrimento ao que de fato ocorrem e alimentam as práticas escolares, o autor aponta que o modelo de propostas curriculares “traz implicações tanto no protagonismo dos atores pedagógicos no âmbito da escola como nas condições oportunizadas para o aprofundamento dos estudos destes atores no campo do currículo” (p. 7 - 8).

As propostas curriculares são basilares para a elaboração do PPP que evidencia quais estratégias serão lançadas a fim de fomentar o caráter crítico e social para todos os envolvidos de modo que o currículos escolares devam ser entendidos como “um modo de se trabalhar as relações culturais numa determinada sociedade, de conceber políticas públicas na perspectiva da radicalização da democracia, assim como de construir estratégias pedagógicas nesta perspectiva” (MOREIRA e CANDAU, 2007, p. 20).

Assim, compreende-se que um documento tão poderoso e ramificado quanto o Projeto Político Pedagógico, quando amarrado a expectativas que desconsiderem a realidade da comunidade e da escola, passa a ser um instrumento de desigualdades.

3 A INFLUÊNCIA DA CULTURA ORTODOXA NA FORMAÇÃO ESCOLAR

A educação brasileira é gerida como um dos recursos escassos da sociedade, muito embora você encontre escolas por toda a redondeza - e isso não deveria ser atributo para mérito, mas sim, dever público - é nítido que, " assim como cada membro de uma família não pode ter tudo que deseja" (MANKIW, 2007, p.36), a educação também passa por um processo dicotômico o qual é ofertada em formatos distintos para públicos que, no quesito acesso à educação, são categorizados de formas distintas idem.

A economia ortodoxa está presente nas tomadas de decisões cotidianas, muito embora exponha um modelo de escolhas e expectativas racionais, muito do que se propõe em sua cultura é identificado na formação escolar. Ainda que as discussões a respeito das práticas de ensino e da pluralidade dos formatos de aprendizagem tenham ganhado bastante força nas últimas décadas, as escolas de ensino público têm enfrentado uma miríade de questões práticas que se revelam totalmente engessadas por princípios, como supracitado, racionais e pouco - quase nada -

significativos para um contexto em que o indivíduo, em sua especificidade, deva ser identificado.

Em economia, Mankiw (2007) faz uma curiosa comparação, utilizando-se do aforismo: "nada é de graça"; segundo o autor, o provérbio "expressa uma grande verdade. Para conseguirmos algo que queremos, precisamos renunciar a outra coisa de que gostamos. A tomada de decisões exige escolher um objetivo em detrimento de outro". Muito similar aos caminhos trilhados para a tomada de decisões, em relação à escolha do que se deve ensinar nas escolas públicas, o que aqueles que se encontram no chão da escola acabam vivenciando é um formato de ensino que se distancia, cada vez mais, dos reais interesses de seu público. Como que se o modelo a ser seguido evidencia-se realidades totalmente difusas de seus reais interessados.

Deste modo, a discussão se debruça sobre a análise de um documento fundamental para a elaboração dos currículos escolares: a BNCC. A fim de maximizar a análise, será dada ênfase ao tópico 2 do documento: Estrutura da BNCC. Tal escolha se deu por se tratar de uma parte importante no documento no que tange às competências de aprendizagem esperadas, "estruturada de modo a explicitar as competências que devem ser desenvolvidas ao longo de toda a Educação Básica e em cada etapa da escolaridade, como expressão dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento de todos os estudantes. (BRASIL, 1996, p. 25)

Na apresentação do tópico, são exploradas as competências gerais da educação básica, com o objetivo de orientar os princípios que deverão ser levados em consideração na elaboração dos currículos escolares. O documento orienta diretrizes de aprendizagens baseadas em seis eixos estruturantes, na educação infantil são: Conviver; Brincar; Participar; Explorar; Expressar; Conhecer-se. Os eixos são divididos em campos de experiências e segmentados em objetivos de aprendizagens e experiências que compreendem o que se deve desenvolver em cada ciclo: bebês (0 - 1 a 6m); crianças bem pequenas (1 a 7m - 3 a 11m); crianças pequenas (4 a - 5 a 11m)

O fato de as competências serem ramificadas em cada ciclo, determina que, no ciclo seguinte, as dificuldades não superadas se acumularão a partir do momento em que a criança transitar para outro grupo por faixa etária. Pensar no processo histórico da educação é chegar a conclusão de que os indivíduos trazem consigo condições sociais distintas, o que impacta diretamente na forma como se aprende; questões relacionadas às necessidades básicas e a maneira como estas necessidades são atendidas - ou não - reverberam nas multiplicidades de atores que compõem o ambiente escolar, imputar barreiras para o multiculturalismo é fomentar políticas de desigualdades. Segundo Moreira e Candau (2007), "multiculturalismo em educação envolve, ainda, um posicionamento claro a favor da luta contra a opressão e a discriminação a que certos grupos minoritários têm,

historicamente, sido submetidos por grupos mais poderosos e privilegiados” (p. 7).

Partindo desse pressuposto, nota-se uma intrínseca relação entre este formato de segmentação dos conteúdos por faixa etária com o princípio 1, “em economia, *tradeoff* é um termo que define uma situação de escolha conflitante, isto é, quando uma ação econômica que visa à resolução de determinado problema acarreta, inevitavelmente, outros” (MANKIW, 2007, p. 4)

As demais áreas das competências gerais básicas estão divididas em: Anos Iniciais (1º ao 5º ano) e Anos Finais (6º ao 9º ano), ramificadas em cinco áreas de conhecimento: Linguagens; Matemática; Ciências da Natureza; Ciências Humanas; Ensino Religioso. Muito embora esteja pautado na BNCC que a elaboração e escolha por essa aplicabilidade de conhecimento leve em consideração “ tanto as características do alunado quanto as especificidades e demandas pedagógicas dessas fases da escolarização” (BRASIL, 2018, p. 27), o processo de aprendizagem dos componentes específicos de cada disciplina imputa movimentos verticais e horizontais, que indicam que para o êxito deve-se haver uma progressão e uma interconexão entre as áreas no desenvolvimento dessas competências em cada estudantes.

Se, assim como supracitada, as lacunas predizíveis nos anos iniciais fazem parte de uma escolha governamental, todo esse processo fragmentado seja a consequência daquilo que se abriu mão. Aqui observa-se o princípio econômico 2, “como as pessoas

enfrentam *tradeoffs*, a tomada de decisões exige comparar os custos e benefícios de possibilidades alternativas de ação [...] contudo, o custo de uma ação não é tão claro quanto parece à primeira vista” (MANKIW, 2007, p. 5)

Ainda observando as áreas de conhecimento do ensino fundamental, é curioso pensar a respeito da pluralidade das propostas para o currículo escolar, a partir do momento em que o princípio da educação laica não é respeitado. Atentar-se ao currículo oculto dos indivíduos é, fundamentalmente, valorizar toda a formação cultural que todos que compõem a escola trazem consigo. Do mesmo modo como princípios econômicos influenciam no formato como as competências gerais da educação são formuladas, o cenário político também se manifesta presente. Neste ponto, o princípio 4 faz-se presente, “o incentivo é algo que induz a pessoa a agir, tal como a perspectiva de uma punição ou recompensa”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O princípio da elaboração das competências desenha um cenário onde todos os (as) estudantes partem de um mesmo ponto e que, a partir dali, a aprendizagem pode ser sedimentada sem qualquer interferência, estando as políticas governamentais diretamente relacionadas com a elaboração e com os objetivos que se busca alcançar. Deste modo, em que se baseiam objetivos para uma educação que acaba por segregar e desvalorizar as

pluralidades, bem como as especificidades concernentes aos cidadãos(ãs)? O governo tem papel significativo em como as práticas pedagógicas se darão, na medida em que parte de seu papel seja contribuir para - ou desestabilizar - a economia do país.

Quão mais produtivo e eficiente o cidadão(ã) for , mais produtivo e eficiente o país será, mas o presente artigo pode refutar os princípios da economia ortodoxa (*mainstream*), a partir de evidências desta cultura, tanto na estrutura da BNCC, instrumento fundamental para a elaboração das práticas pedagógicas, que se mostra imbricado em direcionamentos que desconsideram o processo individual de aprendizagens; bem como no Projeto Político Pedagógico de uma escola municipal de São Paulo que, ainda objetivando práticas inclusivas por meio da gestão democrática, acaba por ter seu papel podado pelo moldes dos currículos escolares que burocratizam e emparedam as práticas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**, 2018.

BRASIL. Projeto de Lei N.º 9.394, de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDBEN**. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em 30 jun. 2021.

MANIKIW, N. Gregory. **Introdução à Economia**. Tradução Alan Vidigal Hastings. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria (Orgs.).
Multiculturalismo: Diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas. 2.
ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

SOARES, Josevandro Chagas. O Currículo Escolar e os Atos de
Currículo: Contribuições no Processo de Formação de Identidades.
Espaço do Currículo, v.6, n.1, p.7-19, Janeiro a Abril de 2013.

CAPÍTULO 9

**FEIRAS LIVRES: MERCADO COM EQUILÍBRIO, INTERAÇÃO
E INOVAÇÃO**

Venice Roberto Leopoldo

INTRODUÇÃO

Mais do que espaços em que se desenvolvem relações comerciais e se negociam produtos vindos da produção agrícola, as feiras livres também são locais de encontro de moradores de um bairro ou comunidade, pois sua distribuição espacial permite ao comerciante estar sempre próximo dos fregueses desenvolvendo seu trabalho de forma organizada e criativa. Além disso, devido ao tratamento direto e singular que há entre fregueses e comerciantes, nela ocorre uma interação com a capacidade de criar vínculos e estabelecer relações sociais (Junqueira e Peetz, 2015).

Essa reunião de vendedores e compradores em determinado local e hora é uma atividade econômica relevante tanto para as cidades como para milhares de cidadãos (tanto os que vendem, quanto os compram), pois o que ali ocorrem, não são apenas transações comerciais, mas uma convivência entre pessoas que gera proximidade pela forma como negociam e interagem. Também, essa forma de negociar e interagir é diferente da

que acontece em lugares como os supermercados, hipermercados ou sacolões (que se expandiram na década de 1960 na cidade de São Paulo) fruto de mudanças no processo de urbanização.

Jesus (2020) aponta que o desenvolvimento urbano ocorreu devido ao surto de industrialização no Brasil, em que a organização do modal rodoviário alterou o *modus operandi* da economia brasileira fazendo surgir as primeiras lojas de supermercados adaptadas à nova realidade do comércio urbano. Desse modo, a hegemonia do capital comercial atacadista alicerçada ao incremento das infraestruturas de transporte, de comunicação, de energia, e no crescimento da indústria de bens de consumos duráveis colocaram em decomposição as antigas estruturas do capital.

Sato(2007) explica através da teoria de Milton Santos, que o processo de urbanização nos países subdesenvolvidos se deu através de dois circuitos econômicos que dividiram o espaço urbano: um “circuito superior” que engloba as atividades econômicas voltadas para acumulação de capital – guiados pela economia global com tecnologias de ponta e empregando trabalhadores com nível de escolarização e qualificação mais elevado, e o outro denominado “circuito inferior”, que é orientado ao trabalho intensivo com tecnologia pouco sofisticada e relações de trabalho precárias em termos de proteção social. Tal atividade comercial é dirigida para as camadas médias e populares e visa

garantir a sobrevivência. Também, por ser hegemônico é o “circuito superior” da economia que estabelece as regras para o atuação do “circuito inferior”, o que torna essa relação um tanto exaustiva.

Embora sua importância cultural seja antiga na história mundial, as feiras livres estão inseridas no âmbito do circuito inferior da economia urbana como foi exposto na teoria de Milton Santos.

Considerando todas as informações acima elencadas, pretendo defender por meio do conceito do mercado de economia perfeita, que embora estejam inseridas no circuito inferior da economia as feiras livres são atividades relevantes tanto para a economia quanto para as interações sociais. As informações necessárias para a elaboração do texto foram obtidas por meio de uma pesquisa bibliográfica de trabalhos referentes ao mercado de feira livre sobre o ponto de vista da economia e da sociologia. Na primeira parte irá discorrer acerca do conceito de interação proposto pelo sociólogo, antropólogo e escritor Erving Goffman. Na segunda, irá abordar a respeito do mercado de economia perfeita a partir do ponto de vista dos economistas Gregory Mankiw e Marco Antonio Sandoval de Vasconcellos. E na terceira parte, irá apresentar a inovação que ocorreu no mercado de feira livre durante a pandemia do Novo Coronavírus(COVID-19) com o uso de tecnologias, trazendo como exemplo o caso ocorrido no estado de Minas Gerais, quando

comerciantes tiveram que se reinventar realizando suas atividades por meio de aplicativos, uma vez que a população precisou deixar ir às feiras para cumprir o isolamento social e evitar a propagação do vírus.

2 UM BREVE HISTÓRICO DAS FEIRAS LIVRES NO MUNDO E NO BRASIL. SEU PAPEL NA CONTEMPORANEIDADE

A origem das feiras livres nas grandes cidades, ainda é um assunto um tanto vago. Alguns especialistas declaram que em 500 a.c. essa espécie de mercado já existia no Oriente Médio, outros afirmam que elas surgiram na Idade Média e estavam relacionadas às festividades religiosas, pois durante séculos a religião teve uma ligação importante com o comércio.

A palavra feira deriva da palavra em latim *feria*, que significa “dia santo ou feriado”. Já a palavra *freguês*, usada para os consumidores de feira livre vem do latim *filiou ecclesiae*, e quer dizer “filhos da igreja”. Assim, o início dessa prática de comércio se deu com as pessoas ou fiéis aproveitando as festas religiosas como locais de trocas de mercadorias (Santos, 2022).

Com relação ao Brasil, não há provas de quando houve a primeira feira livre por aqui; todavia, existem registros de documentos escritos por D. João III, em 1548, e D. Afonso, em 1677, ordenando a criação de feiras semanais na colônia para que houvesse trocas entre portugueses e nativos (Alves, 2021).

Segundo informações do Portal da Transparência da Prefeitura da cidade de São Paulo, as feiras livres como conhecemos hoje foram institucionalizadas em 1914 por meio de um ato do Prefeito Washington Luiz P. de Souza, tal iniciativa foi um ato de reconhecimento, pois elas já ocorriam na cidade de maneira informal. A primeira feira livre oficial aconteceu no Largo General Osório a título de experiência e contou com a presença de 26 feirantes. Já a segunda ocorreu no Largo do Arouche, com 116 feirantes, e a terceira foi no Largo Morais de Barros.

Pinheiro & Hall (1979), citado por Sato (2007) descrevem que a feira livre foi uma reivindicação do movimento grevista de 1917, fruto de um protesto para baratear a oferta de determinados tipos de alimentos de primeiras necessidades. Em *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil(1906-1936)*, Oliveira (2009) explica que a luta desse movimento grevista foi um marco na história do operariado da Primeira República na cidade de São Paulo, tendo como pano de fundo o aumento da carestia de vida intensificada pela crise gerada pela Primeira Guerra Mundial.

Atualmente, são realizadas em toda a cidade de São Paulo mais de 922 feiras livres semanais que acontecem de terça-feira a domingo no horário das 07h30 às 13h. Elas se situam em locais com diferentes características econômicas, sociais e culturais, e há uma suposição de que esse mercado de trabalho ofereça renda para aproximadamente quarenta mil pessoas. Existem feiras que abrigam mais de cem unidades produtivas como: bancas de

propriedade do feirante titular, feirantes ambulantes, carregadores, vendedores de pastéis, de lanches e refrigerantes, trocadores de dinheiro para feirantes e etc. Sato (2007).

Desse modo, verifica-se que apesar de todas as mudanças que ocorreram através do tempo, ou seja, com os alimentos sendo vendidos com comodidade e em lugares como supermercados, hipermercados ou sacolões, as feiras livres ainda sobrevivem na paisagem contemporânea de muitas cidades brasileiras.

Bonamichi(2013) afirma que a atividade das feiras livres ainda resiste ao tempo, por serem uma importante forma de troca (de mercadorias e de saberes), e como possibilidade de preservação de um tipo de cultura que é inerente da vida de rua e de sociabilidade urbana, isto é, ela é um fenômeno que vai na contramão do processo de promoção da rua como território da insegurança, da passagem e não da permanência/apropriação, do espaço que “não é de ninguém” contra o lugar que “é de todos nós”.

Em *Não Lugares: Introdução a uma Antropologia da Supermodernidade* Augé apresenta sua reflexão a respeito dos lugares nos quais permanecemos em trânsito, em espera ou apenas de passagem. Sua concepção é de que “se um lugar pode se definir como indentitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar.” (AUGÉ, 2001, p. 73).

Desse modo, vemos no ambiente das feiras livres as qualidades que o autor julga serem necessárias para que um espaço seja definido como lugar, ou seja, a feira é um ambiente em que se desenvolvem identidades, se criam relações e carrega consigo uma história.

3 A INTERAÇÃO NO AMBIENTE DA FEIRA-LIVRE - O CONCEITO SEGUNDO DE ERVING GOFFMAN

Há duas importantes considerações sobre a instituição do mercado de feira livre. A primeira é a de que nele as pessoas podem interagir de maneira livre - por ser um local acessível para o público em geral, independentemente de sua posição social. A segunda consideração, é que além da sua função de abastecer a cidade, ele ainda promove tipos de interações sociais entre aqueles que frequentam aquele espaço, como os encontros e as interações cotidianas que acontecem devido às atividades de compra e venda ou por outras que se dão ali. Ribeiro & Gielke (2016).

Em *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*, Erving Goffman(1985) esclarece, que interação é a influência recíproca dos indivíduos sobre as ações uns dos outros quando em presença física imediata. Goffman aponta que é na interação face a face que os indivíduos se esforçam para que suas atividades se tornem significativas tanto para eles quanto para os outros indivíduos.

Assim, um profissional pode concordar em desempenhar um papel muito modesto na rua, numa loja ou em sua casa, mas na esfera social que abrange o exercício de sua competência profissional preocupar-se-á muito em dar uma demonstração de eficiência. Ao mobilizar seu comportamento para fazer uma demonstração, estará interessado não tanto das diferentes práticas que executa, mas somente da qual deriva sua reputação profissional. (GOFFMAN, 1985, p.39)

Frehse(2008) argumenta que o espaço físico tem um papel transformador na compreensão sociológica da interação entre as pessoas, pois ele é parte integrante dos idiomas que os indivíduos externam quando interagem, visto que as interações ocorrem no espaço. Segundo a autora, além desse idioma fazer par com o corpo que está a ele submetido, ele também tem um grande poder na produção do espaço, pois sua natureza se expressa de forma comunicativa.

Neste sentido, este artigo parte do pressuposto de que para além da questão econômica, as feiras livres também são espaços relevantes para a sociedade, uma vez que por meio delas há um entrosamento entre os vendedores que gritam para oferecer os seus produtos e os fregueses que interagem de maneira calorosa e recíproca, o que transforma esse espaço em um lugar interessante e acolhedor.

Destarte, reconhece-se a importância das feiras livres em vários aspectos da vida social, pois geram aproximação, criam vínculos, e movimentam a economia. Além disso, como destaca

Frehse(2008) acima, nas feiras livres existe um idioma, isto é, uma comunicação diferente daquela que se verifica em lugares como os supermercados, hipermercados ou sacolões. Desse modo, elas não apenas lugares de simples compras, comercialização e vendas de mercadorias, mas são também lugares de interação humana.

Minnaert (2008) discorre sobre a importância das interações nas feiras livres, uma vez que atuam como atração para conhecer a cultura do feirante e do consumidor. A autora afirma, que elas não são apenas lugares próximos de casa mas fazem parte da rua e da vida das pessoas, ou seja, são lugares de comércio e encontro, de participação e vizinhança.

Minnaert (2008) acerca da interação nas feiras livres:

As feiras-livres proporcionam ao imaginário popular um universo de proximidades, de figuras, de encantamento, de repulsa e confusões de fronteiras. Elas oferecem um mergulho em um ambiente de sons estranhos, gestos, imagens, pessoas, animais e coisas. (MINNAERT, 2008, p.130).

4 ECONOMIA PERFEITA - A VISÃO DOS ECONOMISTAS GREGORY MANKIW & MARCO ANTONIO SANDOVAL DE VASCONCELLOS

Existem diferentes estruturas de mercado, e um deles é o da concorrência perfeita. Esse tipo de mercado é definido como um

ambiente competitivo e com um grande número de compradores e vendedores, além disso, ele não é controlado por nenhum de seus integrantes, e por isso nenhum deles consegue influenciar nos preços.

De acordo com informações do site Mais Retorno, a grande diferença entre o mercado de concorrência perfeita e os outros tipos de mercados é que ele se propõe em manter o equilíbrio ao fazer com que uma empresa tenha a mesma quantidade de oferta e de demanda. Desta forma, existe a possibilidade de que a longo prazo uma empresa tenha receitas que correspondam ao seu custo, e isto evita que ela venha ter um lucro extraordinário. Ele também é chamado de concorrência pura, pois o conceito de concorrência perfeita ainda não se observa no mundo real, sendo mais um modelo teórico do que prático; e o setor de hortifrutigranjeiros, costuma ser definido como o exemplo mais próximo desse mercado.

Assim, os economistas Gregory Mankiw(2009) e Marco Antônio Sandoval de Vasconcellos(2009) explicam de maneira distinta esse tipo de mercado.

Para Mankiw(2009) o mercado de concorrência perfeita ou livre mercado é aquele em que os bens adquiridos para a venda são todos iguais e com uma quantidade numerosa de compradores e vendedores, e nenhum deles tem capacidade de influenciar individualmente o preço do mercado. Além disso, por ser um ambiente competitivo, tanto os

compradores quanto vendedores precisam aceitar o preço que o mercado determina, e por isso são chamados de tomadores de preços.

De acordo com o autor, existem mercados que se aplicam perfeitamente nesse conceito, como é o caso do mercado de trigo, em que milhares de agricultores vendem o trigo e milhões de consumidores utilizam o grão e seus derivados. Desse modo, não há um comprador ou um vendedor específico com capacidade de influenciar no preço, pois cada um deles aceita esse último como dado.

Já para Vasconcellos, esse é um tipo de mercado atomizado, com uma quantidade infinita de vendedores e compradores agindo como átomos. E nele, nenhum agente isolado consegue afetar o preço. Segundo o autor, esse é um tipo de mercado homogêneo, em que todos os participantes oferecem produtos semelhantes e os agentes agem racionalmente (o chamado Princípio da Racionalidade ou *Homo Economicus*). Além disso, todos os consumidores e vendedores têm acesso a todo tipo de informação relevante, isto é, eles conhecem os preços, a qualidade, os custos, as receitas e os lucros dos concorrentes.

Outro fator destacado pelo autor, é que esse mercado desconsidera a localização espacial de vendedores, desta maneira, não existem externalidades, isto é, nenhuma firma influi no custo das demais, e nenhum consumidor pode afetar o consumo dos outros. Além do mais, esse modelo trabalha por meio de técnicas

matemáticas de diferenciação e derivação, e as curvas de custos de produção são idênticas para todas as firmas do mercado de bens e de serviços.

Assim sendo, a feira livre é um exemplo ideal desse tipo de mercado, dado que ela gera essa situação que em microeconomia é chamada de concorrência perfeita, pela grande quantidade tanto de vendedores quanto de compradores que possui. Tal circunstância favorece o equilíbrio natural dos preços, dado a relação que há entre a oferta e demanda.

5 A INOVAÇÃO DAS FEIRAS LIVRES DURANTE A PANDEMIA DA COVID - 19. MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO - DOIS CASOS DISTINTOS

A feira livre é uma atividade relevante para a sociedade, pois ela permite interação social, movimenta a economia, e gera emprego e renda tanto para os trabalhadores das cidades quanto para a população do campo. Ela também é considerável para a vida dos grandes produtores e a dos agricultores familiares, já que esses últimos têm como principal característica produzir alimentos em pequena proporção. Além disso, é na feira livre que a agricultura familiar soluciona os seus problemas, pois por meio dela é possível vender alimentos de qualidade, por um preço justo e diretamente ao consumidor.

Silva & Borges (2020) apontam que as feiras livres, as cestas a domicílio, as vendas na propriedade , às vendas à beira de

estradas, a Comunidade que Apoia a Agricultura (CSA), os mercados institucionais (Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)), as lojas especializadas, entre outros, fazem parte dos chamados Circuitos Curtos de Comercialização (CCC) tratados por alguns especialistas como uma espécie de comercialização local, em que os modos de troca e de comercialização das mercadorias tem como base o comércio justo e solidário tanto para os produtores quanto para os consumidores.

De acordo com os autores, esses tipos de mercados incomuns promovem uma aproximação entre os consumidores e aqueles que produzem, pois ele revigora e dá força às culturas alimentares regionais.

Segundo informações da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-Embrapa, os dados do Censo Agropecuário 2017-2018, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelaram que 76,8 % dos 5,073 milhões de estabelecimentos rurais no Brasil foram caracterizados como pertencentes à agricultura familiar, conforme estabelecido pelo Decreto 9.064, de 31 de maio de 2017. Também, sua participação tem sido importante para a maior parte dos produtos hortícolas e na de algumas espécies de frutas, como é o caso do morango que teve uma produção de 81,2%, e na da uva para vinho e suco 79,3%.

Desse modo, essa atividade econômica que atua de forma tão singular passou por um processo de inovação durante a pandemia da Covid-19.

Desde março de 2020, o Brasil vem sofrendo com a pandemia do novo coronavírus (COVID-19), que já fez milhões de vítimas em todo o mundo. Quando ocorreu a primeira morte na cidade de São Paulo, o governo federal ignorou a compra de imunizantes necessários para a produção de vacinas e controle da pandemia. Em março de 2021, um ano após o primeiro caso ser identificado, o sistema público e privado de saúde quase colapsou pela disseminação de novas variantes de maior transmissibilidade e pela falta de medidas de controle baseadas em ações não farmacológicas (uso de máscaras, álcool em gel, distanciamento e isolamento social) e tudo isso tem causado milhares de mortes.

Em meio a todo esse cenário, diversos setores da economia foram impactados vendo a redução de seus lucros, e o mercado das feiras livres foi um deles, dado que muitos fregueses deixaram de ir às feiras por conta do isolamento social orientado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para evitar a propagação do vírus. Em algumas regiões, as feiras livres chegaram até mesmo a ser suspensas. Logo, vários produtores precisaram se reinventar para garantir suas rendas.

Diante disso, um novo tipo de socialização aconteceu nesse mercado, e em vários estados brasileiros comerciantes passaram a oferecer os seus produtos por meio das vendas online.

Um exemplo claro, foi o que ocorreu no estado de Minas Gerais em março de 2020, em que agricultores familiares conseguiram se manter e até aumentar o seu lucro com o uso da tecnologia, visto que também foram afetados por conta do isolamento social, da suspensão das feiras livres e pelo fato de muitos deles terem deixado de receber os recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar(PNAE) que foram reduzidos ou inviabilizados pela suspensão das aulas naquele estado.

De acordo com informações do jornal agricultura.mig.gov.br, os produtores da cidade de São Gonçalo do Rio Abaixo (cidade da região central de Minas Gerais) passaram a vender os seus produtos por meio de aplicativos como o WhatsApp para a região de Belo Horizonte e região Metropolitana. Assim, com a ajuda da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais(Emater-MG) os agricultores familiares foram auxiliados para se adaptarem as ferramentas existentes ao comércio online de seus produtos.

Sendo assim, durante a pandemia a empresa tem identificado 35 experiências de sucesso naquele estado por meio de pesquisas envolvendo 1.501 famílias desses agricultores. A partir delas, a empresa observou um crescimento na venda desses

produtores com a aquisição de 10,6 mil clientes com essas novas ferramentas tecnológicas.

Apesar da pesquisa ter observado dificuldades como o transporte das mercadorias e a falta de capacitação em vendas, ali verificou-se um grande potencial de escoamento de produção com o uso de blogs, redes sociais e aplicativos de venda virtual.

Assim, essa experiência mostrou uma tendência para que esse mercado cresça e se consolide, pois muitos desses agricultores afirmaram obter um lucro muito maior do que tinham antes. Por conta disso, vários deles já estão migrando para o meio virtual por meio das entregas que fazem nas casas dos fregueses com produtos frescos.

Em *A Importância da Interação Social nas Feiras e nos Mercados Públicos*, Ribeiro e Gielke (2016) argumentam que a tecnologia tem avançado de maneira crescente, o que possibilitou uma comunicação maior entre as pessoas através de diversos meios, ou seja, ela adquiriu uma nova aparência por meio da internet de maneira virtual. Ademais, as compras feitas com a ajuda de aplicativos têm um diferencial, pois nela o consumidor não precisa ter contato direto com o vendedor, não existem filas para pagar, é possível equiparar os preços e comprar no horário programado.

Apesar do quadro descrito acima, é importante ressaltar, que não foram em todas as regiões que esse mercado de feira livre online teve êxito no Brasil, como foi o caso de Vitória - capital do

estado do Espírito Santo também localizada na região sudeste do País, que no dia 20 de março de 2020 teve suas feiras livres suspensas para garantir a prevenção da saúde de seus habitantes.

Vale dizer que o motivo pelo qual as feiras livres foram interrompidas naquele local, foi o não cumprimento das normas estabelecidas para o funcionamento da atividade publicadas na edição de 2 de abril do Diário Oficial, e por um número considerável de parcela de feirantes e da população estarem descumprindo determinações, isto é, as pessoas continuavam frequentando as feiras com vários membros da mesma família, sem máscaras, se aglomerando, e sem obedecer outras regras sanitárias que haviam sido acordadas com os feirantes. Naquele momento em que os hospitais de algumas cidades do Brasil estavam lotados, e o número de mortos já passava de 2 mil, Vitória também era uma das cidades que causava preocupação.

Todavia, a tentativa de comprar frutas, hortaliças e verduras frescas com entregas em casa não tiveram êxito naquela capital, dado os apelos tanto de comerciantes quanto da população para que as feiras voltassem. Assim, a Prefeitura de Vitória divulgou no site do município uma lista contendo os telefones de comerciantes que atuavam regularmente na capital. Dessa forma, em 2 de abril às feiras livres presenciais voltaram a acontecer mas com normas as serem cumpridas, quer dizer, a condição para que as feiras livres presenciais voltassem, esteve condicionada ao cumprimento de

todas as medidas restritivas para garantir a segurança da população.

Diante dos casos acima descritos, podemos afirmar que embora o mercado de feiras online ter sido importante tanto para proteger a saúde da população quanto para garantir a renda dos agricultores e trabalhadores, não foi em todos os lugares que esse novo mercado obteve sucesso como ficou evidente no caso de Vitória, em que o clamor da sociedade fez com que novas medidas fossem tomadas, e por isso as feiras livres presenciais puderam retornar.

Segundo informações do site Vida Simples, dados têm mostrado que além de prosseguir, as feiras livres também se diversificaram devido ao grande leque de escolhas que se abriu para quem compra. Ele aponta para um dos movimentos atuais de grande força que é o aumento da quantidade de pequenos fazendeiros que vendem direto ao consumidor. Um desses modelos vêm ocorrendo em Nova York, Estados Unidos, que em 2012 contabilizou um recorde no número de agricultores, ou seja, a quantidade mais do que dobrou saltando de 235 em 2000 para 521 agricultores em 2012. Os dados indicam que no início do século 21, esse tipo de negócio feito sem intermediários ganhou impulso na maior cidade do país, já que em 2012 eram mais de 7.864 os que participavam, ou seja, 60% a mais do que na década anterior.

Além disso, especialistas consideram que o aumento desse mercado, chamado de *farmer's market*, tem-se dado pela busca dos nova-iorquinos em ter um contato maior com o alimento por intermédio de uma nova conexão com o produto, isto é, que lhes ofereça uma ligação mais direta com a natureza.

A experiência americana revelou, que num momento em que a tecnologia mudou de modo brusco a nossa forma de se comprar (por meio de aplicativos) a aquisição de um alimento direto do produtor tornou-se tendência no cenário culinário não só em Nova York, mas também em outras grandes cidades do mundo, como Paris e São Paulo. Assim, a pesquisa demonstrou que em plena ascensão tecnológica, a feira continua, sim, atual.

Por conseguinte, pesquisas da consultoria *J. Walter Thompson Intelligence* divulgaram que em vez de comprar legumes e hortaliças nas grandes cadeias de supermercados, o consumidor tem cada vez mais resgatado o papel dos mercados de agricultores lotando as feiras livres. O estudo indicou que a sensação de comprar do dono, a busca por produtos locais e o senso de comunidade, passaram a ser mais determinantes ao consumidor na hora de escolher um alimento.

Sendo assim, pode-se constatar que em plena ascensão tecnológica a feira livre continua atual, pois é uma tradição urbana que representa de maneira vívida como convivemos e utilizamos o espaço público por meio de um ambiente cheio de sons,

movimentos e muita cor - algo que está em falta nas relações das grandes cidades.

Em seu artigo *Fazer a feira e ser feirante :a construção cotidiana do trabalho em mercados de rua no contexto urbano* Vedana (2013) defende que, além de ser considerável para todos os interlocutores, o trabalho do feirante tem a capacidade expressiva de promover a interação com o outro e para o jogo social, pois por meio dele se estabelecem os vínculos entre os fregueses e os feirantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar o mercado de economia perfeita utilizando o setor de feira livre. O que se propôs aqui defender, é que mais do que lugares onde se praticam relações comerciais, as feiras livres também são locais de interação humana, pois além de movimentar a economia e gerar empregos, elas ainda criam e estabelecem relações sociais.

Neste sentido, torna-se relevante pensar nas feiras como lugares em que se afirmam e desenvolvem a construção identitária e cultural, tanto a do próprio indivíduo quanto a da sociedade. Além disso, com relação à sociedade esse setor não beneficia apenas a economia ao gerar emprego e renda e oferecer alimentos mais baratos que outros segmentos do mercado ,mas também agrega em áreas como a da saúde, não apenas a física - com alimentos naturais e saudáveis e incentivando a caminhada ,

mas juntamente a saúde mental por meio da sociabilidade que ali se desenvolve, pois ela reforça os laços e o senso de comunidade entre os que estão no entorno.

De acordo com informações do site Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social - FUSAN, especialistas em saúde informaram que um dos efeitos prolongados da pandemia de coronavírus pode ser uma crise de saúde mental, e em muitos casos o estresse e ansiedade exigem terapia e medicamentos, todavia, os alimentos que consumimos podem contribuir para que tenhamos uma boa qualidade de vida.

Uma pesquisa da Associação Americana de Psiquiatria divulgada em março de 2020, constatou que 36% dos americanos achavam que a existência da pandemia de Covid-19 estava tendo um impacto forte sobre sua saúde mental, dado que estavam mais preocupados com suas finanças, com o risco deles próprios ou um membro de sua família contrair o vírus, e a possibilidade de adoecer gravemente ou morrer. Toda essa incerteza em torno da pandemia elevou a frequência de estresse e ansiedade, o que elevou a demanda por receitas médicas de antidepressivos, ansiolíticos e soníferos (e, em alguns casos, à escassez desses medicamentos no mercado). Em entrevista ao site, a psiquiatra nutricional Uma Naidoo afirmou que aquilo que comemos pode afetar nossa saúde mental, ou seja, alimentos específicos podem exercer um efeito tanto positivo quanto negativo em nossa saúde. A especialista explicou que há três categorias de alimentos que

todos deveríamos consumir mais para ajudar a reduzir o estresse e ansiedade :os prebióticos - componentes não digeríveis encontrados naturalmente no intestino e promovem o crescimento das bactérias benéficas, os probióticos, isto é, as bactérias positivas vivas que habitam o intestino, além das frutas e verduras que contêm probióticos, vitaminas, minerais e antioxidantes valiosos como por exemplo o magnésio - encontrado no abacate, em nozes e castanhas e no salmão - e a vitamina C, presente no brócolis, laranjas e couve, e que ajudam a reduzir a ansiedade.

Outro ponto a destacar é o papel da feira na agricultura familiar como foi citado acima, que teve participação importante para a maior parte dos produtos hortícolas e na de algumas espécies de frutas, e por vender alimentos de qualidade, por um preço justo, diretamente ao consumidor.

Para mais, a feira é uma tradição urbana que retrata de forma veemente como utilizamos aquele lugar carregado de sons, movimentos e muita cor - o que tem faltado nas relações das grandes cidades.

Os estudos apresentados a partir das pesquisas bibliográficas revelaram que a nova maneira desse mercado ser realizado por meio da tecnologia (relevantes no momento pandêmico que vivemos e para a economia) não foi capaz de acabar com as feiras livres, dado que nessa nova modalidade não há a possibilidade de ter interação física, uma convivência que a

população demonstrou ser algo importante em suas vidas durante a pandemia, como foi retratado no caso da cidade de Vitória, que pediu o retorno da feira naquela região. Porém, em algumas regiões, os serviços de feiras por meio de aplicativos tiveram sucesso, mas ainda é cedo afirmar que tal modalidade persista após a pandemia.

Para mais, a feira livre é uma tradição urbana que retrata de forma veemente como utilizamos aquele lugar carregado de sons, movimentos e muita cor - o que tem faltado nas relações das grandes cidades.

Assim sendo, espera-se que sejam estimulados estudos acadêmicos que reforcem sua notoriedade nos vários âmbitos da vida social, dando a esse mercado a devida atenção, pois seus benefícios têm sido reconhecidos pelo mundo em diversos aspectos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Jhonatan. ACADEMIA **ASSAÍ BONS NEGÓCIOS**. Disponível em :< <https://www.academiaassai.com.br/noticia/negocios/07-curiosidades-sobre-feiras-livres>> Acesso em: 25 jan.2022.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Tradução Maria Lúcia Pereira. - Campinas, 1994, 2ª edição, 2001 - Coleção Travessia do Século).

BONAMICHI, Nayana Corrêa. **FEIRAS LIVRES - Um breve estudo sobre tradição urbana, sociabilidade e resistência na cidade do Rio de Janeiro**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Política e Planejamento Urbano e Regional) Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

BRASIL. HuffPost. Quais são os alimentos que beneficiam a saúde mental? Disponível em: <[https://www.fundacaosanepar.com.br /quais-sao-os-ali](https://www.fundacaosanepar.com.br/quais-sao-os-ali)> Acesso em : 17 fev. 2022.

CAMILO, José. Vitor. **Feirantes se reinventam na pandemia com o comércio on-line** Disponível em: <<http://www.agricultura.mg.gov.br> > Notícias Acesso em : 31 jul. 2021.

Equipe Mais Retorno. **Concorrência Perfeita**. Disponível em : <<https://maisretorno.com> > Acesso em: 01 fev. 2022.

FREHSE, Fraya. Erving **Goffman, sociólogo do espaço**. Revista Brasileira de Ciências Sociais [online]. 2008, v. 23, n. 68 [Acessado 17 Fevereiro 2022], pp. 155-166. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69092008000300014>> Acesso em : 17 fev. 2022. Epub 02 Mar 2009. ISSN 1806-9053. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092008000300014>.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**: Petrópolis, Vozes, p.11- 75, 1985.

JESUS, Fernando Soares de. **A Inserção do Setor de Autosserviço de Alimentos na Formação e Dinâmica da Fachada Atlântica de Santa Catarina**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

JUNQUEIRA, Antonio Hélio; PEETZ, Marcia da Silva. **100 anos de feiras livres na cidade de São Paulo**; tradução Traduzca.com; fotografias Maycon Lima; Jailton Leal. São Paulo: Via Imprensa Edições de Arte, 2015.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à Economia**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

MINNAERT, Ana Cláudia S. Teles. **A feira livre sob um olhar etnográfico - Escritas e narrativas**. Disponível em: <<http://books.scielo.org/freitas-9788523209148-08>> Acesso em: 26 jan. 2022.

MONTEIRO, Marcus. **Coronavírus**: feiras livres suspensas novamente por descumprimento de regras. Disponível em: <<https://m.vitoria.es.gov.br/noticia>> Acesso em 08 fev. 2022.

NETO, Rosa.; SILVA, Francisco de Assis Correa.; ARAÚJO, Leonardo Ventura de. Qual é a participação da agricultura familiar na produção de alimentos no Brasil e em Rondônia? Artigo publicado em 08 set.2020 no site da **Embrapa**. Seção: Agricultura familiar. Disponível em: < <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/55609579/artigo---qual-e-a-participacao-da-agricultura-familiar-na-producao-de-alimentos-no-brasil-e-em-rondonia>> Acesso em: 10 fev. 2022.

OLIVEIRA. Tiago. Bernardon de. **Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)** .2009 Tese(Doutorado) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

RIBEIRO, L.A.R.; 2 GIELFE, S.E..A importância da interação social nas feiras e nos mercados públicos. **ANAIS 2016**. Disponível em:<<http://www.cic.fio.edu.br/anais2016>> Acesso em: 31 jan. 2022.

SANTOS. Julio Cesar de Sousa. **Feiras livres: suas origens e relações de consumo**. Disponível em:<<https://meuartigo.brasil.escola.uol.com.br/administracao/feiras-livres-suas-origens-relacoes-consumo.htm>> Acesso em: 25 jan. 2022.

SATO, Leny. Processos cotidianos de organização do trabalho na feira livre. **Psicologia & Sociedade** [online]. 2007, v. 19, n. spe

[Acessado 31 Julho 2021], pp. 95-102. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000400013>> Acesso em: 31 jul. 2021. Epub 20 Set 2007. ISSN 1807-0310. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000400013>.

TRANSPARÊNCIA. **Prefeitura.sp.gov.br** Disponível em: Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão (e-SIC) - Portal da Transparência.>. Acesso em 31 jul. 2021.

TONON, Rafael. **Vai ter feira.** Disponível em :<<https://vidasimples.co › conviver › vai ter feira>>. Acesso em : 09 de fev. 2022.

VEDANA, Viviane Fazer a feira e ser feirante: a construção cotidiana do trabalho em mercados de rua no contexto urbano. **Horizontes Antropológicos** [online]. 2013, v. 19, n. 39 p. 41-68. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-71832013000100003>> Acesso em 31 jul.2021. Epub 16 jul. 2013. ISSN 1806-9983. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832013000100003>. Acesso em 31 jul.2021.

VITURINO da Silva, Danielle.; RODRIGUES Placeres Borges Janice. As feiras-livres da agricultura familiar em Arapiraca, Alagoas, Brasil. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 40, n. 1, p. 84-101, 3 dez. 2020.

SOBRE OS ORGANIZADORES

RITA DE CÁSSIA MARQUES LIMA DE CASTRO

<https://orcid.org/0000-0002-0137-6005>

Graduada em Comunicação Social - Jornalismo (Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero) e em Administração e Ciências Contábeis (ambos os cursos pelo Centro Universitário SENAC SP), com especialização e mestrado em Administração (FGV-EAESP), doutorado em Ciências (PROLAM-USP), pós-doutorado (FEA-USP). Professora no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina - Prolam / USP. Foi professora na FEA-USP pelo Programa de Atração e Retenção de Talentos (PART) - vigência 2020-2021. Atua como pesquisadora no CORS e no NESPI, ambos lotados na FEA-USP; no Grupo de Pesquisa Psicologia, Sociedade e Educação na América Latina (Instituto de Psicologia-USP), no grupo de pesquisa CRIARCOM-C - Criatividade, Inovação, Comunicação e Marketing com ênfase nas Cidades (ECA-USP) e do Centro Latinoamericano de Estudios en Epistemología Pedagógica (CESPE), onde atua como Presidente adjunta para o Brasil e como Chefe de Relações Internacionais. Contatos: ritalimadecastro@usp.br; ritalimadecastro@gmail.com

MARIA CRISTINA CACCIAMALI

<https://orcid.org/0000-0002-9020-9961>

Doutora em Economia pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da Universidade de São Paulo (USP), pós-graduada pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT / EUA), Universidade do Novo México (UNM / EUA), Universidade do Porto (UP / Portugal), Instituto Politécnico Nacional (IPN / México) e Instituto des Hautes Étude de l'Amérique Latine (IHEAL / França). Professora Titular da FEA/USP e orientadora permanente no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM/USP) e líder do Grupo de Estudos Internacionais e Políticas Comparadas (Nespi-USP / CNPq). Contato: cciamali@uol.com.br

JÚLIO CÉSAR SUZUKI

<https://orcid.org/0000-0001-7499-3242>

Graduado em Geografia (UFMT), em Letras (UFPR) e em Química (IFSP), com mestrado e doutorado em Geografia Humana (USP) e Livre-Docência em Fundamentos Econômicos, Sociais e Políticos da Geografia. Professor Doutor junto ao Departamento de Geografia da FFLCH/USP e ao Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Integração da América Latina (PROLAM) da Universidade de São Paulo (USP). Contato: jcsuzuki@usp.br

SOBRE OS AUTORES

AUGUSTO PETRY MARTINS PEREIRA

Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC/SP. Especialista em Direito Penal e Criminologia pelo Instituto de Criminologia e Política Criminal (ICPC). Graduando em Ciências Sociais pela FFLCH-USP. Integrante do grupo de pesquisa "A Crítica do Direito e a Subjetividade Jurídica", (Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito da Universidade de São Paulo), coordenado pelo Prof. Dr. Alysson Leandro Mascaro. Inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de São Paulo. Contato: apetry@usp.br

BEATRIZ DE OLIVEIRA CONTRERA TORO

Nasceu em São Paulo no ano 2000, filha de piracicabana e paulistano. Graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP), tendo maior interesse em Antropologia Cultural. Integra o Centro Universitário de Pesquisa e Estudos Sociais (CeUPES) desde seu ano de ingresso. Em 2014, publicou seu primeiro livro de fantasia, "Dimensões Mágicas", pela Editora-Laboratório da USP, a ComArte, sob o pseudônimo Beatrice Ivelynn; escreve ficção até hoje. Contato: beatriz.toro@usp.br

CAMILA MONTEIRO CORVISIER

Graduação em andamento em Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Fui bolsista FAPESP de Iniciação Científica de Julho de 2021 a Junho de 2022, na área de Antropologia Social, pesquisando o incêndio do Museu Nacional do Rio de Janeiro com o projeto "O Museu Nacional em redes: associações em movimento e a desestabilização pós-incêndio", orientado pelo professor Pedro Cesarino. Atualmente, sou bolsista FAPESP no Centro de Estudos da Metrópole (CEM/CEPID/FAPESP), pesquisando o instrumento de política pública "Cota de Solidariedade", com o projeto "A política e as políticas da Cota de Solidariedade em São Paulo", orientado pelo professor Eduardo Marques, com estágio de pesquisa de três meses na modalidade BEPE na École Urbaine da Sciences Po, sob supervisão do professor Tommaso Vitale. Tenho interesse em políticas públicas, políticas do urbano e estudos urbanos. Contato: camilacorvisier@usp.br

ELISA BOSSO FERNANDES

Graduanda em bacharelado e licenciatura em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Possui interesse na área de Sociologia do Trabalho, com enfoque no trabalho doméstico remunerado. Atualmente está realizando uma iniciação científica intitulada "O

Trabalho Doméstico Remunerado: uma revisão crítica da bibliografia da década de 1980 até 2020". Contato: elisa.fer0206@usp.br

EMILLY COSTA CORDEIRO

Market Intelligence | GfK Brasil | Graduada em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). emillycordeiro@usp.br

GABRIELA LAGE SILVÉRIO

Graduanda em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Integrante e cofundadora do Coletivo de Mulheres Negras Sueli Carneiro. Contato: gabriela.silverio17@usp.br

GIULIA SIMONETTI RAGUSA

Graduanda em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Contato: giuliasragusa@usp.br

GUILHERME OLÍMPIO FAGUNDES

Graduando em Ciências Sociais (bacharelado e licenciatura) pela Universidade de São Paulo (USP). É pesquisador de iniciação científica sobre causas e consequências sociais de tecnologias de Inteligência Artificial pelo Núcleo de Mercados Digitais de Trabalho, associado ao Center for Artificial Intelligence (C4AI/USP). É membro

do grupo Mobilidades: Teoria, Temas e Métodos (MTTM), com pesquisas em andamento sobre o fenômeno das cidades inteligentes (smart cities). Também coordena o periódico de graduação em Ciências Sociais da USP, Primeiros Estudos (1E). Tem interesse principal nos temas: Sociologia do desenvolvimento; Sociologia do conhecimento; Metodologia e Epistemologia. Contato: guilherme.olimpio@usp.br

HANNAH LOURDES RAMOS

Estudante no curso de Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Possui interesse na área de Teoria e Filosofia Política, em especial sua fase Moderna. Durante o ano de 2020, realizou uma Iniciação Científica subsidiada pela Faculdade sobre o governo misto e o papel de Roma no pensamento de Nicolau Maquiavel. Contato: erulissae@usp.br

INGRID SILVA SJOBOM

É goiana nascida e criada. Mudou-se para São Paulo para estudar Ciências Sociais na Universidade de São Paulo (USP). Já atuou como voluntária em alguns projetos como o Cursinho Alternativo Comunitário e a Revista Primeiros Estudos. Hoje é bolsista no Programa de Educação Tutoriada (PET). A antropologia acabou por conquistar seu coração, tendo interesse especial nos estudos de formas expressivas, performance, memória e narrativa. Sonha em atuar como jornalista e pesquisadora. Contato: ingrid.ssix@usp.br

JOÃO PEDRO GOMES BALANCO

Graduando no curso bacharelado e licenciatura de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo. Possui interesse na área de Pensamento Político e Teoria Política, com enfoque em pensamento político na Primeira República brasileira. Finalizou no ano de 2022 a Iniciação Científica intitulada "Pensamento político positivista e o discurso antivacínista", financiada pelo sistema de bolsas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/USP). Em continuidade está realizando a Iniciação Científica "O discurso antivacínista e a Revolta da Vacina: a retórica positivista e a oposição nos jornais cariocas" sob a orientação do professor Bernardo Ricupero e financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Contato: jpbalanco@usp.br

JOSÉ LUCAS MIRANDA D'AVILA E COSTA

Estudante do curso de Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Contato: joselucas1998@usp.br

JULIANA DA SILVA FERREIRA

Estudante do curso de Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Contato: juliana.dasilva@usp.br

LUANA ORTIZ SILVA

Graduanda em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Idealizadora e integrante do Coletivo de Mulheres Negras Sueli Carneiro (FFLCH-USP). Estagiária na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura da Cidade de São Paulo. Contato: luaortiz5@usp.br

MARIANA FIGUEIREDO SILVEIRA

Graduanda em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Especialização em andamento em Estratégias de Negócios para um Mundo Melhor, na Wharton School online (University of Pennsylvania). Bacharel em Direito pelas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU). Contato: mf.silveira@usp.br

SOPHIA NUNES

Graduanda em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Integrante do Coletivo Feminista Lélia Gonzalez de estudantes do curso de Ciências Sociais e membra do Teatro da FFLCH. Contato: sophia.hmnunes@usp.br

THAYNAN SANTOS SILVA

Bacharelada em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; graduada em Gestão Escolar pela (ESALQ / USP) Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (2020). Graduada em Pedagogia pela Universidade Cruzeiro do Sul (2016). Especialista em Psicopedagogia pela mesma universidade (2015). Licenciada em Letras (Inglês) pela Universidade de Guarulhos (2011). Foi membro do Grupo de Estudos e Pesquisas: Infância, Cultura, História - GEPICH - pela Universidade Federal de São Paulo. Atualmente trabalha como professora na rede municipal de São Paulo. silva.thaynan@usp.br orcid: 0000-0001-8161-3594

VENICE ROBERTO LEOPOLDO

Graduanda em Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas- Universidade de São Paulo(USP). Graduada em Comunicação Social - Jornalismo (Universidade Anhembi Morumbi).Contato:vенеza@usp.br

VICTÓRIA VEDOVATO

Graduada em Ciências Sociais e mestranda em Antropologia Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Bolsista FAPESP desde dezembro de 2021 no projeto Afetividades negras: relações afetivo-sexuais no Coletivo de Mulheres Negras Sueli Carneiro pelo Departamento de Antropologia. Contato: v.vedovato@usp.br

Apêndice - Classificação JEL

CRÍTICA AOS PRINCÍPIOS ECONÔMICOS A PARTIR DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E JURÍDICAS

AUGUSTO PETRY MARTINS PEREIRA

Palavras-chave: Crítica interdisciplinar. Princípios Econômicos. Sociologia. Ciência Política. Direito. Micro e Macroeconomia. Agência e Estrutura. Marxismo.

Classificação JEL:

A12: Relation of Economics to Other Disciplines

B21: Microeconomics. B22: Macroeconomics

B24: Socialist, Marxist

K1: Basic Areas of Law. K10: Property Law. K12: Contract Law

F6: Economic Impacts of Globalization. F64: Environment. F66: Labor

A VIDA LIMITA A ARTE: FINANCIAMENTO E OUTRAS DIFICULDADES DE SER ARTISTA NO BRASIL

BEATRIZ DE OLIVEIRA CONTRERA TORO

INGRID SILVA SJOBOM

Palavras-chave: Arte e economia. Financiamento. Políticas Públicas. Dificuldades e desafios.

Classificação JEL:

P19 Capitalist Systems

Z11 Economics of the Arts and Literature

Z18 Public Policy

A12 Relation of Economics to Other Disciplines

J81 Working Conditions

D73 Bureaucracy • Administrative Processes in Public Organizations • Corruption

A13 Relation of Economics to Social Values

**ONDE ESTÁ A IMAGINAÇÃO SOCIOLÓGICA PARA PENSAR A
DESINDUSTRIALIZAÇÃO?**

CAMILA MONTEIRO CORVISIER
ELISA BOSSO FERNANDES
GUILHERME OLÍMPIO FAGUNDES
HANNAH LOURDES RAMOS
JOÃO PEDRO GOMES BALANCO

Palavras-chave: Imaginação sociológica. Desindustrialização. Setor industrial. Trabalhadores. Metodologia em ciências sociais.

Classificação JEL:

A14 - Sociology of Economics. B4 Economic Methodology
B40 General. L16 Industrial Organization and
Macroeconomics: Industrial Structure and Structural Change •
Industrial Price Indices

**RAÇA, GÊNERO E PANDEMIA: COMO AS MULHERES NEGRAS
TRABALHADORAS DOMÉSTICAS FORAM AFETADAS
DURANTE O PERÍODO PANDÊMICO BRASILEIRO**

GABRIELA LAGE SILVÉRIO
GIULIA SIMONETTI RAGUSA
LUANA ORTIZ SILVA
MARIANA FIGUEIREDO SILVEIRA
SOPHIA NUNES
VICTÓRIA VEDOVATO

Palavras-chave: Trabalho doméstico. Pandemia. Mulheres negras. Desigualdade.

**Classificação JEL: D63 Equity, Justice, Inequality, and Other
Normative Criteria and Measurement**

J15 Economics of Minorities, Races, Indigenous Peoples, and
Immigrants • Non-labor Discrimination

**EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO HUMANO:
UMA ANÁLISE DE CORRELAÇÃO**

EMILLY COSTA CORDEIRO

Palavras-chave: Desenvolvimento humano.
Empreendedorismo. Inovação.

Classificação JEL:

L26 Entrepreneurship

O15 Human Resources • Human Development • Income
Distribution • Migration

**LIBERTOS, MAS NÃO LIVRES. CAUSAS E IMPACTOS DOS
BAIXOS ÍNDICES SOCIAIS E ECONÔMICOS NA POPULAÇÃO
AFRO-BRASILEIRA**

JOSÉ LUCAS MIRANDA D'AVILA E COSTA

Palavras-chave: Racismo. Desigualdade social. Informalidade.
Desvantagens. Reivindicações. Insurgência . Dívida social.

Classificação JEL:

**D63 Equity, Justice, Inequality, and Other Normative Criteria
and Measurement**

**J15 Economics of Minorities, Races, Indigenous Peoples, and
Immigrants • Non-labor Discrimination**

I28 Government Policy

AS IMPLICAÇÕES SOCIOECONÔMICAS DAS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS FEMININAS

JULIANA DA SILVA FERREIRA

Palavras-chave: Monoparentalidade feminina. Maternidade solo. Família monoparental feminina.

Classificação JEL:

D1 Household Behavior and Family Economics

D63 Equity, Justice, Inequality, and Other Normative Criteria and Measurement

H3 Fiscal Policies and Behavior of Economic Agents

H31 Household

Z13 Economic Sociology • Economic Anthropology • Language • Social and Economic Stratification

OS IMPACTOS DA ECONOMIA MAINSTREAM NA ELABORAÇÃO DOS CURRÍCULOS ESCOLARES 258

THAYNAN SANTOS SILVA

Palavras-chave: BNCC; Currículos escolares; Economia mainstream; Projeto Político Pedagógico.

Classificação JEL:

I21 Analysis of Education

I24 Education and Inequality

I28 Government Policy

FEIRAS LIVRES: MERCADO COM EQUILÍBRIO, INTERAÇÃO E INOVAÇÃO

VENICE ROBERTO LEOPOLDO

Palavras-chave: Feiras Livres. Economia Perfeita. Interação. Inovação.

Classificação JEL:

D1 Household Behavior and Family Economics

D10 General -Economic Development

O 12 Microeconomic Analysis of Economic - O 13 Agriculture. Natural Resources . Energy . Environment . Other Primary Products

O 17 Formal and Informal Sectors . Shadow Economy . Institutional Arrangements

